

A

HISTORIA Revista da FLUP

IV Série, volume 14 (2), 2024

R

O

T

S

L

Sumário

HISTÓRIA: Revista da FLUP - IV Série V. 14, N. 2 (2024)

Maria Cristina Cunha, Ana Sofia Ferreira, Sílvia Correia, Manuel Loff 1 Apresentação

Dossiê Temático:

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte 6 50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril

Bruno Madeira 24 O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)

Gil Duarte Ribeiro 50 Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975

Nsambu Vicente 77 Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa

Patrícia Freitas 99 Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)

Flamarion Maués 121 Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial

Soraia Oliveira 153 Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico

Arturo Zoffmann Rodriguez 177 “O ambiente para o fascismo existe no nosso país”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927

201 Notas Biográficas dos Autores

204 Ficha Técnica

205 Normas editoriais

Maria Cristina Cunha, Ana Sofia Ferreira, Manuel Loff e Sílvia Correia – *Apresentação*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 1-5
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2ap

Apresentação

A comemoração dos 50 anos da revolução do 25 de Abril de 1974 explica, em parte, o surgimento deste segundo volume do ano de 2024 da revista História – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (IVª Série, vol. 14, nº 2). De facto, enquanto publicação do Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais, não podia deixar de lançar o repto à comunidade científica para refletir sobre aspetos concretos que melhor e mais completamente ajudassem a compreender a evolução desse acontecimento, a um tempo ponto de chegada, e também de partida, de realidades políticas. Não esgotando, por impossibilidade óbvia, a análise do tema “**Revolução de Abril: cinquenta anos depois**”, esperamos que o presente número desta Revista contribua, também ele, para a discussão que se impõe em torno do momento central que constituiu a Revolução do 25 de Abril de 1974.

Os textos que fazem parte do dossiê temático apresentam uma multiplicidade de abordagens em resposta à chamada de artigos oportunamente feita para este número. A eles se referem, mais abaixo, os seus coordenadores Manuel Loff, Ana Sofia Ferreira e Sílvia Correia, a quem aproveito, em nome da Direção da Revista para agradecer o trabalho desenvolvido. Por razões diversas, este número da Revista não inclui estudos fora do dossier temático.

Como habitualmente, este número deve-se, fundamentalmente, aos autores e aos revisores que leram atentamente, sugeriram e contribuíram para o apuramento dos textos finais. Para eles vão, mais uma vez, os nossos penhorados agradecimentos.

Finalmente, mas não menos importante, cumpre-nos realçar todo o trabalho desenvolvido pela investigadora Doutora Carla Sequeira, que mais uma vez conosco colaborou, constituindo uma *interface* fundamental entre os autores dos estudos, os revisores dos textos e a comissão editorial. Não há palavras suficientes para lhe agradecer toda a dedicação e empenho.

Cristina Cunha

(Direção)

Revolução de Abril: cinquenta anos depois

A organização deste dossiê temático pretende assinalar 50 anos da Revolução de Abril. Ao contrário da maioria dos processos de democratização que lhe são contemporâneos, desde a Grécia e a Espanha até à América Latina, o fim da ditadura em Portugal não se deu através de uma transição, mais ou menos pactuada, entre as elites dirigentes e as oposicionistas, mas de uma Revolução, que pôs fim a um regime autoritário e corporativo, que acabou com ilusões imperiais e com a opressão social e política e abriu as portas à participação cívica, social e política dos portugueses.

No sentido de aprofundar o estado da arte sobre o tema, apresentamos uma série de artigos que ajudam a compreender a complexidade do processo histórico em causa. Indo além das abordagens *top-down*, entendemos que as investigações apresentadas contribuirão para sedimentar a perspetiva que entende a revolução como um movimento de base que revoluciona a sociedade, ganha forma articulando uma grande variedade de movimentos populares de base e inaugura uma rutura com a longa ditadura. Assim, os artigos que integram este dossiê ocupam-se fundamentalmente das ramificações da experiência revolucionária e do(s) seu(s) significado(s) a nível nacional e internacional, dos movimentos sociais e políticos que permitiram concretizar o seu impacto nas mentalidades e na cultura.

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte, no artigo “50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril”, analisam as atividades realizadas nas escolas públicas de um município do norte de Portugal, para assinalar as comemorações do 50º aniversário do 25 de Abril, procurando compreender as estratégias pedagógicas e curriculares que foram adotadas. Os autores verificaram que as escolas integraram as comemorações do 25 de Abril no seu plano curricular, envolvendo crianças de diferentes níveis educativos e a comunidade mais alargada, e orientaram as suas atividades para a consciencialização de que a Revolução de Abril foi um momento de relevância histórica e política, como um momento fundador da democracia portuguesa.

Maria Cristina Cunha, Ana Sofia Ferreira, Manuel Loff e Sílvia Correia – *Apresentação*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 1-5
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2ap

Por sua vez, o artigo de Bruno Madeira sobre “O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)”, mostra como se organizou a luta pelo direito à habitação e à cidade dos moradores pobres da cidade do Porto, através da análise da história do Conselho Revolucionário de Moradores do Porto. O autor enquadra o aparecimento deste organismo no momento de maior dinamismo das mobilizações populares durante a Revolução, observa a sua estreita ligação com o SAAL/Norte e a relação de tensão e hostilidade com a Câmara Municipal do Porto, e examina as várias ações de luta que o CRMP promoveu e apoiou até ao momento de recuo da sua capacidade de mobilização e reivindicação após o 25 de novembro de 1975, quando o projeto político baseado nas estruturas de poder popular é derrotado.

O artigo de Gil Ribeiro, intitulado “Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975”, procura avaliar os debates em torno da música popular, entendendo o Festival RTP da Canção como um palco possível desta, como elemento capitalizador de uma luta revolucionária. Ribeiro procura, assim, perspetivar o campo da cultura como espaço de ação política.

O artigo de Nsambu Vicente traz um importante contributo para este dossiê, muito particularmente por se dedicar à luta anticolonial protagonizada por mulheres. Procurando traçar o perfil pessoal e político da militante da UPA/FNLA Cipriana Kawawa, Nsambu Vicente oferece-nos uma história da complexidade de redes de ação que perpassam a luta pela independência em Angola.

Patrícia Freitas traz um contributo muito interessante para o estudo de uma das atitudes políticas que mais mobilizou a opinião conservadora e antirrevolucionária do Portugal dos anos da Revolução: o anticomunismo. No seu estudo sobre as “Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)”, a autora trabalhou um semanário católico propriedade (e porta-voz) da Diocese de Viseu, uma das regiões do país onde foi maior o impacto da “fúria anticomunista” do chamado “Verão Quente” de 1975, a qual, segundo Freitas, “não deve ser interpretada sem ter em consideração a sua prática ideológica ao nível da doutrinação cristã” levada a cabo naqueles anos pela hierarquia católica. A autora procura documentar o “processo de construção do inimigo [comunista] discursivamente

Maria Cristina Cunha, Ana Sofia Ferreira, Manuel Loff e Sílvia Correia – *Apresentação*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 1-5
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2ap

trabalhado e representado” na imprensa da Igreja, procurando descortinar a sua relação com os “mecanismos sociopsicológicos de difusão do anticomunismo”.

Flamarion Maués retoma no artigo “Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial” o tratamento que vem fazendo desde há alguns anos sobre a edição política durante a Revolução Portuguesa. Nesta abordagem, Maués trata um conjunto muito amplo de publicações que, centradas na experiência histórica da ditadura e em temas e memórias até então proibidos ou alvos da censura, fizeram parte de “um grande movimento cultural, intelectual e político” de, acredita o autor, “renovação das formas como os portugueses passaram a reinterpretar a sua história” coletiva.

Soraia Oliveira procura, no texto "Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico", ressaltar a centralidade do movimento sindical na formação política das mulheres. Analisando as ações educativas desenvolvidas no quadro do Sindicato do Serviço Doméstico, a autora destaca a relevância do método de Paulo Freire na prática educativa da organização, permitindo não só a alfabetização dos membros, mas também a sua integração ao conjunto da ação política. Enfim, a autora demonstra, pela análise dos materiais de instrução mobilizados pelo Sindicato, a aplicação da proposta educativa freiriana como forma de libertação da opressão a que estão sujeitas estas trabalhadoras.

Fora do âmbito cronológico abarcado por este dossiê e pelo contexto histórico geral que nele se discute, acolhemos nele um artigo de Arturo Zoffmann, intitulado “«O ambiente para o fascismo existe no nosso país»: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927”, no qual o autor retoma uma das velhas discussões sobre a ação política do PCP num ciclo histórico muito particular: o da crise do sistema liberal em Portugal. Zoffmann contraria o que descreve como a “visão generalizada na historiografia sobre as «confusões» e a «imaturidade» do PCP” nos seus primeiros anos de existência, entendendo que, ao “previr[e]m o colapso da democracia, abalada pela crise do pós-guerra”, os comunistas terão sido “capaz[es] de desenvolver uma análise bastante sofisticada da realidade portuguesa”, o que, nos anos imediatamente anteriores ao golpe de 28 de Maio de 1926, não terá sido o caso da maioria forças políticas e sociais.

Maria Cristina Cunha, Ana Sofia Ferreira, Manuel Loff e Sílvia Correia – *Apresentação*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 1-5
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2ap

Cinquenta anos depois, o 25 de Abril e o processo revolucionário continuam a ser objeto de discussão e debate no seio das ciências sociais e humanas. Este dossiê reúne propostas inovadoras que evidenciam vias abertas de uma investigação da história contemporânea de Portugal que ainda precisa ser feita.

Ana Sofia Ferreira, Manuel Loff e Sílvia Correia
(Coordenação do Dossiê Temático)

Porto, Dezembro 2024

Dossier

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

50 anos depois, que História se aprende na escola?

Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril

50 ans après, quelle histoire apprend-on à l'école?

Pour une étude de cas sur la mémoire de la révolution d'Avril

50 años después, ¿qué historia se aprende en la escuela?

Para un estudio de caso sobre la memoria de la Revolución de Abril

50 years on, what history is learnt at school?

For a case study on the memory of the April Revolution

Ana Isabel Moreira
Instituto Piaget – V. N. Gaia; ESECS –Inst. Polit. Leiria
CITCEM
ana_m0reira@hotmail.com

Pedro Duarte
ESE–Instituto Politécnico do Porto
InED; CITCEM
pedropereira@ese.ipp.pt

Resumo: Este estudo de caso analisou atividades realizadas em contexto escolar, num município português, para assinalar o 50.º aniversário da Revolução de Abril, com o propósito de compreender as estratégias pedagógicas escolhidas e suas finalidades formativas. As instituições públicas consideradas integraram as comemorações no Plano Anual de Atividades, envolvendo as crianças e os jovens e a comunidade educativa. As atividades orientaram-se para a consciencialização sobre o episódio fundacional da democracia portuguesa, além do apelo à memória. Enfatizou-se a sua relevância na formação de uma cidadania consciente, mas sem o incentivo a uma participação coletiva mais *insurgente* ou *transformadora*.

Palavras-chave: Revolução de Abril; Educação histórica; Educação cidadã; Currículo.

Résumé: Cette étude de cas analyse les activités menées dans le contexte scolaire d'une municipalité portugaise pour marquer le 50e anniversaire de la révolution d'Avril, dans le but de comprendre les stratégies pédagogiques et leurs objectifs formatifs. Les institutions publiques analysées ont intégré les célébrations dans leurs plans d'activités annuels, impliquant des enfants et des jeunes et de la communauté éducative. Les activités visaient à sensibiliser à un épisode fondateur de la démocratie portugaise. Leur importance dans la formation d'une citoyenneté consciente a été soulignée, mais sans encourager une participation collective plus *insurrectionnelle* ou *transformatrice*.

Mots-clés: Révolution d'Avril; Éducation à l'histoire; Éducation à la citoyenneté; Curriculum.

Resumen: Este estudio de caso analizó las actividades realizadas en el contexto escolar de un municipio portugués para conmemorar el 50º aniversario de la Revolución de Abril, con el objetivo de comprender las estrategias pedagógicas y sus propósitos formativos. Las instituciones públicas analizadas integraron las celebraciones en sus planes anuales de actividades, implicando niños y jóvenes de diferentes niveles educativos y la comunidad en general. Las actividades se orientaron a la concienciación sobre un episodio fundacional de la democracia portuguesa. Se hizo hincapié en su relevancia para la formación de una ciudadanía consciente, pero no se incentivó una participación colectiva más *insurgente* o *transformadora*.

Palabras clave: Revolución de Abril; Enseñanza de la historia; Educación para la ciudadanía; Currículo.

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

Abstract: This case study analysed activities carried out in a school context in a Portuguese municipality to mark the 50th anniversary of the April Revolution, with the aim of understanding pedagogical strategies and their formative purposes. The public institutions analysed integrated the celebrations into their annual activity plans, involving children and youth and the wider community. The various activities were geared towards raising awareness of a foundational episode in Portuguese democracy. Its relevance to the formation of conscious citizenship was emphasised, but the incentive for more *insurgent* or *transformative* collective participation was absent.

Keywords: April Revolution; History education; Citizenship education; Curriculum.

Introdução

No ano de 2024 comemoram-se, em Portugal, os 50 anos da Revolução de 25 de Abril e várias iniciativas vão assinalando as consequências, mais imediatas ou mais tardias, da liberdade restituída ao país desde aquela data. Será esta uma forma, revestida de contornos diversos, de se conhecer e compreender o processo revolucionário acontecido e os seus significados à luz de circunstâncias e perspetivas distintas.

Neste artigo, propomo-nos atender à *memória da revolução*¹ e sua complexidade assumindo uma lente de cariz (mais) educativo. E, por isso, investigamos sobre as ações/intervenções alusivas ao quinquagésimo aniversário do facto histórico mencionado que os agrupamentos de escolas (públicas) de um município português desenvolveram e deram a conhecer à comunidade educativa no decurso do ano letivo 2023/2024.

Nesse sentido, tivemos como ponto de partida a seguinte questão de investigação: *Que atividades a propósito de um facto histórico nacional se promoveram, em contexto escolar, e com que finalidade formativa?* Para uma resposta mais ampla e esclarecedora, tivemos em atenção, desde logo, os formatos de materialização/concretização das mesmas, os sujeitos intervenientes na sua idealização/realização, a ligação à comunidade (também história) local e/ou outras dimensões da aprendizagem histórica (e da memória coletiva) valorizadas.

O texto seguinte organiza-se em partes diferentes e que permitem não só enformá-lo numa certa perspetiva teórica perfilhada, como também conferir-lhe interesse ao nível do método adotado e suas consequências analíticas. Assim, partimos desta introdução breve e clarificadora do rumo seguido; avançamos para o enquadramento conceptual dividido em dois eixos primordiais: i) *História, Memória, Aprendizagem* e ii) *Escola*,

¹ Eixo temático no qual incluímos este texto.

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

Currículo, Cidadania; clarificamos, e justificamos, as opções metodológicas tomadas; depois, apresentamos os dados recolhidos ponderando sobre os mesmos à luz dos referenciais teóricos assumidos e, por fim, elencamos algumas considerações finais como resposta à nossa pergunta inicial.

É nosso intuito primeiro, como autores deste texto, enriquecer *a discussão e o debate no seio das ciências sociais e humanas*² sobre um acontecimento histórico que, pela sua inequívoca ligação aos valores democráticos, hoje, mais do que nunca, precisa de sobressair na memória coletiva esclarecida.

1. Enquadramento conceptual

1.1. História, Memória, Aprendizagem

A memória pode ser entendida como um modo alternativo de conhecimento (Lomas, 2011). De forma mais específica, no âmbito da História, emerge como uma interpretação esclarecida do comportamento dos distintos agentes sociais no seu tempo, pese embora tal não pressuponha, *a priori*, uma intenção justificativa inerente (Traveso, 2012).

Talvez por isso, Pierre Nora (1990: 451) refira que a memória coletiva “é o que fica do passado na vivência dos grupos ou aquilo que os grupos fazem do passado”, ou seja, tratar-se-á do passado que pertence à história do grupo sendo reconstituído e (re)contado ao longo do tempo. Porventura, afirma-se como mais ou menos analítica, mais ou menos precisa, mais ou menos racional.

Assim, importa compreender as leituras do passado que as memórias coletivas empreendem, sejam elas resultado de usos abusivos do passado, de confrontos ideológicos entre tempos diferentes, de interesses políticos subjacentes. Isto porque, nos dias que correm, a mediatização da História, no espaço público (Soutelo, 2014), veiculada pelos meios de comunicação social, pelos comentadores políticos ou pelas partilhas nas

² Expressão mobilizada da chamada de artigos para o dossiê temático: “Revolução de Abril: cinquenta anos depois”.

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

redes sociais, acarreta o risco de transmissão de um discurso memorial, pretensamente pedagógico, mas assente em perspetivas simplistas ou em procedimentos acríticos.

Esta ligação entre *Memória* e *História* tem, pois, repercussões no processo de ensino e de aprendizagem daquela última como componente curricular estudada, mais sistematicamente, nos ensinos básico e secundário, por exemplo em Portugal.

Na visão perfilhada por Peter Seixas (2017), a História contada, nomeadamente em contexto escolar, pode orientar-se por três visões diferentes.

Numa delas, reforça-se a memória coletiva, ou seja, reproduz-se a considerada melhor versão da História com intenções sociais e nacionais ou, até, nacionalistas. E, não raras vezes, hoje, a mesma é facilmente corroborada quando os mais jovens estudantes se deparam, no seu quotidiano social permeável a memórias revisionistas da História (Soutelo, 2014), com uma leitura comparada e relativizadora do passado em relação à atualidade. Numa segunda possibilidade, proporciona-se a aprendizagem dos critérios que validam a História, com uma dimensão mais epistemológica, a partir de duas versões sobre um mesmo facto. A última visão remete para a compreensão dos pontos próximos e distantes entre narrativas que contam o passado e que são originárias de grupos distintos, além da forma como cada uma se relaciona com o tempo presente e, quiçá, com o futuro.

Aquelas duas últimas opções, se mobilizadas na realidade escolar, em sala de aula ou em projetos mais alargados e extensíveis à comunidade educativa, permitem experiências pedagógico-curriculares assentes na leitura de fontes com perspetivas divergentes, na distinção entre assunções racionais e pressupostos meramente emocionais, na contra-argumentação perante outros pontos de vista, na empatia diante daquele que não sou eu (Rüsen, 2012; Traverso, 2012) ou, ainda, no debate fundado na evidência histórica (Moreira, 2022).

E essa circunstância vivenciada pode assim ser entendida como mais uma oportunidade para aprender a pensar historicamente ou, por outras palavras, a “ter conhecimento do tempo histórico, [e] sentir-se parte desse tempo histórico” (Traveria, 2005: 29). Porquanto são essas competências do pensamento histórico fundamentais para que cada cidadão se torne capaz de compreender o passado, nesse seu tempo, de observar criticamente o presente, no qual se movimenta num sentido prático todos os dias, e de

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

desenhar ainda horizontes de expectativa (Rüsen, 2012; Seixas, 2017), numa lógica intertemporal cada vez mais relevante.

Nesse sentido, não pode ser deixada ao acaso, no panorama formativo, a necessária interação entre a memória histórica das crianças e/ou dos jovens – sob a forma de ideias prévias, teorias implícitas, pré-conceitos culturais – e a didática da História perfilhada pelos educadores e/ou professores (Traveria, 2005). Se no primeiro caso pode tratar-se de um conhecimento espontâneo e, muitas vezes, infundado ou erróneo, o segundo tem contornos de conhecimento científico e essencial para uma aprendizagem esclarecida e consequente, por exemplo no que concerne à intervenção (porventura transformação) na realidade envolvente.

Portanto, não desvalorizando o que os mais novos ‘já sabem’ – aquela memória coletiva que foi sendo com eles partilhada e por eles reconstruída –, o processo de ensino formal tem de perpassar o confronto entre fontes com perspetivas díspares, o reconhecimento de visões particularmente emocionais e enviesadas, o sentido ético orientado, a evidência comprovada (Lomas, 2011). E, deste modo, aqueles sujeitos que são também atores históricos aprendem saberes transversais, como o questionamento crítico, a recusa do branqueamento e do revisionismo histórico, a rejeição dos relatos fixos e acabados ou das naturalizações da inverdade e da desigualdade, por exemplo (Moreira, 2022).

Em suma, o processo formativo experienciado por todos os envolvidos, de modo mais ou menos estruturado, com base num manual escolar ou num projeto de articulação curricular sobre determinada temática, precisa de favorecer uma memória histórica que inclui ‘todas as partes da história’ e que não oculta ou adultera factos menos motivadores do orgulho coletivo. Por conseguinte, essa mesma memória derivará de uma narrativa também ela histórica e reveladora de uma História nacional em nada branqueada ou revisionista, nem tampouco apenas exaltadora de certos momentos emblemáticos ou glorificadora de heróis e mitos por alguns instituídos.

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

1.2. Escola, Currículo, Cidadania

Como já o induzimos na introdução, a realidade contemporânea “exige que as escolas reflitam sobre o seu papel na formação das diferentes gerações para a participação democrática, plural e política” (Duarte, 2023: 9-10). Esta constatação integra diferentes domínios da experiência escolar, associando-se, por consequência, às vivências na organização, às diversas decisões pedagógico-curriculares tomadas e às experiências que cada criança e/ou jovem constrói enquanto cidadã ou cidadão. Essa postura é mais facilmente compreendida quando se reconhece que os sistemas educativos não se encontram dissociados das realidades cívicas, sociais e políticas mais amplas, nem são, somente, um mecanismo de reprodução de macroestruturas vigentes. Na verdade, os mesmos têm, igualmente, a possibilidade de servir como elemento transformador (Giroux, 2023) das pessoas, da sociedade, do mundo.

Para Biesta e Säfström (2023), esse aspeto liga-se à dimensão *pública* da educação. Como explicam os autores, é possível entender esta articulação de acordo com distintos eixos de análise, porém, para o presente texto, destacaremos três que nos parecem realmente pertinentes. Em primeiro, e talvez com maior destaque e importância, a ideia de que a escola é, na sua essência democrática, uma organização vocacionada para a educação pública, isto é, para a educação de todos e todas, como um bem-comum partilhado, numa articulação coerente entre os indivíduos e a comunidade. De seguida, o reconhecimento de que não existe uma relação unívoca entre sociedade e escola. De facto, pese embora os sistemas escolares sejam amplamente influenciados pelas realidades sociais de cada contexto e de cada período histórico, a dimensão pública da educação impele-nos a problematizar o modo como a escola pode ajudar a criar sociedades mais conducentes com a perspectiva, já mencionada, de bem-comum. Como último eixo, sobressai o facto de, em parte, não ser viável perceber a dimensão pública da educação sem se ponderarem as práticas reais, ou seja, as experiências pedagógico-curriculares concretas, pelo que “não nos devemos esquecer que a educação toma lugar sempre nas práticas diárias de professores e estudantes” (Biesta e Säfström, 2023: 6).

Esta concretude das experiências pedagógico-curriculares pressupõe a valorização do modo como, através delas, se privilegia um diálogo autêntico entre agentes sociais

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

reais que, através de experiências de intersubjetividade, se (co)constroem e aperfeiçoam (Duarte, 2021). Quando orientamos a discussão para os domínios da educação cidadã, este processo de (co)construção identitária não pode, inevitavelmente, dissociar-se do modo como cada docente e cada discente, por via das múltiplas vivências escolares, tem a oportunidade de reconfigurar o que entende por cidadania e, acima de tudo, como se entende enquanto cidadão e cidadã (Duarte, 2023).

A este propósito, de acordo com Giroux (2023), a tendência internacional contemporânea vai remetendo para uma formação escolar que contribui, direta e indiretamente, para a legitimação de identidades cidadãs passivas, complacentes face à autoridade heterónoma, acrílicas em relação às opções económico-financeiras, pouco imaginativas – e por isso com dificuldade em sonhar alternativas mais justas –, pouco conhecedoras e promotoras de uma deficitária consciência histórica, social, política e ambiental. Tal tende a favorecer a valorização e a apropriação de discursos xenófobos, demagógicos e populistas, que pululam, dia após dia, no panorama político (e social). Esta visão não diverge significativamente do retratado por Ross e Vinson (2014). Para estes autores, os sistemas educativos contemporâneos surgem enclausurados numa postura ideológica que postula uma reforma educativa orientada pelos valores, práticas e estruturas organizacionais empresariais, marcadas por políticas *top-down* e que privilegiam opções curriculares de maior pobreza cultural e científica, condicionada por uma hipervalorização de processos de ensino uniformizados e provas de avaliação externas estandardizadas. Tudo isto não só diminui a autonomia dos profissionais da educação, como também contribui de forma significativa para afunilar o currículo e as experiências educativas dos mais jovens estudantes.

Apesar deste panorama internacional, importa reconhecer que a realidade nacional portuguesa dispõe de particularidades que ocasionam, mesmo que parcialmente, diferentes experiências pedagógico-curriculares mais orientadas para uma formação cidadã democraticamente implicada, nomeadamente através da valorização da componente curricular de ‘Cidadania e Desenvolvimento’ e/ou das alternativas proporcionadas pelos ‘Domínios de Autonomia Curricular’ (vulgos DAC) (Duarte, 2021; 2023). De facto, o atual enquadramento curricular, sem ilustrar uma centralidade inequívoca de aspetos relacionados com a educação cidadã, integra diferentes condições

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

que permitem às escolas e aos profissionais co-construir um currículo orientado para o desenvolvimento, e a vivência, da cidadania das crianças e dos jovens.

Tomando em atenção estas favoráveis circunstâncias, torna-se possível apontar para que as organizações educativas nacionais levem a cabo ações que orientam a experiência escolar dos alunos para uma educação verdadeiramente pública, comprometida com a sua realidade democrática e a própria democratização da sociedade (Biesta & Säfström, 2023). Para isso, é fundamental que as escolas não reduzam a educação cidadã à promoção de uma cidadania passiva e acrítica, como a já mencionada em parágrafos anteriores. Num outro sentido, então, é estruturante que as escolas sejam promotoras de uma “cidadania insurgente” (Giroux, 2023) ou de uma “cidadania perigosa” (Ross & Vinson, 2014). Referimo-nos, pois, e tal como os autores mencionados, a uma mudança de consciência para que cada um se reconheça, de facto, como cidadão crítico e ativo, também por via de uma aprendizagem capaz de incitar o agir e o resistir. Uma agência e uma resistência que se podem consubstanciar, somente, na capacidade (ou competência) de contrariar, por exemplo, o analfabetismo cívico, a ignorância fabricada, a amnésia histórica ou mesmo os discursos hiperbólicos e catastróficos.

Com inspiração naquelas duas referências, defendemos que as escolas têm de potenciar, cada vez mais, uma cidadania: i) *crítica e consciente*, provida de um conhecimento científico consistente, que não nega temas difíceis ou controversos, nem se afasta de conhecimentos orientados para a problematização crítica da realidade social e para a discussão ponderada e eticamente enquadrada de exemplos caracterizados pela diversidade social e cultural ou de situações de precaridade, de injustiça, de desrespeito pelos direitos humanos, entre outros; ii) *participativa e democrática*, que entende a participação como uma forma de envolvimento e compromisso com os outros, que se envolve na comunidade (escolar e local), que considera a alteridade em processos de decisão autónoma e colegial; iii) *de ação intencional*, que combina os dois pontos anteriores, sendo assim uma cidadania que é capaz de interpelar, com fundamentação e reflexividade, a realidade, mas também de imaginar alternativas mais justas e de mobilizar a participação rumo a uma intervenção coletiva que se converta numa verdadeira agência democrática.

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

Na verdade, as escolas podem ser, hoje, privilegiadas “esferas pedagógicas para formar agentes atentos às memórias da liberdade, às histórias de luta e aos atos inspiradores de transformação coletiva” (Giroux, 2023: 134). Sem quaisquer outras pretensões subjacentes que não a democracia ‘posta em prática’.

2. Enquadramento metodológico

Metodologicamente, concretizamos um estudo de caso centrado na realidade portuguesa. O conceito ‘caso’ pode referir-se, entre outros aspetos, a país, distrito, escola, turma (Amado, 2017; Yin, 2018). Para este trabalho, em particular, entendemo-lo como um município do norte de Portugal e, nesse sentido, consideramos a totalidade dos agrupamentos de escolas públicas desse contexto geográfico. De salientar, ainda, que se trata de um município periurbano, com uma tradição industrial evidente, mas, de há uma década a esta parte, marcado por um crescente dinamismo económico e cultural.

Com base na informação disponível *online*, nos *sites* de tais agrupamentos de escolas, recolhemos informação fidedigna para dar resposta à pergunta investigativa elaborada: *Que atividades a propósito de um facto histórico nacional se promoveram, em contexto escolar, e com que finalidade formativa se concretizaram?*

Convergimos assim com a vocação naturalista dos estudos de caso (Amado, 2017), uma vez que pudemos aceder às opções pedagógico-curriculares realizadas de forma espontânea por parte dos diferentes agentes escolares, isto é, reunimos material empírico sem qualquer intervenção da nossa parte enquanto investigadores.

De acordo com aquele referido autor, este formato investigativo é relevante no âmbito educativo, nomeadamente os que se desenvolvem em torno de processos de análise qualitativa (ou mista). Para Yin (2018), os mesmos permitem uma compreensão mais complexa da realidade, sem que a principal preocupação seja a comparação com outras realidades ou a generalização dos dados alcançados.

Com efeito, os estudos de caso focam-se nas especificidades concretas do assunto em investigação e, por isso, distanciam-se de estruturas empíricas mais clássicas e assentes, por exemplo, em dinâmicas deterministas ou experimentais. De outro modo, aproximam-se daquelas outras estruturas mais flexíveis e associadas ao paradigma da

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

complexidade, portanto coincidentes com pesquisas de natureza interpretativa (Coutinho, 2013; Amado, 2017).

De ressaltar ainda, que entendemos poder tomar a informação disponibilizada numa via de comunicação oficial das instituições educativas estudadas como um artefacto escrito particular e, por isso, ocasionador de uma aproximação à análise documental (Yin, 2018). De facto, são textos naturais – isto é, redações diretas dos agentes educativos – que conferem a esse material empírico a autenticidade fundamental para o estudo. A este propósito, acrescentamos duas notas. Em primeiro, pela natureza dos dados, optamos por uma análise predominantemente qualitativa, embora a mesma tenha sido complementada com uma quantificação clarificadora dos elementos coligidos. Em segundo lugar, fundamos o estudo na credibilidade e em princípios éticos (Amado, 2017) apenas atentando em informação pública disponibilizada nos *sites* institucionais das organizações educativas e não expondo nenhuma referência direta ao município estudado ou aos estabelecimentos de ensino considerados. Sobre a credibilidade, também destacamos a preocupação com a credibilidade teórica, pela integração articulada, na fase de análise dos dados, de distintos tópicos conceptuais que orientaram o estudo.

Em suma, a opção por uma investigação com tais características visa, sobretudo, potenciar uma compreensão interconectada, mas baseada num olhar em particular, da temática em estudo, ao invés de evidenciar certa fragmentação da realidade ou a identificação de variáveis isoladas por si só (Duarte, 2021).

3. Análise e discussão dos dados

Os dados coligidos permitem-nos, desde logo, afirmar que as instituições educativas públicas do município em análise integraram, no seu Plano Anual de Atividades (PAA), as comemorações do quinquagésimo aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974. E, nos mais variados formatos, como expomos a seguir, envolveram não só os estudantes de diferentes níveis educativos – da Educação Pré-escolar ao Ensino Secundário –, como também a comunidade educativa mais alargada. Visto tratar-se, genericamente, de informações partilhadas por uma via *online*, como notícia, não são especificados nem o número total de estudantes que participaram nas atividades, nem se

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

identificam os docentes intervenientes, embora neste último caso tal possa ser deduzido pelo nível educativo ao qual são associados ou pela especificidade das ações realizadas (escrita, artes plásticas, tecnologias digitais, ...).

Sob o mote da liberdade, inequivocamente ligado às diferentes atividades dinamizadas, o diálogo intergeracional foi promovido e, ao mesmo tempo, mobilizaram-se distintas áreas do saber em articulação, inevitável, com a História³.

Para uma interpretação mais pormenorizada dos dados, principiámos pela sua sistematização no quadro abaixo (Quadro 1), identificando as atividades ocorridas a propósito das celebrações contextuais da Revolução dos Cravos e o número total de incidências das mesmas. Esta quantificação aglutinou todas as ocorrências verificadas nos distintos agrupamentos de escolas, não se distinguindo o que aconteceu num lugar ou noutra. De facto, não pretendemos aqui qualquer tipo de comparação entre instituições e apenas nos focamos num estudo de caso que pode ser o mote para a concretização de outros mais com características similares.

Quadro 1. Atividades realizadas para comemoração de data histórica (frequência absoluta).

	Frequência absoluta
Concursos (municipais/nacionais)	4
Visitas de estudo	4
Exposições (na escola)	4
Palestras com figuras de áreas diversas	4
com familiares dos alunos	2
Dramatizações pelos alunos	1
por companhias de teatro	2
Comemorações festivas	5
Atividades da biblioteca escolar	4
Atividades em aula (diferentes componentes curriculares)	6
Referência genérica	1

Fonte: Elaboração dos autores (2024).

³ Nesta componente curricular (com esta ou outras designações), em diferentes anos de escolaridade, as orientações curriculares nacionais preveem o estudo da Revolução do 25 de Abril de 1974, suas causas e consequências.

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

Somaram-se, no total, trinta e sete referências a atividades, sem equilíbrio entre as instituições consideradas.

Em relação a uma delas não conseguimos obter qualquer informação referente a atividades dinamizadas neste âmbito. Uma outra apenas noticiou, no seu *site*, a realização de atividades várias para comemorar a data histórica em estudo, contudo não as discriminou ou caracterizou. Consideramos, então, uma “referência genérica”. Uma terceira instituição somente divulgou a participação num concurso nacional com um vídeo revelador das diferenças entre o antes e o depois da Revolução do 25 de Abril de 1974 naquela comunidade local onde se insere a escola.

Os quatro restantes estabelecimentos educativos publicitaram um número superior de iniciativas, destacando-se uma das demais nessa quantidade divulgada. Tais iniciativas, regra geral, acumularam-se preferencialmente no mês de abril, o que se justifica pela sua ligação imediata ao facto histórico em causa. Pontualmente, as evocações foram remetidas para uma fase final do ano letivo, beneficiando de outro tempo e disponibilidade para a sua preparação e dinamização.

Retomando a tipologia de atividades privilegiada, e ainda sobre os concursos nos quais participaram alunos de diferentes idades (quatro menções), os mesmos incidiram no digital, na escrita e na ilustração e permitiram aos mais jovens estudantes abordar as diferenças entre um regime político ditatorial e outro democrático ou explorar a sua imaginação a partir de factos realmente acontecidos. Metade dessas menções (por isso, duas de um total de quatro) salientaram que os participantes foram agraciados com um prémio ou uma menção honrosa.

No que concerne às exposições (quatro menções), estas aconteceram nos espaços físicos das escolas e incluíram trabalhos de cariz artístico alusivos a símbolos da revolução, como os cravos vermelhos ou as chaimites. Se nuns casos se privilegiou a colaboração entre crianças e famílias na concretização das produções artísticas a expor, noutros apostou-se na sustentabilidade e no recurso a materiais recicláveis em ambiente de sala. Figuras associadas ao acontecimento, como o capitão Salgueiro Maia, também não foram esquecidos nestes trabalhos de divulgação.

As visitas de estudo (mais uma vez, com quatro menções) realizaram-se sobretudo dentro do município para que os alunos ficassem a conhecer, de forma orientada, mostras

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

documentais expostas alusivas ao tema e que incluem, por exemplo, recortes de imprensa, fotografias, vídeos ou livros. Num dos casos, único, os estudantes do 3.º ciclo do Ensino Básico deslocaram-se ‘além-fronteiras locais’ e visitaram lugares emblemáticos na cidade de Lisboa, nomeadamente o Largo do Carmo.

As palestras (seis menções) acontecidas dentro de portas das instituições escolares orientaram-se por dois sentidos, em parte complementares: em quatro casos incluíram a participação de intervenientes ligados a domínios vários da vida humana e com uma ação direta ou indireta relacionada com a Revolução de Abril – artista plástico, arquiteto, militar, professor, político; em duas outras ocasiões proporcionaram a conversa entre gerações diferentes – avós e netos – sobre tópicos que uns viveram realmente e que outros estudam nos dias de hoje – ditadura, guerra colonial, o dia da revolução (de 1974). Opções que facultaram àqueles jovens cidadãos portugueses o contacto com perspetivas várias sobre a transição entre a ditadura e a democracia em âmbitos vários que influenciam a vida dos sujeitos comuns, também eles agentes históricos, quer no passado, quer no presente.

Com um intuito mais festivo, em algumas circunstâncias investiu-se num evento comemorativo (cinco menções), transversal aos níveis educativos presentes no agrupamento e aberto à comunidade, que potenciou a inclusão de elementos variados e protagonizados pelos mais novos – desfiles e recriações históricas, espetáculos musicais, leituras interpretadas, ... Mais uma vez, a dimensão simbólica subjacente a tal facto histórico inequívoco na memória coletiva dos portugueses foi mobilizado para essas intervenções: as fardas dos militares, músicas como ‘Grândola, vila morena’ ou ‘Uma gaivota voava, voava’, textos de Sophia de Mello Breyner ou de Manuel Alegre, ... E, em simultâneo, toda a sua preparação, com o envolvimento das crianças/dos alunos, potenciou a aprendizagem histórica além de orientações curriculares oficiais.

De ressaltar que as bibliotecas escolares também assumiram um papel ativo nesta evocação da Revolução do 25 de Abril de 1974, contabilizando-se quatro menções a atividades aí promovidas. Mais uma vez, as mesmas adquiriram contornos vários, como concursos de leitura expressiva de textos sobre o assunto; diálogos sobre livros proibidos antes da revolução, durante o tempo da ditadura; interpretações de letras de músicas também censuradas pelo Estado Novo ou a visualização de filmes e documentários

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

relacionados com o tema da liberdade. De novo constata-se a valorização de outras lentes para conhecer a História nacional e para pensar sobre ela por via da mobilização de competências essenciais, como a multiperspetiva, a empatia ou a argumentação fundada na evidência.

Em três circunstâncias outras foi possível aos estudantes explorar a temática em causa a partir da dramatização. Se num dos exemplos, o clube de teatro da escola levou a palco uma representação sobre a Revolução do 25 de Abril de 1974 tomando como ponto de partida o texto redigido por um docente da instituição, nas duas outras situações foram companhias profissionais exteriores às organizações escolares que aí apresentaram a sua interpretação dos factos históricos.

Com maior recorrência (seis menções), mas sem sobressaírem face às restantes, as atividades em sala envolveram áreas curriculares diferentes e não se circunscreveram à História/às Ciências Sociais. Na Educação Pré-escolar, destacou-se a exploração das artes plásticas e, no 1.º Ciclo do Ensino Básico, também se valorizou essa dimensão a par da escrita de textos poéticos. Nos níveis de ensino subsequentes, surgiram a leitura e análise de obras literárias na aula de Português, a criação de ilustrações, com materiais à escolha, a partir do cravo como elemento gráfico na aula de Educação Visual, a produção de um *site* informativo sobre o tema em análise na aula de Tecnologias da Informação e da Comunicação ou a redação de poemas referentes à liberdade na aula de Francês e, por isso, redigidos em língua francesa.

O panorama analisado evidencia, pois, um esforço conjunto, nos diferentes contextos, para não se deixar ao acaso um acontecimento passado, mas que continua a marcar a contemporaneidade portuguesa, e sobre o qual até as crianças mais pequenas podem principiar a conhecer de acordo com as suas capacidades atuais.

Isto sem exageradas manifestações comemorativas, antes com o foco no processo formativo e numa literacia histórica (Lee, 2016) passível de se estruturar a partir de ações várias que não só a leitura de um manual escolar ou a atenção dedicada a uma exposição oral inócua.

Além disso, a divulgação pública das atividades concretizadas também se fez de modo particularmente informativo – objetivo e claro – no separador das notícias da

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

escola, no *site* respetivo, ou na versão digital do jornal escolar. Deste modo, a comunidade mais alargada pode identificar tais ações e sua efetiva dimensão educativa.

Considerações finais

Retomando a questão que orientou este estudo – *Que atividades foram promovidas em contexto escolar para celebrar um facto histórico nacional, e com que finalidade formativa foram concretizadas?* –, podemos afirmar, com base nos dados recolhidos, que as escolas não negligenciaram as celebrações alusivas à Revolução do 25 de Abril (de 1974), valorizando a sua relevância histórica e política enquanto episódio marcado pelo valor da democracia e, por isso, central na formação cidadã de crianças e jovens.

Por sua vez, ao atentarmos na tipologia das atividades realizadas, observamos uma efetiva diversidade de estratégias pedagógicas, predominantemente orientadas para a consciencialização sobre a Revolução de Abril, privilegiando-se a multiperspetiva histórica, as dimensões político-culturais deste facto e as suas consequências sociais mais imediatas, bem como a permanência da sua importância (sobretudo para se entender o significado da democracia) ao longo do tempo (nomeadamente, pelo contacto com distintos testemunhos orais ligados a diferentes âmbitos ou pela exploração/análise de materiais diversos em formato escrito ou audiovisual, por exemplo).

Por conseguinte e, perante as evidências coligidas, não nos é possível afirmar que as escolas perpetuem modos de formação voltados para uma cidadania meramente passiva ou circunscrita a uma espécie de cidadania de consumo. Contudo, dado o foco efetivo na aprendizagem de determinados conteúdos históricos, como característica quase transversal às várias atividades analisadas, parece-nos que a instituição escola, no geral, tendeu a não privilegiar uma cidadania verdadeiramente *insurgente* ou *perigosa*, uma vez que não foi possível contabilizar, e testemunhar, iniciativas voltadas para a participação coletiva e comunitária, com intuito de transformação da realidade. Assim sendo, não será despropositado assumir que tal abordagem se vai mantendo, essencialmente, como uma escolha educativa periférica. Mas é importante que a escola chegue mais adiante, ou seja, no meio de tantos espaços que facilmente permitem o acesso à informação, ela não pode ser só mais um. Nesse sentido, importa contribuir, com repercussões evidentes, para o

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

desenvolvimento da consciência (histórica, por exemplo), para a construção de certa identidade (democrática) e, de forma efetiva, permitir a agência real dos alunos, mormente na comunidade mais próxima. E cremos, tal como advoga Giroux (2023: 140), que “esta visão, impregnada de uma mistura de justiça, esperança e luta, nunca foi tão importante como atualmente”.

Em síntese, as comemorações alusivas à Revolução dos Cravos, porquanto ali aconteceram, proporcionaram às escolas oportunidades para desenvolver estratégias pedagógico-curriculares que enriqueceram as experiências educativas de crianças e jovens, sobretudo ao longo do ano de 2024.

Mais ainda, este estudo preliminar principia um percurso que pode ser bem mais amplo com a realização de investigações dentro do mesmo âmbito, mas que integrem, por exemplo, o discurso direto de docentes e discentes – a fim de captar as suas perceções e perspetivas sobre as experiências vivenciadas – e/ou que abranjam uma outra extensão, incorporando dados provenientes de mais contextos escolares e geográficos.

Na verdade, e numa lógica mais abrangente, continua a fazer sentido ponderar sobre as dimensões da aprendizagem histórica (e da memória coletiva) assumidas em diferentes áreas da vida humana. Por sua vez, e com propósitos de reflexão pedagógica e curricular, também adquire o seu interesse estreitar essa análise sobre a *memória da revolução e sua complexidade* para o âmbito educativo. Este texto é, pois, o nosso contributo nessa direção. Uma direção que, inevitavelmente, cruza a História (de Portugal) e a escola (em Portugal) sob o mote da cidadania democrática.

Referências bibliográficas

AMADO, João (2017), *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (3.^a ed.), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1390-1>.

BIESTA, Gert; SÄFSTRÖM, Carl Anders (2023), “Introduction: The publicness of education”, in Carl Anders Säfström; Gert Biesta (eds.), *The New Publicness of*

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

Education: Democratic Possibilities After the Critique of Neo-Liberalism, Oxon, Routledge, pp. 1-7.

COUTINHO, Clara (2013), *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*, Coimbra, Almedina.

DUARTE, Pedro (2021), *Pensar o desenvolvimento curricular: uma reflexão centrada no ensino*, Porto, Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Educação.

DUARTE, Pedro (2023), *Felizmente há Escola!: a escola como espaço para e em cidadania*, Porto, Furar o Cerco.

LEE, Peter (2016), “Literacia histórica e história transformativa”, *Educar em Revista*, 60, pp. 107-146.

LOMAS, Carlos (coord.) (2011), *Lecciones contra el olvido: Memoria de la educación y educación de la memoria*, Barcelona, Editorial Octaedro.

GIROUX, Henry A. (2023), *Insurrections: Education in an Age of Counter-Revolutionary Politics*, London, Bloomsbury Academic.

MOREIRA, A. I. (2022), *A História nas aulas do 2.º CEB: Educação Histórica entre representações sociais e práticas educativas*, Porto, CITCEM | Edições Afrontamento.

NORA, Pierre (1990), “Memória Colectiva” in *A Nova História*, Coimbra, Almedina, pp. 451.

ROSS, E. Wayne; VINSON, Kevin D. (2014), “Dangerous Citizenship”, in E. Wayne Ross (ed.), *The social studies curriculum: purposes, problems, and possibilities*, New York, State University of New York Press, pp. 93-126.

RÜSEN, Jörn (2012), *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*, Curitiba, W.A. Editores.

SEIXAS, Peter (2017), “A model of historical thinking”, *Educational Philosophy and Theory*, v. 49, n.º 6, pp. 593-605.

SOUTELO, Luciana (2014), “O revisionismo histórico em Portugal: origens e efeitos na memória da Revolução e do Estado Novo”, in Paula Godinho; Inês Fonseca; João Baía (coords.), *Resistência em Memória — Perspetivas Ibero-Americanas*, Lisboa: IHC-FCSH/UNL, pp. 48-57.

TRAVERIA, Gemma (2005), *Enseñar a pensar historicamente*, Barcelona, Horsori Editorial.

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte – *50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 6-23.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a1

TRAVERSO, Enzo (2012), *O Passado, Modos de Usar*, Lisboa, Edições Unipop.

YIN, Robert (2018), *Case study research and applications: design and methods*, Reino Unido, SAGE Publications.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)

The Revolutionary Council of Porto's Dwellers: a chronological account of the birth, heyday and ebb of the residents' movement (1974-1976)

Le Conseil Révolutionnaire des Citadins de Porto : aperçu chronologique de la naissance, de l'apogée et du reflux du mouvement des résidents (1974-1976)

El Consejo Revolucionario de los Habitantes de Porto: una cronología del nacimiento, apogeo y reflujo del movimiento de residentes (1974-1976)

Bruno Madeira

Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; CITCEM; Lab2PT
bruno.j.madeira@gmail.com

Resumo: Com a Revolução de 25 de abril de 1974, assinalaram-se notáveis alterações ao nível do sistema político, da propriedade, das condições de trabalho, da saúde, da educação, da cultura e da habitação. No Porto, um dos principais problemas que afetava as classes populares era o da habitação. Amontoados em “ilhas”, “colmeias” ou “subalugas” e sem condições de higiene, conforto ou privacidade, os moradores pobres da cidade mobilizaram-se e lançaram-se à conquista do direito à habitação e à cidade. Uma das expressões dessa organização popular foi o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto, organismo coordenador das várias comissões de moradores da cidade, de cuja história aqui trataremos.

Palavras-chave: movimento de moradores, revolução portuguesa, comissões de moradores, Conselho Revolucionário de Moradores do Porto.

Abstract: With the Portuguese Revolution of 25 April 1974, there were notable changes in the political system, property, working conditions, health, education, culture and housing. In Porto, one of the main problems affecting the working classes was housing. Crammed into ‘ilhas’, ‘colmeias’ or ‘subalugas’ and lacking hygiene, comfort or privacy, the city's poor residents mobilised and set out to win the right to housing and the city. One of the expressions of this popular organisation was the Revolutionary Council of Porto's Dwellers, the coordinating body of the city's various residents' committees, whose history we will deal with here.

Keywords: dwellers movement, Portuguese revolution, dwellers committees, Revolutionary Council of Porto's Dwellers.

Résumé: Avec la révolution du 25 avril 1974, des changements notables sont intervenus dans le système politique, la propriété, les conditions de travail, la santé, l'éducation, la culture et le logement. À Porto, l'un des principaux problèmes qui touchent les classes populaires est celui du logement. Entassés dans des « îlots », des « ruches » ou des « subalugas », sans hygiène, sans confort, sans intimité, les habitants pauvres de la ville se mobilisent et partent à la conquête du droit au logement et à la ville. L'une des expressions de cette organisation populaire fut le Conseil révolutionnaire des habitants de Porto, organe de coordination des différents comités d'habitants de la ville, dont nous allons retracer l'histoire.

Mots-clés: mouvement de citadins, révolution portugaise, comités de citadins, Conseil Révolutionnaire des Citadins de Porto.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

Resumen: Con la Revolución del 25 de abril de 1974 se produjeron cambios notables en el sistema político, la propiedad, las condiciones de trabajo, la sanidad, la educación, la cultura y la vivienda. En Oporto, uno de los principales problemas que afectaban a las clases trabajadoras era la vivienda. Hacinados en «islas», «colmenas» o «subalugas» y carentes de higiene, comodidad o privacidad, los habitantes pobres de la ciudad se movilizaron y se propusieron conquistar el derecho a la vivienda y a la ciudad. Una de las expresiones de esta organización popular fue el Consejo Revolucionario de los Habitantes de Oporto, órgano de coordinación de los diversos comités de vecinos de la ciudad, de cuya historia nos ocuparemos aquí.

Palabras clave: movimiento de residentes, revolución portuguesa, comités de residentes, Consejo Revolucionario de Residentes de Oporto.

Notas introdutórias

Contrariando as indicações dadas pelo Movimento das Forças Armadas, a população de Lisboa, primeiro, e de todo o país, depois, inundou as ruas de Portugal a partir da manhã de 25 de abril de 1974 e de um golpe militar fez uma revolução. Os portugueses que encheram as ruas naquele momento histórico decidiram deixar de ser um sujeito político passivo, tomando nas suas mãos a construção do Portugal democrático. A participação popular no processo revolucionário marcou-lhe o ritmo, a feição e a direção até ao golpe de 25 de novembro de 1975, quando a opção tendente à edificação de uma sociedade socialista, sustentada nos órgãos de base do poder popular, é derrotada e termina o período revolucionário.

Simultaneamente expressão e sustentáculo da Aliança Povo-MFA, surgiram cooperativas agrícolas, coletividades recreativas, culturais ou desportivas, comissões de trabalhadores, de rendeiros ou de moradores, assim como assembleias de estudantes, de bairro ou de freguesia, entre muitas outras formas de organização tendentes à construção de uma democracia direta. “A generalização de formas de participação popular e da politização das relações sociais foi o elemento que distinguiu o processo de transição” (Palacios Cerezales, 2005: 19), marcado por greves, manifestações, comícios, formação de órgãos de poder popular nos bairros e nos locais de trabalho, ocupação e autogestão de casas, propriedades agrícolas e empresas. De acordo com Santos, o biénio revolucionário foi marcado pela oposição entre a “legalidade democrática”, gradualista e demoliberal, e a “legalidade revolucionária”, imediatista e tendente à “transformação radical do Estado”. Apesar de esta tensão ter estado latente durante todo o período, as organizações representativas dos trabalhadores ou dos moradores não deixaram de

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

recorrer ao Estado para garantir a consagração legal dos “resultados das suas lutas”. Este recurso ao Estado, no âmbito de uma “legalidade de rutura”, processou-se, essencialmente através da ratificação de iniciativas já realizadas pelos movimentos à margem do quadro legal existente (por exemplo, ocupação de casas) e de inovações legislativas propostas pelos partidos, procurando que as realizações do movimento popular fossem vertidas em leis e protegidas ao abrigo das “formas jurídicas oficiais, tradicionais” (Santos, 1990: 32-33).

A habitação era, à data da revolução, uma das mais graves necessidades dos portugueses (Pereira, 1983; Pereira, 2011). Sendo esta uma realidade transversal a todos os aglomerados urbanos do litoral do país, o Porto era das cidades em que o problema se colocava com maior acuidade dada a natureza estrutural do problema, que se arrastava e agravava desde o final do século XIX, devido à industrialização e ao êxodo rural em direção à cidade, e ao longo do século XX, nem a I República nem o Estado Novo conseguiram resolver, apesar de terem desenvolvido programas de construção de habitação popular, esta insuficiência e precariedade habitacional (Pereira, 2011). Ainda que após o desfecho da 2.^a Guerra Mundial e “mantendo-se o controlo repressivo como traço fundamental da acção do regime [...], o Estado favorecerá de um modo mais claro a implementação de processos de urbanização capitalista, encarando os projectos habitacionais como elementos cruciais do desenvolvimento das maiores cidades” (Pereira, 2011: 551). Reconhecendo a gravidade da carência habitacional, farão com que o Estado Novo expanda o programa de “Casas Económicas”, sobretudo dirigidas ao funcionalismo público e às classes médias, se empenhe na construção de “grandes bairros de habitação colectiva com fins sociais [...] para o operariado (regularmente grandes, de baixa qualidade, pouco equipados e localizados na periferia da cidade” (Pereira, 2011: 551). Invocando preocupações com a saúde pública, o regime vai ainda olhar para os bairros de lata e as “ilhas” como um problema a resolver.

Entre as primeiras movimentações de tipo (apenas parcialmente) espontâneo a seguir ao 25 de Abril, a organização dos moradores em comissões (Rodrigues, 1997; Vilaça, 1994; Pereira, 2013; Queirós & Pereira, 2018) e a criação de organismos públicos de resposta às exigências sociais, como o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) ou o Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira/Barredo (CRUARB),

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

tornou possível “a intervenção de movimentos populares de luta pela casa e pelo direito à cidade” e “para os arquitectos, abriu um campo vasto e urgente de projecto, fundamentado na participação directa e diversificada das populações” (Vieira, 1986: 37). O SAAL, nomeadamente o SAAL/Norte, tem sido objeto de numerosos estudos que apontam a originalidade do seu projeto de articulação de saberes dos técnicos com a participação popular¹. Como sublinhou Pereira, “ao fim de pouco mais de dois anos de experiência, à data da sua extinção como serviço, o SAAL envolvia 150 operações [...]. No conjunto, mais de 40 mil famílias pobres, organizadas em 14 Cooperativas de Habitação Económica, 16 Comissões de Moradores e 128 Associações de Moradores, recebiam apoio do SAAL” (2014: 29).

No Porto, o movimento de moradores foi um dos que mais se destacou no âmbito das organizações de poder popular, ficando a dever-se o seu dinamismo à situação de emergência habitacional existente na cidade. Logo em 30 de abril, moradores do bairro camarário de S. João de Deus reuniram-se em assembleia e elegeram a primeira comissão de moradores da cidade, que, no dia seguinte, participava já, com materiais e reivindicações próprias, na manifestação do 1.º de Maio e, dias depois, entregava o seu caderno reivindicativo no Quartel-General do Porto². A este respeito, Queirós & Pereira sublinham que a rapidez, a intensidade e a dimensão com que o movimento de moradores portuense surgiu não foram inteiramente espontâneas, mas fruto de “uma história prévia de ‘resistência quotidiana’ e de participação associativa local” (Queirós & Pereira, 2018: 867), quer no Bairro S. João de Deus quer em muitos bairros camarários, “ilhas” e na zona da Ribeira/Barredo.

Para Rodrigues, o movimento de moradores do Porto, tendo-se centrado, numa fase inicial, apenas na reivindicação de mais e melhor habitação, “evoluiu, a partir de Dezembro de 1974, no sentido de um movimento social que pôs em causa o modelo de crescimento urbano e contestou a existência de desigualdades no processo de apropriação do espaço” (Rodrigues, 1997: 144). Se, numa primeira fase, os moradores dos bairros

¹ Cf. Antunes, 2023; Baía, 2018; Bandeirinha, 2007; Coelho, 1986; Costa, 2022; Nunes e Serra, 2003; Pereira, 2014; Portas, 1986; Rodrigues, 2018. Ver ainda a coleção *Cidade Participada – Arquitectura e Democracia* composta por cinco volumes publicados pela Tinta da China entre 2016 e 2024.

² “Moradores dos bairros camarários querem o termo do regulamento”. *Jornal de Notícias*, 3 de maio de 1974, p. 4.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.

DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

camarários, das “ilhas” e dos “subalugas” se manifestaram no sentido da revogação do “regulamento fascista” nos bairros camarários e pelo incremento das condições de habitabilidade, salubridade e dignidade nas “ilhas” (Queirós & Pereira, 2018), depressa evoluíram para uma linha de atuação tendo em vista a socialização dos solos urbanos. É neste contexto de forte mobilização do movimento de moradores, de desenvolvimento das operações do SAAL/Norte e da criação de dezenas de comissões de moradores que nasce o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto (CRMP). Partindo desta análise breve do Estado Arte sobre o movimento de moradores porto no período revolucionário, visa-se aprofundar o conhecimento sobre o papel do CRP através do recurso a uma fonte impressa, o *Jornal de Notícias*, escolhida por ser o jornal de maior difusão na cidade do Porto e com maior número de notícias sobre o movimento de moradores da cidade. Nessa conformidade, procura-se determinar o contexto político-social em que surgiu, os problemas a que pretendeu dar resposta no quadro do movimento de moradores, o seu funcionamento interno, as comissões de moradores mais ativas, a sua relação com o SAAL, os partidos políticos, os órgãos de poder local e central e os demais movimentos populares.

De 25 de abril de 1974 a 11 de março de 1975: formação e desenvolvimento do movimento de moradores

Depois da iniciativa dos moradores do Bairro S. João de Deus, em 12 de maio, o *Jornal de Notícias (JN)* noticiava que “a população da Ribeira denunciou os subalugas”, tendo ainda pedido a cedência de casas camarárias. Queixavam-se das rendas exorbitantes, dos abusos dos subalugas, de existirem famílias de 10 e 12 pessoas a habitar um quarto exíguo, da falta de salubridade e de instalações sanitárias. Estava-se, então, a construir o Bairro do Aleixo para as realojar. No entanto, dada a urgência, exigiram que estas famílias fossem realojadas nas 315 casas vagas que a CMP tinha disponíveis, 220 delas no bairro do Bom Pastor³. No dia seguinte, realizou-se uma manifestação dos moradores dos bairros pobres do Porto, sobretudo oriundos da zona da Ribeira e do Barredo. Em 15 de maio, moradores do Cerco do Porto aprovaram a anulação do

³ “A população da Ribeira denunciou os subalugas”. *Jornal de Notícias*, 12 de maio de 1975, p. 5.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

“regulamento fascista”, o estudo da possibilidade de as habitações passarem à situação de renda resolúvel, o reembolso das rendas pagas a 100%, a criação de infantários, creches e salas de estudo, a suspensão de todas as ordens de despejo em curso, a supressão do carácter repressivo dos fiscais dos bairros, o estudo da atribuição dos escalões de renda e o realojamento dos inquilinos que tivessem ordem de despejo⁴. Três dias depois, foi a vez de se reunirem os moradores da Pasteleira. Ainda em maio, os moradores dos bairros camarários apresentaram as suas reivindicações à CMP e realizaram uma manifestação exigindo a revogação do regulamento dos bairros camarários. No final desse mês, verificaram-se ainda ocupações de casas desabitadas no bairro de S. João de Deus. De acordo com Saaristo, Lages e Tomé (2024) entre 26 de abril e 9 de maio, cerca de 2000 casas foram ocupadas em Lisboa, Setúbal, Porto e Madeira. Numa primeira fase, como foi o caso das casas desabitadas do Bairro S. João de Deus, os ocupantes visavam, essencialmente, habitações estatais ou municipais desocupadas ou cuja construção não fora ainda concluída.

No mês de junho, foi a vez de se começarem a organizar os moradores do bairro camarário da Rainha D. Leonor e do bairro do Falcão. O mês de julho iniciou-se com a formação da comissão de moradores da zona da Sé⁵ e prosseguiu com o primeiro plenário de comissões de moradores⁶. Nele foram aprovados os “Princípios Reguladores dos Bairros Camarários da Cidade do Porto”, um caderno reivindicativo comum que deveria somar-se aos que cada comissão elaboraria. Este plenário juntou representantes dos bairros do Cerco, de Agra do Amial, da Pasteleira, de S. João de Deus, do Lagarteiro, do Caniçal, do Falcão, do Regado, de Aldoar, de S. Roque, de Machado Vaz, da Fonte da Moura e da Rainha D. Leonor.

No que viria a ser uma decisão vital para o desenvolvimento das comissões de moradores do Porto, em 31 de julho foi criado o SAAL, por despacho conjunto do ministro da Administração Interna, Costa Brás, e do secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas. O SAAL, sobretudo no Porto, foi capaz de estabelecer uma

⁴ “Moradores do Cerco do Porto unidos para não serem vencidos”. *Jornal de Notícias*, 16 de maio de 1974, p. 4.

⁵ “Na Zona da Sé o Povo é quem mais ordena”. *Jornal de Notícias*, 3 de julho de 1974, p. 4.

⁶ “Denunciado o regulamento fascista actualmente suspenso. Bairros camarários: os moradores querem ser quem decide a sua vida”. *Jornal de Notícias*, 15 de julho de 1974, p. 4.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

relação de proximidade e cooperação com os moradores, acabando também por contribuir para a dinamização e estruturação do seu movimento. Também de grande significado e importância no campo da resposta estatal à crise habitacional, importa referir a criação do Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo em 28 de setembro por despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e Ambiente, então dirigido por José Augusto Fernandes. A urgência da resolução do problema habitacional do Porto levou o secretário de Estado da Habitação e Urbanismo a uma visita de trabalho à cidade em 14 de outubro. Nessa ocasião, prometeu uma maior dotação financeira à Secção Norte do Fundo de Fomento à Habitação (FFH) e a construção de 440 fogos no Viso e de 300 em Lordelo; estes somar-se-iam aos 500 já em construção em Lordelo, S. João de Deus, Falcão e Contumil. Entre 15 e 24 de outubro, moradores das Antas, da zona ribeirinha de Massarelos e de S. Vítor começaram a reunir com técnicos do SAAL/Norte.

Em 25 de novembro de 1974, perante um mandado de despejo que sobre eles impendia, moradores de uma “colmeia” na Rua D. João IV reuniram-se com representantes dos inquilinos de outros “subalugas”. Marcaram para o sábado seguinte, 30 de novembro, uma reunião, no terreiro da Sé, dos moradores de “subalugas” e “ilhas” e de todos os que viviam “em condições de miséria”. No documento de apelo à participação, afirmavam lutar “contra a subaluga que nos explora e oprime e contra as leis fascistas ainda em vigor, que a defendem a ela e nos atacam a nós” e diziam ser a “classe operária que tudo produz, e que constrói os prédios. Como tal temos o direito à habitação” e ainda que se sabia “que há muitas casas de vago nos bairros da Câmara”, que “os senhorios, sendo uns grandes capitalistas que querem explorar à vontade, recusam-se a alugar por causa da lei e os construtores deixaram de construir” e que “os burgueses têm muitas casas de vago, mas se um trabalhador as vai ocupar com a sua família, é preso, como sucedeu em Lisboa, e é obrigado a regressar para a miséria no bairro de lata ou na ilha” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 97-98). Este é um dos muitos exemplos que atesta que da exigência de habitação condigna, o movimento de moradores evoluiu no sentido de pôr em causa todo o sistema capitalista e o seu modo de apropriação da riqueza e dos solos urbanos e urbanizáveis – um processo qualitativo de tomada de consciência política por parte dos moradores, que passaram a entender que não

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

existiria solução para o problema da habitação enquanto a exploração capitalista não fosse definitivamente superada.

Em 30 de novembro de 1974 houve nova manifestação do movimento de moradores do Porto contra os “subalugas” e pelo direito à habitação, que culminou com a invasão da CMP, forçando o diálogo com a sua Comissão Administrativa (CA). Contudo, poucos dias depois, a CA proibiu as intervenções populares nas sessões públicas da Câmara⁷. Dezembro começou com o primeiro plenário, reunido na Escola Superior de Belas-Artes do Porto (ESBAP), das comissões de moradores ligadas ao SAAL/Norte, sendo aí criada a Comissão Coordenadora das Comissões e Associações de Moradores do Porto e eleito o seu secretariado. Nela, estiveram presentes comissões dos bairros Acácio, Parceria e Antunes, Chaves de Oliveira, Lapa, Antas, Bela Vista, S. Vítor e Leal, representando cerca de 8500 moradores. Neste plenário, as comissões debateram, sobretudo, as condições que teriam de suportar para que os seus bairros fossem beneficiados pelas operações do SAAL. Nesse sentido, exigiram à Secretaria de Estado da Habitação e do Urbanismo: “a) Subsídio de Fundo Perdido no mínimo de 90 000\$00; b) Empréstimo reembolsável no prazo mínimo de 25 a 30 anos; c) Juro máximo de 2% ao ano” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 102). Ainda nesse mês, o SAAL/Norte apresentou a sua primeira proposta de estatutos para as associações de moradores e assistiu-se à atribuição de 64 casas no Aleixo a moradores do Barredo⁸.

Fruto das carências habitacionais no concelho do Porto e da ação reivindicativa dos moradores da cidade, o governo decidiu suspender, através do Decreto-Lei 6/75, de 7 de janeiro de 1975, as ações de despejo judiciais e administrativas que tivessem por base a sublocação ou a mera ocupação. Aplicava-se apenas ao concelho do Porto e às zonas limítrofes do mesmo. Dez dias depois, a Comissão Central de Moradores dos Bairros Camarários do Porto reuniu-se com os meios de comunicação social para prestar contas acerca da sua atividade, que abrangia, segundo afirmaram, cerca de 50 mil moradores. Apresentou ainda o estatuto-base da Comissão Central (CC), exigiu o fim do “regulamento fascista” dos bairros camarários e denunciou as dificuldades no trabalho com a CMP, nomeadamente os obstáculos levantados aos seus pedidos de diálogo com o

⁷ *Jornal de Notícias*, 4 de dezembro de 1974, p. 5.

⁸ “Sessenta e quatro casas distribuídas. A população do Barredo à conquista do Aleixo”. *Jornal de Notícias*, 23 de dezembro de 1974, p. 3.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

presidente da CA. As denúncias das dificuldades colocadas pela CMP, exceto durante a vigência da Comissão Administrativa Militar, foram uma constante tanto por parte das comissões de bairros camarários, como das que estavam ligadas ao SAAL/Norte.

Em 25 de janeiro, estando o secretário de Estado da Habitação e Urbanismo a reunir com delegados da CC, os moradores ligados ao SAAL/Norte promoveram uma manifestação de apoio aos seus representantes nessa reunião. Nela, os delegados das comissões de moradores expuseram os principais problemas dos seus bairros e receberam a garantia de que estava prestes a ser publicado o decreto-lei que enquadraria legalmente a expropriação dos terrenos, assim como de que estavam a ser realizados esforços no sentido de simplificar a legalização das comissões. Desde o início do ano até 11 de março de 1975, cresceu o número de ocupações de casas desabitadas ou devolutas por parte de moradores pobres em todo o país. No Porto, moradores das ilhas da Bouça, de Burgães, da Peneda e de Marques Marinho decidiram em assembleia-geral, realizada em 8 de fevereiro, a ocupação de um prédio abandonado, com 32 habitações disponíveis, na rua do Melo à Tutoria. Até ao final do mês, verificaram-se ainda ocupações, entre outros locais, nas ruas de Mouzinho da Silveira, de S. João, da Restauração, de S. Bartolomeu, de D. Manuel II e de S. Vítor. Como noticiou em manchete o *JN*, nem a zona tradicionalmente mais rica do Porto, a Foz do Douro, escapava à vaga de ocupações, com dez casas a serem ocupadas durante o fim-de-semana de 22 e 23 de fevereiro de 1975⁹. Esta segunda vaga de ocupações está estreitamente relacionada com o disposto no Decreto-Lei n.º 445/74, de 12 de setembro de 1974, que, no seu Artigo 5.º, dava um prazo de 120 dias aos senhorios com imóveis desocupados para os colocarem no mercado de arrendamento. Quase esgotado o período concedido pelo II Governo Provisório, que pretendia proteger a propriedade privada da primeira vaga de ocupações, acabou por “criar as condições que, mais tarde, legitimariam estas ocupações” (Saaristo, Lages, Tomé, 2024: 91).

No que concerne à estruturação do movimento de moradores, decorreu mais uma reunião das comissões dos bairros camarários, em 22 de fevereiro, com o intuito de discutir a contraproposta da CMP às suas exigências. Ainda no que respeita aos bairros

⁹ “Não escapa – Zona selecta do Porto... Dez casas da Foz do Douro foram ocupadas durante o fim-de-semana”. *Jornal de Notícias*, 24 de fevereiro de 1975, p. 1 e 3.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

camarários, em 8 de março realizaram-se eleições para as comissões de moradores dos seguintes bairros: Fonte da Moura, Pasteleira, Outeiro, São Roque da Lameira, Pinheiro Torres, Lagarteiro, S. João de Deus, Regado, Rainha D. Leonor, Caniçal, Francos e Aldoar¹⁰. Estas comissões foram de imediato reconhecidas pela CMP, que passaria a dialogar diretamente com cada uma delas e a reconhecê-las como interlocutores legítimos.

Do 11 de março de 1975 à formação do CRMP: crescimento, organização e radicalização

O contexto político tornou-se ainda mais favorável à luta popular depois da derrota da segunda tentativa de golpe de Estado contrarrevolucionário dirigido por António de Spínola. Tal fica demonstrado, por exemplo, na decisão da Câmara Municipal de legalizar todas as ocupações ocorridas até 31 de janeiro. Em 18 de março, 29 comissões de moradores, 23 brigadas técnicas e a Comissão Coordenadora do SAAL/Norte realizaram um plenário na ESBAP e apresentaram “um caderno reivindicativo referente à situação de total paralisação do processo SAAL” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 127). Nesse plenário, as comissões presentes afirmaram representar mais de 35 mil moradores e, entre críticas ao poder e ao funcionalismo municipal, assim como à direção do FFH, defenderam que os governos provisórios, até aí, não haviam definido ainda “uma política de defesa total dos interesses dos moradores em luta” e que, hesitantes, não demonstraram “de modo inequívoco estar dispostos a afastar de vez a lógica do capitalismo quanto a financiamentos, valorização de terrenos a expropriar, condução popular das operações e definição do tipo qualitativo mínimo das habitações a construir” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 129). Por fim, apresentaram também um caderno reivindicativo ao Conselho da Revolução e ao novo governo provisório, composto por dez alíneas – destacam-se as exigências de saneamento do funcionalismo da CMP e da direção do FFH, o desbloqueamento da contratação de brigadas técnicas e concessão de prioridade

¹⁰ “Eleitas as Comissões dos bairros camarários – operação controlada pelo Município do Porto”. *Jornal de Notícias*, 9 de março de 1975, p. 5.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

administrativa a todos os assuntos referentes às operações SAAL (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 129).

Na sua edição de 27 de março, o *JN* dava conta da ocupação de 50 casas, durante a noite anterior, nas torres da Pasteleira, tendo sido a Polícia Militar chamada ao local para proceder ao despejo destas famílias. Em 5 de abril, realizou-se novo plenário das comissões de moradores, dos trabalhadores do SAAL/Norte e das brigadas técnicas. Estiveram presentes 32 comissões de moradores que seguiram depois, em manifestação, até ao Quartel-General do Porto, onde foram recebidos pelo brigadeiro Eurico Corvacho (recém-empossado comandante da Região Militar Norte). Nesse plenário, exigiu-se a nacionalização dos solos urbanos e urbanizáveis e a sua gestão pela população por intermédio das associações de moradores, a concretização imediata de todos os processos de expropriação, a imediata ocupação, organizada pelas associações, das casas abandonadas, o reconhecimento imediato das comissões de moradores, a autonomização do SAAL em relação ao FFH e o saneamento da CA da CMP (Conselho Nacional do SAAL 1976: 131).

Estas reivindicações foram entregues ao Conselho Superior da Revolução em 8 de abril, em Lisboa, por uma delegação de representantes dos moradores e dos trabalhadores do SAAL/Norte. No dia 10, o *JN* deu conta de que o Conselho de Ministros voltara a reunir especificamente para discutir o tema da habitação, tendo estabelecido penas para quem ocupasse casas já atribuídas a outras pessoas, assim como aprovara um decreto-lei, aplicável apenas no concelho do Porto, para pôr cobro à especulação efetuada por intermediários sobre fogos sobreocupados. Nesse mesmo dia, foi decidida, em sessão extraordinária da CMP, a construção de 456 casas populares. No dia seguinte, dois membros do governo visitaram a cidade e afirmaram que eram necessários dez mil fogos para resolver o problema da habitação, sendo anunciada uma nova lei de solos que previa as exigidas expropriações e a municipalização dos solos urbanos¹¹.

As eleições constituintes, realizadas em 25 de abril de 1975, tiveram impacto na direção e no ritmo da Revolução e agravaram as suas contradições. O Partido Socialista (PS) obteve uma vitória clara (37,82%) e o Partido Popular Democrático (PPD) teve um resultado bastante significativo (26,41%). Assim, quase dois terços dos votantes nas

¹¹ “Jornada de Trabalho de dois membros do governo...”. *Jornal de Notícias*, 12 de abril de 1975, p. 4.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

eleições para a Assembleia Constituinte demonstraram a sua preferência pelos partidos que defendiam a moderação do processo revolucionário. Deste modo, passaram a opor-se dois tipos de legitimidade política. O PS, o PPD e o Centro Democrático Social (CDS), com a maioria dos assentos na Constituinte, procuravam – ao contrário do que havia sido firmado no Pacto MFA-Partidos – fazer sobrepor a legitimidade eleitoral. O MFA, o Conselho da Revolução, o Partido Comunista Português e os partidos da esquerda revolucionária procuravam consagrar o poder popular. A conflitualidade entre estes dois blocos marcou a vida política nacional, pelo menos, até 25 de novembro de 1975.

Em 12 de maio, o diário portuense noticiou a convocação de uma manifestação nacional de moradores para o dia 17 de maio. Esta apresentava como principal reivindicação a revogação do decreto-lei 198-A-75, referente às ocupações de casas. Na convocatória para a manifestação, que percorreu um trajeto entre a Praça General Humberto Delgado e o Quartel-General do Porto, as comissões classificavam aquele decreto-lei como “antipopular” (Conselho Nacional do SAAL 1976, 153). Os manifestantes entregaram um caderno reivindicativo ao brigadeiro Corvacho, caracterizando as ocupações como “um amplo movimento popular dirigido contra os abusos intoleráveis dos proprietários que mantinham, e mantêm, casas vazias em bom estado e habitáveis, apenas em nome do seu direito de propriedade” (Conselho Nacional do SAAL 1976, 153). Consideravam ainda que a justiça das ocupações não fora questionada, esperando, por conseguinte, que o Conselho da Revolução lavrasse uma lei que as legitimasse e que não procurasse agradar a senhorios e moradores. No Quartel-General do Porto, foi garantido aos manifestantes que a CA da CMP seria substituída e que passaria a ser um militar a presidir a autarquia¹².

Em 28 de maio, cumprindo a promessa feita aos manifestantes, tomou posse a nova CA, que, poucos dias depois, reconheceu oficialmente as comissões de moradores como “órgãos representativos das populações, elementos fundamentais do processo revolucionário [...], como órgãos de efectiva colaboração e participação nas decisões da competência do presidente da Câmara e da Câmara Municipal do Porto”¹³.

¹² “Presidente Militar na Câmara do Porto”. *Jornal de Notícias*, 18 de maio de 1975, p. 3.

¹³ *Jornal de Notícias*, 4 de junho de 1975, p. 11.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto e a radicalização do movimento popular no verão de 1975

No final de junho de 1975, foi criado o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto. A sua fundação foi noticiada em 21 de junho, afirmando-se que o CRMP era “constituído por representantes de cada comissão e investido de um estatuto de independência total face à Câmara, mas com poderes de vigilância e controlo das atividades e serviços desta, que lhe fornecerá apoio burocrático e instalações”. De acordo com a proposta, a CMP não poderia tomar quaisquer decisões relativamente ao domínio de intervenção das comissões de moradores sem ouvir o CRMP. Para além de se apresentar como interlocutor privilegiado da Câmara nos assuntos referentes à habitação, o CRMP exigia ainda que as comissões estivessem representadas na vereação por três representantes. O caderno de encargos apresentado pelo CRMP à CMP reivindicava ainda que a Comissão Administrativa da CMP passasse a reunir, mensalmente, à porta aberta, e, quinzenalmente, com o CRMP, a Comissão Central dos Bairros Camarários e o Secretariado das Juntas de Freguesia (Conselho Nacional do SAAL 1976, 172).

Julho arrancou com o governo a anunciar leis sobre a municipalização dos solos e as expropriações¹⁴ e com o início das operações do SAAL¹⁵. No dia 4, a CA da CMP reuniu com representantes das comissões de moradores ligadas ao SAAL, com as comissões de moradores dos bairros camarários, com delegados das Juntas de Freguesia e com representantes dos trabalhadores da autarquia – cumpria-se a exigência apresentada a 20 e 26 de junho pelo CRMP. A ideia era “criar uma assembleia consultiva mandatada pela população portuense para prestar apoio à Câmara face aos inúmeros e complexos problemas que se lhe deparam”¹⁶. Em 8 de julho, foi apresentada, pela Comissão Coordenadora das Comissões e Associações de Moradores ligadas ao SAAL/Norte, uma proposta de reorganização do movimento de moradores, elaborada na sequência de uma reunião em que compareceram 27 comissões. Nesta proposta, que previa a extinção da referida Comissão Coordenadora, foram sistematizados o funcionamento e a composição

¹⁴ “Municipalização dos solos: legislação para breve”. *Jornal de Notícias*, 1 de julho de 1975, p. 4.

¹⁵ “Operação S.A.A.L. começa com sangue”. *Jornal de Notícias*, 2 de julho de 1975, p. 4.

¹⁶ “Representantes das populações formam comissão municipal”. *Jornal de Notícias*, 5 de julho de 1975, p. 4.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

interna do CRMP. O Conselho deveria reunir semanalmente e ser composto por dois representantes de cada comissão ou associação de moradores. Os representantes das comissões e associações elegeriam um secretariado composto por nove elementos – todos de comissões diferentes – e seis representantes seus, livremente substituíveis, para serem delegados no Conselho Municipal da CMP; a eleição destes seis representantes não constituía entrave à presença de qualquer associação ou comissão de moradores nas reuniões do Conselho Municipal. As reuniões do CRMP realizar-se-iam nas instalações do SAAL/Norte, reforçando-se a ligação entre a estrutura de coordenação do movimento de moradores e o Serviço.

Em 12 de julho, o *JN* noticiou a atribuição de 380 mil contos à CMP para a construção de 1800 casas. Nesse mesmo dia, realizou-se uma manifestação de apoio das comissões dos bairros camarários ao documento-guia do MFA e à intensificação da participação popular na construção do socialismo. Em 14 de julho, foi a vez de a associação de moradores do bairro da Bouça demonstrar o seu apoio ao MFA, depois de ocupar uma fábrica abandonada onde pretendia dinamizar iniciativas culturais, um infantário e uma cooperativa de consumo. Seguiu-se o apoio da comissão de moradores das zonas de Justino Teixeira, Godim e D. Lopo de Almeida. Em 16 de julho, “45 Comissões de Moradores convocam manifestação de apoio ao poder popular”. A manifestação ocorreu no Porto, dois dias depois, e nela foi apresentada uma moção que tomava como irreversível o avanço das operações SAAL e exigia a defesa dos interesses dos pequenos proprietários expropriados. Propugnava ainda que o avanço da luta e das conquistas dos moradores-trabalhadores “deve fazer-se – e far-se-á – à custa da destruição do capitalismo e dos interesses dos especuladores imobiliários” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 179).

Em 6 de agosto, a União dos Sindicatos do Porto organizou uma manifestação de apoio à Aliança Povo-MFA, que contou com uma grande adesão do movimento de moradores. No mesmo dia, reuniu o plenário das comissões e associações de moradores ligadas ao SAAL/Norte. Neste plenário, “foram [...] denunciadas *comissões fantoches* de moradores da Foz e da zona residencial da Boavista, como forças que se tentam infiltrar e boicotar o trabalho dos inquilinos trabalhadores”¹⁷. Em 20 de agosto, Eurico Corvacho

¹⁷ “COPCON condena ocupações selvagens de habitações”. *Jornal de Notícias*, 7 de agosto de 1975, p. 4.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

foi substituído no comando da RMN por Agostinho Ferreira – em setembro, Pires Veloso assumiria o cargo. Esta decisão motivou a realização de duas manifestações que reivindicavam o regresso de Corvacho e apoiavam o V Governo Provisório. Em sentido oposto, o PS convocou uma manifestação contra o V Governo Provisório e o brigadeiro Eurico Corvacho para o dia 27 de agosto. No dia anterior, em comunicado publicado pelo *JN*, o CRMP repudiou a ação do PS e alertou “a população ‘no sentido de não se deixar manobrar’”¹⁸. Em 29 de agosto, realizar-se-ia nova manifestação de apoio ao V Governo Provisório, ao brigadeiro Corvacho e à defesa do processo revolucionário. Desta feita, o protesto uniu comissões de moradores e de trabalhadores, USP/Intersindical, FSP, LCI, MES, MDP/CDE, PCP e PRP-BR.

O mês de setembro começou com um novo revés para o movimento de moradores: no dia 2, a Comissão Administrativa Militar, responsável pela criação do Conselho Municipal do Porto e por um amplo conjunto de medidas que beneficiou os moradores, pediu a demissão. Para discutir a demissão da CA da CMP, reuniram, em 6 de setembro e à mesma hora, duas organizações que integravam comissões de moradores: o CRMP e a Assembleia Popular do Porto. Na reunião promovida pelo CRMP, estiveram presentes 45 comissões de moradores e deliberou-se o envio de observadores à sessão da Assembleia. As propostas apresentadas motivaram muita discussão, sobretudo a que defendia que fossem representantes do CRMP a assumir a gestão do município, sendo afirmado que “a função das comissões não é gerir, mas somente reivindicar os direitos”¹⁹. Comum a ambas as reuniões foi a decisão de apoiar a CAM demissionária e de apelar à sua permanência. No fundo, temia-se que a nova gestão da CMP representasse um retrocesso face ao que havia sido implementado no sentido “do enraizamento das Comissões de Moradores”²⁰. Esta reunião do CRMP serviu ainda para debater os desenvolvimentos da crise político-militar: nesse mesmo dia, o V Governo Provisório apresentara a sua demissão.

¹⁸ “Alerta do Secretariado do Conselho Revolucionário de Moradores do Porto”. *Jornal de Notícias*, 27 de agosto de 1975, p. 4.

¹⁹ “Discute-se hoje a demissão dos militares da Câmara Portuense”. *Jornal de Notícias*, 6 de setembro de 1975, p. 4.

²⁰ “Reunião de comissões ligadas ao processo SAAL/Norte”. *Jornal de Notícias*, 7 de setembro de 1975, p. 4.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

A queda do V Governo Provisório e a tomada de posse, 19 de setembro, do VI Governo Provisório, chefiado por Pinheiro de Azevedo, deu início a um período marcado pelo extremar de posições, pelo exacerbamento das divergências existentes no seio das Forças Armadas e pela perda de poder relativo das forças que reivindicavam a legitimidade revolucionária. Neste quadro político-social, o movimento de moradores integrou-se no movimento geral de defesa da via socialista face retrocesso que as transformações políticas do verão de 1975 antecipavam. Destaca-se ainda a criação, em 7 de setembro, da organização militar Soldados Unidos Vencerão (SUV), movimento com o qual o CRMP e o Conselho Municipal do Porto convergiram em diversas ações de protesto.

A primeira destas iniciativas realizou-se em 10 de setembro, uma “grandiosa manifestação revolucionária em ruas do Porto”²¹. Convocada pelos SUV, que mobilizaram 2000 soldados, esta manifestação recebeu ainda o apoio da UDP, do MES, da LCI, do PRP-BR, da LUAR, do MDP/CDE e do Conselho Municipal do Porto. Este último, extinto pela nova CA da autarquia, reuniu no dia seguinte “apenas algumas dezenas de munícipes”²² em sessão pública realizada frente à Câmara Municipal. Na moção aí aprovada, declarava-se que a atitude da CMP face ao Conselho decorria do clima contrarrevolucionário que se vivia no seio do MFA e que era necessário tomar medidas urgentes que clarificassem “a marcha da Revolução, rumo ao Socialismo”²³. No mesmo dia, o CRMP promoveu uma conferência de imprensa em que esclareceu a sua posição face à exoneração da CAM: esta havia sido a única que defendera os interesses dos moradores e correspondera às suas necessidades e reivindicações, declarando que, “com a sua saída se corre o risco da nomeação de um órgão gestor de direita ou formado por cozinhados partidários que não servem os interesses dos moradores levando à perda das conquistas já alcançadas”²⁴.

²¹ “Grandiosa manifestação revolucionária em ruas do Porto”. *Jornal de Notícias*, 11 de setembro de 1975, p. 1.

²² “Conselho Municipal do Porto debateu problemas no meio da praça”. *Jornal de Notícias*, 12 de setembro de 1975, p. 4.

²³ *Idem*

²⁴ “Senhorios pobres é preocupação do Conselho de Moradores”. *Jornal de Notícias*, 12 de setembro de 1975, p. 4.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

Em novo plenário, realizado em 13 de setembro, o CRMP manifestou-se contra o saneamento dos militares da CMP, a dissolução do Conselho Municipal e o bloqueamento do processo SAAL. Em 16 de setembro, decorreu nova sessão pública do Conselho Municipal. E, se “a primeira sessão foi voluntária, a de agora foi forçada na medida em que ontem, ao apresentarem-se ao portão do edifício da Câmara Municipal foi-lhes dito que não havia autorização para franquear os batentes”²⁵. O Conselho Municipal propôs-se elaborar um documento, a distribuir pela população da cidade, em que denunciaria esta situação, e afirmou a intenção de realizar um plenário, a nível concelhio ou metropolitano, com as várias estruturas unitárias de base, tendo em vista a elaboração de um caderno reivindicativo comum.

Nesse agitado mês de setembro, decorreram ainda mais dois plenários das comissões de moradores da região Norte, em 18 e 23 de setembro, na ESBAP. Neles, estiveram representadas 41 comissões, no primeiro encontro, e 33, no segundo, que debateram “o caso das comissões fantoches”²⁶. Em 19 de setembro, no mesmo dia em que o VI Governo Provisório tomava posse, realizou-se nova sessão pública do Conselho Municipal nos Paços do Concelho. Altamente participada, a reunião terminaria com a tomada do edifício da CMP por parte dos populares presentes. A perseverança dos moradores levou a que, quatro dias depois, fosse anunciada uma nova CAM para a CMP²⁷, promessa que não seria cumprida. A sessão do Conselho Municipal de 26 de setembro, novamente na rua, terminou com uma manifestação que percorreu a baixa portuense.

Outubro seria ainda mais intenso do ponto de vista da luta política e social. No que toca ao campo revolucionário, registaram-se quatro protestos de maior envergadura. O primeiro deles, logo no dia 3, levou trabalhadores, moradores e soldados a manifestarem-se junto ao Centro de Instrução de Condutores Auto do Porto (CICAP) contra o encerramento dessa unidade militar e o saneamento dos oficiais e soldados de esquerda. A questão do CICAP/Regimento de Artilharia da Serra do Pilar (RASP) iria ser central nas movimentações populares que decorreram ao longo de todo o mês. Em 6 de outubro,

²⁵ “Mais uma vez na praça pública...”. *Jornal de Notícias*, 17 de setembro de 1975, p. 4.

²⁶ “SAAL/Norte à procura de nova dinamização”. *Jornal de Notícias*, 19 de setembro de 1975, p. 5.

²⁷ “Câmara do Porto vai ter uma nova Comissão Militar”. *Jornal de Notícias*, 24 de setembro de 1975, p. 1.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

os SUV, a FUR, a UDP, o Conselho Municipal e o CRMP organizaram nova manifestação contra o encerramento do CICAP, tendo correspondido à chamada cerca de 50 mil pessoas. No dia seguinte, populares e militares de 18 unidades, mobilizados pelos SUV, ocuparam as instalações do RASP. Três dias depois, o Conselho Municipal promoveu uma manifestação que terminou junto ao RASP²⁸. Em 29 de outubro, decorreu uma nova ação de apoio à luta do CICAP/RASP, convocada pelo CRMP.

No que concerne à representatividade dos moradores na gestão camarária, e depois de promessas em sentido oposto, Mário Cal Brandão justificou que a reunião tendente à formação de uma nova comissão administrativa da CMP não contemplou a participação de representantes das comissões de moradores em virtude de, segundo o governador civil, um inquérito por si encomendado às várias Juntas de Freguesia ter revelado que estes órgãos de poder popular não recolhiam um apoio maioritário das populações que diziam representar²⁹. Perante a iminência de paralisação do processo SAAL/Norte, a sua Comissão Coordenadora, com o acordo do CRMP, propôs, em 27 de outubro, uma “iniciativa em larga escala no sentido de mobilizar as largas massas populares [...] para uma discussão de formas de luta a levar a cabo contra todos os entraves” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 218). Para tal, as comissões de moradores deveriam proceder à realização de assembleias-gerais e levar “à prática com entusiasmo e militância o programa que aqui lhes propomos, já que estamos convencidos que a passagem à ofensiva é neste momento condição de subsistência” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 219). Num momento em que o movimento de moradores mantém ainda uma certa capacidade de mobilização, mas em que as suas conquistas começam a perigar, surgem os apelos à intensificação da luta contra a política do VI Governo Provisório, do poder local e do comando da RMN.

Relativamente ao movimento de moradores no Porto e ao CRMP, o mês de novembro revela já um abrandamento da atividade. No dia 4, o plenário das comissões e associações de moradores encheu o auditório da ESBAP. Nele foram discutidas a proposta de um grupo de trabalhadores dos serviços do SAAL/Norte, datada de 30 de

²⁸ “Promovida pelo Conselho Municipal – Manifestação na Baixa depois de amanhã”. *Jornal de Notícias*, 8 de outubro de 1975, p. 4.

²⁹ “Governador civil revela...”. *Jornal de Notícias*, 23 de outubro de 1975, p. 4.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

outubro e previamente aprovada pelo CRMP, e a elaboração dos cadernos reivindicativos de cada comissão³⁰. Essa proposta consistia num extenso documento a ser discutido pelos moradores e pelas brigadas técnicas do Serviço. Procurava-se fazer uma análise dos problemas que se colocavam aos moradores pobres da cidade e propunham-se as diretrizes que poderiam reverter a tendência de refluxo da luta social (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 219-222). Afirmava-se que o projeto da “burguesia reformista” passava por desmobilizar os moradores da sua luta, paralisar e boicotar o SAAL, apostar na construção de edifícios de baixa qualidade por grandes empresas e deslocar os moradores pobres para a periferia, libertando assim terrenos centrais para a especulação imobiliária, concluindo que os moradores “da cidade praticamente só conhecem o que ela tem de pior. O que a cidade tem de bom a burguesia roubou-lhes” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 220). Esta proposta do SAAL/Norte identificava três tipos de problemas prementes: ocupações, rendas e entraves às conquistas já alcançadas. Assim, defendia que a resolução dessas questões impunha a formação de uma frente popular alargada. Afirmou, por conseguinte, ser necessário “unificar mais as várias frentes de luta: bairros camarários, subalugas, ocupantes, comissão SAAL” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 220). Procurando dar uma resposta positiva a esta missiva, três dias depois, em 7 de novembro, foi criada a Frente Revolucionária Autónoma de Habitantes e Ocupantes.

No que diz respeito às ocupações, o documento sugeria a criação, no seio do CRMP, de um secretariado próprio para esta questão, que funcionasse de modo paralelo ao já existente e que estivesse ligado a vários secretariados locais, de modo a estar apto a dar uma resposta imediata a qualquer tentativa de despejo. Este secretariado deveria proceder ao levantamento de “todas as casas e prédios devolutos, de modo a responder à burguesia com uma contra-ofensiva de ocupações organizadas”³¹ e, ainda, estimular as ocupações para lá dos limites da cidade. Por outro lado, defendia-se que o Conselho Municipal teria de se adaptar às novas circunstâncias políticas, “depois de as Comissões fazerem a análise crítica das suas funções e posições. Cremos também que as Comissões têm de fazer a sua auto-crítica pelo abandono a que o votaram” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 220).

³⁰ “SAAL/Norte e o alheamento popular – Apartidarismo pode resolver os problemas”. *Jornal de Notícias*, 5 de novembro de 1975, p. 4.

³¹ “Comissões de moradores em debate: Conselho Municipal – remodelar ou recompor?”. *Jornal de Notícias*, 19 de novembro de 1975, 12.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

Para realizar esta análise, o CRMP reuniu em 18 de novembro, tendo os presentes tomado consciência de que algo teria de ser feito para quebrar o impasse em que o Conselho Municipal caíra³².

Ainda sobre esta proposta, e no que toca ao CRMP, era dito que “a sua reestruturação já está a ser encetada pelas comissões que verificaram na prática essa necessidade” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 221). Exortava-se o CRMP a perseguir uma maior ligação aos bairros camarários, às estruturas representativas dos trabalhadores da construção civil e a uma maior vigilância em relação às “comissões fantoche”. A reflexão acerca do documento produzido pelos técnicos do SAAL/Norte prende-se com a perceção que traduz, e que será reforçada na proposta de reestruturação do CRMP, de que se entrara, já há algum tempo, numa fase de refluxo da capacidade de mobilização do movimento de moradores. Apesar da profundidade da análise apresentada e do delineamento de novas linhas de intervenção, os resultados práticos desta proposta seriam escassos.

A proposta de reestruturação do CRMP foi apresentada em 2 de dezembro e contemplou as linhas essenciais contidas na proposta aqui discutida. O documento começava afirmando que “o CRMP é uma forma superior de organização das comissões e associações de moradores que há muito deixou de funcionar em termos de colectivo, dada a fraca mobilização das comissões”. Por conseguinte, lamentava-se, estar-se-ia a tornar um “órgão de cúpula donde não saem resoluções para os principais problemas que nos afectam” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 227). A autocrítica empreendida pelo Secretariado do CRMP correspondia à assunção de que este falhara nos seus principais propósitos. Para fazer face à sua inoperância, propunha-se a criação de sete grupos de trabalho autónomos: dinamização (organização da Assembleia Popular); Conselho Municipal; inquérito; autodefesa e vigilância; controlo do SAAL; subalugas; ocupações. No rescaldo do 25 de novembro de 1975, o CMRP convocou uma manifestação, a realizar em 21 de dezembro, junto à prisão de Custóias, para exigir a libertação dos militares presos no âmbito do golpe. Outras manifestações de solidariedade se seguiriam e, na realizada em 1 de janeiro de 1976, quatro manifestantes foram mortos a tiro pela GNR,

³² Idem, *ibidem*.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

registando-se ainda mais seis feridos. Os seus funerais realizaram-se em 4, 5 e 8 de janeiro de 1976, com o CRMP a mobilizar os moradores para os mesmos.

Em plenário, no dia 9 de janeiro de 1976, afirmaram que se verificara, “mais uma vez, a fraca mobilização das Comissões e Associações, já que nenhum dos grupos ficou totalmente constituído” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 235). Cinco dias depois, a sede do SAAL/Norte, situada na Rua Gonçalo Cristóvão, foi atacada à bomba – ataque que se insere numa vasta onda de terrorismo perpetrado pela direita e que assolou o país entre 1975 e 1977 (Dâmaso, 1997; Carvalho, 2017). Sobre este violento ataque, o Secretariado do CRMP declarou que “os fascistas, não conseguindo ir contra o movimento popular por métodos pacíficos, tentam agora destruí-lo à bomba” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 238).

Como resposta ao terror e à regressão das conquistas revolucionárias, marcou-se uma manifestação de moradores e de trabalhadores para 17 de janeiro, na qual estiveram presentes cerca de 20 mil pessoas (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 250). Em 6 de março, realizou-se nova manifestação em defesa dos moradores pobres e contra os despejos, organizada pelo CRMP e por organizações populares do grande Porto. Em 16 de julho de 1976, comissões e associações de moradores da região norte reuniram-se em plenário e elaboraram um novo caderno reivindicativo, a enviar ao I Governo Constitucional. Pouco tempo depois, o CRMP recolheu um abaixo-assinado e entregou o seu caderno reivindicativo ao governador civil do Porto. Nele exigiam-se a reabertura do Gabinete Coordenador CMP/SAAL/Barredo, a abertura da câmara em horário pós-laboral para que os trabalhadores não tivessem de perder um dia de trabalho para recorrer aos serviços e a criação de um serviço destinado ao atendimento das comissões e associações de moradores (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 393).

A partir de meados de 1976, foram cada vez mais fortes os rumores e os sinais de que o governo, o PS, o PPD e o CDS pretendiam encerrar o SAAL. Trabalhadores do Serviço e moradores beneficiados por ele mobilizaram-se em sua defesa, procurando demonstrar as virtudes do trabalho desenvolvido e a necessidade não só de institucionalizar e de criar legislação própria para o SAAL, como, ainda, de lhe conceder maior dotação financeira e capacidade de intervenção. Também nesse sentido, foi marcada uma manifestação para 23 de outubro. Contudo, cinco dias depois foi publicado

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

em *Diário da República* o despacho que pôs um ponto final à inovadora experiência do SAAL. Sendo a decisão conhecida na véspera, o CRMP, organizou, nesse mesmo dia, uma manifestação que contou com a participação de milhares de pessoas em defesa do SAAL. Logo no dia seguinte, as comissões de moradores reuniram de emergência e procuraram acertar uma estratégia comum visando a contestação e a reversão da decisão governamental. O fim do SAAL, o quadro político-institucional desfavorável e a menor capacidade de mobilização conduziram o CRMP, e todo o movimento de moradores, a uma fase de refluxo e de progressivo esmorecimento das ações reivindicativas, culminando na própria dissolução do órgão e de diversas comissões de moradores

A respeito da autonomia crítica e de ação do movimento de moradores portuense, sobretudo do CRMP, em relação às brigadas técnicas e à direção do SAAL/Norte, cumpre reconhecer que os moradores pobres da cidade do Porto beneficiaram do apoio que assistentes sociais, técnicos e arquitetos lhe deram. O mesmo se poderia dizer em relação ao apoio dos partidos políticos de esquerda e à participação de muitos dos seus militantes na constituição, direção e dinamização da maioria das comissões que se formaram ao longo do período revolucionário. Por fim, o acolhimento e o apoio que as suas exigências e os seus anseios receberam por parte da Comissão Administrativa Militar da Câmara Municipal do Porto, durante os curtos meses de vigência da mesma, foi também fundamental para o dinamismo que o movimento de moradores teve na cidade. Apesar da importância de todos estes atores políticos e sociais na conformação do movimento, não se pode pensá-lo ou caracterizá-lo “em termos condescendentes ou paternalistas. De facto, os moradores estavam muitas vezes em desacordo com as intenções de outros grupos sociais e, frequentemente, evitavam os seus conselhos, rejeitavam as suas tentativas de enquadrar institucional e ideologicamente os movimentos sociais e insistiam em vias de ação alternativas” (Queirós & Pereira, 2018: 868).

Com efeito, ainda que desprovidos de capital financeiro e social, as lideranças do movimento souberam ir lendo a evolução da situação política nacional e local e tentaram aproveitar cada oportunidade que esta lhes oferecia. Não se trata, portanto, de um movimento insuflado e instrumentalizado pelo SAAL/Norte para provar a sua ligação às bases populares – tese invocada por alguns dos detratores do Serviço. Tal como no movimento associativo de índole desportiva e cultural, na Reforma Agrária ou no

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.

DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

movimento sindical, as estruturas de organização e coordenação do movimento de moradores, bem como os indivíduos diretamente interessados na resolução da sua carência ou precariedade habitacional, demonstraram significativa capacidade de agência e de solidariedade na construção de soluções, muitas vezes inovadoras, para fazer ouvir as suas exigências. Não descurando a importância das brigadas técnicas do SAAL na implementação dos projetos de construção participada, a rápida capacidade de mobilização e a pressão colocada, desde o Primeiro de Maio de 1974, sobre os poderes locais e centrais foi crucial para a legalização da ocupação de habitações, para os melhoramentos na área da Ribeira/Barredo e para a construção de novos bairros sociais. Todas estas realizações se encontram fora do âmbito de ação do SAAL e das comissões de moradores a ele afetas, pelo que reduzir o movimento à relação e eventual dependência vital em relação ao Serviço resulta insuficiente para o compreender e caracterizar.

Notas conclusivas

Conscientes de que uma reflexão mais aprofundada sobre o movimento de moradores da cidade carece da recolha de fontes primárias de natureza documental e oral, nomeadamente no Arquivo Histórico Municipal do Porto e no Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto, cremos ter documentado o surgimento, auge e refluxo do movimento de moradores na cidade do Porto, nomeadamente através do aprofundamento da análise do papel desempenhado pelo CRMP, através da análise fontes secundárias. A esse respeito, verifica-se que CRMP nasceu quando se verificava uma correlação de forças favorável à conquista de direitos para as populações e procurou, sobretudo, articular melhor a luta dos moradores. A evolução da situação político-militar impeliu o CRMP a uma maior confluência com os demais movimentos populares que lutavam pelo socialismo revolucionário, passando as reivindicações em torno da habitação a inscrever-se, ideologicamente, nesse objetivo político estruturante e na ideia de direito à cidade. Por outro lado, resulta também evidente a confluência de posições públicas, o apoio mútuo e a influência recíproca que existiu entre o CRMP e o SAAL/Norte. Ficaram também demonstradas as diferentes fases pelas quais passou o relacionamento do CRMP com os governos da República e com a Câmara Municipal do Porto. Com esta última, tirando a

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

fase de cooperação que caracterizou a vigência da CAM e do Conselho Municipal do Porto, as relações foram sempre de uma hostilidade mútua, mais ou menos declarada. As várias ações de luta promovidas pelo CRMP dão testemunho do papel que o Conselho nelas representou, fosse através da convocatória e da mobilização, fosse através do apoio aos protestos organizados por outras estruturas de poder popular. Além disso, ficou explícita a solução política, técnica e urbanística advogada pelo CRMP para o problema da habitação e das ocupações. A abordagem cronológica do tema permitiu a perceção de uma evolução qualitativa do conteúdo e da abrangência das políticas que foram sendo propostas, assim como do progressivo recuo da sua capacidade reivindicativa e mobilizadora a partir do final do verão de 1975.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, L. (2023), “O meu sonho? ter uma casa: pensar sobre habitação, cidade e cidadania das mulheres no Portugal revolucionário (1974-1976)”, *Astrágalo: Cultura de la Arquitectura y la Ciudad*, n.º 33-34, pp. 129-150.
- BAÍÁ, João (2017), “Movimentos Sociais Urbanos na Revolução Portuguesa a partir de uma Operação SAAL”, in Charles Monteiro, Klaus Hilbert, Paula Godinho (orgs.), *Memória e Património: Diálogos entre Brasil e Portugal*, Porto Alegre, ediPUCRS, pp. 65-80.
- BAÍÁ, João (2018), “SAAL: Organização pelo direito à habitação no Pós-25 de Abril”, in André Carmo, Eduardo Ascensão, Ana Estevens (Eds.), *A cidade em reconstrução. Leituras críticas, 2008-2018*, Lisboa, Le Monde Diplomatique/Outro Modo/Habita, pp. 147-154.
- BANDEIRINHA, José António (2007), *Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CARVALHO, Miguel (2017), *Quando Portugal Ardeu. Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*, Alfragide, Oficina do Livro.
- COELHO, Mário Brochado (1986), “Um processo organizativo de moradores (SAAL/NORTE – 1974-1976)”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, pp. 645-671.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

Conselho Nacional do SAAL (1976), *Livro Branco do SAAL, 1974-1976*, Porto, Conselho Nacional do SAAL.

COSTA, Ana Catarina (2022), *O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto*, tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

DÂMASO, Eduardo (1997), *A Invasão Spinolista*, Lisboa, Fenda.

NUNES, João Arriscado; SERRA, Nuno (2003), “Casas decentes para o povo: movimentos urbanos e emancipação em Portugal” in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a Democracia*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 213-245.

PALACIOS CEREALES, Diego (2005), *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa 1974-1975*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

PEREIRA, Gaspar Martins (2014), “SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário”, *História. Revista da FLUP*, IV Série, vol. 4, pp. 13-31.

PEREIRA, Raúl da Silva (1983), “A habitação própria – solução do problema habitacional?”, *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), pp. 737-742.

PEREIRA, Virgílio Borges (2011), “A política de habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto Contemporâneo: Uma perspectiva sintética e panorâmica”, In Carlota Santos (coord.). *Família, Espaço e Património*, Porto, CITCEM, pp. 547-564.

PEREIRA, Virgílio Borges (2013), “Sobre a importância de se chamar Ernesto, Avelino ou Amadeu, in Bruno Monteiro, Virgílio Borges Pereira (orgs.), *A Política em Estado Vivo: uma visão crítica das práticas políticas*, Lisboa, Edições 70/Le Monde Diplomatique – edição portuguesa.

PORTAS, Nuno (1986), “O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, pp. 635-644.

QUEIRÓS, João & PEREIRA, Virgílio Borges (2018), “Voices in the revolution: Resisting territorial stigma and social relegation in Porto’s historic centre (1974-1976)”, *The Sociological Review Monographs*, Vol. 66 (4), pp. 857-876).

RODRIGUES, Camila (2018), *Memories of the SAAL in Lisbon – Socialism was not around the corner*, Tese de Doutoramento em “Ciências Política”, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n.º 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

RODRIGUES, Maria Manuela Silveira (1997), *O Movimento de Moradores no Porto (1974/1976)*, Tese de Mestrado em História Contemporânea, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento.

SAARISTO, Saira-Maria, LAGES, Joana Pestana, TOMÉ, Miguel (2024), “‘They are grabbing houses for themselves!’: Occupying 2 de Maio in the fervour of the Portuguese Revolution”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, Autumn Special Edition, pp. 80-100.

VIEIRA, Álvaro Siza (1986), “O 25 de Abril e a Transformação da Cidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, pp. 37-40.

VILAÇA, Helena (1994), “As Associações de Moradores Enquanto Aspecto Particular do Associativismo Urbano”, *Sociologia – Revista da FLUP*, n.º 4, pp. 49-96.

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975

Madrugada of Carnation Songs: the RTP Song Festivals of 1974 and 1975

Madrugada des Chants de l'œillet: les festivals de chansons RTP de 1974 et 1975

Madrugada de las Canciones del Clavel: los Festivales de la Canción RTP de 1974 y 1975

Gil Duarte Ribeiro
gilduarteribeiro@hotmail.com

Resumo: Se a escolha de *E Depois do Adeus*, canção vencedora do Festival RTP da Canção de 1974, como senha da Revolução de Abril representou uma associação imediata do Festival com o processo revolucionário, o Festival RTP da Canção de 1975 evidenciará como o certame é um espaço capaz de refletir e contribuir para as transformações político-culturais ocorridas no país.

Neste artigo, procurar-se-á averiguar de que forma o contexto histórico marcou as edições e os temas presentes no Festival RTP da Canção de 1974 e 1975, verificando quais os conceitos mais utilizados nestas canções. Pretender-se-á, ainda, constatar de que forma o confronto ideológico acerca do que deveria ser a música popular se reflete nos resultados obtidos por estas canções.

Palavras-chaves: música popular; Revolução de Abril; canção de intervenção; identidade nacional.

Abstract: If the choice of *E Depois do Adeus*, the winning song of the 1974 RTP Song Festival, as the April Revolution cue represented an immediate association between the contest and the revolutionary process, the 1975 RTP Song Contest will highlight how the contest is a space capable of reflecting and contributing to the political and cultural transformations taking place in the country.

The aim of this article is to find out how the historical context influenced the editions and themes of the 1974 and 1975 RTP Song Festival, and to analyse which concepts were most used in these songs. We also want to see how the ideological clash over what popular music should be is reflected in the results obtained by these songs.

Keywords: popular music; April Revolution; protest song; national identity.

Résumé: Si le choix de *E Depois do Adeus*, la chanson gagnante du festival de la chanson de la RTP de 1974, comme mot de passe de la révolution d'avril a représenté une association immédiate entre le concours et le processus révolutionnaire, le concours de la chanson de la RTP de 1975 montrera comment le concours est un espace capable de refléter les transformations politiques et culturelles en cours dans le pays et d'y contribuer.

L'objectif de cet article est de découvrir comment le contexte historique a marqué les éditions et les thèmes du festival de la chanson de la RTP de 1974 et 1975, et de voir quels concepts ont été les plus utilisés dans ces chansons. Nous voulons également voir comment le conflit idéologique sur ce que devrait être la musique populaire se reflète dans les résultats obtenus par ces chansons.

Mots-clés: musique populaire; révolution d'avril; chanson d'intervention; identité nationale.

Resumen: Si la elección de *E Depois do Adeus*, canción ganadora del Festival de la Canción de RTP de 1974, como clave de la Revolución de Abril representó una asociación inmediata entre el festival y el proceso revolucionario, el Festival de la Canción de RTP de 1975 mostrará cómo el certamen es un espacio capaz de reflejar y contribuir a las transformaciones políticas y culturales que tienen lugar en el país.

El objetivo de este artículo es averiguar cómo el contexto histórico marcó las ediciones y los temas del Festival de la Canción de RTP de 1974 y 1975, y ver cuáles fueron los conceptos más utilizados en estas canciones. También se pretende constatar cómo el enfrentamiento ideológico sobre lo que debe ser la música popular se refleja en los resultados obtenidos por estas canciones.

Palabras clave: música popular; Revolución de Abril; canción de intervención; identidad nacional.

Introdução

Este artigo procurará aprofundar o modo como as edições de 1974 e 1975 do Festival RTP da Canção refletiram e influenciaram as dinâmicas sociais, políticas e culturais que perpassavam o antes e o depois da Revolução de Abril, visando compreender de que forma “as representações e os discursos associados à música popular não são independentes de determinações históricas” (Cardão, 2014b: 27). Nesta senda, eventos mediáticos como o Festival RTP da Canção funcionam como “espaço para afirmações ideológicas” (Castro, 2012: 83), no qual as canções são “[...] veículo nem sempre consciente de ideologia, elemento da organização prática do viver, espelho, promotor e propagador de ideias que irão contribuir para a formação, reforço ou acerto de padrões reais ou racionalizados de conduta” (Moura, 1977: 87).

De acordo com Gonçalves (2019: 29), a RTP foi um meio de comunicação essencial para legitimar e garantir a longevidade do regime ditatorial, ainda que a instrumentalização da televisão como meio de moldagem da opinião pública tenha sido mais preponderante com Marcello Caetano, período onde “a RTP é explícita e assumidamente um ‘instrumento’ de uma ação política propagandística” (Cádima, 2010: 61-62). Se Lopes (2017: 218) sustenta que, até 1968, inexistia qualquer política concertada, pelo que a televisão não era gerida como ferramenta propagandística, Gonçalves (2019: 30) argumenta que já existia “uma clara estratégia de instrumentalização por parte do regime na comunicação pública”.

Neste contexto, inserido na *civilização do espetáculo*¹, surge, em 1964, o Festival RTP da Canção – o mais duradouro concurso da televisão portuguesa – que mobiliza significativos recursos financeiros e humanos e se notabiliza como um dos principais eventos da televisão pública portuguesa, com o intuito de preconizar “um discurso de valorização da música portuguesa, como defesa ao ‘ataque da música estrangeira’” (Lopes, 2014: 622), mas também como forma de seleção de uma canção para representar

¹ De acordo com Llosa (2013: 11), consiste na “civilização de um mundo onde o primeiro lugar na tabela de valores vigente é ocupado pelo entretenimento”.

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

Portugal no Festival Eurovisão da Canção, evento criado em 1956, com a ambição de promover a *união pela diferença* e a *construção de pontes*² culturais entre países.

Todavia, Mangorrinha (2015: 28) sustenta que o objetivo dos diferentes países na participação neste certame relaciona-se, sobretudo, com interesses económicos³ e estratégicos de construção de imagem para passar à Europa, sendo “neste quadro, que se jogam, anualmente, as representações nacionais dirigidas a um público que as votará, pelo que, cada qual, idealiza a forma de melhor agradar ao outro, em termos de um valor ou de uma mensagem”.

De facto, Portugal viu na participação no Festival Eurovisão da Canção uma oportunidade para propagar a música ligeira portuguesa além-fronteiras (César *et al*, 2010), mas também, essencialmente, uma forma de melhorar a imagem fragilizada de Portugal devido à Guerra Colonial (Mangorrinha, 2015: 10).

Em face das transformações político-culturais ocorridas no país, dá-se, durante o processo revolucionário, uma reconfiguração administrativa e programática da RTP, com enorme impacto no Festival RTP da Canção de 1975 (Castro, 2019: 337), no qual se visa “atualizar e apresentar novo repertório a ser divulgado junto de diferentes camadas sociais e que enquadrasse o momento político que se vivia” (Castro, 2019: 118). Partindo da posição de Simon Frith (1998: 270), que sustenta que não importa como a canção “reflete” valores populares, mas como – através da *performance*, o produz”, verificamos que, com a Revolução de Abril, a programação é moldada pelo contexto revolucionário e os meios de comunicação reconfigurados (Côrte-Real, 1996).

A partir da análise preliminar da bibliografia foi possível definir os eixos que guiam esta investigação, mais concretamente: 1) averiguar de que forma é que o contexto histórico marcou as edições do Festival RTP da Canção de 1974 e 1975; 2) compreender de que forma é que os temas das canções a concurso nas edições do Festival RTP da Canção de 1974 e 1975 refletiram o contexto histórico; 3) conhecer quais os conceitos mais utilizados nas canções apresentadas nestas edições do Festival RTP da Canção; 4) constatar se os resultados destas canções induzem uma aceitação ou uma rejeição destas narrativas.

² *Slogan* da edição Festival Eurovisão da Canção 2015.

³ Mangorrinha (2015: 11) e Gonçalves (2019: 52) sustentam que o Festival Eurovisão da Canção se tornou uma oportunidade turística e de negócio, para o país organizador e para os países participantes.

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

Tendo uma posição singular no panorama televisivo e cultural, o Festival RTP da Canção afigurou-se como um meio de comunicação de massas⁴ capaz de fomentar a consciência e memória nacional e refletir discursos ideológicos vigentes. Atendendo a que “após a revolução, este concurso foi considerado reacionário; um símbolo da ditadura e dos seus ideais” (Lopes, 2017: 219), será fundamental averiguar de que forma é que o contexto histórico marcou as edições de 1974 e 1975.

Dialogando com Corte-Real (1996: 158) – que destaca que, “abolida finalmente a Censura e levantados os entraves à liberdade de expressão, a canção de intervenção inundou verdadeiramente os meios de comunicação social” – e também com Gonçalves (2019: 60) – que enfatiza que a música popular se transformou com estas mudanças – importa compreender de que forma se opera a alteração dos temas a concurso entre as edições de 1974 e 1975 do Festival RTP da Canção, por forma a verificar se existem mudanças significativas nas narrativas e discursos após a Revolução de Abril.

Partindo do posicionamento de Cândido de Azevedo (1999: 30) de que “a censura chegava ao ponto de cortar não só a simples referência a algumas ideias (...); mas, até, simples palavras, como: proletário, patronato, capitalista, república, paz, revolução, colonial”, procuramos conhecer quais os conceitos mais frequentemente invocados nos temas a concurso, por forma a denotar como o processo de construção, representação e emblematização foi influenciado pela música popular (Cardão, 2014b: 30).

Por fim, considerando as alterações estruturais encetados no certame, Lopes (2017: 220) salienta que, em 1975, “as ansiedades democráticas ficaram bem patentes no sistema de votação adotado onde cada autor elegeu a [canção] representante portuguesa no Festival Eurovisão”. Desta forma, através da análise dos resultados obtidos pelas canções será possível averiguar o acolhimento das mesmas em contextos históricos específicos.

Destarte, foram definidas como as fontes desta investigação as 20 canções que participaram no Festival RTP da Canção, nas edições de 1974 e 1975. A partir destas fontes audiovisuais, procurou-se dar resposta às questões de investigação, sendo estas

⁴ Segundo Debord (2006: 20-21), os meios de comunicação de massas são a manifestação superficial mais esmagadora da sociedade de espetáculo. O espetáculo seria, assim, o “discurso ininterrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma, seu monólogo laudatório”.

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

canções, mais concretamente: *E Depois Do Adeus*⁵; *No dia em que o rei fez anos*⁶; *Imagens*⁷; *Bailia dos Trovadores*⁸; *A rosa que te dei*⁹; *Canção solidão*¹⁰; *Temos de cantar*¹¹; *Canção por todos vós*¹²; *Dona e senhora da boina*¹³; *Cantiga ao vento*¹⁴; *Madrugada*¹⁵; *A boca do lobo*¹⁶; *Com uma arma, com uma flor*¹⁷; *Memória*¹⁸; *Alerta!*¹⁹; *Batalha-povo*²⁰; *Pecado (do) capital*²¹; *Viagem*²²; *Canção acesa*²³; *Leilão de lata*²⁴.

⁵ RTP. (2010, 15 de janeiro). *1974 - Paulo de Carvalho - "E Depois Do Adeus2 | RTP* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=MrW6zP161QI>

⁶ Carlos Gonzalez. (2019, 22 de fevereiro). *Festival RTP 1974 - Green Windows - No Dia Em Que O Rei Fez Anos* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=7lnmHzDNKnY>

⁷ Festivais da Canção. (2011, 1 de março). *FC 1974: Green Windows - "Imagens"* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=_egbdZkUdTO

⁸ Festivais da Canção. (2011, 1 de março). *FC 1974: Duo Ouro Negro - "Bailia Dos Trovadores"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=HluYNOJM03w>

⁹ Festivais da Canção. (2011, 1 de março). *FC 1974: José Cid - "A Rosa Que Te Dei"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=oANn42QpLMU>

¹⁰ *Canção "Solidão" por Helena Isabel*. (s.d.). RTP Arquivos – Conteúdos do acervo histórico da RTP. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/solidao-por-helena-isabel/>

¹¹ Festivais da Canção. (2011, 2 de março). *FC 1974: Xico Jorge - "Temos De Cantar"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=rzS1MSDjYeQ>

¹² Festivais da Canção. (2011, 1 de março). *FC 1974: Verónica - "Canção Por Todos Vós"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=CYcxXCce26g>

¹³ Festivais da Canção. (2011, 1 de março). *FC 1974: Artur Garcia - "Dona E Senhora Da Boina"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=Ow9JOPf1nQs>

¹⁴ Festivais da Canção. (2011, 2 de março). *FC 1974: Fernanda Farri - "Cantiga Ao Vento"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=AqsQ7K8homQ>

¹⁵ RTP. (2010, 15 de janeiro). *1975 - Duarte Mendes - Madrugada.mp4* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=YzwHISVQVyU>

¹⁶ Festivais da Canção. (2011, 22 de dezembro). *FC 1975: Carlos Cavaleiro - "A Boca Do Lobo"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=qwc521OTyzw>

¹⁷ Festivais da Canção. (2011, 22 de dezembro). *FC 1975: Paulo de Carvalho - "Com Uma Arma, Com Uma Flor"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=0ADIAJeAXhs>

¹⁸ Festivais da Canção. (2011, 22 de dezembro). *FC 1975: Paulo de Carvalho - "Memória"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=VF5VfqfCpBM>

¹⁹ Festivais da Canção. (2011, 22 de dezembro). *FC 1975: José Mário Branco - "Alerta!"* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=sL49TOE9_3E

²⁰ Festivais da Canção. (2011, 22 de dezembro). *FC 1975: Paco Bandeira - "Batalha-Povo"* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=_g0_7MrB30I

²¹ Festivais da Canção. (2011, 22 de dezembro). *FC 1975: Fernando Girão & Jorge Palma - "O Pecado Capital"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=yeucpATMmXg>

²² Festivais da Canção. (2011, 22 de dezembro). *FC 1975: Jorge Palma - "Viagem"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=4teZEemO3A4>

²³ Festivais da Canção. (2011, 22 de dezembro). *FC 1975: Vítor Leitão - "Canção Acesa"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=CfRPopOgag8>

²⁴ Não existem registos sonoros e visuais desta canção, tendo em conta que as gravações do Festival RTP da Canção de 1975 não deram entrada no Arquivo da RTP e a canção não foi gravada.

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

Partindo da visão da cultura como “prática central da sociedade e não como elemento exógeno ou separado” (Baptista, 2009: 455), a “música deverá ser analisada como um fenómeno social sujeito a um desenvolvimento histórico particular”, que nunca poderá descurar as forças sociais e económicas adjacentes à produção, circulação e consumo, mas também à complexidade da música e do género em que se integra (Pereira, 2011: 118-120). Nesta senda, recorreu-se ao *modelo de codificação/descodificação* (Hall, 1980), que sustenta que a produção e a receção das mensagens culturais, incluindo música, envolvem um processo de codificação por parte dos produtores culturais e uma descodificação por parte dos consumidores. Destarte, o *modelo de codificação e descodificação* de Stuart Hall enfatiza a natureza dinâmica e contestada da comunicação cultural, destacando como os significados das mensagens culturais não são fixos, mas sim construídos, contestados e negociados em contextos sociais e históricos específicos.

Por forma a responder aos objetivos de investigação propostos, dividir-se-á o trabalho em três partes: a 1.ª parte, intitulada “Gato por lebre”, relativa ao Festival RTP da Canção de 1974 e às canções a concurso; a 2.ª parte, intitulada “Gato por lebre com cravos de liberdade”, relativa ao Festival RTP da Canção de 1975 e aos respetivos temas a concurso; e a 3.ª parte, intitulada, “A voz do júri não foi a voz do povo”, relativa aos conceitos abordados nestas canções e aos seus resultados.

1. “Gato por lebre”

Fiuza (2007: 101) argumenta que as canções contribuíram, em maior ou menor grau, para fazer revoluções, tendo a música popular tido um papel aglutinador e politizador dos militares que derrubaram a ditadura vigente até à madrugada de 25 de abril de 1974. Esta posição já tinha sido sustentada por Barata Moura (1977: 115) que, defendendo que “são as ideias que fazem as revoluções” e “são as canções que causam as revoluções”, refere que, na base destas canções, se encontra a perceção, durante aquele período, de que a revolução era legítima e necessária.

Neste contexto, destaca-se o papel desempenhado pela *canção de intervenção*²⁵, intimamente ligada à Revolução de Abril, de crítica ao poder vigente, especialmente a

²⁵ Campo da música popular portuguesa que se caracteriza pelo recurso à “poesia e música em ação” (Lopes-Graça, 1973: 249-253), que não se pode associar a um estilo musical específico, mas antes a um

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

partir de 1960, face ao agravamento da situação nacional, pelo início da Guerra Colonial e as suas consequências económicas e sociais (Côrte-Real, 1996: 143). Não obstante, a realidade é que, na década de 60, tal como Monteiro (2018: 2) sustenta, predominava nos meios de comunicação o *nacional-cançonetismo*²⁶, incentivado pelo salazarismo como forma de incutir e refletir aspirações, gosto, sentimentos e valores na sociedade portuguesa, pelo que “a música popular portuguesa estava numa encruzilhada e ‘certos meios intelectuais’ apontavam o caminho para a salvação: a canção de intervenção” (Branco, 2024: 16-17).

Ora, se o *nacional-cançonetismo* esteve fortemente associado ao Festival RTP da Canção, pelo menos até ao final da década de 60, começa-se a assistir a uma mudança no estilo musical predominante no certame, com vista a quebrar o seu domínio (Gonçalves, 2019: 55), uma vez que os autores consideravam que este estilo “deveria ser expurgado violentamente para libertar Portugal” (Branco, 2024: 11). Se Ary dos Santos defendeu que “o Festival da Canção é, em Portugal, infelizmente, o maior e o mais amplo veículo de comunicação com as massas” (Branco, 2024: 37), os artistas, compositores e letristas souberam reivindicá-lo enquanto espaço com potencial transformador, e, portanto, tal como afirmou Nuno Nazareth Fernandes (Branco, 2024: 45), “havia uma geração que estava a infiltrar-se no festival para, por dentro, conseguir combater o estado das coisas”.

Este processo de renovação da *música ligeira portuguesa* atinge o Festival RTP da Canção que, numa relação de reciprocidade, começava a ser uma “montra aberta ao que de novo estava a acontecer na música mais jovem que se fazia no espaço português” (Galopim, 2018: 53), favorecendo, em contrapartida, a mediatização da *canção de intervenção*, cada vez mais presente no evento (Monteiro, 2018: 3). Segundo Castro (2012, 50), este movimento de renovação da *música ligeira portuguesa* assenta em três fatores predominantes:

conjunto de características estilísticas que primam pela simplicidade, objetividade e caráter direto (Côrte-Real, 1996: 142) que implicam a primazia da palavra sobre a música.

²⁶ De acordo com Monteiro (2009, 6-7), seria mais um modo de operacionalização estratégica de outros géneros musicais e menos um género em si. O *nacional-cançonetismo* recorria ao formato da *chanson francesa*, aliado a elementos da música tradicional portuguesa, na exaltação de valores caros ao Salazarismo.

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

a apropriação de elementos estéticos e de estilos aproximados da *balada*²⁷ por parte de um vasto grupo de intérpretes que introduzem essas práticas em contextos performativos de contestação e protesto social;

a configuração dos sistemas de produção fonográfica e consequente autonomização de algumas editoras que leva ao interesse destas em novos intérpretes até então pouco mediatizados;

a mediatização e divulgação de cantores e produtos fonográficos em emissões televisivas, radiofónicas e periódicos de divulgação musical.

Partindo do posicionamento de Moura (1977: 85), de que as canções fazem parte do domínio da produção ideológica, assistimos, no Festival RTP da Canção, a uma disputa entre as canções a concurso, entre as canções associadas ao *nacional-cançonetismo*, vistas como de entretenimento (Callixto & Mangorrinha, 2018: 73-89), mas que não deixavam de tutelar um posicionamento ideológico forte, e as *canções de intervenção*, que continham um imaginário crítico, poético e satirizante de aspetos sociais e políticos (Castro, 2019: 83-84) e tinham de passar pelo crivo da censura, uma vez que ambicionavam ser um “meio de comunicação capaz de expressar as inquietações de uma geração marcada pela Guerra Colonial [1961-1974], pela censura e pela ditadura política de Salazar” (César *et al*, 2010: 503).

Nesta conjuntura, realiza-se o Festival RTP da Canção de 1974, edição da qual irá brotar *E Depois do Adeus*, que viria a ser a senha inicial²⁸ da Revolução de Abril, sendo usada como gatilho para as movimentações militares que iriam derrubar a ditadura vigente. Numa entrevista no final do Festival RTP da Canção de 1974²⁹, José Niza refere que “o Ary prometeu-me que para o ano vinha ao Festival. E, como o Ary, mais meia dúzia de pessoas que fazem cá falta, porque, das duas uma, ou vêm ou então deixamos a praça livre e voltamos vinte anos atrás”. Esta visão trespassada por Niza foi acompanhada

²⁷ Repertório promovido, especialmente, por um pequeno grupo de jovens de origem pequeno-burguesa, oriundos dos sectores intelectuais e estudantis, que se caracterizava pela centralidade do texto, melodias simples, adaptadas ou inspiradas em canções tradicionais (Castro, 2023, 139-142).

²⁸ De acordo com O’Connor (2010: 59), “esta continua a ser a única entrada do Eurovisão que realmente iniciou uma revolução”.

²⁹ RTP Arquivos – Conteúdos do acervo histórico da RTP. (1974, 3 de outubro). *XI Grande Prémio TV da Canção 1974*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/xi-grande-premio-tv-da-cancao-1974/>

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

pela imprensa, que considerou que esta edição representava um profundo retrocesso na qualidade das canções face ao Festival RTP da Canção de 1973, marcado por *canções de intervenção*, que aludiam de forma satírica e crítica aos problemas nacionais, inclusivamente associados à política colonial (Gonçalves, 2019: 58-59).

Não obstante, *E Depois do Adeus* foi a canção vencedora do Festival RTP da Canção de 1974, e, como tal, por ser a representante portuguesa no Festival Eurovisão da Canção e pela sua mensagem aparentemente não conter qualquer conotação política, foi conferida à mesma um estatuto livre de qualquer suspeita (Galopim, 2018: 56), primordial para colocar em marcha o processo revolucionário. Contudo, Raykoff (2007: 5) sustenta que, embora inexistindo conexão literal entre a Revolução e a canção, podemos observar nos primeiros versos da canção – “Quis saber quem sou / o que faço aqui / quem me abandonou / de quem me esqueci” – uma reflexão da situação social e política em termos poéticos. Por outro lado, de acordo com Castro (2019: 83), a “letra de José Niza tinha sido escrita com base em fragmentos de cartas que havia enviado à mulher, durante o tempo em que cumpriu serviço militar em Angola, representado, de alguma forma, o contexto de solidão e amargura vivido pelos soldados que participavam na guerra colonial”.

Não obstante, foi a 2.^a classificada, a canção *No dia em que o rei fez anos*, que personificou melhor este cariz político e contestatário do Estado Novo, aludindo a um *rei* que deveria ir “à praça para nos conhecer”, colocando-o em pé de igualdade com o *povo* (Monteiro, 2020: 263), o que se relaciona com a ideia de *soberania popular* (Monteiro, Barros, Mangorrinha, 2019: 9). Esta canção dos Green Windows destacava-se pelo seu estilo de composição marcadamente mais *pop*, procurando agregar uma vertente de modernidade instrumental com certos instrumentos tradicionais, como a pandeireta, uma vez que, no contexto dos festivais, a *tradição* e a *modernidade* tendem a unir-se (Monteiro, 2020: 6). O apelo ao hibridismo de características tradicionais e modernas faz-se também na indumentária envergada pela banda, de “cariz medieval (...) mas com cortes modernizados, até mesmo com um certo orientalismo (...), todos com ares e cores bem portuguesas, especialmente pelo vermelho intenso, que junto aos bordados, também atribuíram um tom folclórico ao vestuário” (Monteiro, 2020: 264).

Ora, Marcos Napolitano (2007: 5) alega que a música popular “[...] mesmo sendo produto de uma ruptura – a modernidade –, articula-se enquanto tradição, que pode

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

assumir características próprias, conforme a configuração da vida cultural de cada país”, pelo que se constitui como uma articulação de tradições, influências musicais e estilos, formando-se enquanto produto económico com significado ideológico (Shuker: 1999, 195). Nesta senda, a constituição da identidade nacional pode estar interligada com interesses da indústria cultural, que a reinterpreta de forma mercantilista (Ortiz, 2006: 165), pelo que o recurso a um vestuário marcado pelas cores portuguesas não resulta apenas de uma forma de vender no Festival Eurovisão da Canção, “palco para que [...] se construam representações de identidade nacional” (Mangorrinha, 2015: 27), mas como forma de alcançar o sucesso comercial que pode advir destas representações.

Nesta edição do Festival RTP da Canção, os Green Windows alcançaram também o 3.º lugar, com a canção *Imagens*, a qual vincula um discurso patriótico, numa exaltação do país, a sua paisagem e povo, tal como se consegue observar nos versos – “Meu país (meu país, meu país, meu país) / Teu povo anda na rua a cantar de alegria / É por ti (é por ti, é por ti, é por ti) / Que eu venho celebrar, festejar este dia”. Por outro lado, nos versos – “Vou beijar a terra onde estão os meus / Que na despedida não lhes disse adeus / Conclui o sonho que é meu desde menino” – invoca-se uma realidade transversal à sociedade portuguesa durante o Estado Novo, quando “130 mil homens e mulheres trabalhadores cruzaram a fronteira, fugindo da lastimável condição social portuguesa” (GEPB, 1995: 402 *apud* Monteiro, 2020: 263-264).

Ademais, apesar da mensagem da canção *Imagens* ser marcadamente alusiva ao país, enfatizando a dor da distância, mas também uma sensação de concretização no regresso, os Green Windows apresentam uma indumentária diferente da utilizada na canção *No dia em que o rei fez anos*, marcadamente mais moderna. Evidencia, assim, um hibridismo de características tradicionais e modernas na composição, lirismo e performance da canção, mas, acima de tudo, na mensagem veiculada, cantando uma ânsia de regresso a este Portugal, “de homens simples”, mas envergando uma indumentária mais cosmopolita, alcançada numa Europa considerada política, social e culturalmente mais avançada (Gonçalves, 2019: 54).

Em contrapartida, verificamos que a grande maioria dos participantes no Festival RTP da Canção, entre 1964 e 1974, utilizavam uma indumentária formal, envergando *smoking* ou vestido de noite, segundo os ditames da RTP. De acordo com Monteiro (2020: 286), a requisição da utilização desta indumentária não se devia apenas a uma pura

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

formalidade, mas a questões técnicas na realização do certame. Não obstante, não podemos deixar de referir que, durante o Estado Novo, o Festival RTP da Canção era um evento caracterizado pelo *glamour* e ostentação, facto criticado após a Revolução de Abril, mas também previamente a isso na imprensa:

“os *smokings* regressam à naftalina ou aos cabides dos guarda-roupas de aluguer, enquanto os *lamés*, as sedas e os brocados adormecem na esperança de, mais dia menos dia, voltarem a deslumbrar salões ou *foyers* de alegria inventada, imitada” (*O Século Ilustrado*, 9 mar. 1974, 4, HM *apud* Monteiro, 2020: 287).

Por outro lado, quando Marcello Caetano chegou ao poder, inaugurou-se um período que se pensava que viria a ser de maior abertura política, o que suscitou aos responsáveis pela censura e aos produtores de cultura, dificuldades em delimitar o que deveria ser ou não censurado (Fiuza, 2015: 62). Ainda assim, de acordo com Lopes (2017: 217), os setores da televisão “eram constituídos essencialmente por elementos da confiança do regime que operavam os mecanismos censórios sem que a censura do Estado tivesse uma intervenção tão estrita”, pelo que se impunha uma permanente autocensura aos artistas, ultrapassada pela capacidade em encontrar as metáforas adequadas (Fiuza, 2006: 54).

Com letra e composição de Rita Olivaes, uma das poucas mulheres da *canção de intervenção* (Lopes, 2020: 123), *Bailia dos Trovadores*, do Duo Ouro Negro recorre a uma série de metáforas, de modo a contornar a censura. Nos versos – “Já chegou o teu amigo / Esse rosto de papoila / Depressa será cativo” – Rita Olivaes faz referência a *papoila*, que, segundo Rodrigues (1980: 80), era utilizada em referência a *vitória popular*, por forma a contornar a censura. Esta canção, sendo uma *canção trovadoresca*, apela a uma tradição que, na opinião de Mário Castrim (1996: 203), era “completamente desprovida de sentido nos nossos tempos: [...] são meras palavras isoladas de toda a realidade”. Sendo complicado decifrar se a canção agrega uma série de conceitos dispersos ou contém uma mensagem encriptada, a verdade é que, tal como sustentado por Fiuza (2007: 101), “por vezes, a mensagem era tão cifrada que poderia inviabilizar a interpretação por parte do ouvinte”, ainda que a canção e os seus compositores, por si só, já carregassem uma “forte representação política que lhes imprimiam uma marca de oposição em relação aos regimes autoritários”.

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

Por outro lado, nas últimas décadas da ditadura, o lusotropicalismo teve expressão visível na cultura de massas (Cláudia Castelo, 1999; Cardão, 2014a). Enquanto grupo musical com maior projeção internacional neste período, o Duo Ouro Negro estabeleciam o diálogo entre hibridismo e diáspora, convertendo-se num emblema de fusão e do lusotropicalismo (Cardão, 2017, 176). No entanto, apesar da existência de uma política cultural que ambicionava impor um sentido único às suas práticas, certo é que a perceção dos opositores não foi de simbiose cultural, mas de instrumentalização pelo Estado Novo, que visava tornar o grupo numa “representação panfletária da política integralista do Ultramar” (Branco, 2024, 209). Se as participações nos Festivais da Canção de 1967, 1969 e 1974 contribuíram para uma aproximação à *música ligeira portuguesa*, verifica-se em *Bailia dos Trovadores*, do Duo Ouro Negro, uma mensagem mais crítica do Estado Novo, através de uma canção com temática amorosa³⁰, que, simultaneamente, suporta uma “grande crítica social [...] através da narrativa de um personagem que transitava entre as diferentes camadas sociais e ao qual era indiferente a companhia tanto do ‘pobre’ quanto do ‘nobre’, quanto do ‘rei’” (Monteiro, 2020: 263), pelo que ainda se encontra, em disputa a natureza da sua relação com o regime ditatorial e a ideologia de subjugação colonial (Branco, 2024, 193).

Por fim, importa destacar a música *Canção por todos vós*, que apresenta uma narrativa nacionalista, invocando os caídos da nação, tal como se vê nos seguintes versos – “Pedi, pedi mais força do além / Chorai pelos que a pátria já não tem / Pensai que um dia vem o sol do bem”. Ademais, tal como expõe Lopes (2020: 114), “entre 1964 e 1974, é possível encontrar um total de 63 mulheres, mas a maioria delas ocupa um papel secundário: são coristas”. Não obstante, em 1974, em comparação com os anos precedentes, verifica-se um número de intérpretes, letristas e compositoras femininas consideráveis, representando 30%, 20% e 20%, respetivamente, sendo canção a primeira e única canção, durante o período ditatorial, cuja letra, composição e interpretação esteve exclusivamente a cargo de mulheres.

³⁰ Esta temática é transversal a outras canções participantes no Festival RTP da Canção, como a canção previamente abordada – *E Depois do Adeus* – mas também as canções *A rosa que te dei*; *Temos de cantar*; e *Dona e senhora da boina*.

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

2. “Gato por lebre com cravos de liberdade”

De acordo com Rui Correia (2006: 74 *apud* Monteiro, 2020: 189), na declaração de voto do Festival RTP da Canção de 1975, José Mário Branco afirmou que “os festivais do tempo do fascismo davam-nos gato por lebre; agora dão-nos gato por lebre com cravos de liberdade”, o que demonstra que, na óptica de José Mário Branco, os objetivos visados na realização do Festival RTP da Canção de 1975 tinham sido frustrados. Realizado durante o Processo Revolucionário em Curso [PREC], esta edição ambicionava retratar o panorama musical emergido após a Revolução de Abril (Gonçalves, 2019: 60), colocando sob rasura o que se associava musicalmente ao salazarismo³¹ (Cardão, 2014b: 29).

Segundo Lopes (2017: 230), a associação do certame ao regime ditatorial fez com que o mesmo fosse perspetivado com desconfiança pelas chefias da televisão, mas também por compositores, letristas e intérpretes. No entanto, com a Revolução de Abril, a “cultura passou a ser um terreno de disputa e a música popular sofreu transformações radicais”, pelo que o Festival RTP da Canção, enquanto “espetáculo musical com grande projeção mediática, que animou o panorama da música popular portuguesa e participou na definição e reorganização dos géneros musicais a seguir ao 25 de Abril” (Cardão, 2014b: 28-29), tornou-se o espaço ideal para esta disputa cultural. Nesta senda, a RTP convidou catorze compositores³², com total liberdade na escolha dos letristas e intérpretes (Castro, 2019: 339), que, através das suas canções, visaram expressar as transformações políticas e sociais ocorridas no país.

Porém, estas transformações não afetaram apenas as suas canções, mas o certame como um todo. Em primeira instância, o Festival RTP da Canção foi realizado num espaço minimalista, restringiram-se os supérfluos, em total oposição ao fausto da elite da ditadura e ao *glamour* que se via no Festival Eurovisão da Canção (Monteiro, 2020: 177). Por outro lado, a total oposição à rigidez, ostentação e *glamour* associados ao passado vinculado ao regime ditatorial exacerba a descontração e informalidade na apresentação

³¹ Se o período revolucionário pretendeu expurgar o *nacional-cançonetismo*, Musio (2015: 30-43) sustenta que este não acarretou aspectos negativos, uma vez que “teve o papel de ser a música para o povo, para as massas pouco instruídas e analfabetas [...]”.

³² Os compositores convidados foram os seguintes: José Mário Branco; Pedro Osório; José Luís Tinoco; Paco Bandeira; José Niza; Sérgio Godinho; Pedro Jordão; Rita Olivaes; Fernando Guerra; Nuno Nazareth Fernandes; José Afonso; Adriano Correia de Oliveira; Fernando Tordo e José Calvário. Destes, os primeiros dez aceitaram o convite e participaram no Festival RTP da Canção de 1975.

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

dos artistas que, agora, passam a acompanhar “a moda dos anos 1970, com cores muito vivas, calças boca-de-sino e cabelos compridos” (Monteiro, 2020: 288).

Acresce ainda que, segundo Lopes (2017: 220), “as ansiedades democráticas ficaram bem patentes no sistema de votação adotado”, preterindo-se a votação distrital a favor da votação pelos letristas e compositores, que atribuíam a cada uma das outras canções uma pontuação entre um e cinco (Castro, 2019: 341). Todavia, esta decisão seria sujeita a um respaldo, ocorrendo acusações de falta de renovação da sua estrutura e das estruturas musicais e líricas, mas principalmente de falta de democracia, tanto pelo facto dos seus participantes terem sido convidados diretamente, como pelo facto da votação não ser realizada pelo público (Lopes, 2017: 232-233).

Por fim, importa destacar que, com o fim da censura, os artistas deixam de estar subjogados a uma série de adaptações metafóricas, exacerbando o espírito de liberdade no palco do Festival RTP da Canção de 1975. Contudo, apesar de ser o “primeiro sem lápis azul a controlar o que se diz e canta” (Callixto & Isidro, 2018: 26), a imprensa frisou as insuficiências dos temas a concurso, pelo que Lopes (2017: 234) conclui que as opiniões divergentes neste meio de comunicação concordavam em algo: “que os compositores escreveram como se ainda existisse censura em Portugal”. Ainda assim, segundo a autora, mais do que se alicerçar numa realidade perceptível através das canções, isto é demonstrativo das “diversas posturas políticas mais ou menos radicais que se desenhavam na sociedade portuguesa e que simbolizam as lutas de poder que marcaram o PREC”.

Miguel Cardina (2020: 373) sustentou que “a organização do esquecimento relativamente à Guerra no pós-25 de Abril fez com que se produzisse a celebração do seu término, mas se tendesse a rasurar a sua existência concreta”. Porém, se a violência e a natureza colonial da Guerra Colonial são sobejamente ignoradas face à própria existência do conflito, as canções participantes nas edições do Festival RTP da Canção de 1975 não confirmam essa tendência. Com efeito, a edição foi vencida por um capitão da Revolução de Abril, Duarte Mendes, com a canção *Madrugada*, cujos versos – “Dos que morreram sem saber porquê / Dos que teimaram em silêncio e frio / Da força nascida no medo / E a raiva à solta manhã cedo”³³ – enfatizam o carácter mortífero de uma Guerra, que constituiu

³³ No mesmo sentido, veja-se os versos “nas balas da sorte tive a minha escola / aprendi a vida na morte em Angola”, presente na canção *Com uma arma, com uma flor*».

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

“uma enorme violência e horror, levando milhares de jovens para a morte ou causando-lhes sequelas terríveis [...]” (Loff, 2014: 56).

Apontada pela imprensa como uma das grandes favoritas à vitória no certame (Castro, 2019: 341-342), *A Boca do Lobo*, da autoria de Sérgio Godinho e com interpretação de Carlos Cavalheiro, alcançou o 2.º lugar. Segundo Monteiro (2020: 185) “destacava que o Estado Novo ainda não estava totalmente liquidado [...], havendo ainda as pompas daqueles que representaram o regime [...] mas anuncia que esse processo era coletivo e já estava em curso”. No mesmo sentido, a canção *Memória*, da autoria de Fernando Guerra e com interpretação de Paulo de Carvalho, destacava as transformações a realizar no país, enquanto celebrava a Revolução, tal como se verifica nos versos “Ontem, era noite sem dia / Hoje descobrimos a manhã / No abrir dos olhos a quem já não via / Hoje é preciso começar”.

Por outro lado, Paulo de Carvalho também interpretou a canção *Com uma arma, com uma flor*, da autoria de José Niza, que, nos seus versos – “Numa lua nova / Saltei a fronteira / Sofri um país / Calei a razão / Vendi minha pele em França” – evoca o carácter patriótico dos que recusaram o regime colonial. Apesar da “necessidade de justificar a desafetação através de uma disputa acerca da natureza moral do gesto” (Cardina, 2023: 160), é de ressaltar a celebração da ação dos exilados e refratários que se recusaram a ir para a Guerra. Assim, o que hoje constitui uma *memória fraca* (Traverso, 2020: 71-87), secundarizada pelo *Estado memorializador*, provido de poder e de recursos para consagrar visões específicas do passado (Bevernage & Wouters, 2018), constituiu uma realidade palpável em 1975.

Segundo Lopes (2017: 237), “nas décadas de 1960 e 1970, o jornalismo era marcadamente político e os pressupostos estéticos tinham um pendor vincadamente ideológico”, pelo que a canção *Alerta!*, composta e interpretada por José Mário Branco, e com letra do Grupo de Ação Cultural [GAC], enquanto a mais panfletária das canções concorrentes neste ano (Monteiro, 2020: 186), beneficiou de um apoio vigoroso por parte da imprensa e dos críticos³⁴. Apesar de ser a principal favorita à vitória, *Alerta!* poderia

³⁴ Na base desta consideração existem vários exemplos: o *Diário de Lisboa* (15 de fev. de 1975 *apud* Castro, 2019: 341) refere que “[...] perante a necessidade de uma intervenção política a nível internacional [...] seria sem dúvida aquela que melhor transmitiria à Europa o espírito revolucionário de uma classe trabalhadora em luta aberta contra a exploração capitalista”; o *Diário Popular* (14 de fev. de 1975 *apud* Lopes, 2017: 233) menciona que poderá ser uma “bofetada na Eurovisão”; o *Mundo da Canção* (maio de

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

nem ter pisado o palco do Festival RTP da Canção, uma vez que Afonso Dias – membro do GAC – teria “preferido levar *A cantiga é uma arma*. A escolha de *Alerta!* terá sido também consequência de uma certa influência política da então recém-formada UDP” (Castro, 2019: 340). Se no 1.º Congresso da União Democrática Popular [UDP], José Mário Branco defendeu que “cada núcleo UDP deve desencadear uma ação consequente de propaganda, de agitação e de organização para (...) barrar efetivamente a estrada ao fascismo”³⁵, a defesa de *Alerta!* no Festival RTP da Canção já teria dado início a esta ação de propaganda, na defesa de uma canção que não era unicamente panfletária, mas antes programática, apresentando as linhas-mestras do programa da UDP e do posicionamento ideológico do GAC na “luta pela Democracia Popular e pela Ditadura do Proletariado”³⁶, sustentando nos versos que: “Não há povo que tenha liberdade / Enquanto houver na sua terra exploração / Liberdade não se dá, só se conquista / Não há reforma burguesa que resista / Democracia popular / E ditadura proletária”.

Não podemos deixar de mencionar que, se as mulheres, até então, ocupavam um papel secundário (Lopes, 2020: 114), com as transformações que moldaram o Festival RTP da Canção no período revolucionário estas foram quase totalmente preteridas. De facto, nesta edição inexistente qualquer intérprete feminina e apenas existe uma compositora e letrista [Rita Olivaes], facto que induz que o feminismo, até à data, não constituía uma preocupação perene na sociedade e que as mulheres ainda não tinham encontrado espaço na *canção de intervenção*. O seu tema, *Canção acesa*, cantado por Victor Leitão, celebra esta “Madrugada (...) que acorda nova e ofegante / nos braços do povo, seu amante”, enfatizando o horizonte de expectativa que se abria com esta *primavera* que se instalava.

Em suma, ressalva-se que apesar do enfoque em algumas canções, “todas as canções versavam sobre o tema da Revolução, lembrando o fim do antigo regime e também das guerras coloniais” (Monteiro, 2020: 76), mas também sobre as preocupações

1975 *apud* Castro, 2017: 259) preenche a capa desta edição com a letra da canção, justificando com ter sido a “única canção que não quis ser cantiguinha para festivais, mas antes aproveitou a oportunidade de falar claramente. A única canção que foi um alerta no meio de umas tantas palavras com música à espera de uma viagem ao estrangeiro”; também *O Século* (17 de fev. de 1975 *apud* Lopes, 2017: 233) cita José Mário Branco, referindo que “a canção é uma arma e eles não sabiam”, não tendo havido uma melhoria na qualidade do Festival com a sua politização.

³⁵ RTP Arquivos – Conteúdos do acervo histórico da RTP. (1975, 3 de setembro). *1.º Congresso da UDP*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/1o-congresso-da-udp/>.

³⁶ Entrevista a José Mário Branco (*Flama*, 16 de Fevereiro de 1975 *apud* Castro, 2012, 107).

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

políticas e sociais que marcavam o período (Lopes, 2017: 220). Com efeito, a música popular, com a Revolução de Abril, tinha-se convertido num “mecanismo de crítica, utopia e mobilização” (Gonçalves, 2019: 60).

3. «A voz do júri não foi a voz do povo»³⁷

As canções não se fazem apenas dos temas em que incidem, mas dos conceitos a que aludem, cuja representação se encontra dependente do contexto histórico. Se Monteiro (2020: 152) sustenta que o *mar* é recorrentemente referenciado de forma pujante nos festivais da canção, por forma a afirmar-se uma identidade nacional portuguesa, verificamos que, no Festival RTP da Canção de 1974³⁸, apenas quatro das dez canções referem este conceito. Porém, decorridos treze anos de Guerra Colonial, o *mar* não é postulado “como veículo central da grandeza passada e horizonte potenciador de um novo desenvolvimento para o país” (Cardina, 2020: 395), mas, como se observa no verso da canção *E Depois do Adeus* – “Mas o mar não me traz tua voz” – surge como o motivo para a solidão de quem se encontra separado pelo *mar*³⁹.

Sopesa ainda que, se Musio (2015: 100), referindo-se à canção *Desfolhada Portuguesa*, destaca que se encontram “vários usos de palavras da agricultura para representar o país, Portugal [...] que] constituem a *geografia* do sentimento de amor que a canção associa à própria terra”, podemos observar nas canções participantes no Festival RTP da Canção de 1974 a mesma realidade, nomeadamente na canção *Temos de Cantar* – “As mãos na enxada / Cheiramos a serra / A lençóis de linho / Roubamos à terra / O pão e o vinho”. Isto deve-se, essencialmente, a um “vínculo com uma suposta genuinidade portuguesa assente no homem camponês, uma cena de ruralidade difundida pela propaganda do Estado Novo”, não obstante o afastamento cada vez maior do campo (Branco, 2024: 23).

³⁷ Título da edição da revista *Plateia* após o Festival RTP da Canção de 1975.

³⁸ Com advento do período revolucionário, constata-se o desaparecimento integral das referências ao *mar* em todas as dez canções participantes no Festival RTP da Canção de 1975.

³⁹ No mesmo sentido, a canção *Canção solidão*, cantada por Helena Isabel, refere nos seus versos “Ouve-se a voz / Que vem do longe mar / Mar-solidão”. Em sentido oposto ao arguido, no refrão da canção *Cantiga ao vento* – “Só por ver o mar ao longe / Quer fazer-se ao mar” – o *mar* surge como símbolo de esperança e sonho.

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

Com a Revolução de Abril, na óptica de Paulo (2014: 112), acentua-se a necessidade de formação cívica do camponês, cuja imagem ganha uma *nova roupagem*, através da denúncia das condições de miséria do meio rural e por uma aproximação à Revolução. Se Cardão (2014b: 30-31) sustenta que o “Festival da Canção iniciou um processo informal de caracterização do *povo*⁴⁰, retratando-o maioritariamente enquanto sujeito ativo e mobilizado”⁴¹, nos versos da canção *Alerta!* – “Operários, camponeses não de um dia / Arrebatam o poder à burguesia” – comprova-se que o *povo* preteriu qualquer passividade e resignação perante o Estado (Paulo, 2014: 112). Sopesa ainda que a canção *Madrugada*, através dos versos “fazem-se as margens do meu povo / canta-se a gente que a si mesma se descobre”, comprova que a música popular foi capaz de produzir um discurso autónomo sobre o povo, que “partia dos conflitos do tempo presente e projetava-se num horizonte utópico”, contrariando as recriações nostálgicas do regime ditatorial (Cardão, 2014b: 30-31).

No desiderato de compreender o acolhimento das narrativas destas canções nos contextos históricos específicos, procedeu-se à análise da votação do júri do concurso. Se a vitória de *E Depois do Adeus* no Festival RTP da Canção foi bastante expressiva, agregando mais de metade dos votos, certo é que a canção com mensagem mais política, *No dia em que o rei fez anos*, também alcançou uma posição de destaque, ficando classificada em 2.º lugar, numa edição em que os grandes nomes que marcaram a introdução da canção política no Festival RTP da Canção se encontravam ausentes.

Por outro lado, o Festival RTP da Canção de 1975 foi marcado pela *canção de intervenção*, pelo que a discussão encetada nesse contexto não foi sobre a receção destas narrativas, mas pelo alcance e profundidade das mesmas. Apesar da canção *Madrugada* plasmar uma crítica profunda à Guerra Colonial e carregar em si “um véu de esperança e emoções no pós-25 de Abril” (Callixto & Mangorrinha, 2018), tal como se consegue observar nos versos – “Cantem despertos / Na manhã que a noite entrega / Que o canto assim nunca é demais” – de acordo com Tito Lívio, na revista *Manifesto*, esta representava a escolha de uma “conceção burguesa da canção, pelo bonito e bem construído, mas amorfo e inofensivo” (Castro, 2019: 343).

⁴⁰ Ainda assim, importa destacar que a imagem do povo, mais do que associada ao homem camponês, encontrava-se associada ao homem cidadão, revolucionário (Paulo, 2014: 113).

⁴¹ Com efeito, verificamos que 7 das 10 canções presentes no Festival fazem referência ao *povo*.

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

Certo é que, segundo Gonçalves (2019: 61), “na imprensa, artistas, jornalistas e críticos consideraram que [...] não tinha força suficiente para representar Portugal em Estocolmo”, não representando uma rutura com os vencedores das edições ocorridas no período ditatorial (Castro, 2019: 342). Todavia, não tendo a ousadia política de outras canções, representava um marco na crítica ao regime ditatorial, mas, acima de tudo, refletia a “confluência – frágil e, de algum modo, irrepetível depois de 1976 – da memória antifascista e da memória da resistência anticolonial” (Loff, 2014: 31).

Em oposição, também existiram críticas à politização do evento, tendo Callixto e Mangorrinha (2018) sustentado que Mário Clemente defenderia, na revista *Plateia*, que devia ser um “festival de melodias”, o qual não devia servir para “hinos heróico-políticos [...] sem que se lhes possa chamar comícios políticos”. Sopesa ainda que as declarações de voto, transformadas em comunicados políticos, refletiram, também, o papel político exercido pelo Festival nesse ano (Castro, 2019: 343). Se Nazareth Fernandes justificou as suas pontuações pela “escolha de uma canção que transmitisse uma ideia de Portugal depois do 25 de Abril, de uma forma que captasse a atenção dos telespectadores europeus, ‘em termos não-demagógicos’” (Castro, 2019: 343), o GAC decidiu atribuir a todas as canções a pontuação mínima de um ponto, uma vez que seriam um “produto da burguesia” (Cardão, 2014b: 30). De acordo com José Mário Branco, “não se metem no mesmo saco o Paco Bandeira⁴² e o Sérgio Godinho. Mas metem-se os produtos que se apresentaram no Festival”, uma vez que estava subordinada a influências “imperialistas” por recorrer a uma orquestração *pop* e não apontar os “caminhos da luta”⁴³.

Destarte, a politização também se comprovou no processo de votação, numa clara litigância de qual a canção capaz de demonstrar que Portugal era um país novo (Mangorrinha, 2015) e progressista, em oposição à Europa conservadora (Cardão, 2014b: 33). A imagem do país que se pretendia transmitir no Festival Eurovisão da Canção esteve em disputa, tendo Nazareth Fernandes, na sua declaração de voto, sustentado que, apesar da importância lírica da canção *Alerta!*, seria “pouco prudente e perigoso” apresentar esta canção em Estocolmo, dado que poderia dar um sinal à imprensa internacional de que em Portugal havia “muita gente interessada em não consolidar um regime verdadeiramente democrático” (Castro, 2019: 343-344).

⁴² Paco Bandeira foi frequentemente acusado de desvirtuar a canção de intervenção (Branco, 2024, 31-33).

⁴³ Entrevista a José Mário Branco (*Flama*, 16 de Fevereiro de 1975 *apud* Castro, 2012, 107).

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

Face a estas declarações, os membros do GAC consideraram que *Alerta!* seria, assim, uma canção disruptiva com o capitalismo e imperialismo europeu⁴⁴ e que se confirmava o que tinham defendido na sua declaração de voto, postulando que muitos destes artistas tinham preterido o seu papel revolucionário, preferindo “escolher ‘uma canção [*Madrugada*] que a burguesia pudesse vender bem” (Castro, 2019: 344).

Conclusão

O Festival RTP da Canção, enquanto espetáculo musical com grande projeção mediática, permitia a estes artistas procurarem as fissuras na dominação que se impunha no panorama cultural durante o regime ditatorial. Apesar de no Festival RTP da Canção de 1974 as canções políticas terem sido residuais e com mensagens encriptadas, não foi de somenos a sua importância, uma vez que a música popular foi ponto de rutura que fez “despertar as consciências dos portugueses para a questão colonial” (Correia, 1999: 131) e também para os problemas político-sociais que assolavam o regime. Com efeito, isto pode ser verificado no papel assumido pelo *mar*, que, se costuma assumir um papel preponderante na afirmação da identidade nacional portuguesa nas canções no Festival RTP da Canção (Monteiro, 2020: 152), neste contexto histórico particular, assume um papel periférico e nem sempre positivo.

Se, nas palavras de Letria (1999: 41), “o aparecimento da *canção de intervenção* corresponde a exigências concretas da resistência à ditadura”, com a abolição da censura, a *canção de intervenção* inunda os meios de comunicação, de forma mais espontânea e direta (Côrte-Real, 1996: 158) e assume a hegemonia do Festival RTP da Canção de 1975. Procurando romper “com os desígnios das políticas culturais do Estado-Novo” (Castro, 2017: 248), o Festival RTP da Canção desempenhou um papel preponderante no processo de caracterização do *povo*, abandonando a “imagem da passividade e resignação diante do Estado para ser aquele que reivindica os seus direitos” (Paulo, 2014: 112).

Por fim, importa destacar que o Festival RTP da Canção de 1975 não só refletiu, como exponenciou as transformações ocorridas na sociedade e na *música popular*

⁴⁴ Distinguindo-se dos dois blocos imperialistas – aos quais o GAC também se opunha – o *imperialismo europeu* consistiria na intervenção da Europa e do Mercado Comum na economia portuguesa, através do controlo exercido sobre o comércio externo português.

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

portuguesa. A opção cultural e política da assinatura coletiva da composição por parte do GAC inverteu os pressupostos do Festival RTP da Canção (Cardão, 2014b, 30), rompendo com a tradição instaurada até ao momento de criação individual. Todavia, serão o sistema de voto e o confronto ideológico acerca do que deveria ser a conteúdo poético e sonoro da música popular que infligirão a maior fratura entre os participantes. Através das declarações de voto – transformadas em comunicados políticos – estes disputarão não só o que deve ser a *música popular portuguesa*, mas, acima de tudo, que país se construirá.

Apesar de contestada aquando da vitória no Festival RTP da Canção de 1975, a canção vencedora, *Madrugada*, anunciará o nascimento de um novo país, alicerçado na luta de todo um povo, cantando “Da escuridão a abrir em cor / Do braço dado e a arma flor / Fazem-se as margens do meu povo”.

Fontes

Canção “Solidão” por Helena Isabel. (s.d.). RTP Arquivos – Conteúdos do acervo histórico da RTP. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/solidao-por-helena-isabel/>

Carlos Gonzalez. (2019, 22 de fevereiro). *Festival RTP 1974 - Green Windows - No Dia Em Que O Rei Fez Anos* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=7lnmHzDNKnY>

Festivais da Canção. (2011, 1 de março). *FC 1974: Artur Garcia - "Dona E Senhora Da Boina"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=Ow9JOPf1nQs>

Festivais da Canção. (2011, 1 de março). *FC 1974: Duo Ouro Negro - "Bailia Dos Trovadores"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=HluYNOJM03w>

Festivais da Canção. (2011, 1 de março). *C 1974: Green Windows - "Imagens"* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=_egbdZkUdT0

Festivais da Canção. (2011, 1 de março). *FC 1974: José Cid - "A Rosa Que Te Dei"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=oANn42QpLMU>

Festivais da Canção. (2011, 1 de março). *FC 1974: Verónica - "Canção Por Todos Vós"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=CYcxXCce26g>

Festivais da Canção. (2011, 2 de março). *FC 1974: Fernanda Farri - "Cantiga Ao Vento"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=AqsQ7K8homQ>

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

Festivais da Canção. (2011, 2 de março). *FC 1974: Xico Jorge - "Temos De Cantar"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=rzS1MSDjYeQ>

Festivais da Canção. (2011, 22 de dezembro). *FC 1975: Carlos Cavalheiro - "A Boca Do Lobo"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=qwc521OTyzw>

Festivais da Canção. (2011, 22 de dezembro). *FC 1975: Fernando Girão & Jorge Palma – "O Pecado Capital"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=yecupATMmXg>

Festivais da Canção. (2011, 22 de dezembro). *FC 1975: Jorge Palma - "Viagem"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=4teZEemO3A4>

Festivais da Canção. (2011, 22 de dezembro). *FC 1975: José Mário Branco - "Alerta!"* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=sL49TOE9_3E

Festivais da Canção. (2011, 22 de dezembro). *FC 1975: Paco Bandeira - "Batalha-Povo"* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=_g0_7MrB30I

Festivais da Canção. (2011, 22 de dezembro). *FC 1975: Paulo de Carvalho - "Com Uma Arma, Com Uma Flor"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=0ADIAJeAXhs>

Festivais da Canção. (2011, 22 de dezembro). *FC 1975: Paulo de Carvalho - "Memória"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=VF5VfqfCpBM>

Festivais da Canção. (2011, 22 de dezembro). *FC 1975: Vítor Leitão - "Canção Acesa"* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=CfRPopOgag8>

RTP Arquivos – Conteúdos do acervo histórico da RTP. (1974, 3 de outubro). *XI Grande Prémio TV da Canção 1974*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/xi-grande-premio-tv-da-cancao-1974/>

RTP Arquivos – Conteúdos do acervo histórico da RTP. (1975, 3 de setembro). *1º Congresso da UDP*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/1o-congresso-da-udp/>

RTP. (2010, 15 de janeiro). *1975 - Duarte Mendes - Madrugada.mp4* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=YzwHISVQVyU>

RTP. (2010, 15 de janeiro). *1974 - Paulo de Carvalho - "E Depois Do Adeus" | RTP* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=MrW6zP161QI>

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Cândido de (1999), *A censura de Salazar e Marcelo Caetano*, Dom Quixote.

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

BAPTISTA, Maria Manuel (2009), “Estudos culturais: o quê e o como da investigação”. *Carnets, Revue électronique d'études françaises de l'APEF*, Première Série-1 Numéro Spécial, pp. 451-461.

BEVERNAGE, Berber; WOUTERS, Nico (2018), “State-sponsored history after 1945: An introduction” in *The Palgrave Handbook of State-Sponsored History After 1945*. London, Palgrave Macmillan, pp. 1-36.

BOHLMAN, Philip (1997), “Fieldwork in ethnomusicological Past” in *Shadows in the field – new perspectives for fieldwork in ethnomusicology*. Oxford, Oxford University Press, pp. 246-270.

BRANCO, Luís de Freitas (2024), *A Revolução antes da Revolução: o ano que mudou a música popular portuguesa*, Livros Zigate.

CÁDIMA, Francisco Rui (2010), “Imagens e representações da ditadura portuguesa na televisão (1957-1974)”, *Logos*, 17: 1, pp. 56-69.

CALLIXTO, João Carlos; ISIDRO, Júlio (2018), *Festival RTP da Canção, 1964-1988: A Festa das Canções*, Vol. 1, Lisboa, RTP Edições/ Público-Levoir.

CALLIXTO, João Carlos; MANGORRINHA, Jorge (2018), *Portugal 12 pts. Âncora*.

CARDÃO, Marcos (2014a), *Fado Tropical: O luso-tropicalismo na cultura de massas (1960-1974)*, Lisboa, Unipop.

CARDÃO, Marcos (2014b), “Pois Claro! Música, política e desejo no Festival RTP da Canção (1975-1982)”, *Ler História*, 67, pp. 27-43. [consulta em 28/07/2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.805>

CARDÃO, Marcos (2017). “‘Muamba, Banana e Cola’. O Duo Ouro Negro e o Tropicalismo Desnacionalizador”, *Portuguese Literary and Cultural Studies*, 30, pp. 174-191. [consulta em 12/07/2024]. Disponível em: https://ojs.lib.umassd.edu/index.php/plcs/article/view/PLCS30_31_Card%C3%A3o_page174/1228

CARDINA, Miguel (2020), “O passado colonial: do trajeto histórico às configurações da memória” in *O Século XX Português: Política, Economia, Sociedade, Cultura, Império*. Tinta da China, pp. 357-411.

CARDINA, Miguel (2023), *O Atrito da Memória: Colonialismo, guerra e descolonização no Portugal contemporâneo*, Tinta da China.

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

CASTELO, Cláudia (1999), “*O Modo Português de Estar no Mundo*”. *O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento.

CASTRIM, Mário (1996), *Televisão e Censura*. Porto, Campo das Letras.

CASTRO, Hugo (2012). *Discos na luta: a canção de protesto na produção fonográfica em Portugal nas décadas de 1960 e 1970*, Tese de Mestrado em Ciências Musicais, variante de Etnomusicologia, Lisboa, Universidade NOVA de Lisboa.

CASTRO, Hugo (2017), “Música e política na revista Mundo da Canção no período revolucionário português (1974-1976)”, *Cuadernos de Etnomusicología*, 10, pp. 241-67.

CASTRO, Hugo (2019), *A cantiga só é arma quando a luta acompanhar! Canção e política na Revolução dos Cravos (1974-1976)*, Tese de Doutoramento em Ciências Musicais, especialidade em Etnomusicologia, Lisboa, Universidade NOVA de Lisboa.

CASTRO, Hugo (2020), “Protest Song and Recording in the Final Stages of the Estado Novo in Portugal (1960–1974)” in *Music and the Making of Portugal and Spain: Nationalism and Identity Politics in the Iberian Peninsula*, University of Illinois Press, pp. 135-152.

CÉSAR, António João; TILLY, António; CIDRA, Rui (2010), “Festival RTP da Canção” in Salwa Castelo-Branco (Ed.), *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX*, Vol C-L, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, pp. 501-504.

CORREIA, Pedro Pizarat (1999), “Descolonização” in *Do Marcelismo ao fim do império*, Lisboa, Editorial Notícias.

CÔRTE-REAL, Maria de São José (1996), “Sons de Abril: Estilos musicais e movimentos de intervenção político-cultural na Revolução de 1974”, *Revista portuguesa de musicologia*, 6, pp. 141-172.

DEBORD, Guy (2006), *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro: Contraponto.

FENSTER, Mark (2002). “Consumers Guides: The Political Economy of the Music Press and the Democracy of Critical Discourse” in *Pop Music and the Press*, Philadelphia, Temple University Press, pp. 81-92.

FIUZA, Alexandre Felipe (2006), “As metáforas e a censura ao cancionero engajado no Brasil, Portugal e Espanha”, *Temas & Matizes*, 5.10, pp. 53-60.

FIUZA, Alexandre Felipe (2007), “A censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970”, *Espaço Plural*, 8.17, pp. 95-102.

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

FIUZA, Alexandre Felipe (2015), “Nas margens do rock: a censura estatal e a canção popular portuguesa”, *Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte*, 17: 31, pp. 57-72.

FRITH, Simon (1998), *Performing rites: On the value of popular music*, Harvard University Press.

GALOPIM, Nuno (2018), *Eurovisão: dos ABBA a Salvador Sobral: canções que contam a história da Europa*, A Esfera dos Livros.

GONÇALVES, Maria Madalena de Oliveira Viana (2019), *O Festival RTP da Canção e a participação de Portugal no Festival Eurovisão da Canção no telejornal (1969 e 2017)*, Tese de Mestrado em Jornalismo, Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social.

HALL, Stuart (1980), “Encoding/decoding” in *Culture, Media, Language: Working Papers in Cultural Studies*, Hutchinson, pp. 35-74.

KLEIN, Bethany (2005), “Dancing About Architecture: Popular Music Criticism and the Negotiation of Authority”, *Popular Communication*, 3.1, pp. 1-20.

LETRIA, José Jorge. (1999), *A Canção Política em Portugal (da Resistência à Revolução)*, Lisboa, Ulmeiro.

LLOSA, Mario Vargas (2013), *A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura*, Rio de Janeiro: Objetiva.

LOFF, Manuel (2014), "Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)", *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória*, Coimbra, Almedina, pp. 23-143.

LOPES, Sofia Vieira (2014), “O concurso enquanto espectáculo musical – reflexões acerca dos antecedentes do Festival RTP da Canção”, *Repositório da Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Etnomusicologia*, pp. 621-626.

LOPES, Sofia Vieira (2017), “O papel da imprensa na reconstrução de memórias televisivas”. *Cuadernos de etnomusicología*, 10, pp. 211-240.

LOPES, Sofia Vieira (2020). "A primavera traz um nome de mulher: Imagens do feminino no Festival RTP da Canção" in *Hidden Archives, Hidden Practices: Debates about Music-Making*, Aveiro, UA Editora, pp. 111-126.

LOPES-GRAÇA, Fernando (1973), *Disto e daquilo*. Lisboa: Edições Cosmos.

MANGORRINHA, Jorge (2015), *A cultura eurovisiva: canções, política, identidades e o caso português*, Lisboa, IECCPMA, CLEPUL.

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

MONTEIRO, Tiago José Lemos (2009), “‘Como é linda a minha aldeia’: o papel dos gêneros musicais massivos na construção de uma imagem mítica de Portugal”, *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-Compós*. Brasília, 12: 1, pp. 1-15.

MONTEIRO, José Fernando Saroba (2018), “Festivais da Canção: música, *media* e censura durante os regimes autoritários em Brasil e Portugal” in *Anais Encontro Internacional e XVIII Encontro de História - Anpuh-RJ: História & Parcerias*.

MONTEIRO, José Fernando Saroba (2020), *Festivais RTP e festivais da MPB: entre a tradição e a modernidade (1964-1975)*, Tese de Doutorado em História, Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

MONTEIRO, José Fernando Saroba; BARROS, José D’Assunção; MANGORRINHA, Jorge (2019), “Festivais da Canção: Brasil e Portugal: Música, Revolução e Cruzamentos (1964-1975)”, *Simpósio Internacional História Cultura e Relações de Poder*, 3. Lisboa, ULisboa/CLEPUL.

MOURA, José Barata (1977), *Estética da canção política: Alguns problemas*, Livros Horizonte.

MUSIO, Andrea (2015), *Revelando campos modelares na produção de Popular Music: Ética e emoção na canção ligeira em Itália e Portugal (1960)*, Tese de Mestrado em Ciências Musicais, área de especialização em Etnomusicologia, Lisboa, Departamento de Ciências Musicais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa.

NAPOLITANO, Marcos (2007), *A síncope das ideias: a questão da tradição na música popular brasileira*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

NUNES, Pedro (2012). “Das Ideologias Políticas às Ideologias de Gosto: o discurso no jornalismo sobre música pop em Portugal antes e depois da Revolução de 1974”, *Current Issues in Music Research*, pp. 91-109.

O’CONNOR, John Kennedy (2010), *The Eurovision Song Contest: the official history*. London, Carlton Books.

ORTIZ, Renato (2006), *A Moderna Tradição Brasileirac*, São Paulo, Brasiliense.

PAULO, Heloísa (2014), “E depois do Adeus: os saneamentos e a nova legislação de censura e imprensa após o 25 de Abril”, *Storia e problemi contemporanei*, 67, 3, pp. 105-115.

Gil Duarte Ribeiro – *Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 50-76.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a3

PEREIRA, Sónia (2011), “Estudos culturais de música popular - uma breve genealogia”, *Exedra: Revista Científica*, 5, pp. 117-134.

RAYKOFF, Ivan (2007), “Camping on the borders of Europe” in Ivan Raykoff; Robert Tobin Deam, *A Song for Europe: Popular Music and Politics in the Eurovision Song Contest*, Hampshire, Ashgate, pp. 1-12.

RODRIGUES, Graça Almeida (1980), *Breve história da censura literária em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

SHUKER, Roy (1999), *Vocabulário de música pop*, São Paulo, Hedra.

TRAVERSO, Enzo (2020)c, *O Passado, Modos De Usar*. Livraria Tigre de Papel.

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa

The contribution of upa/fnla women to the anti-colonial struggle in Angola: a biographical look at Cipriana Kawawa

La contribution des femmes de l'upa/fnla a la lutte anti-coloniale en Angola: un regard biographique sur Cipriana Kawawa

la contribución de las mujeres upa/fnla a la lucha anticolonial en Angola: una mirada biográfica a Cipriana Kawawa

Nsambu Vicente
Instituto Superior Politécnico Atlântida
nsambubaptista82@hotmail.com

Resumo: Este artigo aborda o percurso militante de Cipriana Kawawa, uma figura emblemática da UPA/FNLA e da Associação da Mulher Angolana (AMA), durante o tempo que viveu na clandestinidade e a luta de libertação nacional de Angola. Pretendemos divulgar a sua experiência singular, destacando o seu contributo no contexto da luta de libertação nacional. Nesse contexto, a escolha do tópico decorre da escassez de estudos a versar sobre as mulheres deste movimento. Metodologicamente baseamo-nos em fontes orais e documentais. Os resultados indicam que, apesar da participação ativa dessa mulher na luta anticolonial, o seu papel ainda não é reconhecido na historiografia e na História oficial de Angola.

Palavras-Chave: AMA; Cipriana Kawawa; Luta anticolonial; UPA/FNLA.

Abstract: This article looks at the activist career of Cipriana Kawawa, an emblematic figure of the UPA/FNLA and the Angolan Women's Association (AMA), during her time in hiding and during Angola's national liberation struggle. We want to publicise her unique experience, highlighting her contribution to the national liberation struggle. In this context, the choice of topic stems from the scarcity of studies on the women of this movement. Methodologically, we used oral and documentary sources. The results indicate that, despite the active participation of these women in the anti-colonial struggle, their role is still not recognised in historiography and in Angola's official history.

Key words: AMA; Cipriana Kawawa; Anti-colonial struggle; UPA/FNLA.

Résumé: Cet article se penche sur la carrière militante de Cipriana Kawawa, figure emblématique de l'UPA/FNLA et de l'Association des femmes angolaises (AMA), pendant sa clandestinité et la lutte de libération nationale de l'Angola. Nous voulons faire connaître son expérience unique, en soulignant sa contribution à la lutte de libération nationale. Dans ce contexte, le choix du sujet découle de la rareté des études sur les femmes de ce mouvement. Sur le plan méthodologique, nous avons utilisé des sources orales et documentaires. Les résultats indiquent que, malgré la participation active de ces femmes à la lutte anticoloniale, leur rôle n'est toujours pas reconnu dans l'historiographie et dans l'histoire officielle de l'Angola.

Mots clés: AMA; Cipriana Kawawa; Lutte anticoloniale; UPA/FNLA.

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

Resumen: Este artículo repasa la trayectoria activista de Cipriana Kawawa, figura emblemática de la UPA/FNLA y de la Asociación de Mujeres Angoleñas (AMA), durante su permanencia en la clandestinidad y durante la lucha de liberación nacional de Angola. Queremos dar a conocer su experiencia única, destacando su contribución a la lucha de liberación nacional. En este contexto, la elección del tema se debe a la escasez de estudios sobre las mujeres de este movimiento. Metodológicamente, utilizamos fuentes orales y documentales. Los resultados indican que, a pesar de la activa participación de estas mujeres en la lucha anticolonial, su papel sigue sin ser reconocido en la historiografía y en la historia oficial de Angola.

Palabras clave: AMA; Cipriana Kawawa; Lucha anticolonial; UPA/FNLA.

Introdução

O regime colonial em Angola foi marcado por profundas desigualdades de género, que impactaram significativamente a vida das mulheres. Durante esse período, elas enfrentaram diversos desafios, entre os quais: (1) Restrições sociais e culturais, que limitavam sua liberdade e autonomia, restringindo o acesso à educação, à participação política e às oportunidades de emprego; (2) Exploração e abuso, especialmente em plantações e indústrias dominadas por colonos, onde muitas mulheres foram submetidas a condições degradantes; e (3) Separação familiar, resultado de políticas coloniais que obrigavam os homens a trabalhar longe de casa, deixando as mulheres como responsáveis pelo sustento das famílias.

Entre 1961 e 1974, a UPA/FNLA utilizou propagandas voltadas às populações no interior e no exterior para mobilizá-las a aderirem à luta anticolonial. Foi nesse contexto que Cipriana Kawawa, inspirada pelas ações de seu pai, se dedica à luta pela libertação nacional, enfrentando torturas e prisões devido ao seu comprometimento com a causa revolucionária, inicialmente na clandestinidade e depois em ações mais abertas contra o domínio colonial.

A participação das mulheres na luta anticolonial em Angola é um assunto que tem recebido ainda pouca atenção dos investigadores das áreas das ciências sociais e humanas. Enquanto autores deste estudo, a nossa preocupação tem sido, sobretudo, estudar o contributo daquelas mulheres e associações femininas cujos partidos não estejam no poder na atualidade, como acontece com a UPA/FNLA e a sua organização feminina, a Associação da Mulher Angola (AMA).

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

Esta organização feminina foi criada nos finais da década de cinquenta, mais concretamente em 3 de outubro de 1958, porém, só alcançou maior visibilidade por parte das autoridades coloniais a partir do início da década de sessenta. Inserida no contexto da luta pela libertação de Angola, a sua atuação consistia principalmente na mobilização, agentes de ligação e logística, estando estruturada em torno do seu estatuto e em conformidade com a ideologia do movimento/partido UPA/FNLA, bem como com os seus documentos orientadores.

Este artigo é uma parte da nossa tese de doutoramento em História Contemporânea, desenvolvida na Universidade de Évora. Nele, exploramos a participação das mulheres da UPA/FNLA na luta anticolonial, com destaque para o percurso militante e a contribuição única de Cipriana Kawawa, evidenciada através de sua biografia histórica. O objetivo é divulgar a experiência desta mulher, que consideramos peculiar no conjunto de mulheres desse movimento, atualmente um partido político, e que desempenhou um papel crucial durante o regime colonial português em Angola.

A escolha do tema justifica-se devido à carência de estudos que abordam o contributo da UPA/FNLA e da sua organização feminina, a AMA na luta anticolonial. Metodologicamente o estudo baseou-se em fontes orais e documentais. (1) Oraís: realizamos entrevistas, inicialmente, com a própria protagonista em 2020. Também, dialogamos com alguns familiares e companheiros de luta em Luanda; (2) Fontes documentais: analisamos uma vasta documentação no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)¹ e Arquivo Histórico Diplomático², em Portugal, onde achamos documentos que fazem alusão ao contributo e perseguição dessa mulher na época do regime colonial em Angola. Nesta perspetiva, a proposta temática que trouxemos tem ganhado espaço na historiografia recente angolana. Há um aumento, verificado pelas publicações dos últimos dez anos (2014-2024) mas é pouco satisfatório porque ou são escritos sob ótica masculina ou porque se atém apenas à experiência do

¹ Ver Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), PIDE/DGS/ Del. Ang: processo n.º 13.42. A/6, *Transferência de população: Operação Robusta*, fl.2-170 (NT2015); Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), PIDE/DGS/Del. Ang: *expediente diverso muito secreto-Relações de nativos aderentes à UPA e residentes em Luanda. Índices dos documentos 2 e 3 documentos elaborados por Francisco João Silvestre*, fl.19, (NT 9078).

² Ver Arquivo Histórico Diplomático (AHD), Processo n.º 940,1 (-) G- A Igreja e os acontecimentos nas províncias Ultramarinas portuguesas, Vols. I e II.

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

MPLA. Essa situação está na base da carência de estudos, quer em obras literárias, quer em artigos científicos, referentes à participação das mulheres da UPA/FNLA e da AMA.

De modo a traçar um quadro teórico exequível sobre a participação das mulheres na luta de libertação nacional, num estudo pioneiro produzido no campo da Antropologia, Margarida Paredes (2014) em *Mulheres na Luta Armada em Angola: Memória, Cultura e Emancipação*, numa articulação entre a Antropologia e a História, mostra como as mulheres participaram na luta de libertação em Angola. Devido à carência de investigações sobre estas mulheres, o estudo centralizou-se no resgate de memórias das ex-combatentes conseguidas por meio das entrevistas focadas na vida militar das protagonistas. Nisso, a autora investigou as incertezas entre o trabalho forçado e a resistência das mulheres na luta de libertação nacional e as intrigas da guerra civil protagonizadas pelo MPLA e a UNITA durante vinte e sete anos. Segundo a autora, o MPLA, no âmbito da sua propaganda, embora proclamasse que a mulher fosse parceira na luta, na prática, limitava o seu contributo direto na luta armada e na ocupação de funções de topo na hierarquia do movimento.

No caminho crítico sobre a visibilidade das mulheres, o estudo da Margarida Paredes sinaliza como a participação delas foi decisiva na frente de combate e na retaguarda ao longo da luta de libertação colonial de Angola. Ou seja, no sentido de indicar que as mulheres eram ativas nas diferentes conjunturas da luta de libertação, já que elas atuavam de modo a contrapor o avanço do domínio colonial nas respetivas zonas operativas, contribuindo na logística e na condição de agentes de ligação, fundamentalmente. Margarida Paredes conclui afirmando que as mulheres foram afastadas das negociações dos processos de paz e dos benefícios da desmobilização e desmilitarização dos exércitos, a pretexto que num país onde quase todos os homens combateram, as mulheres não são importantes (Paredes, 2024: 279). Perante este facto, as mulheres recusaram que as suas vozes fossem silenciadas. Terá sido esta a razão da criação do Ministério da Família e Promoção da Mulher, atual Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher?

Possivelmente reflete o compromisso do Estado angolano com a promoção da igualdade de género, o fortalecimento da família como núcleo fundamental da sociedade e a proteção dos grupos mais vulneráveis, em especial as mulheres. Ou seja, presumivelmente este

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

ministério surge como resposta à histórica marginalização das mulheres, agravada por décadas de conflitos, desigualdades socioeconómicas e práticas culturais discriminatórias.

Na mesma senda, o estudo de Patrício Batsíkama (2016), em abordagem de longa duração, ou seja, numa análise histórica que se concentra em processos e estruturas que se desenvolvem ao longo de extensos períodos de tempo, e, numa perspetiva antropológica, fala da herança social e económica das mulheres no contexto africano. Esse estudo permite perceber como as mulheres angolanas, no caso da Luzia Inglês Va-Dúnem “Inga”, guiadas por um conjunto de valores, práticas, tradições ou conhecimentos herdados, participaram na luta de libertação nacional. Batsíkama, trabalhando com três categorias de fontes: (i) documental onde consultou diferentes fundos arquivísticos em Angola e Portugal; (ii) história oral, com entrevistas e; (iii) ensaios onde consultou a pouca bibliografia que existe sobre as mulheres, o autor diz que a participação das mulheres na luta de libertação de Angola foi efetiva e árdua (Batsíkama, 2016:72), embora centralize a sua discussão numa mulher integrada na OMA, Luzia Inglês, acima referida.

O interessante nesse estudo é o modo como o autor apresenta o contributo feminino no âmbito social, económico e político. Entende que, apesar da pertença social ser matrilinear nas sociedades angolanas, com a exceção nos Lunda que é patrilinear, as mulheres quase mantinham um “silêncio simbólico” nas questões políticas. Na sequência, o autor expõe que elas eram supostamente representadas pelos seus irmãos (mais velhos ou mais novos) de forma pública. Na verdade, foram e são elas as decisoras: os seus irmãos limitavam-se apenas a cumprir as suas orientações (Batsíkama, 2016:75). Compreendidas essas dimensões antropológicas da mulher em Angola, facilmente se percebe como e porque tiveram de participar nas guerras de libertação e, seguidamente, nos diferentes processos históricos de Angola pós-independência, até à realização das primeiras eleições em setembro de 1992 em Angola.

Patrício Batsíkama conclui dizendo que a presença da mulher na Luta pela Libertação de Angola é inquestionável e evidente. O que preocupa o autor é a rentabilização da figura de Luzia Inglês nos instrumentos educacionais do “Homem Novo” entoado no Hino Nacional: “Angola Avante”. Segundo ele, a participação da mulher na institucionalização do Estado-nação é evidente.

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

Ressaltar ainda a investigação da Dayene Augusta Santos da Silva em *Na Cobertura da Retaguarda Mulheres Angolanas na Luta Anticolonial (1961-1974)*. A autora pretendeu saber como se dava o envolvimento das mulheres na História angolana no período de 1961-1974. Trata-se de um estudo sobre mulheres anónimas e com registo lacunar no que se refere à sua atuação nas fontes escritas. Para a escrita da sua tese, a autora recorreu a um conjunto de documentos nos arquivos localizados em Lwanda e Lisboa.

Também realizou e visualizou entrevistas, o que lhe permitiu captar as nuances e as dinâmicas das mulheres protagonistas da luta de libertação nacional. No seu estudo, cita a atuação das mulheres no período da luta anticolonial em espaços geográficos como Moxico, Vie (Bié)³, Wizi (Uíge), Lunda, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Wila (Huila), Kwandu Kubango, Wambu (Huambo), Kabinda (Cabinda), Malange e Lwanda (Luanda). Parece-nos que ignorou a província do Nzandí (Zaire), antigo distrito do Zaire, outro espaço considerado bastião do teatro das operações da luta de libertação de Angola. Por que essa região permanece sub-representada na historiografia da luta anticolonial? Será que houve uma omissão intencional devido ao fato de uma área ter sido, predominantemente, uma zona de atuação da UPA/FNLA até a década de 1970? Essa lacuna poderia ser explicada pelas dificuldades de acesso aos protagonistas, pela escassez de documentos históricos ou, simplesmente, pela negligência em consideração às ações da UPA/FNLA em regiões como o Wizi e o Kwanza Norte?

A sub-representação pode estar ligada a uma narrativa historiográfica dominante que grupos prioritários e regiões associadas ao MPLA, em detrimento de outras forças anticoloniais como a UPA/FNLA, relegando-as a um plano secundário. É possível que a omissão tenha sido intencional, já que a narrativa oficial do pós-independência frequentemente marginalizou o papel de grupos de oposição como a UPA/FNLA, em prol da legitimação do MPLA como líder incontestável da luta de libertação. Sim, uma lacuna pode ser atribuída a vários fatores, como a dificuldade de entrevistar sobreviventes, a destruição ou inacessibilidade de documentos históricos e a negligência deliberada em destacar o papel de regiões

³ Decidimos manter a grafia da língua correspondente às localidades citadas no presente artigo à luz da Resolução n.º 3/87, de 23 de maio do Instituto de Línguas Nacionais. [consulta em 23/09/2011]. Disponível em: <https://www.axl.cefan.ulaval.ca/afrique/Angola-loi-1987-3.htm>.

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

associadas a outras forças políticas. Essa combinação de fatores contribuiu para a invisibilidade dessas zonas na historiografia oficial.

Constatamos que, ao longo da narrativa, Dayana da Silva menciona bastantes vezes “mulheres anónimas” (Silva, 2021: 27-348); em que perspetivas o faz, no sentido de não estarem reconhecidas nos discursos políticos oficiais de hoje, sendo evocadas os seus nomes, como se procede, por exemplo, com a Deolinda Rodrigues e as suas companheiras? Essas mulheres anónimas são de que movimento? O interessante foi notar a autora em ter optado sinalizar as particularidades de atuação das mulheres nas diferentes regiões e grupos, como ela mesma faz questão de reconhecer, embora nos parece que essas particularidades por região não foram muito esclarecedoras pelo seguinte: se por um lado menciona “mulheres anónimas”, por outro, fala das regiões onde elas atuavam. Nesse caso, se atuavam numa determinada região político-militar ou zonas “libertas”, quais eram os espaços onde os movimentos de libertação se estabeleciam e organizavam a vida das populações no trabalho, bem como à saúde, ensino? Certamente essas mulheres estavam agrupadas ou tuteladas por um determinado movimento nessa zona.

Por que a autora optou por não identificar individualmente as mulheres nos movimentos que estavam inseridos? Qual pode ter sido o motivo para generalizar a atuação dessas mulheres, mesmo regularizando particularidades relacionadas à região e ao movimento político? Ora, a decisão pode ter sido influenciada pela escassez de fontes documentais ou relatos detalhados que permitem uma identificação individual. Além disso, um autor pode ter escolhido destacar as ações coletivas como forma de enfatizar a luta enquanto movimento social, em vez de focar em figuras específicas. Quanto a generalização pode ter sido uma estratégia narrativa para construir uma visão mais ampla e inclusiva da contribuição feminina na luta de libertação. Por outro lado, também podem ser refletidas limitações metodológicas, como a dificuldade de acesso a dados específicos ou a falta de entrevistas que revelam essas nuances. No cômputo geral, o estudo da Dayane da Silva pretendeu dar visibilidade histórica e visibilidade historiográfica às mulheres angolanas anónimas, algumas delas camponesas que participaram na luta anticolonial de 1961-1974.

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

Em vista das discussões dos autores, compreendemos que ainda não foi realizado um estudo centrado nas mulheres da UPA/FNLA e na sua organização feminina, sobretudo à nenhuma figura feminina deste movimento, hoje partido político. Portanto, esses historiadores e antropólogos têm produzido trabalhos de excepcional mérito, mas as suas perspectivas são diferentes, uma vez que à sua maioria ocupam-se em estudar as mulheres no geral, mas destacando as mulheres do MPLA e da sua organização feminina – OMA. Com base na comparação e discussão historiográfica, decidimos estudar exclusivamente as mulheres da UPA/FNLA e a AMA. Queremos marcar o nosso estudo traçando o percurso militante através da biografia histórica de Cipriana Kawawa ao longo do processo da luta de libertação nacional de Angola.

Sobre o conceito de biografia, Joaquim Pintassilgo e Anabela Teixeira (2015) entendem como “um género tradicionalmente associado à história, mas que, durante muito tempo, foi olhado com desconfiança por parte dos historiadores profissionais” (Pintassilgo & Teixeira, 2015: 57). Os autores percebem que a biografia nos últimos tempos tem passado por um momento de renovação e tem ganho legitimidade como fonte e objeto da História e, ainda, como género historiográfico. Por isso, qualificá-la de “biografia histórica” é reconhecer sua capacidade de articular a trajetória individual com os processos coletivos, destacando não apenas as ações e experiências pessoais, mas também as relações entre o indivíduo e as estruturas históricas que moldaram sua vida e atuação.

Apoiando-se nesse ponto de vista, pretendemos alargar o horizonte da nossa abordagem à micro-história, biografando Cipriana Kawawa, numa perspectiva de “História subalterna”, uma vez que se trata de uma personalidade com contribuições excepcionais durante a luta de libertação, mas desconhecida pela maioria dos angolanos. De nome completo Cipriana Domingos António Miguel Kawawa, originária de uma zona respeitada, por ser de maior resistência desde os séculos XIX e XX contra o domínio colonial: os Ndembu, antiga região do distrito do Kwanza Norte.

De modo a sermos mais esclarecedores, no presente artigo, colocamos as suas respectivas imagens no meio do texto. Com isso, os leitores facilmente poderão acompanhar a narrativa através de ilustrações.

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

Experiência Militante de Cipriana Kawawa na UPA/FNLA, biografia histórica

Cipriana Domingos António Miguel Kawawa nasceu no dia 6 de março de 1942, na localidade do Piri- Kibaxe, Concelho dos Ndembu, Distrito do Kwanza Norte, uma das regiões que apresentou mais resistência contra o domínio colonial. Era filha de Domingos António Miguel de Andrade Kawawa e de Jorgina Songó. Oriunda de uma família de agricultores.

O seu interesse pela luta de libertação revelou-se na década de cinquenta. Cipriana Kawawa nasceu numa área de resistência (região dos Ndembu), pelo que, desde muito cedo foi influenciada, particularmente pelo pai, quando presenciava às escondidas as reuniões clandestinas que visavam organizar a quotização e os ataques contra a presença colonial na área. Ela ouvia as conversas. O pai de Cipriana Kawawa, senhor Domingos António Kawawa, enquanto assimilado e fazendeiro de café no antigo posto administrativo do Úcuá, Concelho dos Ndembu, estava ligado ao ativismo, integrado na UPA com os outros companheiros, nomeadamente, Barros Nekaka, Eduardo Pinock, Fernando Pio do Amaral Gourgel e alguns companheiros da zona.

Também, era um dos protagonistas da guerrilha de Pedra Verde (Ver Figura 1). Este conflito forçou as tropas portuguesas a deslocar militares de Luanda para auxiliarem os que se encontravam naquela zona. Conforme relata Matos (2008):

“Na manhã do dia 28 de julho de 1961, travou-se uma das mais longas batalhas da Guerra em Angola. A Operação, envolveu um Pelotão Reforçado de Infantaria de Luanda, o Esquadrão de Cavalaria 149, a 4.^a Companhia de Caçadores Especiais e o 3.^o Pelotão da Bateria de Artilharia 147, com armas ligeiras, pesadas e obuses, prolongou-se por mais de seis infinitas horas. O palco de batalha situava-se nas imediações da Pedra Verde, morro pedregoso, denominado Camucugonlo, com incidência na Picada da Catuta, região dos Dembos, a nordeste do Úcuá, onde se abrigavam os guerrilheiros angolanos”.

A zona passou a ser palco de muitos confrontos entre os nacionalistas e as tropas portuguesas que a todo o custo queriam neutralizar a resistência dos nativos.

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

Figura 1. Militares artilheiros, os Peras, do 3º Pelotão da Bateria de Artilharia 147, em Quisacala, junto da Pedra Verde



Fonte: Disponível em: <http://cenasdeguerra.blogspot.com/2008/03/minha-guerra-em-angola.html>.

De modo a despertar a consciência aos nativos, de maneira urgente, considerando a pequena abertura que existia na ocasião, o pai de Cipriana Kawawa, Domingos António Kawawa, viabilizou que a política educativa e a instrução escolar nos Ndembu e Nambuangongo fossem levados com bastante seriedade. Então, para assegurar o ensino no Piri, a Igreja Metodista⁴, responsabilizaria Agostinho Pedro Neto⁵, a essa tarefa. Neste contexto, Domingos António Miguel Kawawa, o facto de ser muito estimado pelos pastores e de ter sido Guia Leigo⁶, apoiava financeiramente os estudos de António Agostinho Neto, uma vez que o seu pai exercia a missão pastoral nesta localidade.

Uma vez que o pai de Cipriana Kawawa era o portador dos fundos monetários coletados para a luta de libertação do Congo Belga, onde se apoiava a ABAKO de Joseph Kasavubu, primeiro presidente do Congo-Léopoldville (1960-1965).

⁴ Ver PT/ AHD/ Processo n.º 940,1 (-) G- A Igreja e os acontecimentos nas províncias Ultramarinas portuguesas, Vols. I e II.

⁵ Pai de António Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola, de 1975 a 1979.

⁶ Segundo Cipriana Domingos Kawawa, o seu pai era alguém escolhido e gozava da confiança dos pastores. Desempenhava missões importantes nas reuniões, pois, era praticamente diácono, dirigente do povo e trabalhava em vários contactos clandestinos para a libertação de Angola.

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

Com a independência daquele país, Domingos António Miguel Kawawa continuou a coletar fundos para a luta de libertação de Angola, enviando-os à direção da UPA a partir da região dos Ndembu e Nambuanguo, em companhia dos regedores Pedro Vida, António Caleia, José Congo, Ngonga Simão.

Na posição de exportador das quotas que eram coletadas junto das populações, Domingos António Miguel Kawawa realizou cinquenta viagens para o Congo Belga para os entregar à direção da UPA. Cipriana Kawawa, ainda para os entregar, observava com bastante preocupação as atividades clandestinas que o pai exercia. Observando o sacrifício do pai, motivou-se a aderir à causa da luta de libertação nacional. Contudo, foi necessário primeiro estudar.

Em vista disso, em 1951, já com nove anos, ingressou na escola primária Sawa Kamungwa, no Piri, Dembos, tendo como professora a dona Maria da Silva Neto, mãe de António Agostinho Neto, destacando-se enquanto aluna, apesar das condições de instabilidade com que estudava. Ainda nova, Cipriana Kawawa foi enviada para a Missão do Kesua, em Malanje. Gaspar João Domingos (2019), na sua dissertação de mestrado em ciências da educação pela Universidade de Évora, relatando acerca da formação dos jovens nas escolas do Piri, Mufuque, Quimai e Mucundo, diz que, entre os anos 1930, 1940 e 1950, após terem feito a 4.ª classe do ensino geral, aqueles foram enviados para a Estação Missionária do Kesua, em Malange, para continuidade à sua educação.

É nesta instituição que Cipriana Kawawa foi colega de Alves Bernardo Baptista Panzo “Nito Alves” (então comandante da 1.ª Região Político-militar do MPLA), Lino Pombolino (Comandante Tadeu), Odette Diogo Baltazar⁷, Domingos Lopes da Silva, Domingos Sebastião Munginga, Damião Pedro Paulo, Marta Francisco Lopes, Domingos Falo, António dos Santos Júnior, José Manuel Gonçalves Quimbangala, Afonso José (Gasolina) e Daniel de Almeida Paulino “Kanguanjá” (Domingos, 2019: 140-147).

⁷ Irmã mais velha de Bornito de Sousa Baltazar Diogo, então vice-presidente de Angola entre 2017 e 2022, uma vez que o pai deste já estava também empenhado no ativismo na área do Kesua. Aliás, o seu desenvolvimento na luta de libertação nacional valeu-lhe a cadeia em São Nicolau, onde estava com os filhos, incluindo o então vice-presidente de Angola, Bornito de Sousa. Durante as entrevistas que efetuamos com as ex-presas no campo prisional de São Nicolau, muitas vezes ouvimos falar de Bornito de Sousa, visto que, embora sendo preso, dada a sua capacidade intelectual, dava aulas no mesmo campo.

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

Figura 2. Cipriana Kawawa e colegas na Estação Missionária do Kesua



Fonte: Arquivo pessoal de Cipriana Kawawa (2020).

Conforme a própria Cipriana Kawawa (2020) declara:

“(…) E todos esses, tanto o Alves Bernardo Baptista Panzo e o Monstro Imortal, todos esses conheceram a política por causa de mim, porque através do meu pai, como me dava àquelas nações, aquelas ideias políticas, eu também não deixava de comunicar a rapaziada toda⁸”.

Esse dinamismo começou aos treze anos, isto é, desde 1955, onde impulsionava as outras mulheres na região dos Ndembu. Por isso, foi a primeira Coordenadora da AMA na zona a integrar a questão política. Portanto, considerando a sua trajetória ousada, diversas vezes viu-se rejeitada pela família.

Em 1958, sendo uma das poucas mulheres formadas academicamente com o 4º ano na área dos Ndembu, destacou-se como ativista angolana onde na sua maioria eram homens, desempenhando um papel importante na propaganda e sensibilização para a luta de libertação do jugo colonial em Luanda e nos Ndembu.

⁸ Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2020, no bairro Palanca, em Luanda [53 min].

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

Enquanto estudante, Cipriana Kawawa participou com a mocidade nas reuniões clandestinas que se realizavam na Missão Evangélica Protestante e em particular, na emissora da rádio ANANGOLA com os jovens revolucionários. Nomeadamente: Deolinda Rodrigues “Bibiana”, Lucrecia Paim, Luísa Pereira Inglês, Maria Mambo Café, Malafaia, João Jacob Caetano “Monstro Imortal”, onde se faziam passar por um grupo coral que era dirigido pelo Emílio de Carvalho (Bispo Emérito da Igreja Metodista).

Conforme descreve Emílio de Carvalho (1995):

“Na escola da missão os que a frequentavam, já tinham passado no ensino rudimentar que era dado nas classes. Havia a escola do Sambizanga, Marçal, Congolenses, Bairro Operário, Lixeira, Km7, na Maianga, no Prenda, etc. As classes cuidavam dos filhos não só dos membros protestantes, mas dos bairros, pois nestes existiam muitas crianças que não eram protestantes, mas que precisavam ir à escola, e os únicos lugares em que podiam ir eram as classes [...] em 1958, essa Igreja possuía, nessa altura, três escolas diárias nas classes do Km Sete, Redentor e Icolo e Bengo (Carvalho, 1995).

Em 1961, Cipriana Kawawa, devido à intensidade das suas atividades políticas, foi perseguida pela PIDE/DGS, pois tinha sido “bufada⁹”. Na ocasião, foi acusada pelo Senhor Dominique de colaborar com os guerrilheiros, o que fez com que fosse vigiada tanto em Luanda e na escola do Kesua, em Malange. Em função disto dever-se-ia a isso, orientou-se que deveria apresentar-se a cada quinze dias as autoridades policiais.

Até então, em Lwanda, entre os anos de 1963 e 1964, Cipriana Kawawa residindo no Sambizanga, continuava a destacar-se no ativismo político. Enquanto frequentava as reuniões na Igreja, também nos bairros Sambizanga e Zangado, participava nas células clandestinas, distribuindo panfletos nas igrejas, nas chamadas farras e colégios. Isso fez com que o seu nome constasse na lista dos nativos aderentes à UPA, identificados e residentes em Lwanda, num conjunto de trinta e oito nomes masculinos, sendo a única mulher. Ainda havia outra lista onde constavam nomes de pessoas suspeitas de aderentes da UPA, mas não identificados pela PIDE/DGS, como Adelaide Bernardo da Silva, Adelaide Manuel da Silva, Ana Francisco Silvestre, Ana Madalena Silvestre, Eva Gomes Campos, Helene Cassule, Joana João Miguel, Leopoldina António Nicolau, Margarida Botélia Fialho Tavares Gaboa, Maria de Fátima José de Oliveira, Maria Francisca João Silvestre e Maria Francisco.

⁹ Expressão utilizada na época para descrever a traição de que as pessoas eram alvo.

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

Figura 3. Ficha de Cipriana Domingos Miguel Kawawa dos nativos aderentes à UPA

Fonte: PT/ANTT/PIDE/DGS/Del. Ang: expediente diverso muito secreto-Relações de nativos aderentes à UPA e residentes em Luanda (NT 9078).

Por razões da perseguição, Cipriana Kawawa viveu alguns anos no esconderijo nas matas. Para escapar da morte, teve de se refugiar nas matas do Ngalama, nos Ndembu, distrito do Kwanza Norte, onde se juntou com os outros guerrilheiros da UPA, comandados por Pedro Vida e Armando Campos. Ainda nesta área, devido à intensidade da luta, a povoação já não garantia segurança, Cipriana Kawawa e os pais tiveram de refugiar-se nas matas de Nambu-angongo, ainda que separados. Ou seja, ela estava num lugar e os pais noutra.

Ainda nas matas, Cipriana Kawawa conseguia chegar a Lwanda com o auxílio de alguns europeus que apoiavam a causa da luta de libertação. Destaca-se o marido de uma das suas primas, Elisa Fraga, cujo pai era comerciante que semanalmente carregava mercadoria em Kibaxe e de regresso a Lwanda trazia madeira e onde também aproveitavam para colocar

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

os panfletos com dizeres subversivos que saíam de Kibaxe – Lwanda e Lwanda – Kibaxe, contendo mensagens que visavam a adesão à luta anticolonial.

Enquanto Cipriana Kawawa percorria constantemente a estrada entre os Ndembu e Lwanda, a situação despertou a atenção das autoridades portuguesas neste último espaço, pois era suspeita de criar diversas células clandestinas. Embora estando sob perseguição, em muitas ocasiões permanecia em alguns bares do bairro Rangel, mobilizando pessoas, dando-lhes a conhecer sobre os preparativos da luta de libertação. O propósito era fazer acreditar as pessoas que haveria guerra contra a dominação colonial e tinham de estar preparados para apoiar a luta.

Com a intenção de garantir a sustentabilidade das populações que se encontravam nas matas, Cipriana Kawawa, quando saía de Lwanda para as matas, fazia questão de sempre levar um embrulho, contendo roupas, sal, açúcar, peixe, sabão, material didático, panfletos de propaganda, enfim, tudo o que fosse necessário para assegurar as necessidades mais básicas.

Estando nas matas, desempenhou distintas funções, de dentre as quais, foi responsável pela educação política, alimentação dos militares e demais população que se encontrava nas matas e alfabetização. Apesar de desempenhar essas funções, também, acarretava água para as tropas, cortava a lenha para a empresa de transportes de vigas e serração para Bailundo¹⁰.

Com a intensificação dos bombardeamentos nas matas dos Ndembu e Nambuangongo, Cipriana Kawawa refugiou-se entre 1965 e 1966 em Kinshasa. A trajetória para aquele país durou oito meses transportando o filho ao colo por causa dessa fuga, anulou o desejo de casar-se com Domingos Lopes da Silva, na época o seu noivo e pai do seu único filho.

Quando chegou à República do Congo, dirigiu-se a sede do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE) onde foi acolhida pelos altos dirigentes da UPA/FNLA, nomeadamente, Álvaro Holden Roberto “Yembe”, Hendrick Vaal Neto, Eduardo Pinock, Fernando do Amaral Pio Gourgel.

¹⁰ Na viagem que efetuamos ao município dos Ndembu-Kibaxe, concretamente na comuna do Piri em 2023, no âmbito de um projeto agrícola, constatamos os vestígios do caminho por onde passavam os camiões que exerciam as atividades na área. Trata-se de uma zona com florestas densas tal como atrás frisamos.

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

Considerando a formação académica e a competência linguística que possuía, em 1967, trabalhou no Ministério da Informação do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), prestando a sua voz como locutora do programa radiofónico “Angola Livre”, um programa que se dispunha a mobilizar as populações residentes naquele país, na maioria refugiados pela luta de libertação. Interessa dizer que, nesse programa, havia uma rubrica que era somente dedicada às mulheres. Portanto, tratou-se da primeira voz feminina da língua portuguesa naquela emissora. Em função das constantes perseguições de que era alvo e para não chamar atenção das autoridades portuguesas, embora estando no estrangeiro, no programa apresentava-se com o nome de Ana.

De maneira a ter acesso às informações que transmitia no programa radiofónico, Cipriana participava das reuniões com os dirigentes daquele órgão, nomeadamente, com, Rosário Neto e Hendrick Vaal Neto. Enquanto exercia estas atividades, estava sob a subordinação direta dos nacionalistas Hendrick Vall Neto e Rosário Neto¹¹. Nessa missão de motivação às populações, trabalhou com outros nacionalistas, como Augusto Campos, João Gomes de Miranda¹², Luísa Gaspar e Domingos Gourgel.

Considerando o contexto da época, Cipriana Kawawa, embora exercendo a atividade jornalística, ainda frequentou o treino militar na Base do Kinkuzu. E após terminar, foi promovida ao grau de sargento.

Mesmo na República do Congo, que passou a designar-se por Zaire em 1971, destacou-se em diversas missões que lhe eram confiadas. Por esse motivo, devido à confiança que gozava dos seus superiores hierárquicos, em 1971 foi nomeada comissária política adjunta da comuna do Barumbu¹³, sob a subordinação de Eduardo Pinnock e Fernando do Amaral Pio Gourgel. Era também membro do Comité Central e do *Bureau* político da FNLA. Não só

¹¹ Quando entrevistamos o Senhor Hendrick Vaal Neto, um dos nomes que mais souo ao falar do papel desempenhado por mulheres foi o nome de Cipriana Kawawa.

¹² Pai do músico gospel angolano, Dodó Miranda. Atualmente é pastoral.

¹³ Atualmente é um município do norte da cidade de Kinshasa, na República Democrática do Congo. Está localizado ao sul da cidade de Gombe e Boulevard du 30 Juin. Com Lingwala e o município de Kinshasa, ela era parte da cidade natal desenvolvida no início do século XX. Ao sul, a cidade é limitada pelo aeroporto de Ndolo e pelo rio Funa.

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

trabalhou com os homens, mas igualmente com mulheres como: a comandante Catarina Salvador e Luísa Gourgel, ao serviço da AMA.

Apesar das obrigações, Cipriana Kawawa, em 1972, frequentou, no turno da noite, o ensino comercial em francês na *Armée du Salut*, em Kinshasa, com o reverendo João Gomes de Miranda. Em 1973, contraiu matrimónio com um dos dirigentes da FNLA, Artur Manuel de Costa Nkosi. Dessa relação, não teve filhos e terminaram a relação.

Com apenas alguns meses de casamento, sob orientação de Álvaro Holden Roberto, o casal é indicado para representar a FNLA em Bas Zaire, Matadi, como delegados. Nessa mesma ocasião, acumulou a coordenação da AMA nesta região. Foi diretor de gabinete durante a vigência em Matadi, o Senhor Augusto Makuta Nkondo, antigo deputado da CASA-CE à Assembleia Nacional na legislatura 2017-2022 (Kawawa, 2020).

Em 1974, são nomeados novamente como delegados da FNLA em Lubumbashi-Shaba (atual província de Katanga), no Zaire. Na transição de Matadi para Lubumbashi-Shaba, Cipriana Kawawa perdeu definitivamente as suas malas que continham informações secretas.

Por conseguinte, apesar de até então ter trabalhado com o marido pela causa da revolução angolana, tiveram de se separar, conforme Kawawa (2020) expõe:

“[...] Nos conhecemos quando eu tinha a idade desta minha filha. Conheci-o aqui em Lwanda, ele já era um homem de cerca de vinte anos, algo assim. Com o passar do tempo, ele queria uma mulher com quem pudesse viver. Então foi falar com o pai Gourgel, Pinnock e outros senhores. Eles me conheciam e pediram permissão, indo depois ao presidente Holden. Foi assim que entenderam que eu também uma vez dedicada ao serviço da revolução, no entanto, disseram, ‘para ter um pouco de repouso, vale a pena mesmo a Cipriana’. Então, enfim, escolhemos a consciência. Mas, se fosse apenas pelo título, há coisas que não ficam bem. Fiz tudo para agradá-lo, mas, infelizmente, enfim...” .

A sua dedicação à causa da luta anticolonial não inibiu Cipriana Kawawa de a tentar manter uma relação amorosa, como ela mesmo confirma, contudo, não teve muito êxito, o que a levou a separar-se.

Em 1975, após os acordos de Alvor, período em que vigorou o governo de transição, agora, em Luanda, Cipriana Kawawa, faz-se presente, mas vivendo com enormes dificuldades, sendo perseguida. Em razão disto, teve de ficar escondida numa casota e depois numa vala no Sambizanga enquanto a maioria das pessoas pensava que tinha morrido. Assim, sob instrução de Álvaro Holden Roberto, fixou residência na chamada casa do povo, na Avenida

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

Brasil, para apoiar na sensibilização e propaganda política da campanha eleitoral da FNLA. Em vista disto, juntou-se à secção feminina ao lado da Senhora Bia e Júlia Evangelho e, ao mesmo tempo, Cipriana se tornaria inspetora da escola da FNLA, Pedro Ngadimpoveno bairro da lixeira, Sambizanga, em Lwanda.

Em 1976, devido ao conflito armado entre os três partidos, nomeadamente, FNLA, MPLA e UNITA que disputavam o poder, refugia-se no palácio em Luanda por solicitação do António Sebastião Dembo, na qualidade de Ministro do governo de transição, a fim de para recensear os militantes para os seus destinos de origem e não só, embora houvesse navios e aviões com viagens grátis para todos, preferiu não viajar para o exterior do país e dirigiu-se para Carmona (atual província do Uíge) e depois para São Salvador (Mbanza Kongo) e, por fim, novamente em Kinshasa.

Com o aumento das tensões políticas e militares, muitos militantes e simpatizantes da FNLA e da UNITA foram obrigados a abandonar Lwanda, temendo represálias e perseguições. Nesse contexto, aviões e navios foram disponibilizados como meios de transporte para evacuar essas populações e conduzi-las às suas regiões de origem ou para locais considerados mais seguros. Entre os deslocados estava Cipriana, que também precisou abandonar a cidade devido à insegurança predominante, aliás, como sugere Zeferino Capoco (2013), o MPLA tinha chamado para si toda a responsabilidade da construção do Estado em Angola na primeira fase da I República (Capoco, 2013: 200).

Cipriana Kawawa era uma mulher cristã que frequentava a Missão Evangélica Protestante desde tenra idade no Piri. Em Lwanda, juntou-se à Igreja Metodista Unida, cuja professora na escola dominical era Deolinda Rodrigues “Bibiana”. Entre as companheiras da classe estava a Luísa Inglês (irmã mais velha de Luzia Inglês “Inga”, ex-secretária-geral da Organização da Mulher Angolana – OMA entre 1999- 2021) (Kawawa, 2020).

Estando na República do Zaire, aproximou-se dos pastores Joaquim, Buta, Job Baltazar Diogo¹⁴. Com o passar dos tempos, colaborou na criação da Igreja Menonita dos refugiados angolanos no Zaire com o seu pai Domingos António Miguel Kawawa e com o casal de pastores, José Coelho e Teresa da Cruz, bem como, com José Adão Simão e Adão Menezes.

¹⁴ Pai do antigo Vice-Presidente de Angola, Bornito de Sousa Baltazar Diogo, entre 2017 a 2022.

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

Uma vez que havia necessidade de solidificar a instrução dos fiéis, ajudou a organizar a fundação da escola primária e secundária Menonita dos Angolanos, incentivando diversos jovens a dedicarem-se aos estudos naquele país. Em vista disto, muitos adquiriram competências em diferentes ramos do saber os exames finais eram feitos no Colégio Consular português, em Kinshasa. A escola contava com os professores Augusto Kâmbua, Narciso Coxi, Manuel Pascoal Lopes, Miguel Damião, Gomes Pinto, tendo como diretor, João Gomes de Miranda.

Em 1990, Cipriana Kawawa regressa definitivamente em Angola, tendo vivido em diferentes bairros na província de Lwanda, em casas arrendadas, sem condições mínimas de sustento e não recebendo a respetiva pensão destinada aos antigos combatentes, apesar do seu contributo na luta de libertação nacional.

Entre as suas competências linguísticas destacam-se, o português, o francês, o Kimbundu e outras línguas nacionais de Angola. Cipriana Kawawa chamou a atenção das autoridades coloniais pela sua inteligência e dedicação à causa da luta de libertação, sobretudo em Lwanda, onde residiu após sair do Piri, região dos Ndembu.

Dentro da UPA/FNLA, destacou-se como uma das poucas mulheres a exercer a atividade jornalística em língua portuguesa, com um programa que tinha como finalidade, mobilizar e despertar as consciências dos angolanos, sobretudo os refugiados que se encontravam no ex-Congo Belga de modo a ficarem permanentemente informados sobre o que se passava no interior de Angola. Portanto, Cipriana Kawawa era uma mulher engajada na causa da revolução angolana, tendo passado por inúmeras dificuldades desde não ter uma residência própria, a passar fome, pois, embora sendo antiga combatente, morreu no dia 8 de outubro de 2022 sem beneficiar da pensão destinada aos ex-combatentes da libertação de Angola¹⁵. Essa mesma informação foi retomada quando a entrevistámos na sua casa arrendada no bairro Palanca, município do Kilamba Kiaxi, em Lwanda.

Em virtude das dificuldades económicas e sociais que enfrentava, sofreu de problemas de hipertensão que lhe provocaram trombose. Infelizmente, morreu morando numa

¹⁵ Ver Kawawa, Cipriana (2020), Entrevista com Cipriana Kawawa. [consulta em 19/06/2023] disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1814716692042476>.

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

*belenga*¹⁶, a “primeira Revolucionária da FNLA abandonada”, como se intitula a entrevista que prestou num dos canais da televisão digital, sem grande moldura humana no seu velório. O seu corpo foi enterrado no Piri, município dos Ndembu, província do Mbengu (Bengo), sua terra natal.

Considerações Finais

A biografia de Cipriana Kawawa transcende a dimensão individual, assumindo-se como um reflexo das dinâmicas complexas da luta anticolonial em Angola. Sua trajetória evidencia o papel central das mulheres enquanto agentes de resistência, operando em condições de extrema adversidade e desigualdade estrutural. Desde sua atuação na clandestinidade até o trabalho de mobilização e formação política, Cipriana materializou valores de coragem, abnegação e compromisso coletivo, características que a introduziram como uma figura indispensável na luta pela autodeterminação nacional.

O desligamento historiográfico da participação das mulheres da UPA/FNLA e da AMA ilustra uma atração recorrente na história angolana: a sobreposição de narrativas masculinas e hegemônicas em detrimento de vozes femininas. Tal lacuna não apenas distorce a compreensão do processo histórico, mas perpetua desigualdades de género e silêncio, contribuições fundamentais na construção do Estado Angolano. Este estudo, ao lançar luz sobre a trajetória de Cipriana Kawawa, procura romper com essa tradição e ampliar os horizontes interpretativos da historiografia nacional.

A situação de precariedade enfrentada por Cipriana no período pós-independência, culminando na ausência de reconhecimento oficial, expõe um paradoxo doloroso: aqueles que desenvolveram de forma técnica para a libertação nacional foram, muitas vezes, relegados à marginalidade no imaginário coletivo e nas políticas de memória. Este fato reafirma a necessidade de uma abordagem historiográfica crítica, comprometida em incluir narrativas subalternas e destacar a pluralidade de agentes históricos que moldaram a trajetória do país.

¹⁶Cabanas destinadas ao arrumo de objetos que, no caso de aproximação das topas portuguesas, facilmente podiam ser abandonadas.

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

Assim, Cipriana Kawawa emerge não apenas como uma protagonista da luta anticolonial, mas como um símbolo da luta pela inclusão histórica e pela justiça social. Seu exemplo nos convoca, enquanto historiadores e cidadãos, a interrogar a memória oficial, a desafiar narrativas exclusivistas e a construir uma historiografia que reflita a diversidade dos atores históricos. Em última instância, Cipriana representa a urgência de um compromisso renovado com uma memória histórica verdadeiramente plural, que valorize todas as vozes na construção de Angola como uma nação inclusiva e justa.

Documentação

Arquivo Histórico Diplomático (AHD), Processo n.º 940,1 (-) G- *A Igreja e os acontecimentos nas províncias Ultramarinas portuguesas*, Vols. I e II, no Arquivo Histórico Diplomático em Portugal.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), /PIDE/DGS/ Del. Ang: processo n.º 13.42. A/6, *Transferência de população: Operação Robusta*, fl.2-170 (NT2015);

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), PIDE/DGS/Del. Ang: *expediente diverso muito secreto-Relações de nativos aderentes à UPA e residentes em Luanda. Índices dos documentos 2 e 3 documentos elaborados por Francisco João Silvestre*, fl.19, (NT 9078).

Fontes Orais

Cipriana Domingos Miguel Kawawa, 80 anos (Revolucionária e Jornalista), entrevista com o autor. Palanca/Luanda. 21 de maio de 2020. Arquivo pessoal do autor.

Áudio-visual

KAWAWA, Cipriana (2020) Entrevista com Cipriana Kawawa. [consulta em 19/06/2023] disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1814716692042476>.

Nsambu Vicente – *Contributo das mulheres da upa/fnla na luta anticolonial em Angola: um olhar biográfico à Cipriana Kawawa*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 77-98.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a4

Bibliografia

BATSÍKAMA, Patrício (2016), “A mulher na luta de libertação e na construção do estado nação em Angola: o Caso de Luzia Inglês Van-Dúnem”, *Revista Cantareira*, n. 25, pp.72-87, [consulta em 24/03/2023]. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2017/05/e25a06.pdf>

CAPOCO, Zeferico (2013). *O Nacionalismo e o Estado: Um Estudo Sobre a História Política de Angola (1961-1991)*, Tese de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.

CARVALHO, Emílio de (1955), *A igreja Africana no centro da sua história. Subsídios para a história da Igreja nos Países de Língua Oficial Portuguesa*, Luanda, Edição do Autor.

DOMINGOS, Gaspar João (2019), *Igreja Metodista: um Laboratório de Ensino e Formação Libertadora das Origens Inglesas à Experiência Angolana e aos Desafios Contemporâneos*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Universidade de Évora.

MATOS, Albano Mendes de (2008), “A minha Guerra em Angola: A batalha da Pedra Verde”, [consulta em 14/03/2023]. Disponível em: <http://cenasdeguerra.blogspot.com/2008/03/minha-guerra-em-angola.html>

PAREDES, Margarida (2014). *Mulheres na Luta Armada em Angola: Memória, Cultura e Emancipação*, Tese de Doutoramento em Antropologia, ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa.

PINTASSILGO, Joaquim; TEIXEIRA, Anabela (2015), “Novos olhares sobre as abordagens biográficas” in L. A. M. Alves, & J. Pintassilgo (Coord.), *História da Educação: Fundamentos teóricos e metodologias de pesquisa: Balanço da investigação portuguesa (2005-2014)*, Porto, CITCEM/HISTEDUP/IEU.

SILVA, Dayane Augusta Santos da (2021), *Na Cobertura da Retaguarda Mulheres Angolanas na Luta Anticolonial (1961-1974)*, Tese de Doutoramento em História, Brasília, Universidade de Brasília.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)

Representations of international communism in the diocesan press during the portuguese revolutionary process (1974-76)

Representaciones del comunismo internacional en la prensa diocesana durante el proceso revolucionario portugués (1974-76)

Représentations du communisme international dans la presse diocésaine pendant le processus révolutionnaire portugais (1974-76)

Patrícia Freitas
patricifdl2017@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender as representações do comunismo internacional no *Jornal da Beira*, semanário católico da Diocese de Viseu, durante o processo revolucionário português (1974-1976). A partir de uma metodologia que privilegia a análise do discurso, pretende-se demonstrar de que forma a hierarquia católica foi construindo um conjunto de ideias sobre os seus inimigos. São interpretadas as representações da URSS e da República Democrática Alemã e as estratégias mobilizadas para caracterizar esses regimes. Por outro lado, analisa-se o modo como a imprensa lida com as influências internacionais na Revolução, sobretudo a condenação do auxílio ao PCP por parte dos países comunistas.

Palavras-chave: Anticomunismo; Igreja Católica; processo revolucionário; contrarrevolução.

Abstract: This article aims to understand the representations of international communism in *Jornal da Beira*, a catholic newspaper from the Diocese of Viseu, during the portuguese revolutionary process (1974-1976). Using a methodology that favours discourse analysis, the aim is to demonstrate how the catholic hierarchy built his enemies. The representations of the USSR and of the German Democratic Republic are interpreted, as well the strategies mobilized to characterize these regimes. On the other hand, it analyses the way in which press deals with the international influences on the Revolution, particularly the condemnation of the aid of the communist countries.

Key words: Anticommunism; Catholic Church; revolutionary process; counterrevolution.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo comprender las representaciones del anticomunismo internacional en el *Jornal da Beira*, publicación semanal y católica de la diócesis de Viseu, durante el proceso revolucionario portugués (1974-1976). Utilizando una metodología que privilegia el análisis del discurso, se pretende mostrar cómo la jerarquía católica construyó un conjunto de ideas sobre sus enemigos. Se interpretan las representaciones de la URSS y de la República Democrática Alemana, así como las estrategias utilizadas para caracterizar estos regímenes. Por otro lado, se analiza la forma en que la prensa trata las influencias internacionales en la Revolución, sobre todo la condena de la ayuda al PCP por parte de los países comunistas.

Palabras clave: Anticomunismo; Iglesia Católica; proceso revolucionario; contrarrevolución.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

Résumé: Cet article vise à comprendre les représentations du communisme international dans le *Journal da Beira*, le journal catholique de la diocèse de Viseu, pendant le processus révolutionnaire portugais (1974-1976). En employant une méthodologie d'analyse du discours, l'objectif est de démontrer comment la hiérarchie catholique a développé un système d'idées sur ses ennemis. Les représentations de l'URSS et de la République Démocratique Allemande sont interprétées et les stratégies utilisées pour caractériser ces régimes sont problématisées. D'autre part, il analyse la position de la presse face aux influences internationales sur la révolution, surtout la condamnation de l'aide au Parti Communiste Portugais par les pays communistes.

Mots clés: Anticomunisme; Église Catholique; processus révolutionnaire; contre-révolution.

Introdução

Com a rutura revolucionária de 25 de abril de 1974, a sociedade portuguesa experiencia profundas transformações nas diversas estruturas que a compõem. O contexto revolucionário nacional integra-se num processo muito mais global de mudanças e confrontos, num “mundo controlado pelas superpotências em dois campos marcadamente divididos” (Hobsbawm, 1996: 236). O desenvolvimento do processo revolucionário português é alvo de críticas, sobretudo por parte da Igreja Católica que, desde cedo, mostrou o seu receio em relação a uma possível “comunização” de Portugal. Esta desconfiança está patente na sua imprensa regional, espaço onde se exprime e agrega consenso, na medida em que é dirigida a um público específico, tendencialmente afeto aos valores da fé e da moral cristãs.

Reconhecendo a sua importância social, a atuação da Igreja continua a ser objeto de interesse por parte da historiografia, ainda que a atenção tenha sido direcionada para o estudo do seu papel institucional, bem como para as dinâmicas que pautam a sua relação com o Estado e com a sociedade civil. Este artigo pretende responder a algumas questões que se encontram arredadas do debate em torno da ação da Igreja, particularmente pela voz da hierarquia, durante o processo revolucionário português, a partir de um enfoque à sua crítica aos regimes comunistas internacionais. Nesse sentido, foram enunciadas três questões de investigação, às quais se tentará responder: que dimensões se identificam na caracterização dos regimes comunistas internacionais? Como é apresentado o discurso? Existem variações no discurso ao longo do período em análise?

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

A cronologia que se definiu para este estudo inicia-se com a Revolução de 25 de abril de 1974 e termina em abril de 1976. Este período corresponde ao processo revolucionário que, em nosso entender, se estende até à aprovação da Constituição de 1976, documento que cristaliza em si o ímpeto revolucionário e reflete a origem socialista da Revolução (Loff, 2022: 117). Embora se estude o processo revolucionário isoladamente, convém não menosprezar a dimensão anticomunista¹ do regime anterior, especulando sobre uma hipotética continuidade da *questão anticomunista*. Em 1966, António de Oliveira Salazar recebe, na cidade de Lisboa, os delegados ao VI congresso internacional do Comité Internacional para a Defesa da Civilização Cristã, uma organização transnacional cujo principal objetivo era agregar em torno de si “anti-communist forces in Western Europe in the period after the war” (Dongen *et al.*, 2014: 251). No que diz respeito ao pensamento anticomunista da Igreja Católica, durante a ditadura, é de salientar a intensificação do combate a partir da Guerra Civil Espanhola, que é encarada como uma “cruzada contra o comunismo internacional” (Silva, 2024: 51). Entre 1936 e 1938, a produção anticomunista foi especialmente assídua no quotidiano da Igreja e amplamente difundida na imprensa. Note-se, por exemplo, a Pastoral dos Bispos de Portugal, de 8 de março de 1937, onde o “episcopado português analisou a natureza da ameaça comunista”; a Pastoral 19 de abril de 1938, que apelava a uma mobilização a Fátima para uma “ação de graças pela vitória sobre a ‘lepra do comunismo ateu’”; e a Pastoral de 13 de maio de 1938, que pretendia mobilizar portugueses e espanhóis numa peregrinação a Fátima, com o objetivo de proclamar a vitória sobre o comunismo ateu (Silva, 2024: 51).

Sendo real esta persistência, a Revolução e os tempos que se lhe seguiram não proporcionaram uma inversão da trajetória de condenação do comunismo, sobretudo nos setores mais conservadores da sociedade, dentro dos quais se insere a hierarquia católica pelo seu papel de “legitimação ideológica e moral” (Rosas, 2021: 258) da ditadura.

Através da análise do *Jornal da Beira*, semanário católico e regionalista da Diocese de Viseu, e do discurso ali veiculado, pretende-se problematizar a ação

¹ Esta dimensão está consolidada, por exemplo, num discurso de Salazar, proferido em 25 de maio de 1940, na Assembleia Nacional, onde afirma que “[...] nós que nos afirmamos por um lado anti-comunistas e por outro anti-democratas e anti-liberais, autoritários e intervencionistas [...]” (Salazar *apud* Torgal, 2009: 255).

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

contrarrevolucionária da Igreja ao longo deste período. Este trabalho visa contribuir para o estudo do anticomunismo católico e para o aprofundamento do conhecimento sobre as dinâmicas contrarrevolucionárias regionais. Como relataria Paradela de Abreu uns anos mais tarde, em *Memória do Tempo Perdido*, “não foi por acaso que, em 1975, tudo começa também em Braga. Só que, desta vez, pretendia-se evitar a Ditadura comunista” (Abreu, 1983: 110). Apesar de o epicentro do movimento anticomunista ter sido em Braga, impulsionado pelo Cónego Eduardo de Melo, praticamente todas as regiões do Norte e do Centro do país participaram nesta campanha, fosse através de ações violentas diretamente vocacionadas para a destruição de sedes do PCP e de outros partidos de esquerda, fosse através de métodos doutrinários.

É precisamente essa dimensão doutrinária que nos propomos analisar nas páginas que se seguem, tendo como fonte principal um semanário católico, o *Jornal da Beira*, fundado em 1921, pela iniciativa do Cónego Dr. José de Almeida Correia. No período de 1974-76, desempenhava funções de diretor o Cónego Dr. José Henriques Mouta, tendo sido um dos muitos continuadores da estratégia editorial adotada desde a fundação do jornal: o lema “Por Deus e Pela Pátria”². Entre as suas características, destaca-se o facto de ser um “jornal francamente católico” e “absolutamente estranho aos interesses dos partidos políticos ou dos grandes especuladores”.

Estado da arte e metodologia

Relativamente à produção historiográfica sobre o fenómeno anticomunista, salientamos alguns trabalhos que têm contribuído para o aprofundamento do seu estudo. No caso português, destaca-se um artigo central que pretende “percorrer alguns dos caminhos propostos por uma oposição sistemática ao comunismo realizada pelo salazarismo no decorrer da década de trinta” (Faria, 1995: 229). É um artigo que se foca no discurso salazarista sobre o comunismo, como mecanismo de legitimação dos princípios ideológicos que o regime defendia. A sua conclusão apresenta-se ainda mais pertinente, já que afirma uma das ideias principais que devem nortear o estudo do anticomunismo, ou seja, que ele não deixa de se manifestar depois da Revolução,

² *Jornal da Beira* – *Jornal da Beira* [Em Linha]. Viseu: atual. 2024. [Consultado a 30 de agosto de 2024]. Disponível na internet: <https://www.jornaldabeira.net/estatuto-editorial/>

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

identificando algumas continuidades ao nível da sua permanência enquanto ameaça à construção da democracia (Faria, 1995: 259). Também numa lógica de análise discursiva, a obra *O Olho de Deus no Discurso Salazarista* discute, em alguns capítulos, a questão do comunismo enquanto “barbárie prenunciada pela revolução social” (Martins, 2016: 170). Incidindo ainda sobre o Estado Novo, destaca-se a obra *O Sol Brilhou ao Meio-Dia. A Criação de Fátima*, que explica o modo através do qual o anticomunismo se foi impregnando no “discurso católico *fatimista*” (Torgal, 2011: 172), alinhado com os objetivos político-ideológicos do regime³.

Apesar de ser um tema presente em estudos sobre o Estado Novo, o anticomunismo, na sua dimensão teórica, não tem sido muito explorado pela historiografia portuguesa para o período do processo revolucionário, à exceção da referência no *Dicionário dos Antis*, onde se afirma que o anticomunismo “ganha uma inaudita vibração popular” (Real, 2019: 407) entre 1974 e 1975. É precisamente a vertente popular que tem sido mais abordada, sobretudo em investigações que se dedicam ao estudo da Revolução. Recorrendo a ferramentas de análise próprias da Ciência Política, são estudadas as ações coletivas no processo revolucionário, nomeadamente as mobilizações anticomunistas. Salienta-se a participação da Igreja nestas mobilizações e o esforço por ela empreendido para reivindicar o seu direito sobre a Rádio Renascença e para afirmar o seu “anticomunismo popular” (Palacios Cerezales, 2002: 129). Por outro lado, são centrais as abordagens que estabelecem um diálogo entre a violência anticomunista e a influência que os movimentos de extrema-direita tiveram na sua concretização, apoiados pela Igreja (Sánchez Cervelló, 1993; Sánchez Cervelló, 1997).

Nesse sentido, uma parte significativa dos trabalhos que aqui serão mencionados integram um conjunto amplo de abordagens que se podem considerar como um aceitável ponto de partida para estudar o anticomunismo português. O primeiro corresponde a um dicionário político, cuja centralidade reside no facto de se atribuir um carácter complexo ao fenómeno anticomunista, devendo ser interpretado à luz de cada contexto histórico. Ainda que seja possível identificar o seu carácter heterogéneo, este artigo foca-se no “anticomunismo de cunho clerical” (Bonet, 1986: 34) admitindo, no entanto, que a

³ Sobre esta temática, consultar Rampinelli, 2012 e Santos, 2017.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

plataforma anticomunista deve ser analisada tendo em consideração todos os seus agentes, desde os que emitem o discurso aos que o recebem e transformam.

Uma abordagem complementar parte das interpretações de um conjunto de académicos da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e da RDA (República Democrática Alemã), que consideram o anticomunismo como “imperialism’s ideology and policy directed against socialism, the revolutionary working-class movement and all other democratic forces” (Reinhold & Ryzhenko, 1976: 7). O anticomunismo católico encontra espaço de reflexão em obras que adotam uma perspectiva de análise transnacional. A partir do enquadramento do anticomunismo durante a Guerra Fria, demonstra-se a existência de vastas estruturas de coordenação internacionais para a sua disseminação, incluindo as “Christian Networks” (Dongen *et al.*, 2014: 235).

Tendo em consideração que esta análise será direcionada para o anticomunismo católico, torna-se necessário conhecer e explorar propostas interpretativas sobre a Igreja Católica. De um modo geral, todas convergem num sentido de imprimir à Revolução e ao processo revolucionário um carácter de desordem que se foi agravando ao longo dos meses. Desde logo, o consenso em torno da ideia segundo a qual a sociedade portuguesa estaria a passar por um “processo de sovietação” (Fernandes, 2001: 396). Este processo – que, na imprensa, ganha a forma de uma “comunicação” – é amplamente aceite, do ponto de vista historiográfico, dentro de uma corrente de pensamento dominante que caracteriza a Igreja como uma instituição “de resistência social e cultural em face de projectos políticos hegemónicos e de novas concepções sociais totalizantes” (Fontes, 2000: 247).

A principal conclusão associada a esta ideia é que a vocação conciliadora da hierarquia católica foi fundamental para a consolidação do regime democrático, sobretudo por causa dos apelos da Igreja à “correção dos desvios” (Cruz, 1996: 528) do processo revolucionário. Convergindo com a linha de análise que lhe atribui uma posição eminentemente pacificadora, reafirma-se a “estratégia defensiva e prudente” (Matos, 2001: 125) adotada pela Igreja durante os meses que se seguiram à Revolução.

Sem a pretensão de esgotar as hipóteses teóricas desenvolvidas pela historiografia, a dimensão internacional da Revolução é relevante para compreender a abordagem exaustiva que a imprensa faz dos regimes comunistas. No entanto, é uma dimensão que tem que ser observada com algum cuidado, sob pena de se incorrer numa

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

sobrevalorização das influências externas, ignorando o potencial revolucionário nacional. Partindo da ideia segundo a qual a influência da URSS e do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) na Revolução se reveste de uma complexidade que ainda está por estudar, considera-se que o maior receio dos países ocidentais era o “tropismo pró-comunista detetado no primeiro-ministro Vasco Gonçalves” (Ferreira, 2004: 145). Relativamente à RDA, o estudo do seu papel neste sistema de vasos comunicantes demonstra como a cooperação económica entre Portugal e a RDA foi, muitas vezes, influenciada pela precaução dos dirigentes de Moscovo, sendo que “a boa vontade do SED em apoiar o ‘partido irmão’ comunista dependia inteiramente das orientações de Moscovo” (Wagner, 2006: 86). Sendo um tema tendencialmente mais ausente na imprensa católica, a influência dos países europeus ocidentais e dos EUA é também problematizado, destacando que, a partir de 1975, “os governos oeste-alemão e americano, os conselhos da NATO e da CEE, o SPD, a Internacional Socialista e fações do movimento operário internacional fizeram incidir a sua ação concertada” (Eisfeld, 1985: 86).

Relativamente ao percurso metodológico, esta investigação tem como fundamento a análise do discurso, procurando-se problematizar o anticomunismo dentro de um contexto histórico específico. Nesse sentido, o discurso produzido pela imprensa é o lugar onde se pode observar uma relação entre “língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (Orlandi, 2020: 17), existindo, necessariamente, uma interação entre o sujeito e o objeto. Relativamente ao dispositivo analítico, ou seja, o quadro teórico a partir do qual se procede à análise do discurso, optou-se por considerar o conceito de *poder simbólico* como algo que “se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a *crença*” (Bourdieu, 1989: 15). A mobilização deste conceito é fundamental, porque se encara o discurso produzido pela imprensa católica como uma estrutura de poder que, à luz de uma perspectiva da História Política renovada, se desvincula das estruturas de poder tradicionais.

Quem são os inimigos externos?

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

Revisitando um conjunto de documentos emanados da Igreja Católica, é possível identificar, na encíclica *Qui pluribus* (1846), a primeira referência à “unspeakable doctrine of Communism” (Babiuch & Luxmoore, 1999: 302). As considerações tecidas pelo Papa Pio IX marcaram o início da ofensiva católica em relação ao comunismo, sendo que, a partir de 1917, a Igreja confrontou-se com uma possibilidade real de construção do socialismo. Ao longo do século XX, a Igreja continuou a deparar-se com a ameaça bolchevique, com o estalinismo, com as transformações ocorridas na mundividência soviética no decurso da desestalinização promovida por Nikita Krushev e com a política de coexistência pacífica.

Apesar disto, a imprensa não se abstém de integrar na sua crítica outros contextos socialistas, como Cuba e China, ainda que não sejam abordados através dos mesmos critérios, dada a superioridade, em termos comparativos, da “ameaça soviética”. Realidades distintas que partilhavam, na perspetiva da Igreja, um denominador comum: eram “sociedades manipuladas, sociedades comandadas por ditadores”⁴. Esta vertente do anticomunismo católico pode ser interpretada como uma manifestação do “antisovietismo” (Bonet, 1986: 35), mas sem a reduzir a esta categoria, já que o discurso se estende a outras realidades.

É fundamental, para compreender quem são os inimigos externos, atender ao contexto que incentiva a sua construção: o processo revolucionário (1974-1976), todas as suas dinâmicas e relações de força conflitantes. No que à hierarquia católica diz respeito, os momentos iniciais da Revolução levam-na a afirmar, por um lado, que pretendia manter a sua “independência e isenção” (Cruz, 1996: 524) face à criação dos partidos políticos e, por outro, que não se perspetivava a abertura de uma nova questão religiosa. Apenas um mês depois da Revolução, a 24 de maio de 1974, o *Jornal da Beira* reproduz uma parte da Carta Pastoral do Episcopado da Metrópole, salientando que “a Igreja defende e reconhece o pluralismo de opções políticas”⁵.

Não foi necessário, porém, esperar pelo afastamento de António de Spínola da presidência da República (30 de setembro de 1974) nem pelo golpe de 11 de março de 1975, que propiciou uma alteração da trajetória do processo revolucionário, para que a

⁴ S/A. “Que liberdade é esta?”, *Jornal da Beira*, 26-07-1974, n° 2785, p. 1.

⁵ Carta Pastoral do Episcopado da Metrópole. “O Cristão e a Política”, *Jornal da Beira*, 24-05-1974, n° 2776, p. 8.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

hierarquia modificasse a sua posição. A par do reconhecimento do pluralismo e de diferentes opções políticas, chamava-se a atenção, num excerto da Carta Pastoral do Episcopado Português, publicado a 14 de junho de 1974, que as opções partidárias de “inspiração marxista, que se traduzem na negação de Deus”⁶ estavam vedadas a todos os cristãos.

Assiste-se a um processo de elaboração de um conjunto de ideias que, não sendo totalmente novas, revelam a intenção de fortalecer o *sentimento* anticomunista, estabelecendo-se o “Partido Comunista Português (PCP) e/ou a URSS como principais e diretos inimigos da ordenação estrutural tradicional da nação” (Real, 2019: 406). A imprensa católica, sendo relativamente independente do Estado – que, neste contexto, se encontra despojado de grande parte da sua autoridade – não hesitará em adotar uma posição hostil em relação ao comunismo internacional, atitude que se pode caracterizar como parte integrante de um processo de construção do inimigo:

“Ter um inimigo é importante, não apenas para definir a nossa identidade, mas também para arranjar-mos um obstáculo em relação ao qual seja medido o nosso sistema de valores, e para mostrar, no afrontá-lo, o nosso valor. Portanto, quando o inimigo não existe, há que construí-lo” (Eco, 2011: 12).

Tendo como base esta ideia, é possível traçar um itinerário que permita conhecer as estratégias empregadas na construção deste inimigo. A imagem que a Igreja constrói de si própria depende, em grande parte, da perceção que tem em relação a todos os que não se enquadram nos seus padrões de conduta. Nesse sentido, o processo através do qual se fundamenta um discurso tendencialmente anticomunista pode estar relacionado com o facto de a Igreja ter a necessidade de fabricar uma entidade em tudo oposta aos seus valores, de forma a legitimar o seu *modus vivendi* perante um público relativamente extenso.

Para lá da “cortina de chumbo”

⁶ Carta Pastoral do Episcopado Português. “O Cristão e a Política”, *Jornal da Beira*, 14-06-1974, n° 2779, p. 6.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

A União Soviética é o alvo mais visado nas críticas da Igreja. Este carácter diferenciador não acontece ao acaso, tendo em consideração que a experiência soviética desde cedo causou desconforto à hierarquia católica mundial, sobretudo devido à sua política de “antireligious excesses” (Babiuch & Luxmoore, 1999: 304). As preocupações de Pio XI (1922-1939) são elucidativas desse problema, ainda que considerasse que o comunismo não era só antirreligioso, materialista e ateu, mas também “a doctrine full of error and sophistry, contrary to revelation and reason alike” (Babiuch & Luxmoore, 1999: 306). A posição da imprensa relativamente à União Soviética está bem explícita numa consideração muito sucinta do Padre Abel Varzim (1902-1964), reproduzida na primeira página, a 30 de agosto de 1974:

“O regime soviético é uma ditadura. Todo o regime de revolução comunista é sempre uma ditadura violenta, implacável. Devemos admirar mesmo a heroicidade com que os partidários do comunismo se submetem voluntariamente a um tal regime, que de si mesmo se diz não ser livre nem justo”⁷.

Esta visão parte de uma conceção particular sobre o regime soviético para a caracterização geral de todos os regimes que tenham origem numa revolução comunista. Esta perceção resulta do facto de se considerar que a sociedade soviética “is based in the first instance on the premise that it is not democratic” (Allen, 1987: 51), em oposição à democraticidade das sociedades ocidentais. Para corroborar esta afirmação, recorre-se ao exemplo mais paradigmático:

“Porque não disseram que, desde a Revolução Soviética, foram mortos pelo bolchevismo na URSS mais de 65 milhões de russos? Porque não referiram as torturas que a mesma «democracia popular» exerce na Estónia, Letónia, Lituânia, Hungria, Checoslováquia, Roménia, Bulgária, parte da Polónia, Alemanha oriental, etc., a fim de manter esses povos, bem contra a sua vontade, encurralados na sua coutada?”⁸.

Parece, em primeiro lugar, improvável, a informação apresentada pela imprensa relativamente ao número de “mortos pelo bolchevismo”. O que se pretende demonstrar é que as democracias populares são, inevitavelmente, imperfeitas, mantendo os povos subjugados, ao contrário do que acontece nas democracias liberais ocidentais. Como salientam alguns autores, a Igreja manteve, ao longo do processo revolucionário, uma posição favorável à construção de uma “democracia de tipo ocidental” (Fontes, 2000:

⁷ Varzim, Abel. “O comunismo é uma ditadura”, *Jornal da Beira*, 30-08-1974, nº 2790, p.1.

⁸ S/A. “Porque não se diz toda a verdade?”, *Jornal da Beira*, 30-08-1974, nº 2790, p. 1.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

296). Segundo a hierarquia católica, a construção da democracia era uma tarefa que competia não só à classe política, mas também a todo o povo português, que tinha obrigação de se empenhar na construção de uma sociedade nova.

A melhor alternativa dentro do quadro das democracias ocidentais era a democracia cristã, proporcionando um equilíbrio entre a democracia liberal e o totalitarismo marxista, já que se apresentava “com um realismo e com uma verdade que não se encontra nos outros” (Araújo, 1976: 83), sendo portadora de um projeto que “parte da ideia do homem como pessoa, livre e responsável, com destino próprio e transcendente, mas essencialmente solidário dos outros homens” (Araújo, 1976: 83). O conceito marxista da democracia era, por isso, reprovável, não só pela “conquista revolucionária do poder” (Araújo, 19[?]: 84) mas também pelas suas ligações ao materialismo ateu. A imprensa refere-se a um tipo de democracia autoritária e ditatorial:

“O Ocidente optou pela sociedade pluralista e, portanto, pela democracia liberal; o mundo comunista optou pela sociedade unânime e, por consequência, pela democracia autoritária e totalitária [...] Há que buscar-se também aqui um justo equilíbrio para não cairmos nem no liberalismo político nem no totalitarismo marxista”⁹.

O binómio ocidente/oriente apresenta-se, mais uma vez, como uma estratégia argumentativa da imprensa, tendo em vista um objetivo mais claro: o de incluir Portugal na configuração ocidental, adotando, de preferência, um regime similar ao dos países ditos verdadeiramente democráticos.

A questão dos “excessos anti-religiosos” faz parte da agenda anticomunista no que diz respeito à interpretação dos regimes comunistas, especialmente o soviético. Nesse sentido, é possível identificar um conjunto de artigos que versam sobre a disseminação das campanhas antirreligiosas. O primeiro é publicado a 9 de agosto de 1974, saindo em defesa do povo russo, “organicamente” religioso:

“O «Pravda» entende que é necessário reactivar a campanha ateia através dos sábios, dos pensadores e dos artistas, e utilizando também as escolas. A campanha anti-religiosa reacendeu-se há pouco na Lituânia, incorporada na Rússia durante a última guerra, e cuja população é de 3.100.000 habitantes, dos quais 3.000.000 são católicos. [...] É evidente que os comunistas russos não comem crianças. Mas não é tão evidente que eles sejam tolerantes para com as pessoas e as ideias religiosas”¹⁰.

⁹ F.R. “Democracia”, *Jornal da Beira*, 27-09-1974, nº 2794, p. 5.

¹⁰ Marques, P. “A religião na Rússia”, *Jornal da Beira*, 9-08-1974, nº 2787, p. 5.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

Na mesma edição, é oportuna uma referência ao clima de terror em que se encontrava a população da Jugoslávia, que vivia “no medo e na escravatura por causa das suas convicções religiosas”¹¹. Como se pode observar, a imprensa mantém uma tendência de associar o comunismo à ausência de liberdade religiosa. Após a derrota da esquerda militar, a 25 de novembro de 1975, apenas três dias depois, num artigo publicado sobre as liberdades democráticas na URSS, alude-se às “perseguições religiosas na URSS desde 1918”¹² e à “vaga de terror antirreligioso”¹³ que culminou na destruição e no encerramento de várias igrejas.

Tal como se verifica em praticamente todas as áreas temáticas do discurso anticomunista na imprensa católica, também aqui se emprega uma estratégia que consiste em publicar notícias de jornais internacionais, de modo a conferir mais credibilidade à informação, demonstrando o seu carácter global. É o caso de uma notícia vinda de Moscovo, denunciando mais uma adversidade em relação ao campo religioso:

“MOSCOVO - O dissidente soviético Gabriel Superfin, de 32 anos, jejuou desde 22 de janeiro para protestar contra a confiscação do seu livro de orações e da sua Bíblia, na cadeia de Vladimir, onde está preso, soube-se em Moscovo, de origem oposicionista. Antigo colaborador do escritor Soljenitsine, para quem efectuou buscar, Gabriel Superfin foi condenado em 1974 a cinco anos de campo de regime severo «por actividades anti-soviéticas»”¹⁴.

Apesar de ser um jornal fundamentalmente doutrinário e pouco informativo, a existência de notícias internacionais sobre a União Soviética é facilmente perceptível. Esta estratégia era útil, já que apresentava resultados empíricos sobre as campanhas antirreligiosas, mas também sobre assuntos mais terrenos. Ora, se considerarmos, ao contrário do que aqui pretendemos demonstrar, que “o 25 de Abril foi imediatamente seguido do começo de um clima anticatólico” (Matos, 2001: 77), a caricatura do comunismo como oposto da fé cristã é uma estratégia retoricamente útil, sobretudo para os católicos portugueses, caso optassem por partidos marxistas. Num artigo publicado a 8 de abril de 1976, cada vez mais perto da concretização da integração de Portugal no “mundo das democracias políticas pluralistas” (Ferreira, 2004: 143), anunciava-se a chegada de uma obra à livraria do jornal:

¹¹ S/A. “Aos incautos”, *Jornal da Beira*, 9-08-1974, nº 2787, p. 1.

¹² Albino, José Luís. “Liberdades democráticas na URSS”, *Jornal da Beira*, 28-11-1975, nº 2854, p. 3.

¹³ *Idem*.

¹⁴ F.P. “Greve de fome... por causa da Bíblia”, *Jornal da Beira*, 13-02-1976, nº 2865, p. 1.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

“São «20 anos de comunismo na Checoslováquia» [...] Publicado primeiro na Itália, porque na Checoslováquia era impossível... Sente-se naquelas páginas o terror do materialismo, sem entranhas e sem humanidade. Quer saber como o comunismo chegou ao poder? Como um partido minoritário eliminou os partidos majoritários? E separar os padres dos bispos e os fiéis dos sacerdotes? [...] Quer conhecer condenações pré-fabricadas? Como se fazem lavagens ao cérebro? Leia este livro. [...] Se quer conhecer um dos grandes dramas do nosso tempo, com testemunhos vivos, impressionantes e trágicos, leia este livro”¹⁵.

Qualquer regime comunista é, a partir desta descrição, “um dos grandes dramas do nosso tempo”. Novos elementos são adicionados à equação que, num estudo mais detalhado, devem ser analisados separadamente: a crítica ao materialismo, a obstrução do caminho aos partidos políticos e a propaganda exaustiva dos regimes comunistas. *In extremis*, propõe-se a “morte como refúgio” deste cenário. Noutro artigo, descreve-se a coragem do escritor russo mais mencionado no jornal, Alexander Soljenítsin, por denunciar as atrocidades cometidas pelo regime, salientando-se as “perseguições e maus-tratos contra 12 milhões de pessoas, torturas, confisco de igrejas, deportações, exílio”¹⁶. A imprensa atribui a Soljenítsin, “indómito confessor da fé cristã”¹⁷, um duplo papel: por um lado, o de intelectual engajado com a denúncia do terror soviético e, por outro, o de cidadão comum, cujo testemunho é também relevante, já que trazia à luz do dia “os segredos do inferno comunista”¹⁸. Relativamente a esta questão, salienta-se o carácter ambíguo das afirmações de Soljenítsin:

“Many in the West had their image of the Soviet Union reinforced by his partly anecdotal partly fictionalized story. He asserted, without any empirical evidence, that there have been 12 million people in labour camps at the end of 1930’s, of which 6 million were political prisoners” (Allen, 1987: 87).

O problema da liberdade religiosa não ia permanecer ausente das reflexões da hierarquia, apesar de não se ter perspectivado a abertura de um conflito entre a Igreja e o Estado. Relativamente aos comunistas e ao PCP, Álvaro Cunhal havia tornado explícitos os termos em que se processariam as relações entre estes e os católicos, ainda antes da Revolução¹⁹, sendo que a doutrina por ele elaborada “se afastou desde cedo do

¹⁵ S/A. “Heróis ou Traidores?”, *Jornal da Beira*, 8 de abril de 1976, nº 2873, p. 6.

¹⁶ E. “Solgenitzin e o Ecumenismo”, *Jornal da Beira*, 9-05-1975, nº 2826, p. 4.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ S/A. “Liberdades democráticas na URSS”, *Jornal da Beira*, 21-11-1975, nº 2853, p. 5.

¹⁹ A partir de 1930, o PCP elabora a tese da “mão estendida aos católicos”, que viria a ser aprovada em novembro de 1943, através do *Informe Político ao 1º Congresso do PCP* – “A Luta pelo Pão, pela Liberdade

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n.º 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

anticlericalismo republicano” (Almeida, 2008: 164). Segundo a hierarquia, um paralelismo aceitável consistia em comparar a “«liberdade de ensino» defendida pelos partidos de linha marxista (PS, PCP, MDP, UDP) que têm assento na nossa Assembleia Constituinte”²⁰ com a ausência de liberdade religiosa da União Soviética, de forma a transmitir a ideia segundo a qual estes partidos iriam impor um modelo de ensino focado no “credo oficial (marxismo-leninismo)”²¹.

Um pouco mais a oeste da União Soviética, no enclave da “cortina de chumbo”, a RDA era retratada como o oposto do progresso idealizado e concretizado pelas sociedades ocidentais. Através de relatos de alguns emigrantes portugueses na Alemanha, chegavam aos leitores do jornal sugestivas descrições do modo de vida na RDA, bem como da organização e arquitetura das cidades:

“Só campos cultivados, em grande extensão, do mesmo produto, aqui e além, uma pequena aldeia. Os poucos veículos que conosco cruzavam eram quase todos com matrícula da República Federal. [...] Não vimos uma única casa comercial com montras a atrair-nos a atenção. Tudo parecia fechado e sem vida, mas aqui não devia ser feriado nacional, já que ao longo das estradas encontrámos algumas crianças de sacola que deviam ir ou vir da escola. Ao contrário do que acontece aqui na Alemanha Federal, esta estrada não tem um lugar apropriado para as pessoas transitarem e assim as crianças têm de andar pelas estradas”²².

Controlada pelo poder central soviético, a RDA era apresentada como o seu satélite mais cruelmente subdesenvolvido, descrevendo-se uma aparência de pobreza e miséria, contrariamente à prosperidade registada na vizinha República Federal Alemã (RFA). Retomando uma das ideias expressas por Pio XI, na Carta Encíclica *Divinis Redemptoris*, sobre a ingerência do Estado na vida familiar, sendo que se retirava “aos pais o direito que lhes compete de educar os filhos”²³, a imprensa afirma que situação similar ocorria na Alemanha Oriental:

“Na Alemanha Oriental, o Governo, comunista, obriga os filhos dos que fugirem (ou tentarem fugir) a serem adoptados por outras famílias ou fecha-os em asilos. Apurou-se já que mais de duas mil crianças estão a ser vítimas de mais esta lei infeliz de um

e pela Independência do Povo Português”. Com o objetivo de agregar forças em torno de um projeto comum de reivindicações políticas, económicas e sociais, “o PCP afirma que a sua política em relação aos católicos não é apenas de natureza conjuntural. Correspondendo a uma orientação estratégica, compreenderia um longo processo de transformação social e política” (Silva, 2024: 49).

²⁰ F. F. “Liberdade religiosa na Rússia; Liberdade de ensino em Portugal”, *Jornal da Beira*, 5-03-1976, n.º 2868, p. 4.

²¹ *Idem*.

²² S/A. “Notas de um emigrante: de Hamburg a Berlim”, *Jornal da Beira*, 22-08-1975, n.º 2840, p. 6.

²³ Pio XI, *Encíclica Divinis Redemptoris*, 19 de março de 1937, p. 5.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

governo comunista. No momento que Portugal atravessa, este facto deve ser posto à consideração de todos, para profunda meditação. O Partido comunista português tem declarado, várias vezes, que o comunismo não come crianças. Mas, afinal, estamos aqui a ver que até «come» mesmo”²⁴.

Contra a ingerência externa

Tem persistido uma tendência em atribuir a países, como os Estados Unidos da América (EUA) ou a URSS, alguma responsabilidade pelo curso tomado pelo processo revolucionário. A perspectiva da imprensa católica pode inserir-se nesta tendência, com a ressalva de que essa influência externa parte, sobretudo, da iniciativa dos países comunistas. Num artigo de 7 de fevereiro de 1975, inicialmente publicado no jornal *A Voz de Fátima*, alerta-se para possíveis perigos externos e postula-se a melhor forma de os combater:

“Leio habitualmente a imprensa chinesa e moscovita, conheço os planos que existem sobre a Europa e sobre Portugal e posso dizer-vos, até por experiência própria, que o comunismo só teme duas coisas: a nossa coragem e a nossa Fé! É preciso não ter medo e, sobretudo, robustecer e afirmar a nossa fé! Contra estas duas forças, o comunismo nada pode!”²⁵.

Apesar de tardia, no contexto do processo revolucionário, é uma manifestação de desagrado perante os “planos” que estariam a ser elaborados para lá da “cortina de chumbo” para controlar a Europa e Portugal. O plano é, em última análise, a expansão do comunismo para lá das suas fronteiras. Apela-se, por isso, à união dos católicos, no sentido de não deixar Portugal embarcar na “cosmonave que se dirige para Marte com partidos e anexos a bordo”²⁶.

Ainda que a generalidade do discurso presente na imprensa recaia sobre a presumível interferência política do comunismo soviético, os interesses internacionais sobre a Revolução provêm maioritariamente do “bloco EUA-Europa Ocidental” (Eisfeld, 1985: 83). Nesse sentido, destaca-se, a título de exemplo, o auxílio dado ao partido Centro Democrático Social (CDS), por parte de Kai-Uwe von Hassel, presidente na União

²⁴ Mendonça. “Notas de um emigrante: as crianças são as vítimas”, *Jornal da Beira*, 19-03-1976, nº 2870, p. 8.

²⁵ S/A. “Ter fé e não ter medo”, *Jornal da Beira*, 7-02-1975, nº 2813, p. 1.

²⁶ H. V. de L. “Carta à «Voz da Alemanha»”, *Jornal da Beira*, 12-12-1975, nº 2856, p. 1.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

Europeia da Democracia Cristã, e de Elmar Pieroth, deputado desse partido, com o propósito de combater “contra as poderosas forças comunistas” (Eisfeld, 1985: 83).

Em pleno “Verão Quente”, as preocupações em relação a um possível auxílio soviético estão presentes num artigo publicado a 25 de julho de 1975:

“O democrata do Texas, um candidato à nomeação presidencial democrática do próximo ano, disse estar preocupado com a hipótese de o auxílio soviético ser destinado a destruir a democracia em Portugal [...] Se isto é verdade, então os dirigentes soviéticos estão não só a violar a lei portuguesa, mas também a fazer troça dos esforços na Conferência de Segurança Europeia para afirmar o princípio da não intervenção e não interferência nos assuntos internos das nações, declarou o senador num comunicado”²⁷.

O auxílio soviético ao PCP assume um caráter quase dogmático no discurso da imprensa católica, demonstrando o posicionamento ideológico da hierarquia, ao negligenciar os restantes fluxos de comunicação que se firmavam entre Portugal e outros países do bloco capitalista. No entanto, é pertinente notar a atitude do líder soviético, Leonid Brejnev, que, assumindo uma postura de reserva face aos acontecimentos e face às ajudas prestadas pela RDA, aconselha o PCP a manter uma “política cautelosa destinada a evitar uma fractura com estados da NATO” (Wagner, 2006: 083). Apesar deste facto, a imprensa persiste neste tema, afirmando agora que Moscovo era responsável pela “desordem” que se alastrava em Portugal durante o “Verão Quente”:

“As autoridades chinesas afirmam entre outros factos que o Governo de Moscovo envia armas e grandes somas de dinheiro aos seus «amigos portugueses». [...] O Governo da China acusa também a União Soviética de «semear a discórdia» em Portugal e declara ser Moscovo responsável pelo «descontentamento» que reina actualmente no país. [...] A pesca em águas turvas por parte da União Soviética exacerbou a desordem em Portugal. A camarilha soviética dominante tenta por todos os meios absorver Portugal, país estrategicamente importante na sua órbita”²⁸.

O apoio dado pela RDA ao PCP depara-se com alguns obstáculos, numa fase mais avançada do processo revolucionário. Nomeadamente, o refreio imposto pelo secretário-geral do PCUS, sendo que “Brejnev exigiu a retirada do SED²⁹ para evitar tensões com a Europa Ocidental e com os EUA” (Wagner, 2006: 086). A preocupação fundamental que precede esta decisão está relacionada com o facto de Brejnev querer “evitar o possível

²⁷ S/A. “Ultrapassa os 250000 contos o auxílio soviético mensal ao PCP”, *Jornal da Beira*, 25-07-1975, nº 2837, p. 3.

²⁸ S/A. “Pequim acusa: Moscovo envia para Portugal armas, espões e dinheiro”, *Jornal da Beira*, 12-09-1975, nº 2843, p. 1.

²⁹ Partido Socialista Unido.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

fracasso da sua estratégia de *détente* no quadro da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa” (Wagner, 2006: 086).

Além das críticas ao apoio financeiro e logístico providenciado pela URSS e pela RDA, a imprensa dedica uma atenção considerável a outros países que estariam a tentar influenciar o rumo do processo revolucionário. Num artigo publicado a 26 de setembro de 1975, denunciava-se a presença de “revolucionários” estrangeiros no país:

“Desde meados de Junho pelo menos 15 mil militantes da esquerda revolucionária italiana partiram para Portugal a fim de participar num período de «trabalho político». [...] Desde os princípios de Agosto quando começaram as manifestações anticomunistas no Norte, muitos «campistas» foram transferidos para os arredores do Porto. [...] Todos os dias os jovens são transportados para as grandes zonas industriais (Lisnave e Siderurgia Nacional) ou para os centros de trabalho «República» e «Renascença», onde é maior a presença dos que sustentam uma ditadura do proletariado em Portugal. [...] Enquanto os activistas não perdiam uma batida, os dirigentes dos movimentos de esquerda revolucionária europeia [...] programaram uma mobilização internacional para o «Portugal Vermelho»”³⁰.

Note-se que, “para reforçar perante a opinião pública uma imagem de flexibilidade e abertura” (Sánchez Cervelló, 1993: 215) o PCP optou por retirar do seu programa a expressão “ditadura do proletariado”, suprimindo assim uma das principais ideias vincadas pelo marxismo-leninismo oriundo de Moscovo.

Após a derrota da esquerda militar e da “pacificação” do processo revolucionário, a hierarquia acreditava que tinha terminado o tempo das “paixões ideológicas” (Araújo, 19[?]: 90) que constituíam um entrave à construção de uma democracia pluralista de tipo ocidental. Apesar disso, a imprensa mantém-se convicta quanto às intenções dos “milhares de cubanos que vão passando as fronteiras”³¹ e da necessidade de os expulsar, afirmando que o povo português tem a obrigação de “manter a nossa casa limpa da presença incómoda de intrusos ou mercenários”³². Posteriormente, é reproduzida uma informação proveniente de um jornal lisboeta não identificado, cujo conteúdo dá nota da presença de trinta mil cubanos e alguns chilenos, cujo objetivo seria “ajudar os autênticos revolucionários portugueses que estão a ser perseguidos”³³.

³⁰ S/A. “Comunização de Portugal”, *Jornal da Beira*, 26-09-1975, n° 2845, p. 3.

³¹ S/A. “Mercenários, fora, já!”, *Jornal da Beira*, 5-03-1976, n° 2868, p. 1.

³² *Idem*.

³³ Dr. Crivo. “Disseram os jornais”, *Jornal da Beira*, 12-03-1976, n° 2869, p. 3.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

Evolução do discurso

O ponto de partida da interrogação sobre a evolução do discurso é a tese³⁴ desenvolvida sobre o comportamento da Igreja durante o processo revolucionário, com base em documentos emanados da Conferência Episcopal Portuguesa. A natureza do discurso da imprensa é substancialmente diferente do discurso presente nos documentos oficiais da Igreja, não só no que diz respeito ao conteúdo, mas também à forma.

Ora, se os documentos emanados da CEP espelham, num tom marcadamente institucional e erudito, o posicionamento da hierarquia, permitindo até o estabelecimento de balizas cronológicas que coincidem, grosso modo, com os acontecimentos mais marcantes do processo revolucionário, o mesmo não acontece quando se entra em contacto com a imprensa diocesana. Tomando como exemplo a primeira fase definida nesta tese, a fase de “expectativa generalizada em relação ao processo revolucionário”, a diferença é notória. Num excerto da Declaração do Conselho Presbiterial do Patriarcado de Lisboa, publicado pelo jornal a 24 de maio de 1974, afirma-se, em relação às mudanças introduzidas pela Revolução, que “a Igreja deve colocar-se nesse espaço de liberdade”³⁵. Esta posição reveste-se de uma mensagem positiva, tendencialmente concordante com aquilo que a hierarquia considera ser a liberdade. No entanto, outro tipo de discurso é veiculado, num artigo de 16 de agosto de 1974, numa crítica ao dirigente comunista Álvaro Cunhal, apelando a que não se continuasse “a ouvir a voz da sereia do comunismo ateu a convidar toda a gente para a fraternidade”³⁶. É possível notar que, dentro destas delimitações temporais, existem variações no discurso consoante o meio de difusão.

Nesse sentido, estas fronteiras cronológicas não são aqui aplicáveis, visto que, no caso das representações do comunismo internacional, a primeira referência que surge é

³⁴ A divisão cronológica que resulta desta interpretação identifica três fases principais: a primeira, que corresponde aos meses que se seguem à Revolução e que se caracteriza por uma “expectativa em relação ao processo revolucionário”; a segunda, que vai de outubro de 1974 até janeiro de 1975, onde já é possível identificar a “radicalização político-ideológica da população”; e a terceira, que vai de janeiro de 1975 até abril de 1976, onde a hierarquia eclesiástica alerta para o perigo de um “totalitarismo indesejável” (Ferreira & Rezola, 1994).

³⁵ Declaração do Conselho Presbiterial do Patriarcado de Lisboa. “Que Sacerdotes, Religiosos e Leigos colaborem na formação política do povo”, *Jornal da Beira*, 24-05-1974, nº 2776, p. 5.

³⁶ S/A, em Observador. “Sejamos realistas...”, *Jornal da Beira*, 5-07-1974, nº 2782, p. 8.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

só a 28 de junho de 1974, quando se refere a possibilidade de “estalinização”³⁷ do Estado. Quanto à evolução, apenas se pode referir que os meses de outubro de 1974 e abril de 1975 não registam qualquer alusão ao comunismo internacional.

De igual modo, não parece adequado estabelecer pontos de viragem no discurso de acordo com datas marcantes do processo revolucionário. Nem os acontecimentos de 28 de setembro de 1974 nem os de 11 de março de 1975 o influenciam de forma significativa. Depois do 25 de novembro de 1975, momento em que a esquerda militar sai derrotada e se abre caminho à viragem contrarrevolucionária, a imprensa continua a ter um discurso de marcada oposição aos projetos revolucionários, ainda que considere que o tempo das “paixões ideológicas” tenha terminado.

Conclusão

As representações do comunismo internacional, na imprensa católica, são parte integrante de um discurso anticomunista mais amplo e com outras variáveis de análise que, apesar de não terem sido problematizadas neste artigo, são úteis para compreender os argumentos mobilizados pela Igreja para difundir essa retórica. Nesse sentido, assiste-se a um processo de construção do inimigo discursivamente trabalhado e representado, de forma geral, pela imensa mundividência marxista. Este inimigo é idealizado como exemplo máximo dos valores opostos à democracia e ao progresso, intrínsecos à “civilização cristã ocidental”.

No que diz respeito às potencialidades de uma abordagem teórica do anticomunismo, ela pode ajudar a compreender a “fúria anticomunista” (Palacios Cerezales, 2003: 138) que, comumente circunscrita ao “Verão Quente” de 1975, não deve ser interpretada sem ter em consideração a sua prática ideológica ao nível da doutrinação cristã. É por essa razão que a análise do discurso é um instrumento metodológico útil que permite identificar e analisar as múltiplas dimensões desta retórica que, simultaneamente, assume funções combativas e pedagógicas. Estas duas dimensões fazem parte do programa ideológico ao qual a imprensa diocesana se associa e que vê na esquerda em

³⁷ Madureira, M. de Álvaro. “Viver sob um regime, não é servi-lo...”, *Jornal da Beira*, 28-09-1974, nº 2781, p. 8.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

geral e no comunismo em particular uma afronta aos princípios da doutrina social da Igreja.

A mobilização deste discurso pode estar relacionada com aquilo a que alguns autores definem como mecanismos sociopsicológicos de difusão do anticomunismo. Isto significa que existe um conjunto de ideias, símbolos, descrições que, ao longo do tempo, se vão enraizando no entendimento coletivo, ou seja, “the stereotype settles in the human memory and is, in the long run, shared by many people as an emotional sensation” (Ryzhenko & Reinhold, 1976: 305). Simultaneamente à narração da vida religiosa na União Soviética, processo no qual se arquitetam um conjunto de *lugares-comuns*, como as perseguições, a ausência de liberdade, a morte até, vai-se construindo também um consenso em torno das representações do dia-a-dia da população dos países comunistas, do seu modo de vida e das suas carências.

Observando a permanência deste discurso, é possível até estabelecer paralelismos entre as ideias difundidas na imprensa católica e os resultados eleitorais no distrito de Viseu nas eleições para a Assembleia Constituinte, em que o PCP apenas conseguiu 5380 votos, tendo o PPD alcançado 102922 votos³⁸. Considera-se, assim, que a capacidade simbólica da Igreja, enquanto entidade com um peso significativo na sociedade portuguesa, reside em “fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo” (Bourdieu, 1989: 14) criando uma determinada realidade que tende a ser amplamente legitimada.

Referências bibliográficas

ABREU, Paradela de (1983), *Do 25 de Abril ao 25 de Novembro. Memória do Tempo Perdido*. Lisboa, Editorial Intervenção.

ALLEN, Vic L. (1987), *The Russians are Coming: The Politics of Anti-Sovietism*. The Moor Press.

ALMEIDA, João Miguel (2008), *A Oposição Católica ao Estado Novo 1958-1974*. Lisboa, Edições Nelson de Matos.

ARAÚJO, Miguel de (1976), *Dicionário Político: Os Bispos e a Revolução de Abril*. Lisboa, Ispagal.

³⁸ *Diário do Governo*, II Série, Suplemento n° 115, 19/05/1975, p. 3049.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

BABIUCH, Jolanta; LUXMOORE, Jonathan (1999), “The Catholic Church and Communism 1789-1989”, *Religion, State and Society*, vol. 27, nº 3/4, pp. 301-313.

BONET, Luciano (1986), “Anticomunismo”. in Norberto Bobbio, Nicola Matteucci; Gianfranco Pasquino, (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, pp. 34-35.

BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*. Lisboa, DIFEL.

CRUZ, Manuel Braga da (1996), “A Igreja na transição democrática”. *Lusitânia Sacra*, 8-9, pp. 519-536.

DONGEN, Luc van; ROULIN, Stéphanie; SCOTT-SMITH, Giles (2014) - *Transnational anti-communism and the cold war: agents, activities and networks*. New York, Palgrave Macmillan.

ECO, Umberto (2011), *Construir o Inimigo e outros escritos ocasionais*. Lisboa, Gradiva.

EISFELD, Rainer (1985), “Influências externas sobre a Revolução Portuguesa: o papel da Europa Ocidental” in Eduardo Ferreira, Walter Opello (orgs.) – *Conflitos e Mudanças em Portugal (1974-1984)*. Lisboa, Teorema.

FARIA, Telmo Daniel (1995), “O comunismo: um anátema estado-novista”. *Revista de História das Ideias*. 17, pp. 229-261.

FONTES, Paulo (2000), “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia” in Carlos Moreira de Azevedo (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 129-331.

FERNANDES, António Teixeira (2001), *Relações entre a Igreja e o Estado no Estado Novo e no pós-25 de Abril de 1974*. Porto, Edição do autor.

FERREIRA, José Medeiros; REZOLA, Maria Inácia (1994), “Igreja, Política e Religião” in José Mattoso (dir.) – *História de Portugal*, vol. 8. Editorial Estampa, pp. 260-271.

FERREIRA, José Medeiros (2004), “O 25 de Abril no contexto internacional”, *Relações Internacionais*, 02, pp. 143-158.

HOBBSBAWM, Eric (1996), *A Era dos Extremos*. Lisboa, Editorial Presença.

LOFF, Manuel (2022), “A revolução, do 11 de março ao 25 de novembro: impulso, auge e reflexo”. In Fernando Rosas – *A Revolução Portuguesa 1974-1975*. Lisboa, Tinta da China, pp. 77-120.

MARTINS, Moisés de Lemos (2016), *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*. Porto, Edições Afrontamento.

Patrícia Freitas – *Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 99-120. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a5

MATOS, Luís Salgado de (2001), “A Igreja na revolução em Portugal (1974-1982)” in J. M. Brandão de BRITO – *O país em revolução*. Lisboa, Editorial Notícias, pp. 63-131.

ORLANDI, Eni P. (2020), *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. São Paulo, Pontes.

PALACIOS CEREZALES, Diego (2003), *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Ações Coletivas na Revolução Portuguesa 1974-1975*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

RAMPINELLI, Waldir José (2012), “O uso das aparições de Fátima na manutenção do império colonial lusitano”. *Revista Esboços*. 19: 27, pp. 37-287.

REAL, Miguel (2019), “Anticomunismo” in José Eduardo Franco (dir.) – *Dicionário dos Antis: A Cultura Portuguesa em Negativo – Volume I*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 405-408.

ROSAS, Fernando (2021), *Salazar e o Poder: a Arte de Saber Durar*. Lisboa, Tinta-da-China.

RYZHENKO, F.; REINHOLD, O. (1976), *Contemporary Anti-Communism: Policy and Ideology*. Moscow, Progress Publishers.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep (1993), *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola (1961- 1976)*. Lisboa, Assírio e Alvim.

SANCHEZ CERVELLÓ, Josep (1997), “A contrarrevolução no PREC (1974- 1975)” in João Medina – *História de Portugal: Portugal Democrático*. Madrid, S.A.P.E, pp. 133-141.

SANTOS, Magno F. de Jesus (2017), “Entre raios de fogo e giros de sol”: os videntes de aparições marianas e os escritos de mensagens anticomunistas (Brasil e Portugal). *Revista Cultura & Religión*. XI: 2, pp. 150-171.

SILVA, Edgar (2024), *«Vendaval de Utopias»: Os Católicos da Revolução e o PCP*. Lisboa, Página a Página.

TORGAL, Luís Reis (2009), *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

WAGNER, Tilo (2006), “Portugal e a RDA durante a «Revolução dos Cravos»”, *Relações Internacionais*, 11, pp. 079-089.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial¹

Collections and works on the History of Portugal after the 25th of April: politics and editorial action

Colecciones y obras sobre la Historia de Portugal después del 25 de abril: política y acción editorial

Collections et ouvrages sur l'Histoire du Portugal après le 25 avril : politique et action éditoriale

Flamarion Maués
Instituto Federal de São Paulo
flamaues@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta um recenseamento preliminar das coleções e obras publicadas em Portugal no período imediatamente posterior ao 25 de Abril sobre a história – à época – recente do país, trazendo à tona temas, depoimentos e memórias até então proibidos, ou que estiveram sob forte censura anteriormente. A quantidade de coleções e obras indica que esta temática teve grande destaque na ação dos editores nesse período, mostrando o interesse que a questão despertava no público. Destacarei o projeto de algumas dessas coleções e de seus editores. Acredito que eles se tornaram, naquele momento, parte de um grande movimento cultural, intelectual e político de renovação das formas como os portugueses passaram a reinterpretar a história do país relativa ao período do Estado Novo.

Palavras-chave: 25 de Abril e memória; Livros de História após o 25 de Abril; Edição política.

Abstract: This article presents a preliminary census of collections and works published in Portugal immediately after the 25th of April on the country's recent history, bringing to light themes, testimonies, and memories previously prohibited or under severe censorship. The number of collections and works indicates that this theme had great prominence in the publishers' actions during this period, showing the interest that the issue aroused among the public. I will highlight the design of some of these collections and their publishers. At that moment, they became part of a significant cultural, intellectual and political movement to renew the ways the Portuguese began to reinterpret the country's history relating to the Estado Novo period.

Keywords: 25th of April and memory; History books after the 25th of April; Political edition.

Resumen: Este artículo presenta un censo preliminar de colecciones y obras publicadas en Portugal en el período inmediatamente posterior al 25 de abril sobre la historia reciente del país en aquel momento, sacando a la luz temas, testimonios y recuerdos hasta entonces prohibidos o sometidos a fuertes presiones o

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada em 2024 no Congresso Internacional 50 anos 25 de Abril, na Universidade de Lisboa. Este artigo resulta de meu doutorado e pós-doutorado sobre a edição política em Portugal, este último financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo 2013/08668-0). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

censura. La cantidad de colecciones y obras indica que este tema tuvo gran protagonismo en la actuación de los editores durante este período, mostrando el interés que el tema despertó entre el público. Destacaré el diseño de algunas de estas colecciones y sus editores. Creo que se convirtieron, en ese momento, en parte de un gran movimiento cultural, intelectual y político para renovar las formas en que los portugueses comenzaron a reinterpretar la historia del país en relación con el período del Estado Novo.

Palabras clave: 25 de abril y memoria; Libros de Historia posteriores al 25 de abril; Edición política.

Résumé: Cet article présente un recensement préliminaire des collections et des ouvrages publiés au Portugal dans la période immédiatement postérieure au 25 avril sur l'histoire récente du pays, à l'époque, mettant en lumière des thèmes, des témoignages et des souvenirs jusqu'alors interdits ou soumis à de fortes restrictions ou censure auparavant. Le nombre de recueils et d'ouvrages indique que ce thème a occupé une grande place dans l'action des éditeurs au cours de cette période, démontrant l'intérêt que la question a suscité auprès du public. Je soulignerai la conception de certaines de ces collections et de leurs éditeurs. Je crois qu'à ce moment-là, ils ont fait partie d'un grand mouvement culturel, intellectuel et politique visant à renouveler la manière dont les Portugais ont commencé à réinterpréter l'histoire du pays à partir de la période de l'Estado Novo.

Mots-clés: 25 avril et mémoire ; Livres d'histoire après le 25 avril ; Édition politique.

Introdução

O período de cerca de 19 meses entre o 25 de Abril de 1974 e o 25 de novembro de 1975 marca um momento de excepcional efervescência e agitação política em Portugal, com o fim de uma longa ditadura e o início de um processo revolucionário totalmente imprevisto e extremamente desafiador. Dentro deste amplo movimento de transformação, destaco aqui o campo da edição de livros, que apresenta neste quadro uma de suas mais exuberantes facetas, em particular no que diz respeito à *edição política*. Parte de um movimento cultural e político mais amplo, o *boom* da edição política durante os anos de 1974-75 expressou a liberação política e cultural decorrente do fim da opressão e do isolamento pelo qual o país passara nas décadas anteriores. Nesse processo, surgiram dezenas de editoras de cunho claramente politico-ideológico, muitas delas com vinculações com partidos ou movimentos políticos.

Cabe lembrar que este forte movimento de edição política nos anos de 1974-75 não nasce abruptamente, mas é fruto de um processo de maturação que vem de alguns anos antes. Desde 1968, com a substituição, em setembro daquele ano, de Oliveira Salazar por Marcelo Caetano à frente do Governo português, iniciou-se um movimento editorial que acompanhou a rearticulação de setores oposicionistas, em especial os ligados ao campo estudantil, aos grupos de católicos progressistas que se opunham à Guerra Colonial e a

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

grupos à esquerda do PCP (Partido Comunista Português). Além disso, as promessas de liberalização do regime que então surgiram deram certo alento, inicialmente, a este movimento, pois resultaram no relaxamento momentâneo de alguns instrumentos de controle da ditadura. Mas esta “primavera marcelista” pouco durou e no começo dos anos 1970 voltou a prevalecer um regime político mais duro. Mas foi sobretudo a onda de liberdade advinda do fim da ditadura em Portugal, em abril de 1974, que fez crescer como nunca o número de editoras e de livros publicados, dos quais parte significativa era de cunho político e com perfil de esquerda, ou de denúncia do antigo regime.

Entre 1968 e 1980 existiram 138 editoras que publicaram livros de caráter político em Portugal, das quais 102 podem ser caracterizadas como editoras políticas². Nesse período foram editados cerca de 4.600 títulos políticos. Muitas dessas editoras tinham cunho claramente político-ideológico, em vários casos com vinculações a partidos ou grupos políticos. É impressionante a efervescência editorial proporcionada pelo clima de liberdade gerado com o 25 de Abril, já que apenas nos anos de 1974 e 1975 nasceram 55 das editoras que publicaram livros de caráter político. Trata-se do período em que a agitação e a participação políticas atingiram níveis nunca antes vistos no país (Maués, 2019).

Neste artigo apresentarei um recenseamento preliminar das coleções e obras publicadas em Portugal no período que vai do 25 de Abril de 1974 ao 25 de novembro de 1975 sobre a história recente do país (à época), trazendo à tona, muitas vezes, temas, depoimentos e memórias até então proibidos, ou que estavam sob forte vigilância da censura antes do 25 de Abril. Tal recenseamento ainda deverá ser complementado e detalhado, pois ele se baseia, até este momento, apenas na produção das *editoras que publicaram obras de caráter político*³ no período mencionado, o que não contempla o conjunto total da produção editorial portuguesa de então.

² Isso porque nem todas as editoras que publicaram livros de caráter político eram, necessariamente, editoras políticas. Entre elas havia também algumas editoras que, apesar de terem publicado tais obras, não tinham na política o centro de sua atuação e caracterizavam-se como editoras em que os fins comerciais se sobreponham aos demais objetivos. Algumas dessas editoras passaram a publicar tais livros em função da boa aceitação que eles começaram a ter na nova conjuntura portuguesa.

³ Ou seja, trata-se do conjunto das 138 editoras que, entre 1968 e 1980, publicaram livros de caráter político em Portugal (incluindo as 102 editoras políticas, como exposto acima). Para mais informações sobre este tema ver *Livros que tomam partido* (Maués, 2019), onde apresento um amplo recenseamento sobre a edição política e as editoras políticas em Portugal entre 1968 e 1970. Este artigo traz um novo recorte derivado

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

É importante lembrar a relação intrínseca entre a edição de livros sobre um determinado tema e a construção da historiografia sobre ele, sendo este um aspecto fundamental para a construção e divulgação do conhecimento histórico. A edição de livros é o principal meio pelo qual as narrativas históricas são formalizadas, organizadas e transmitidas ao público, o que torna esse processo uma parte essencial da historiografia.

Como já destacou Chartier (2005: 10), “o que dá sentido às análises historiográficas ou metodológicas é sua capacidade de inventar objetos de investigação, de propor novas categorias interpretativas e construir compreensões inéditas de problemas antigos”. A historiografia, como sabemos, é dinâmica e evolui conforme novos problemas, interpretações e metodologias surgem. Assim, o conjunto de obras sobre História de Portugal que surgiu logo após o 25 de Abril colaborou para que se iniciasse uma nova etapa na construção de uma historiografia sobre o tema – também ela inovadora em muitos aspectos.

Ao mesmo tempo, a edição de livros sobre História de Portugal no pós-25 de Abril, além de divulgar informações, interpretações e análises anteriormente vedadas, fez parte, certamente, de embates e lutas relacionadas à legitimidade e ao controle sobre as narrativas históricas – e sobre sua circulação –, reafirmando, assim, a importância da edição e dos editores de livros nesse processo.

Edição política

A produção de coleções e obras sobre a História de Portugal no período entre 25 de Abril de 1974 e 25 de novembro de 1975 será aqui analisada a partir da ideia de *edição política* e de *livro político*, procurando contribuir para uma definição mais refinada desses conceitos, além de sugerir possíveis caminhos para futuras pesquisas nesta área.

Minha definição básica de edição política é derivada de ideias do historiador francês Julien Hage e do historiador suíço François Valloton. Hage, que tem desenvolvido o conceito de edição política, particularmente na Europa (Hage, 2010a), afirma que a edição política é o trabalho feito por editoras “engajadas politicamente, e nas quais esta

daquele trabalho, relacionado à publicação de obras sobre História de Portugal, apresentando novas perspectivas de análise.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

orientação constitui a sua razão de ser e estrutura o seu catálogo” (Hage, 2012) e que realizam “uma produção mais diretamente política e pragmática, imediatamente relacionada com a atualidade” (Hage, 2010b). Valloton (2007: 20) considera que a característica principal dos editores políticos é “associar de modo estreito engajamento político e editorial”⁴.

A partir dessas ideias, penso que a edição política é aquela que vincula de modo direto ação editorial e engajamento político, o que se concretiza no catálogo da casa editora, fruto de um trabalho editorial marcado por uma intenção política de intervenção social, ou seja, que parte de um projeto editorial e/ou empresarial de fundo político, cujo objetivo é promover a divulgação e o debate de determinadas ideias políticas publicamente na sociedade, posicionando-se em defesa dessas ideias. Assim, a *editora política* caracteriza-se pelo engajamento político, que estrutura o seu catálogo.

A casa editorial que realiza a edição política poderá, em certos casos, manter vínculos orgânicos com instituições políticas, como por exemplo partidos e associações cívicas. Mas poderá também ser iniciativa de um indivíduo, ou grupo de indivíduos, que a título pessoal (ou do grupo) empenha-se no ramo editorial e busca que esta atividade reflita, em alguma medida, a sua forma de ver e interpretar o mundo. Em ambos os casos o engajamento se dá pela defesa de certos princípios, ideias e causas, e se materializa nos livros editados, como resultado da íntima ligação entre edição e engajamento. Principalmente nas editoras políticas que tinham vínculos com grupos ou partidos, era marcante a militância de editores, autores e colaboradores em torno das ideias que as animavam. Por isso, estas editoras podem também ser caracterizadas como *editoras políticas militantes*.

O livro na arena política

Importante salientar o papel do livro e da edição como *organizadores políticos*⁵. No período focado neste estudo, via de regra o livro somente vinha a público pelas mãos de um editor, que atuava como um mediador em uma sociedade tipográfica já então muito

⁴ Mais informações sobre o conceito de edição política podem ser vistas em Maués, 2019.

⁵ Agradeço ao sociólogo Nuno Medeiros pelo diálogo em torno de algumas dessas considerações.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

desenvolvida, a tal ponto que se pode falar em uma cultura tipográfica – cultura na qual a edição e os editores têm papéis relevantes. Para Medeiros (2010a: 32), a editoras funcionariam como “Instância de mediação entre um produto culturalmente peculiar e um consumo recriador ou antes entre um autor e o seu leitor”, de modo que “o editor é construtor activo da cultura impressa como instaurador privilegiado de uma ordem particular de livros – e, portanto, poder-se-ia acrescentar, de uma determinada visão do mundo” (Medeiros, 2010a: 33).

Reforçando esse papel do editor e da edição, Medeiros assinala ainda “A evidente interposição do editor nos sentidos descortináveis no texto, reveladores de uma ordenação das ideias e de uma construção tipográfica dos significados” (Medeiros, 2010b: 252), dotando “o livro publicado de um cunho proposicional, de uma afirmação, de um posicionamento, tanto no universo das leituras possíveis como no campo editorial propriamente dito” (Idem). Assim, o livro passa a ser visto como “[...] artefato produzido e sujeito a apropriações por um sistema de relações entre atores diversos cuja atividade interativa se textura a partir da ideia de sistema comunicativo” (Medeiros, 2010b: 243). Em consequência, “Ganha forma a ideia de livro como processo material e ideativo de adscrição de sentido, configurado já não exclusivamente pelo autor como fonte prescritiva mas por uma miríade de outros participantes” (Idem).

Outro aspecto a partir do qual podemos pensar o papel da edição política – e de seus editores – é aquele que a vincula a tentativas de “mobilização leitoral” de certos setores sociais (Medeiros, 2010b: 238-39). Vale dizer, entender o livro – e, portanto, todo o processo intelectual, cultural, político e editorial que ele envolve – como elemento dos embates políticos concretos que se dão em uma sociedade, no sentido de neles inserir-se como uma das formas de mobilização de pessoas e de criação (ou facilitação) de oportunidades de interação entre elas, seja virtualmente ou pessoalmente. Assim, destaca-se a visão da arena da edição política como uma arena da própria política – sem, todavia, perder as características próprias do mundo editorial e tipográfico. Desse modo, o resultado que temos, ao analisar de maneira mais detida e atenta a edição política, é a de um campo de ação intelectual e político – mas também industrial e empresarial – complexo, dinâmico e vivo.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

Um retrato do *boom* editorial nos anos de 1974 e 1975

Um jornalista brasileiro em visita a Lisboa pouco depois do 25 de Abril registrava:

“A Revolução de Abril provocou um boom no terreno da informação. Os livros proibidos caíram de súbito em meio à curiosidade de quase meio século. Espalham-se pelas calçadas os clássicos marxistas e as obras de divulgação, que compreendem desde os enciclopedistas até os modernos divulgadores da genética. As livrarias também fervem. Em suas vitrinas predominam os fascículos sobre os eventos e livros nunca difundidos. Percebe-se, de fato, o voraz manuseio dos volumes de capa vermelha, destacando-se os títulos de [...] Cunhal e Soares, líderes respectivos dos partidos comunista e socialista” (Mercadante, 1975: 26).

O mesmo autor ressalta entre os livros então em destaque trabalhos de divulgação das estruturas de repressão do salazarismo, que traziam um inventário do sistema policial, listas com a relação dos torturadores, além de informações sobre processos de espionagem interna durante a ditadura. E também outros livros mais antigos, proibidos até aquele momento, alguns deles relativos aos primeiros anos do fascismo (Idem: 27).

Menos de seis meses após o fim da ditadura já se falava em uma “inflação editorial do pos-25 de Abril” (*Vida Mundial*, 1974: 6). E a imprensa portuguesa destacava e analisava este fato:

“Se há um sector do comércio que passa a conhecer uma situação diferente com as novas condições criadas pelo 25 de Abril, esse sector é o livreiro. [...] A que se deve esta súbita intensificação no comércio do livro? Naturalmente, à situação política que o país actualmente está a viver. Houve um véu que se rasgou e as pessoas sentiram-se, de repente, necessitadas: dum esclarecimento, dum explicação, dum palavra; ou dum suporte, dum argumento, dum referência que lhes permita definirem-se, situarem-se, num contexto subitamente subvertido e alterado” (*Vida Mundial* 1974: 49-50).

Como já mencionamos, surgem dezenas de editoras após o 25 de Abril, que terão uma atuação marcadamente política. Entre estas podemos destacar: Antídoto, A Opinião, Avante!⁶, AEPPA (Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas), Caminho, Contra a Corrente, DiAbril, Edições Sociais, Fronteira, Nova Aurora e muitas outras. Isso mostra como o período imediatamente após o 25 de Abril foi fértil no que diz respeito à produção e circulação de livros de carácter político, o que englobava também obras sobre a história recente de Portugal.

⁶ As Edições Avante!, do PCP, já existiam e atuavam desde 1931, mas sempre de forma clandestina. Foi só a partir de maio de 1974 que passou a atuar na legalidade.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

As editoras que publicaram obras de História em 1974-75

O recenseamento que venho realizando mostra que foram 47 as editoras que publicaram, no período aqui abordado, coleções ou obras avulsas sobre a história de Portugal. Eis a listas destas editoras:

LISTA DAS EDITORAS

Entre parênteses aparecem a cidade sede da editora e o número de títulos publicados por ela no período 1974-75 sobre História de Portugal.

- 1 A Opinião (Lisboa) (2)
- 2 A Regra do Jogo (Porto/Lisboa) (2)
- 3 AEPPA-Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas (Lisboa) (1)
- 4 Afrodite (Lisboa) (2)
- 5 Afrontamento (Porto) (9)
- 6 Agência Portuguesa de Revistas (Lisboa) (4)
- 7 Antídoto (Lisboa) (2)
- 8 Arcádia (Lisboa) (4)
- 9 Assírio & Alvim (Lisboa) (1)
- 10 Aster (Lisboa) (4)
- 11 Atlântida (Coimbra) (1)
- 12 Avante! (Lisboa) (5)
- 13 Bertrand (Lisboa) (5)
- 14 Brasília (Porto) (1)
- 15 Centelha (Coimbra) (1)
- 16 Contra a Corrente (Lisboa) (2)
- 17 Dêagá (Lisboa) (4)
- 18 Decibel (Lisboa) (2)
- 19 Delfos (Lisboa) (1)
- 20 DiAbril (Lisboa) (7)
- 21 D. Quixote (Lisboa) (7)
- 22 Edições Militão Ribeiro (1)

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

- 23 Edições Sociais (Lisboa) (12)
- 24 Edição Somuna (Lisboa) (1)
- 25 Edições Luta Estudantil – Comissões Estudantis de Unidade Revolucionária (1)
- 26 Edições O Jornal (Lisboa) (1)
- 27 Estampa (Lisboa) (2)
- 28 Europa-América (1)
- 29 Fronteira (Amadora) (2)
- 30 Futura (Lisboa) (2)
- 31 Grupo Autónomo do Partido Socialista – GAPS (1)
- 32 Guimarães & C.^a Editores (Lisboa) (1)
- 33 Iniciativas Editoriais (Lisboa) (5)
- 34 Inova (Porto) (1)
- 35 Intervenção (Braga-Lisboa) (1)
- 36 Jornal de Fundão (Fundão) (1)
- 37 Líber (Lisboa) (8)
- 38 Livraria Ler Editora (Lisboa) (1)
- 39 Livraria Popular de Francisco Franco (Lisboa) (2)
- 40 Moraes (Lisboa) (3)
- 41 N. A.* Orion (Amadora) (2)
- 42 Portugália (Lisboa) (6)
- 43 Prelo (Lisboa) (4)
- 44 Editorial República (Lisboa) (1)
- 45 Sá da Costa (Lisboa) (4)
- 46 O Século (Lisboa) (2)
- 47 Seara Nova (Lisboa) (10)

A partir destas informações, verificamos que o total de títulos publicados por estas editoras sobre História de Portugal é de 151 obras, entre livros que compõem coleções e obras avulsas. Estas obras abarcam temas que abordam desde o período do golpe militar de 1926 até o Processo Revolucionário em Curso (PREC), incluindo obras de caráter histórico e historiográfico, memórias e biografias, análises políticas, sociológicas e econômicas e relatos jornalísticos sobre o Estado Novo e fatos do pós-25 de Abril.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

O recenseamento mostra que foram 32 as editoras que publicaram coleções voltadas para a história de Portugal (ver lista no Anexo 1), totalizando 102 títulos. Destas 32 editoras, destacam-se duas editoras que tiveram cinco coleções com obras voltadas para estas temáticas: Afrontamento e Seara Nova. Em seguida, temos a editora DiAbril, com três coleções. Temos ainda sete editoras com duas coleções: Avante!, Bertrand, D. Quixote, Edições Sociais, Futura, Iniciativas Editoriais e Prelo. As demais editoras que compõem o grupo de 32 editaram apenas uma coleção cada uma. Em seguida detalharemos mais as informações sobre algumas destas coleções.

Em relação às editoras que publicaram obras avulsas, ou seja, sem coleção, sobre a história de Portugal, elas compõem um grupo de 25 editoras (muitas das quais estão também no grupo anterior) e publicaram 49 títulos (ver Anexo 2). Destas, destacam-se a editora Liber, com 8 títulos, Dêagá (4 títulos), Agência Portuguesa de Revistas, Arcádia, Iniciativas Editoriais e Moraes (3 títulos cada). Outro grupo de seis editoras publicou 2 títulos cada uma: Contra a Corrente, Futura, Livraria Popular de Francisco Franco, N. A.* Orion, O Século e Decibel. As demais publicaram apenas 1 título cada.

As coleções

Das 51 coleções apuradas, é importante destacar que analisaremos apenas os volumes editados nos anos de 1974 e 1975. É importante destacar isso, uma vez que algumas dessas coleções tiveram volumes editados antes e depois desse período. Uma primeira classificação destas coleções em alguns temas nos permite ver que os assuntos ligados à atualidade portuguesa e às questões relacionadas à história do período salazarista dominam as temáticas. Outro tema que se destaca é a luta anticolonial. Os temas em que classifiquei as coleções foram os seguintes:

CLASSIFICAÇÃO DAS COLEÇÕES POR TEMÁTICA

Atualidade Portuguesa – 16 coleções

Colecção Autores II - Afrodite (Lisboa)

Cadernos de Divulgação - Agência Portuguesa de Revistas (Lisboa)

Documentos Antídoto - Antídoto (Lisboa)

Temas Portugueses (dirigida por Vitorino Magalhães) - Arcádia (Lisboa)

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

Documentos do Nosso Tempo (direção e coordenação de Henrique Barrilaro Ruas)
– Aster (Lisboa)

Documentos de Todos os Tempos – Bertrand (Lisboa)

Coleção Teoria e Prática – DiAbril (Lisboa)

Coleção As Leis e a Revolução – DiAbril (Lisboa)

Novos Cadernos D. Quixote – D. Quixote (Lisboa)

Textos de Intervenção – Edições Sociais (Lisboa)

Coleção Revolução – Fronteira (Amadora)

Coleção Documentos – Prelo (Lisboa)

Coleção Documentos – Editorial República (Lisboa)

Cadernos Seara Nova/Actualidade Nacional – Seara Nova (Lisboa)

Cadernos Seara Nova/Actividade Nacional – Seara Nova (Lisboa)

País Realidade/“Cadernos” Decibel – Decibel (Lisboa)

Oposição e resistência ao salazarismo, denúncia da repressão – 9 coleções

Coleção Histórias da Opressão – A Opinião (Lisboa)

Para o Tribunal que Julgue a PIDE – AEPPA-Associação de Ex-Presos Políticos
Antifascistas) (Lisboa)

Caminhos da Revolução – Avante!

Coleção Resistência – Avante!

Compasso do Tempo – Delfos (Lisboa)

Episódios da Resistência Antifascista Contados por Quantos a Viveram (dirigida
por Franco de Sousa) – Edições Sociais (Lisboa)

Panfleto – Futura (Lisboa)

Música e Combate – Futura (Lisboa)

Actualidade Portuguesa – Moraes (Lisboa)

História de Portugal – 6 coleções

Coleção Movimento Operário Português – Afrontamento (Porto)

Forças do Tempo (dirigida por L. H. Afonso Manta) – Assírio & Alvim (Lisboa)

Coleção Polémica (Nova Série) – Estampa (Lisboa)

Civilização Portuguesa – Inova (Porto)

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

Coleção Seara Nova/Biblioteca de Estudos sobre a Sociedade e a Cultura
Portuguesas – Seara Nova (Lisboa)

Sociologia e Política – Guimarães & C.^a Editores (Lisboa)

Atualidade Portuguesa/ História de Portugal – 4 coleções

Coleção Universidade do Povo – DiAbril (Lisboa)

Coleção Participar – D. Quixote (Lisboa)

Cadernos Portugália (dirigida por Orlando Neves e Serafim Ferreira) – Portugália
(Lisboa)

O Homem no Mundo – Prelo (Lisboa)

Luta anticolonial – 4 coleções

Coleção Libertação dos Povos das Colónias – Afrontamento (Porto)

Coleção Arquivo – Afrontamento (Porto)

Coleção Estudos – Nosso Tempo (ou Actualidade Nacional/Estudos) - Centelha
(Coimbra)

Cadernos Livres – Sá da Costa (Lisboa)

Temas gerais - 12

Coleção Economia – A Opinião (Lisboa)

Coleção História – A Regra do Jogo (Porto/Lisboa)

Coleção Documentos – Afrodite (Lisboa)

Coleção Zero – Afrontamento (Porto)

Coleção Cidade em Questão – Afrontamento (Porto)

Informação Política – Bertrand (Lisboa)

Coleção Século XX/XXI – Iniciativas Editoriais (Lisboa)

O Povo e a Igreja – Iniciativas Editoriais (Lisboa)

Coleção Cadernos Maria da Fonte – Livraria Ler Editora (Lisboa)

Argumentos – Seara Nova (Lisboa)

Coleção De Leste a Oeste – Seara Nova (Lisboa)

Lobo Mau – Teorema (Lisboa)

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

Para termos uma ideia dos projetos e ideias que estavam na base de algumas destas coleções, é interessante vermos como os editores as apresentavam aos leitores e ao público em geral.

A coleção *Participar*, das Publicações D. Quixote, afirma que “[...] pretende ser um ponto de encontro de propostas responsáveis para a construção do Portugal novo. *Participar* na construção do Portugal novo é também – se bem que de maneira menos imediata – fazer o levantamento das diversas histórias portuguesas [...]” (Texto de contracapa do livro *A revolução portuguesa*, de Álvaro Cunhal. Lisboa: D. Quixote, 1975). Destaca-se aqui a ideia de que abria-se um novo momento na história de Portugal e que a coleção quer colaborar para a sua construção.

Da mesma editora, a coleção *Novos Cadernos D. Quixote* ressaltava um ponto importante ao afirmar que os editores “mais do que nunca se esforçarão por trazer ao público português, sem atrasos, o que de mais bem documentado se insere na grande imprensa internacional”. Desse modo, a coleção visava, ao reunir artigos recém-publicados na imprensa internacional, dar acesso ao leitor português a estas análises, que de outra forma seriam de difícil acesso no país.

Duas editoras com ligações com o Partido Comunista Português (PCP) trazem uma preocupação que será marcante neste período: dar voz àqueles que resistiram à ditadura, foram presos, torturados, se manifestaram, fizeram greves, se posicionaram de alguma forma. As Edições Sociais, de Lisboa, começaram no último trimestre de 1974 a coleção *Episódios da Resistência Antifascista Contados por Quantos a Viveram*, cujo título é autoexplicativo. No primeiro volume da coleção, o seu organizador, Franco de Sousa, publicou uma “Dedicatória ao povo português”, em que explicava os objetivos da coleção:

“A história destes 48 anos de repressão tem de ser escrita. E certamente o será. Mas, antes do historiador, és tu quem primeiro deverá ter a palavra. Quem falará do Tarrafal? Quem falará do Aljube, de Caxias, de Peniche? Quem falará das torturas? Quem falará das fugas das cadeias fascistas? Quem falará dos teus heróis anónimos, dos teus mortos? Quem falará da tua luta? Só podes ser tu. É tua a palavra” (Sousa, 1974).

E para não deixar dúvidas, listava alguns dos que seriam autores na coleção: “[...] camponeses e operários, soldados e marinheiros, empregados de escritório e funcionários públicos, intelectuais e artistas. [...] serão as primeiras contribuições para uma História do Portugal deste século, que ainda não escreveste mas terás de escrever” (Sousa, 1974).

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

A coleção *Histórias da Opressão*, da editora A Opinião, também destacava a preocupação de dar voz aos oprimidos:

“Ninguém fala por eles. São os próprios oprimidos que dizem da sua vida de miséria e da sua luta heroica, nas páginas desse livro só possível após o derrubamento do fascismo. Em ‘*Histórias da Opressão*’ é o povo que fala. É ele que na sua linguagem quotidiana, de uma extraordinária e surpreendente riqueza, produz o mais terrível dos libelos contra um sistema de exploração do homem pelo homem, contra um sistema que permite a meia dúzia viverem na abundância, enquanto a maioria vive na miséria e na fome” (Texto de orelha do livro *Depoimentos gravados*. Antonio Norton. Porto: A Opinião, 1975).

Outro aspecto presente em algumas coleções é a ideia de colaborar para o esclarecimento político das pessoas. Nesta linha, a coleção *Cadernos Livres*, da Editora Sá da Costa, se propõe a “Contribuir para o esclarecimento e formação política dos leitores, pondo-os em face dos problemas fulcrais do nosso tempo; [e] contribuir para a nova cultura em Portugal sob o signo da defesa da liberdade e dos direitos dos povos” (Contracapa do livro *A libertação da mulher*, de Rosiska Darcy Oliveira e Mirelle Calame. Lisboa: Sá da Costa, 1976).

Nesta mesma linha, a coleção *Universidade do Povo*, da editora DiAbril afirmava que:

“Esclarecer é um dever cívico no tempo português de hoje. Reflectir sobre problemas nacionais contemporâneos é uma obrigação de todos. Tomar posição é participar na vida comum. UNIVERSIDADE DO POVO constituirá uma coleção de apoio para esclarecer, ajudar a reflectir e a optar. Só é autenticamente livre um povo que conhece e, conscientemente, escolhe. UNIVERSIDADE DO POVO actuará como um estímulo à reflexão, dentro de uma perspectiva permanentemente actual” (Contracapa do livro *258 perguntas a um português eleitor* (QUELHAS, António e outros. Lisboa: DiAbril, 1975).

A coleção *As Leis e a Revolução*, também da editora DiAbril, trazia questões sobre o processo revolucionário português ao perguntar:

“São as leis que fazem a Revolução? Ou a Revolução faz as suas leis? Numa sociedade revolucionária as leis são peças fundamentais do processo, ainda que a Revolução, para o ser, comece por fazer tábua rasa de um determinado legalismo. Para, afinal, o substituir por outro, o seu. Esta coleção, *AS LEIS E A REVOLUÇÃO*, pretende, acima de tudo, divulgar, esclarecer e comentar as leis que a Revolução cria, de modo a que o Povo as conheça, critique e respeite” (Contracapa de: Maurício, Artur; Gonçalves, Castelo Branco. *Saneamento da função pública*. Lisboa: DiAbril, 1975).

Por esta pequena amostra, podemos verificar que as coleções e seus editores visavam participar, intervir e influenciar na realidade política mais imediata, de modo a

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

serem instrumentos no debate e nas lutas políticas, trazendo contribuições efetivas para as discussões e dando voz a atores e figuras políticas atuantes naquele momento.

Conclusão

Uma síntese do recenseamento realizado até aqui mostra os seguintes números em relação a obras sobre História de Portugal editadas no período entre 25 de Abril de 1974 e 25 de novembro de 1975 por editoras portuguesas que editaram livros políticos:

- Títulos editados (em coleções e avulsos) – 151
- Títulos editados em coleções – 102
- Títulos avulsos – 49
- Número de coleções – 51
- Editoras que publicaram coleções – 32
- Editoras que publicaram obras avulsas – 26
- Total de editoras: 47 (o número não é o resultado da soma das duas informações anteriores, pois muitas editoras publicaram coleções e obras avulsas)

Como já destacado, o forte movimento de edição política que ocorre no pós-25 de Abril não nasce abruptamente, mas é fruto de um processo de maturação que vem de alguns anos antes. Todavia, é inegável que o 25 de Abril inaugura e proporciona um período de excepcional efervescência e agitação políticas. Houve uma intensificação da edição política que deu ao fenômeno uma nova proporção e qualidade. Esse surto editorial político proporcionou um amplo debate e a ampliação das perspectivas políticas em discussão, mas foi também marcado por forte sectarismo político. Após o 25 de Abril ganharam ênfase as obras em torno das lutas políticas e sociais que se apresentam para a sociedade portuguesa nessa nova época. Um dos temas que ganha destaque é a recuperação da história recente de Portugal, trazendo à tona o que representou a ditadura em termos de repressão, violência e silenciamento, de atraso político, econômico e cultural.

A partir das informações até aqui reunidas, podemos traçar algumas considerações sobre o significado e a importância da edição de obras sobre História de Portugal no pós-25 de Abril.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

Tendo em vista os temas em que classifiquei as coleções (Atualidade Portuguesa; Oposição e resistência ao salazarismo, denúncia da repressão; História de Portugal; Atualidade Portuguesa/ História de Portugal; Luta anticolonial e Temas gerais), fica claro que a ideia de trazer a público a história mais recente do país estava muito presente, assim como a necessidade de “tirar o véu” da repressão e das mazelas promovidas nos longos anos de ditadura.

Neste sentido, parece haver, apesar dos diferentes enfoques de cada coleção e de cada editora, algo como um projeto para começar a construir uma nova História de Portugal, uma história pós-25 de Abril. Nestes momentos iniciais, tal projeto ainda se apresenta de modo incipiente, com muita ênfase ao aspecto factual e documental, buscando informar e trazer a público fatos pouco conhecidos. Não há preocupação em buscar análises inovadoras ou linhas de análise históricas e/ou historiográficas inovadoras ou mais recentes. Trata-se de informar, mais do que apresentar interpretações mais elaboradas do período do Estado Novo.

Podemos concluir que a história que está sendo publicada em 1974-1975 tem um sentido de urgência, visando documentar o passado recente, não deixar que se esqueça tudo o que ocorreu em termos de censura, violências e cerceamentos à liberdade dos portugueses. É uma história que ainda tem o caráter de resistência, mesmo após o fim da ditadura. Resistência, agora, para que se recupere e valorize a memória desse passado recente e para que todos conheçam o que foram os anos de autoritarismo. Busca-se, podemos dizer, uma nova História de Portugal, ao menos no que diz respeito ao período final do Estado Novo.

Nesse processo, vale ressaltar o tema da mediação editorial (Chartier, 2002: 61), em que se destaca “o processo pelo qual os diferentes atores envolvidos com a publicação dão sentido aos textos que transmitem, imprimem e leem”. Nesse processo, os editores são aqueles que transformam os textos em livros, ou seja, “em objetos duráveis, multiplicados, difundidos, o que os outros suportes não podiam salvar do efêmero” (Idem: 75-76). Nasce daí, segundo Chartier,

“a ambivalência fundamental da atividade editorial e do comércio de livros. De um lado, somente eles podem assegurar a constituição de um mercado dos textos e dos julgamentos. São eles uma condição necessária para que possa ser construída uma esfera pública literária e um uso crítico da razão. Mas de outro, [...] a edição submete a circulação das obras a coerções e finalidades que não são idênticas àquelas que governaram a sua escrita” (p. 76).

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

No pós-25 de Abril os editores afirmam seu papel de mediadores editoriais, atuando para o atendimento de uma ampla demanda por informação política que então surgiu, assumindo um papel até certo ponto pedagógico. Nesse sentido, a ideia de “mobilização leitural” (Medeiros, 2010b: 238-39) ganha relevo: muitos livros políticos visavam exercer um papel ativo na realidade do país, um papel interveniente e mobilizador, o que era expresso na ideia do livro como instrumento de luta política. Os editores, particularmente aqueles ligados a editoras políticas, assumiram majoritariamente uma posição nas lutas políticas que se travavam em Portugal e suas casas editoriais buscaram ser sujeitos ativos na sociedade portuguesa, com papel de destaque nos debates então travados. Isso se reflete nas coleções e nas obras avulsas editadas sobre História de Portugal naquele período, como demonstra o levantamento preliminar dessas obras aqui apresentado.

Em relação à publicação das obras sobre a história recente de Portugal e o conceito de edição política, podemos considerar que elas se enquadram em “uma produção mais diretamente política e pragmática, imediatamente relacionada com a atualidade” (Hage, 2010b), realizada por estes editores. Cabe destacar que os estudos realizados por Hage e Volloton tratavam de França, Itália, Alemanha e Suíça, ou seja, países em que havia regimes democráticos. No caso português, a edição política começou a se constituir ainda sob o Estado Novo – um regime autoritário – e vai conhecer o seu ápice após o 25 de Abril, num momento de plena liberdade de expressão. Dessa forma, a experiência portuguesa agrega à edição política o fato de lidar, inicialmente, com restrições impostas por uma estrutura altamente cerceadora da liberdade de expressão que é substituída, abruptamente, por um novo regime em que as liberdades podem ser exercidas plenamente.

Por isso, em Portugal, a edição política será marcada, em 1974 e 1975, pelo seu caráter de resistência, como dito anteriormente, e pelo seu sentido de desvelamento do passado recente, que até aquele momento havia sido fortemente censurado nas publicações realizadas no país.

Ainda seguindo ideias de Julien Hage (2010b), verificamos que a publicação em Portugal das obras recenseadas neste artigo contribuiu “para a renovação da oferta editorial, para a promoção do documento político e dos textos teóricos [...]”, mostrando uma forte interação entre esta oferta editorial renovada e “uma demanda social pontual ou duradouramente politizada”.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

Em face das limitações de espaço deste artigo, não será possível apresentar considerações específicas sobre cada uma dessas casas editoriais e seu papel particular na publicação das obras sobre a História de Portugal. A ideia é que este recenseamento, ainda que parcial, colabore para futuras investigações sobre a importância que tais obras tiveram para trazer novas informações e perspectivas sobre a história portuguesa recente logo a seguir ao 25 de Abril, de modo a permitir compreender o papel destas obras e de seus editores nesse processo. Para isso, o Anexo 1 apresenta a lista das Coleções sobre História de Portugal editadas no período entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975 por editoras que publicaram livros políticos em Portugal naquele período, com os títulos das obras editadas e respectivos autores ou organizadores. E o Anexo 2 traz a lista das obras avulsas editadas no período com as mesmas características.

Acredito que este recenseamento permite uma boa perspectiva sobre a importância que esta temática adquiriu naquele momento e de como ela foi uma área de atuação de destaque para muito editores políticos de então.

Anexo 1 – Coleções sobre História de Portugal editadas em 1974-75

Em negrito aparecem o nome da editora e entre parênteses a cidade sede da editora. Em seguida vem o nome da coleção e, em itálico, o(s) título(s) publicado(s) na coleção durante o PREC.

A Opinião (Lisboa)

- Coleção Histórias da Opressão

Depoimentos gravados. Antonio Norton. Novembro, 1975.

- Coleção Economia

Nacionalizações e controlo da produção: trabalho colectivo de organização de economistas do Porto do Partido Comunista Português. Introdução de Armando Castro. Junho, 1975.

A Regra do Jogo (Porto/Lisboa)

- Coleção História

A conquista portuguesa de Angola. David Birmingham. 1974.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

AEPPA-Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas) (Lisboa)

- Para o Tribunal que Julgue a PIDE

Porque não se destroem os ficheiros da PIDE?. Junho, 1975.

Afrodite (Lisboa)

- Coleção Documentos

Secreto. Último relatório do ex-Ministério do Interior para a ex-PIDE/Direcao-Geral de Segurança. Maio, 1974.

- Autores II

Lugar de massacre. José Martins Garcia. 1975.

Afrontamento (Porto)

- Coleção Zero

Subsídios para a história da CUF. Edit. José Soares Martins. 1974.

- Coleção Movimento Operário Português

Os trabalhadores e o lock-out em Vieira de Leiria. José Gomes Bandeira e Luís Humberto. Julho, 1974.

- Coleção Libertação dos Povos das Colónias

História da Guiné e das ilhas de Cabo Verde. PAIGC. Junho, 1974.

História de Moçambique. Frelimo. Junho, 1974. (1971)

Textos políticos. Amílcar Cabral. Julho, 1974. Na p. 4 consta: “Reedição de uma publicação clandestina impressa a offset e editada pelo grupo responsável do Boletim Anti-Colonial – BAC.”

Wiriyamu. Adrian Hastings. Outubro, 1974.

História de Angola. Centro de Estudos Angolanos (Grupo de Trabalho e Etnologia) do MPLA. 1975.

- Coleção Arquivo

Colonialismo e lutas de libertação (7 cadernos sobre a Guerra Colonial). Setembro, 1974.

- Coleção Cidade em Questão

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

Movimentos sociais urbanos e intervenção política: a intervenção do SAAL. Vítor Matias Ferreira. 1975.

Agência Portuguesa de Revistas (Lisboa)

- Cadernos de Divulgação

MRPP: o que é? Jorge Feio, Fernanda Leitão e Carlos Pina. 1975.

Antídoto (Lisboa)

- Documentos Antídoto

O 25 de Abril e a revolução socialista em Portugal e colónias. Ernest Mandel. Abril, 1975. Tiragem: 5000.

Os SUV em luta (manifestos, entrevistas, comunicados). Novembro, 1975.

Arcádia (Lisboa)

- Temas Portugueses (dirigida por Vitorino Magalhães)

Os militares e o poder. Eduardo Lourenço. Novembro, 1975. Tiragem: 3000.

Assírio & Alvim (Lisboa)

- Forças do Tempo (dirigida por L. H. Afonso Manta)

18 de Janeiro de 1934. L. H. Afonso Manta. 1975.

Aster (Lisboa)

- Documentos do Nosso Tempo (direção e coordenação de Henrique Barrilaro Ruas)

A revolução das flores: do 25 de Abril ao Governo Provisório. 1974.

A revolução das flores: o Governo de Palma Carlos. 1975

A revolução das flores: o Governo de Vasco Gonçalves até ao acordo de Lusaka. 1975

Avante!

- Caminhos da Revolução

Da resistência à revolução: 1963-1975. Miguel Urbano Rodrigues. Outubro, 1975.
Tiragem: 5500.

- Coleção Resistência

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

Até amanhã, camaradas. Manuel Tiago. 1975

Cartas da prisão (1 Vida prisional). José Magro. Maio, 1975. Tiragem: 10 000.

A defesa acusa: os comunistas portugueses perante a polícia e os tribunais fascistas. Abril, 1975. Tiragem: 15 500.

Tarrafal, campo da morte lenta. Pedro Soares. 2.^a ed. Setembro, 1975. Tiragem: 10 500.

Bertrand (Lisboa)

- Documentos de Todos os Tempos

Caminhos para uma revolução. Jacinto Baptista. Abril, 1975.

Morrer em Portugal. Mário Ventura. 1975.

Escritos do exílio. Mário Soares. 1975.

- Informação Política

Do Estado Novo à Segunda República (Crónica política de um tempo português). José António Saraiva. 1974.

Portugal – Cristianismo e revolução socialista. César Oliveira e Fernando Belo. 1975.

Centelha (Coimbra)

- Coleção Estudos – Nosso Tempo (ou Actualidade Nacional/Estudos)

Sobre o Ultramar: fascismo e guerra colonial. Aníbal Almeida. 1974.

Delfos (Lisboa)

- Compasso do Tempo

Memórias. Humberto Delgado. 1974.

DiAbril (Lisboa)

- Coleção Teoria e Prática

MFA e revolução socialista. César Oliveira. Março, 1975 (2.^a ed. abril, 1975).

Textos históricos da revolução. Coord. Orlando Neves. 1975. (2.^a ed. 1976).

A revolução em ruptura: textos históricos da revolução II. Coord. Orlando Neves. s/d.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

MFA, motor da revolução portuguesa. Coord. Serafim Ferreira. Julho, 1975. Tiragem: 3100.

- Coleção Universidade do Povo

Legião Portuguesa: força repressiva do fascismo. Josué da Silva. Maio, 1975.

O Alentejo na reforma agrária: a viragem decisiva. Afonso Cautela. Julho, 1975.

- Coleção As Leis e a Revolução

Saneamento da função pública. Artur Maurício e Castelo Branco Gonçalves. Maio, 1975.

D. Quixote (Lisboa)

- Novos Cadernos D. Quixote

O 25 de Abril na imprensa estrangeira.

Portugal na imprensa estrangeira – um ano depois. 1975.

- Coleção Participar

Democratização e descolonização: dez meses de Governo Provisório. Mário Soares. Março, 1975.

A revolução portuguesa. Álvaro Cunhal. Abril, 1975. Tiragem: 5200.

O general Sousa Dias e as revoltas contra a ditadura (1926-1931). A. H. de Oliveira Marques.

A Maçonaria portuguesa e o Estado Novo. A. H. de Oliveira Marques.

A ditadura militar (1926-1933). Jorge Campinos.

Edições Sociais (Lisboa)

- Episódios da Resistência Antifascista Contados por Quantos a Viveram (dirigida por Franco de Sousa)

A revolta dos marinheiros. João Borda. Vol. 1. 1974.

O aniversário do m/P.B. Hortência Silva. Vol. 2. 1974.

Fuga de Caxias no carro blindado do Salazar. António Alexandre Tereso. Vol. 3. 1974.

Com a certeza de quem quer vencer. Aínda Paula. Vol. 4. 1974.

Luta de corticeiros. Domingos Fernandes de Carvalho. Vol. 5. 1974

A raiva de Salazar e da P.I.D.E. contra a unidade democrática representada por Humberto Delgado e outros episódios por mim vividos em 32 anos de luta antifascista.

António Horácio Simões de Abreu. Vol. 6. 1975.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

El Paseo – Memórias de um preso político português, na Cadeia de Cárceres, durante a Guerra Civil de Espanha. Manuel Guedes e Franco de Sousa. Vol. 7. 1974.

- Textos de Intervenção

A farsa dos pseudo-radicais em Portugal: estudo político e teórico sobre os grupos maoistas e trotskistas perante a revolução. José Manuel Jara. Maio, 1974.

Sobre a participação dos trabalhadores na empresa: estudo para reflexão sobre um tema que toma espaço na vida social portuguesa. Sérgio Ribeiro. Agosto, 1974.

A luta económica dos trabalhadores: estudo das formas da luta económica e da força política que é preciso para vencer. Sérgio Ribeiro (texto, arranjos e adaptações). 1974.

Anarquistas de ontem e de hoje. Jacques Duclos; trad. Franco de Sousa. 1974.

Maoismo em Portugal: ideologia anarquista contra-revolucionária e paródia burguesa do marxismo. José Manuel Jara. Julho, 1975. Tiragem: 5500.

Estampa (Lisboa)

- Coleção Polémica (Nova Série)

A emigração portuguesa em França. J. A. Pires de Lima. Outubro, 1974.

Para um “dossier” Gulbenkian. Mário Vieira de Carvalho. Novembro, 1974.

Fronteira (Amadora)

- Coleção Revolução

Livro verde da revolução. Citações de Vasco Gonçalves. Coord. Serafim Ferreira. s/d. Agosto, 1975.

A revolução é de todos. Rumo ao socialismo. Coord. Serafim Ferreira. Dezembro, 1975. Tiragem: 3100.

Futura (Lisboa)

- Panfleto

O processo das três Marias: defesa de Maria Isabel Barreno. Duarte Vidal. Outubro, 1974.

- Música e Combate

Memória do canto livre em Portugal. Viale Moutinho. 1975.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

Iniciativas Editoriais (Lisboa)

- Coleção Século XX/XXI

Balanço da colonização portuguesa. Banha de Andrade... [et al.]. 1975.

Os soldados socialistas de Portugal. Márcio Moreira Alves. Dezembro, 1975.

- O Povo e a Igreja

Cartas da prisão. Mário Pais de Oliveira. Março, 1975.

Inova (Porto)

- Civilização Portuguesa

Materiais para a história da questão agrária em Portugal, séc. XIX e XX. Seleção, prefácio e notas de Villaverde Cabral. Setembro, 1974.

Livraria Ler Editora (Lisboa)

- Coleção Cadernos Maria da Fonte

48 anos de fascismo em Portugal. Org. Carme D. Carvalhas. Junho, 1974.

Moraes (Lisboa)

- Actualidade Portuguesa

S. Tomé e Príncipe: do colonialismo à independência. Introdução e coordenação de Carlos Benigno da Cruz. 1975.

Portugália (Lisboa)

Cadernos Portugália (dirigida por Orlando Neves e Serafim Ferreira)

PIDE/DGS: um Estado dentro do Estado. Fernando Luso Soares. 1974.

O imperialismo em Angola. MPLA. 1974.

Cinco meses mudaram Portugal. Otelio Saraiva de Carvalho. Janeiro, 1975.

Ideologia e política do Estado salazarista. Prof. Jorge Campinos. Janeiro, 1975.

No regresso vinham todos: relato da companhia n.º 2549. Capitão Vasco Lourenço. s/d.

MFA. Rosto do povo. Capitão Vasco Lourenço. 1975.

Prelo (Lisboa)

- Coleção Documentos

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

A origem do Movimento das Forças Armadas. Tenente-coronel Luís Ataíde Banazol. Julho, 1974.

Os capitães: análise crítica da sua formação. Tenente-coronel Luís Ataíde Banazol. Novembro, 1974.

De como o golpe militar pode começar um processo revolucionário ou a história de Portugal que NÓS escrevemos HOJE. Sérgio Ribeiro. Junho, 1975. Tiragem: 2500.

- O Homem no Mundo

Três tiros da PIDE: quem, porquê e como mataram Amílcar Cabral. Oleg Ygnatiev. Fevereiro, 1975.

Editorial República (Lisboa)

- Coleção Documentos

Tarrafal, o pântano da morte. Cândido de Oliveira. 1974.

Sá da Costa (Lisboa)

- Cadernos Livres

A guerra do povo na Guiné-Bissau. Mário de Andrade. 1974.

Sobre a situação em Cabo Verde. Relatório do PAIGC. 1974.

Os camponeses africanos e a revolução. Basil Davidson. 1975.

Portugal e o neocolonialismo. Eduardo de Sousa Ferreira. 1975.

Seara Nova (Lisboa)

- Cadernos Seara Nova/Actualidade Nacional

As opiniões que o DL teve. José Saramago. Coedição com Futura. Janeiro, 1974.

Vinte e um dias de luta. Urbano Tavares Rodrigues. Maio, 1975.

Cantos da revolução. José Jorge Letria. Maio, 1975. Tiragem: 10 200.

- Cadernos Seara Nova/Actividade Nacional

Uma etapa da revolução. Urbano Tavares Rodrigues. Outubro, 1975. Tiragem: 4200.

- Argumentos

O obscurantismo salazarista. Joaquim Barradas de Carvalho. Novembro, 1974.

O 25 de Abril e o problema da independência nacional. António Borges Coelho. Agosto, 1975. Tiragem: 5200.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

- Coleção Seara Nova/Biblioteca de Estudos sobre a Sociedade e a Cultura Portuguesas
Para a história do sindicalismo em Portugal. 2.^a ed. Alexandre Vieira. Abril, 1974.

O operariado e a República Democrática (1919-1914). César Oliveira. 1974.

O primeiro congresso do Partido Comunista Português. César Oliveira. 1975.

- Coleção De Leste a Oeste

Portugal depois da Revolução dos Capitães. Wilfred Burchett. Julho, 1975. Tiragem: 20 200.

Teorema (Lisboa)

- Lobo Mau

As paredes em liberdade. Agosto, 1974. (Recolha de fotografias sobre as paredes com pichagens de carácter político e social logo após o 25 de Abril.)

Decibel (Lisboa)

- País Realidade/“Cadernos” Decibel

Portugal a democracia difícil. Alfredo Barroso. Maio, 1975. Tiragem: 6500.

Guimarães & C.^a Editores (Lisboa)

- Sociologia e Política

A introdução do marxismo em Portugal (1859-1930). Alfredo Margarido.
Agosto, 1975. Tiragem: 2500.

Anexo 2 – Obras avulsas sobre História de Portugal editadas em 1974-75

Em negrito aparecem o nome da editora e entre parênteses a cidade sede da editora. Em seguida, em itálico, vem o(s) título(s) da obra(s) publicada(s).

A Regra do Jogo (Porto/Lisboa)

Terror em Tete. Relato documental das atrocidades dos portugueses no distrito de Tete, Moçambique (1971-1972). Outubro, 1974.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

Agência Portuguesa de Revistas (Lisboa)

As mentiras de Marcello Caetano: resposta a um falso depoimento. Coronel Antonino Cruz e Vitoriano Rosa. 1974.

Dossier PIDE: os horrores e crimes de uma “polícia”. Pelo “Repórter Sombra”. 1974.

11 de Março: autópsia de um golpe. Jorge Feio, Fernanda Leitão e Carlos Pina. 1975.

Arcádia (Lisboa)

Portugal amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo. Mário Soares. Outubro, 1974.

De súbito, em Abril: 24, 25, 26. Paulo Madeira Rodrigues. Junho, 1974.

A luta de classes em Portugal. Paul Sweezy. Dezembro, 1975. Número especial.

Aster (Lisboa)

Visado pela censura: A imprensa, figuras, evocações da ditadura à democracia. Norberto Lopes. 1975.

Atlântida (Coimbra)

Nos cárceres do fascismo: notas, escritos, reflexões. Carlos de Almeida. Dezembro, 1974.

Brasília (Porto)

Tarrafal, aldeia da morte: o diário da B5. Manuel Francisco Rodrigues. Julho, 1974.

Contra a Corrente (Lisboa)

Um ano, um mês e um dia depois: para onde vai o 25 de Abril? (Economia e política da classe dominante). João Bernardo. 26 de maio, 1975. Tiragem: 1000; 2.^a ed. 12 de outubro, 1975. Tiragem: 1000. (“Edições Contra a Corrente n.º 3”)

Crise da sociedade portuguesa: “descolonização” e “independência nacional”. Charles Reeve e J. Carvalho-Ferreira. Setembro de 1975. Impresso na Gráfica 2000 em autogestão.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

Edições Militão Ribeiro

Elementos para a história do movimento operário e do Partido Comunista em Portugal.
Francisco Martins Rodrigues. Janeiro, 1975.

Edições Sociais (Lisboa)

Origens e evolução do movimento de capitães: subsídios para uma melhor compreensão.
Dinis de Almeida. 2.^a tiragem. Março, 1977.

Europa-América

Depoimento inacabado. Memórias. Vasco da Gama Fernandes. Maio, 1975.

Futura (Lisboa)

As opiniões que o D. L. teve. José Saramago. Coedição com Seara Nova. 1974.
Novas cartas portuguesas. Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa. Maio, 1974.

Iniciativas Editoriais (Lisboa)

Dicionário de História de Portugal. Dir. por Joel Serrão. 1963-1971.
Presos políticos: documentos 1972-1974. Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. Fevereiro, 1975.

Intervenção (Braga-Lisboa)

O equívoco do 25 de Abril. Sanches Osório. Agosto, 1975.

Jornal de Fundão (Fundão)

Pide: a história da repressão. Compil. Alexandre Manuel, Rogério Carapinha, Dias Neves. Junho, 1974.

Líber (Lisboa)

Humberto Delgado: assassinato de um herói. Mariano Robles Romero-Robledo e José António Novaes. 1974.
Mário Soares: um combatente do socialismo. B. Dias Nosty. 1975.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

“*Dossier*” *Goa. Vassalo e Silva: a recusa de um sacrifício inútil*. Coord. Botelho da Silva. 1975.

11 de Março: o tiro pela culatra. Dinis de Abreu (cord.). 1975. Tiragem: 10 000.

Salgado Zenha: o homem da liberdade. Rui de Brito. Maio, 1975. Tiragem: 10 000.

Acuso Marcelo Caetano. E. Freitas da Costa. Novembro, 1975. Tiragem: 5000.

Mário Soares, o chanceler português. B. Diaz Nosty. 1975.

Eleições em Abril: diário de campanha. Dinis de Abreu. Maio, 1975. Tiragem: 5000.

Livraria Popular de Francisco Franco (Lisboa)

Grades serradas. Henrique Galvão. 1974.

Diário de Peniche. Henrique Galvão. 1974.

Moraes (Lisboa)

O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril: 229 dias para derrubar o fascismo. Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso. Novembro, 1974.

Angola: o longo caminho da liberdade. Amadeu José de Freitas. 1975.

N. A.* Orion (Amadora)

Caxias: últimos dias do fascismo (Diário do encarcerado). Orlando Gonçalves. Julho, 1974. (2.^a edição revista e aumentada, 8.º milhar, Março, 1977.)

Prisão e isolamento em Caxias: uma breve experiência. António Modesto Navarro. Setembro, 1974.

O Século (Lisboa)

Portugal livre. 20 fotógrafos contam a Revolução dos Cravos. 1974.

Portugal oprimido: factos e nomes da ditadura salazarista. Capitão Fernando Queiroga. Fevereiro, 1975.

Seara Nova (Lisboa)

Mulheres portuguesas na resistência. Rose Nery Nobre de Melo. Agosto, 1975. Tiragem: 5200.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

Decibel (Lisboa)

11 de Março. Março, 1975. Tiragem: 40 000.

Primeiras eleições livres. Maio, 1975. Tiragem: 10 000.

Dêagá (Lisboa)

Unicidade: minicomícios no grande comício. Pedro Alvim. Fotos de José Tavares e José Teixeira. Outubro, 1975. Tiragem: 5000.

Memórias de um prisioneiro do Tarrafal. Correia Pires. Julho, 1975. Tiragem: 5000.

Pedro e Luísa: morrer antes do fim. Nuno Gomes dos Santos e José Tavares. Prefácio de Álvaro Cunhal. Junho, 1975. Tiragem: 5000.

Portugal ano um da Revolução. Texto: Josué da Silva; fotos: José Tavares, Álvaro Tavares e José Teixeira. Julho, 1975. Tiragem: 15 000.

Edição Somuna

Memórias de um ano de revolução: itinerário de um jornalista na luta por um jornal. Nuno Rocha. Junho, 1975. Tiragem: 5000.

Edições Luta Estudantil – Comissões Estudantis de Unidade Revolucionária

A resistência anti-fascista (1926-1940): relatório de José Gregório sobre os acontecimentos de 18 de Janeiro de 1934. Janeiro, 1975.

Edições O Jornal (Lisboa)

Cartoons, 1969-1975. João Abel Manta; prefácio de José Cardoso Pires. 1975.

Grupo Autónomo do Partido Socialista – GAPS

Greve geral 18 de janeiro 1934. 1974.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc (1998), “Para uma história comparada das sociedades europeias” in Marc Bloch, *História e historiadores*, Lisboa, Teorema, p. 119-150.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

BURNAND, Léonard; CARRON, Damien; JEANNERET, Pierre (2007), *Livre et militantisme. La Cité Editeur, 1958-1967*, Lausanne, Editions d'en bas.

CHARTIER, Roger (1994), *A ordem dos livros*, Brasília, Editora da UnB.

CHARTIER, Roger (2001). *Cultura escrita, literatura e história*, Porto Alegre, Artmed.

CHARTIER, Roger (2005), *El presente del pasado: escritura de la historia, historia de lo escrito*, Cidade do México, Universidad Iberoamericana, Departamento de Historia.

DARNTON, Robert (2008), “ ‘O que é a história dos livros’ revisitado”. Trad. de Lilia G. M. Tavolaro, *ArtCultura*, v. 10, n.º 16, p. 153-167.

EISENSTEIN, Elizabeth L. (1998), *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna*, São Paulo: Ática.

HAGE, J. F. (2006), “Maspero, éditeur partisan”, *Contretemps*, n. 15, pp. 104-110, [consulta em 24/10/2012]. Disponível em: <http://www.contretemps.eu/sites/default/files/Contretemps%2015.pdf>

HAGE, J. F. (2010a). *Feltrinelli, Maspero, Wagenbach: une nouvelle génération d'éditeurs politiques d'extrême gauche en Europe Occidentale 1955-1982*, Tese de História Contemporânea, Versailles, Université de Versailles Saint-Quentin-En-Yvelines Batiment D'Alembert.

HAGE, J. F. (2010b). “Collections politiques et effets de sens: Littérature et politique dans les nouvelles maisons d'édition politique d'extrême gauche au cours des années 1960 et 1970”, *Cahiers du CRHQ* (Centre de Recherche d'Histoire Quantitative), n.º 2, [consulta em 17/10/2012]. Disponível em: <http://www.crhq.cnrs.fr/cahiers/page-article.php?num=313&ch=7>

M. R. “Prioridade ao tema político” (1974), *Vida Mundial*, Lisboa, n.º 1834, 7/11/1974, p. 49.

MAUÉS, Flamarion (2019), *Livros que tomam partido: Edição e revolução em Portugal – 1968-1980*, Lisboa, Parsifal/Associação Promotora do Museu do Neo-Realismo.

MEDEIROS, Nuno (2010a), “Objecto dúctil: a emergência de uma sociologia histórica da edição”, *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, vol. 22, n. 2, pp. 241-261.

MEDEIROS, Nuno (2010b), *Edição e editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970*, Lisboa, ICS.

MEDEIROS, Nuno, *O livro no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Outro Modo, 2018.

MERCADANTE, Paulo (1975), *Portugal ano zero*, Rio de Janeiro, Artenova.

Flamarion Maués – *Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 121-152.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a7

MOLLIER, Jean-Yves (2006), “Quando o impresso se torna uma arma no combate político: a França do século xv ao século xx” in Eliana Dutra, Jean-Yves Mollier (orgs.), *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*, São Paulo, Annablume, v. 1, p. 259-274.

Resenha do livro *Indústria, ideologia e quotidiano (ensaio sobre o capitalismo em Portugal)*, de João Martins Pereira. *Vida Mundial*, Lisboa, n.º 1829, 3/10/1974, p. 6.

SOUSA, Franco (1974), “Dedicatória ao povo português” in J. Borda, *A revolta dos marinheiros*, Lisboa, Edições Sociais.

VALLOTON, François (2007), “Edition et militantisme: le catalogue de ‘La Cité: Editeur’ (1958-1967)” in L. Burnand, D. Carron, P. Jeanneret (eds.), *Livre et militantisme. La Cité Editeur, 1958-1967*, Lausanne: Editions d’en bas.

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

**Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no
Sindicato do Serviço Doméstico**

**Only those who learn can be free: education as political formation in
the Domestic Service Union**

**Sólo puedes liberarte si te educas: la educación como formación política
en el Sindicato del Servicio Doméstico**

**On ne peut se libérer que si l'on s'éduque : l'éducation en tant que
formation politique dans le Syndicat du Service Domestique**

Soraia Oliveira

Resumo: O Sindicato do Serviço Doméstico (1976-1986) reconheceu a importância de aliar à luta laboral a formação educativa das suas integrantes. Este trabalho procura entender o impacto dessa formação, através dos instrumentos político-educacionais utilizados pelo Sindicato – aulas de alfabetização, peças de teatro e campanhas culturais – na consciencialização política de mulheres que durante toda a sua vida haviam sido privadas de instrução.

Palavras-chave: serviço doméstico, Sindicato do Serviço Doméstico, instrução, consciência política

Abstract: The Domestic Service Union (1976-1986) recognized the importance of combining the struggle for work with educational training for its members. This paper seeks to understand the impact of this training, through the political-educational tools used by the Union - literacy classes, plays and cultural campaigns - on the political awareness of women who had been deprived of education all their lives.

Keywords: domestic service, Domestic Service Union, education, political awareness

Resumen: El Sindicato del Servicio Doméstico (1976-1986) reconoció la importancia de combinar la lucha laboral con la formación educativa de sus miembros. Este trabajo trata de comprender el impacto de esta formación, a través de las herramientas político-educativas utilizadas por el Sindicato -clases de alfabetización, obras de teatro y campañas culturales-, en la concienciación política de mujeres que habían estado privadas de educación durante toda su vida.

Palabras clave: servicio doméstico, Sindicato del Servicio Doméstico, educación, concienciación política

Résumé: Le Domestic Service Union (1976-1986) a reconnu l'importance de combiner la lutte syndicale avec une formation éducative pour ses membres. Cet article cherche à comprendre l'impact de cette formation, à travers les outils politico-éducatifs utilisés par le syndicat - cours d'alphabétisation, pièces de théâtre et campagnes culturelles - sur la conscience politique de femmes qui ont été privées d'éducation toute leur vie.

Mots clés: service domestique, Syndicat du Service Domestique, éducation, sensibilisation politique

Introdução

Este artigo focar-se-á no estudo da relação entre o processo de instrução promovido pelo Sindicato do Serviço Doméstico (SSD) e a formação de consciência política, através de quatro elementos fundamentais: alfabetização, peças de teatro, cursos criados pelo Sindicato de forma a fomentar a aprendizagem das empregadas domésticas e produção de *Boletins Formativos e Informativos*, redigidos pelas sindicalistas.

O 25 de abril trouxe consigo a democratização e possibilidade dos trabalhadores se organizarem em sindicatos legais. O Sindicato do Serviço Doméstico, formalmente instituído em 1976, já se encontrava organizado, “na clandestinidade, a coberto da JOCF e da LOCF” (Vieira, 2010: 198), antes da revolução, com o objetivo de “concretizar a união de classe, pois só assim poderiam lutar pelos seus direitos” (Vieira, 2010: 201). Estabelecendo-se uma Comissão Pré-Sindicato, os objetivos primordiais destas mulheres passavam pela legalização do Sindicato, a implementação de uma lei que protegesse as empregadas domésticas e instrução das suas associadas, a partir de aulas de alfabetização e de educação política, considerando a elevada taxa de analfabetismo que caracterizava esta classe (Vieira, 2010: 231). É nesta última questão que o artigo se concentra.

De acordo com Inês Brasão (2012), o trabalho doméstico na cidade vendia o sonho de uma vida melhor às jovens das zonas interiores e rurais, como forma de escapar à pobreza e instabilidade do campo. Com base em testemunhos recolhidos pela autora, eram raras as raparigas que se conseguiam escolarizar para além do ensino obrigatório.

Na década de 1940, 68% das raparigas entre os 10 e 14 anos encontravam-se declaradas como criadas de servir (Brasão, 2012: 90). Não obstante, Brasão destaca que existia efetivamente uma “consciência dos elevados níveis de analfabetismo” (2012: 91) desta categoria profissional, chegando a ser discutido em debate parlamentar, no qual se recomendou às donas de casa a instrução das suas criadas, a par do programa liceal da Mocidade Portuguesa Feminina, que promovia a alfabetização (Brasão, 2012: 92).

De acordo com o Recenseamento de 1970 (1973), período que se aproxima cronologicamente da investigação, dentro de um total de 4 521 960 mulheres residentes em Portugal Continental e Ilhas, cerca de 1 693 305 afirmavam não saber ler, constituindo

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

uma percentagem de 37% de mulheres analfabetas¹. No que se refere ao ensino primário², 24% de mulheres residentes tinham o ensino elementar completo e 14% incompleto. No que se refere à área profissional, o Recenseamento registou 110 375 mulheres inseridas na categoria de “serviços domésticos”.

Neste sentido, de forma a perceber a relação entre a parca instrução feminina e o elevado número de mulheres empregadas domésticas à época, com a promoção da educação pelo Sindicato do Serviço Doméstico, debruçei a minha investigação sobre quatro temáticas: estudos de género, sindicalismo, trabalho doméstico e educação popular.

De forma a depreender um fenómeno tão singular como um Sindicato criado e composto apenas por mulheres, foi necessário refletir sobre a história das mulheres, na qual se destacam autores como Georges Duby e Michelle Perrot (Duby & Perrot, 1994), como também explorar questões de género. Joan Scott (1989; 1990; 1991) notabiliza-se neste último aspeto, através da sua contribuição para os estudos de género e das relações de poder.

Scott (1989) defende que o serviço doméstico, ao longo de toda a história, foi associado a um “trabalho de mulher”, precário e mal pago. Com a Revolução Industrial, ocorreu uma mudança nos setores profissionais ocupados pelas mulheres, sobretudo no que diz respeito à indústria; no entanto, o serviço doméstico manteve-se regular. Scott (1990: 73) perspetivou a história do género como mediadora da divisão funcional entre mulheres e homens, relacionando a história das mulheres com aspetos privados da casa, da família e da reprodução.

No que toca ao serviço doméstico mais concretamente, poucas obras são as que se focam neste tema, e menos aquelas que se debruçam sobre o seu carácter nacional. Inês Brasão, socióloga dedicada a temáticas relacionadas com mulheres e trabalho, é um nome de destaque nesta investigação, tendo sido pioneira no estudo das *criadas de servir* no período contemporâneo nacional. A sua obra, *O Tempo das Criadas* (2012), foi

¹ Este número contrasta com o total de 8 611 125 residentes totais, dos quais 4 089 165 eram homens e 1 201 040 analfabetos (cerca de 29%).

² De acordo com o Recenseamento (1973: s/p), o ensino primário é “o que tem por fim ministrar o ensino no seu grau mais baixo (...). Consideram-se assim o ensino obrigatório na época do recenseamento (dos sete aos catorze anos de idade, constituído pelos ciclos elementar – quatro classes – e o complementar – duas classes)”.

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

fundamental para compreender a história do serviço doméstico entre as décadas de 1940 a 1970, questionando o “esquema ideológico oficial” que considerava a classe servil doméstica, por natureza, desobediente e imoral³. Foram igualmente utilizados artigos internacionais atendendo à condição subserviente trans-histórica das mulheres empregadas domésticas, nomeadamente autores como Carlos Alves Nascimento (2004) e a antropóloga Jurema Brites (2007), trabalhando a condição de criada no Brasil.

A par destes indispensáveis contributos, ressalta-se a obra de Antónia Celeste Vieira (2010: 9), cujo objetivo passa por “mostrar o mundo esquecido das empregadas domésticas [...] nas lutas que levaram a cabo para a conquista de direitos sociais e laborais e os processos formativos educativos” que se desenvolveram no Sindicato do Serviço Doméstico. Não descurando a sua importância, Vieira aborda a educação promovida pelo SSD no seu aspeto formal, no sentido de comprovar que a organização das sindicalistas exigia uma dinâmica formativa objetiva para concretizar tarefas administrativas, como gestão de creche e refeitórios, elaboração de estatutos, questões financeiras ou mesmo redação de cartas (Vieira, 2010: VIII).

Não obstante, este trabalho pautar-se-á por uma abordagem diferente, focada no estudo da relação entre a instrução e consciencialização política, tendo em consideração a criação do Sindicato, influenciado pelos valores do Período Revolucionário (1974-1975).

De acordo com Ana Benavente e Alberto Melo (1978: 15), a Revolução de Abril correspondeu a um período de alfabetização popular intensiva, associada à construção de uma sociedade socialista, defendida pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) e expressada posteriormente na Constituição de 1976, baseada, de acordo com Stephan Stoer (1986: 130), no “fim da exploração do homem pelo homem [...] onde as diferenças entre as classes sociais seriam maximamente esbatidas”.

Nesta senda, vai ser estabelecida uma relação direta entre a construção do socialismo e a educação, uma forte aliada da “transição para uma nova sociedade”, como constata o próprio Programa do Governo Provisório de 1975, demonstrado por Stoer (1986: 133). A alfabetização serviria para que se concretizassem as mudanças estruturais

³ A par de Brasão, vão destacar-se também artigos de Manuel Abrantes (2012) e Nuno Dias (2021), relativamente a esta temática.

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

políticas, económicas e sociais ambicionadas pelos Governos Provisórios (Stoer, 1986: 158).

De acordo com o Recenseamento Geral da População de 1960, referenciado por Brasão (2012), cerca de 40% dos “serviçais, preceptores, assistentes de bordo, criados de quarto e equiparados” não sabiam ler nem escrever, ou apenas sabiam assinar o seu nome, sendo a maioria composta por mulheres.

É face a esta elevada taxa de analfabetismo que tentei compreender a necessidade da promoção de campanhas educativas pelo Sindicato do Serviço Doméstico, caracterizar as ações tomadas pelo SSD, no sentido de se desenvolver a instrução das associadas, nomeadamente explorando o seu funcionamento e as suas limitações, e analisar as formas de divulgação, a participação e os seus resultados.

Metodologia e Fontes

De forma a explorar os objetivos referidos, dividi o artigo em duas partes fundamentais, com respetivas subdivisões: na 1ª parte, *A relação da instrução com a consciencialização política*, proceder-se-á a uma análise acerca do método utilizado durante o Período Revolucionário, mais tarde apropriado pelo SSD; e na 2ª, *As atividades do Sindicato*, tratar-se-ão as ações específicas realizadas no âmbito do Sindicato como forma de educar as suas associadas.

No que toca à metodologia, esta pautou-se pela articulação da bibliografia com as fontes do SSD, disponíveis para consulta no *Arquivo da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses* (CGTP-IN), localizado no Seixal, em Setúbal. Para a análise e seriação da informação relativa às fontes, foi criada uma base de dados, distinguindo-se a tipologia, o tema e as características formais de cada fonte utilizada.

No que diz respeito às fontes, devidamente exploradas e referenciadas no decorrer do trabalho, destacaram-se os catorze *Boletins Formativos e Informativos* disponíveis no Arquivo da CGTP-IN. Estes catorze documentos não correspondem à totalidade dos que foram produzidos, tendo em consideração que o *Boletim* mais recente disponível no Arquivo está registado com o número 22 e alguns deles não apresentam numeração. Os *Boletins* encontram-se organizados cronologicamente, com uma periodicidade bianual, sendo datados entre 1975 e 1984, contando cada um com quatro páginas e uma formação

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n.º 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

em coluna dupla. O ano de 1979, mais especificamente o n.º 16, marca a mudança de título do *Boletim*, sem ser referido o motivo da alteração: de *Boletim Informativo* para *Boletim Formativo e Informativo*.

Para além destas fontes, foram utilizados trinta cartões de alfabetização, duas atas de reuniões, documentação solta relativa ao anúncio de cursos ou correspondência intersindical e o Recenseamento da população de 1970 (1973).

1. Instrução e Consciência Política

1.1. O analfabetismo feminino em Portugal

Como confirma Inês Brasão (2012), as mulheres perfaziam a maioria dos analfabetos, devido, sobretudo, ao facto de uma família pobre, deparando-se com dificuldades e filhos para criar, mandar à escola os rapazes enquanto as raparigas ajudavam em casa ou na costura.

No panorama nacional, na década anterior à revolução, de acordo com Melo e Benavente (1978), 31,3% da população ativa não sabia ler e 58,5% não era escolarizada. Depois da queda do Estado Novo, como brevemente foi referido supra, denotou-se um período intenso de iniciativas de educação popular, impulsionadas, inclusive, pela Direção Geral da Educação Permanente (DGEP), uma associação coletiva autogerida que primava pela comunicação oral e linguagem audiovisual que tinha “um papel muito importante no processo educativo” (Melo e Benavente, 1978: 11). As campanhas promovidas pela DGEP e pelo MFA caracterizaram-se pela utilização da realidade das pessoas e da sua cultura, tradição e quotidiano – a partir destas, produziam-se materiais que se enviavam às populações, sob a forma de fotografias, filmes e discos, à semelhança do que se efetuou no Sindicato do Serviço Doméstico.

No que concerne à classe do serviço doméstico, a informação disponível sobre o seu nível de alfabetização é escassa, tendo em consideração que muitas delas não respondiam diretamente aos censos, por estarem inseridas nos agregados dos patrões. Não obstante, Inês Brasão (2012), fornece alguns dados relativos à década de 60.

Na tabela 1, correspondente ao *nível de instrução no serviço doméstico*, estão representadas as percentagens relativas à classe dos “serviçais, preceptores, assistentes de

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

bordo, criados de quarto e equiparados”. Dentro de um total de 183 850, 37,7% não sabiam ler.

Tabela 1 - Nível de instrução no serviço doméstico (totais nacionais), referente ao ano de 1960

1960	Total	Não sabiam ler	Sabiam ler sem frequentar um grau de ensino	Com ensino primário	Com grau de ensino
Serviçais, perçetores, assistentes de bordo, criados de quarto e equiparados	183 850	69 375	66 152	46 675	60 078
	100%	37,7%	36%	25,4%	32,7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de dezembro de 1960, Tomo V, vol. 1, Condições perante o Trabalho e Meio de Vida, Lisboa, Imprensa Nacional, 1964, retirado de Brasão (2012: 92).

O panorama era tão mais grave para o sexo feminino que o próprio Estado se inquietava, promulgando-se, quase duas décadas depois, no ano de 1979, um decreto no Diário da República “referente à eliminação do analfabetismo (...) de particular interesse para as mulheres portuguesas”, como comprova o *Boletim n.º 1 da Comissão da Condição Feminina*. Nesse mesmo ano, esta Comissão expôs a necessidade de dar às mulheres igualdade de oportunidades na educação.

O analfabetismo atingia, na primeira linha, as mulheres trabalhadoras, contribuindo para que se mantivessem presas às tarefas indiferenciadas e mal pagas. De acordo com Jorge Gaspar (1978), o fator de género, sobretudo quando associado a classes sociais mais desfavorecidas, é extremamente importante para compreender o analfabetismo “alarmante” da década de 60. Durante este período, em Portugal, a taxa de analfabetismo feminina era superior à masculina, independentemente do local (Gaspar, 1978: 315). Gaspar (1978) destaca, ainda, uma diferença entre o litoral e o interior, no qual o segundo apresenta, efetivamente, taxas mais elevadas, devido à “procura deliberada de manter as áreas rurais em estado de profunda ignorância” (1978: 316).

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

Estas diferenças são também abordadas por Maria Filomena Mónica (1978) que refere que a assiduidade escolar traduzia uma desigualdade não apenas relativa ao género⁴, mas também geográfica, já que o acesso à escola era mais dificultado fora da cidade (1978: 242).

1.2. “Política, sim ou não”? Educação *boicotada* pelas elites

A “política educacional procurou manter as populações rurais no isolamento cultural e o conjunto do povo português num nível escolar extremamente baixo”, como afirmam Melo e Benavente (1978: 27). Durante o Estado Novo, fecharam-se escolas primárias com menos de 45 alunos, causando graves consequências nas regiões rurais e interiores.

As próprias empregadas domésticas confirmaram este isolamento. No *Boletim Informativo* n.º 12 (fevereiro de 1977: 2), estas afirmaram que “o Governo começava por cortar as possibilidades e o acesso à instrução primária fazendo abrir poucas escolas e estas com grandes deficiências”. Inclusive, de acordo com Melo e Benavente (1978: 30) durante o regime, apesar de terem surgido algumas tentativas de organização sociocultural e de educação popular, o Estado reprimiu pela força e vigiou afincadamente este tipo de organizações (Melo e Benavente, 1978: 30). Como revela um testemunho presente no *Boletim* n.º 12 (fevereiro de 1977: 2), as domésticas consciencializaram-se dos mecanismos utilizados pelas forças conservadoras para manter a política da educação e cultura inacessíveis à população:

“É bem do conhecimento de todos nós o interesse que o antigo regime português de Salazar e Caetano tinha em nos manter no obscurantismo, isto é, nos manter o mais ignorantes possível. Uma das suas façanhas era mesmo essa, não dar ao povo a possibilidade de ele se instruir, quer na escola, como na cultura, como também politicamente. (...) Claro que se a instrução fosse aberta a todos os homens e mulheres do nosso país já há muito tempo que se tinha feito o 25 de abril do povo e isso não interessava aos senhores do Estado”.

Paulo Freire defendia que a classe dominante reconhecia a educação como uma “ameaça à concentração de poder pelas elites” (Reis, S. T., 2023: 7). Os dominados, reconhecendo “o quanto se está mal”, isto é, o seu lugar de oprimido, eram capazes de

⁴ “Em cada 100 rapazes, 36 iam à escola, ao passo que em 100 raparigas, só 29 o faziam” (Mónica, 1978: 254).

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n.º 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

dar um passo na luta pela transformação das estruturas que os oprimiam (*Boletim Informativo* n.º 14, março de 1978: 2).

Nesta senda, as domésticas vão associar a elevada percentagem de analfabetos à irrisória participação política, que apenas se poderia consolidar com a libertação cultural. A “cultura”, como professa Amílcar Cabral, trata-se do ato de “conhecer-se a realidade que nos rodeia para a modificar”, sempre como um ato coletivo e não individual, referência defendida e utilizada pelas sindicalistas (Ibidem: 2) que, ao mobilizarem Amílcar Cabral, mostravam já uma forte consciência política e conhecimento de figuras políticas revolucionárias de referência.

Como veremos adiante, de acordo com os *Boletins Formativos e Informativos do SSD*, “a formação cultural e social das empregadas domésticas e Mulheres a dias é uma das preocupações do (...) Sindicato” (*Boletim* n.º 18, maio de 1980: 2). Associando o analfabetismo a um sentimento de inferioridade (*Boletim* n.º 11, outubro de 1976), as empregadas domésticas vão seguir os passos dos processos educativos que se implantaram durante o processo revolucionário, altura em que a Comissão Pré-sindicato já se havia estabelecido.

1.3. O método de Paulo Freire e a sua aplicação durante o Processo Revolucionário (1974-1975)

A revolução política exigia uma revolução cultural, traduzida, como confirma Rogério Fernandes (1987: 233), na “elevação do nível de cultura do Povo português, na possibilidade de fruição, pela imensa maioria, das grandes criações da humanidade no domínio da arte, da literatura, da ciência e da técnica”.

De acordo com Stoer (1986: 161), um dos principais objetivos do MFA pautava precisamente pela “promoção de actividades culturais e artísticas, nomeadamente no campo da literatura, teatro, cinema, música e artes plásticas, mas também dos meios de comunicação de massas, como veículo indispensável para o desenvolvimento da cultura do povo”.

Maria João Mogarro e Joaquim Pintassilgo (2009: 21), autores que estudam a educação durante o período em questão, afirmam que a Revolução, exigindo uma transformação socialista, necessitava de garantir à população “competências mínimas ao

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

nível da leitura, da escrita e do cálculo para poderem intervir de forma consciente e activa na vida democrática”. A revolução política não seria, no entanto, suficiente - exigia-se uma revolução cultural que, por si própria, necessitava de alfabetização.

Confirmando a tese dos autores supra, Melo e Benavente (1978) acrescentam que, no ano de 1975, foi criado o Programa Nacional de Alfabetização, na perspectiva de construir uma sociedade socialista através da mobilização popular. O objetivo desta campanha pautou-se pela consciencialização, organização e mobilização. Como corrobora Stoer (1999: 10), durante os dois anos de período revolucionário “floresceram, de forma explosiva, associações que apresentaram uma grande capacidade de mobilização social, cultural e política”. O autor assegura, inclusive, que o caso português representou um exemplo exímio das ideias de Freire, consideradas como a norma e não a alternativa⁵. Estas associações, de acordo com Benavente e Melo (1978), foram responsáveis pela criação de atividades como o teatro e a passagem de filmes, bem como a alfabetização e preparação para exames, sobretudo associados à progressão de carreira e à obtenção de um salário melhor.

No Sindicato do Serviço Doméstico, não foi diferente. As empregadas reconheceram num projeto de educação e alfabetização uma tentativa de “concretizar o [...] desejo de fazer a 4ª classe, como forma de valorização pessoal e da possibilidade de arranjar um emprego diferente” (*Boletim Informativo* n.º 12, fevereiro de 1977: 2).

A todo este processo educativo chamamos de *educação popular*. De acordo com Barreiro (1987: 88), esta pode ser identificada como um “veículo pedagógico de consequências libertadoras”, sendo capaz de criar situações pedagógicas capazes de contribuir para a modificação da consciência da classe oprimida. O desenvolvimento da *consciencialização* é um elemento essencial da educação popular, correspondendo, de acordo com Paulo Freire (1986: 57) ao “processo pelo qual os homens se preparam eles próprios para inserir-se de modo crítico numa acção de transformação” – perante a capacidade crítica, o Ser Humano consegue contribuir para a mudança da sociedade (*Ibidem*: 52).

⁵ Stoer (1999: 80) refere que “Desde que o trabalho de Freire se tornou conhecido, não tem havido outro período melhor que o período de 1974-76 em Portugal para o desenvolvimento e implementação de uma reforma radical da educação”.

1.3.1. Freire e a *Pedagogia do Oprimido*

Como explanado supra, o período revolucionário foi marcado pela aplicação do método de Paulo Freire como forma de educar as massas. Autor da reconhecida obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire insiste numa narrativa educacional em que o educando pode construir o seu caminho para a liberdade. Desta forma, à semelhança do que confirma Barreiro (1986), Stoer (1999: 80) constata que “a educação teria como finalidade o reconhecimento dos sujeitos em sua condição de opressão”.

É, neste sentido, que o método *freiriano* se desenvolve com base na valorização do senso comum e do conhecimento prévio dos educandos. José Luiz Teixeira (2006) vem referir que a educação dos adultos deveria partir, inicialmente, de um exame crítico da realidade dos educandos, identificando-se as suas origens, os seus problemas e possíveis soluções. De acordo com Teixeira (2006), este deveria iniciar-se por uma *etapa preparatória*, na qual o alfabetizador exploraria a realidade do seu grupo, fazendo um levantamento do seu universo vocabular, associado à seleção de *palavras geradoras* que, segundo Freire (1986: 33), correspondem “aquelas que, sendo compostas por sílabas, tornam possíveis, através da sua combinação, a criação de outras palavras”.

Paulo Freire (1986: 35) vai destacar a importância do reconhecimento cultural dos educandos, tendo em consideração que muitos destes se encontravam extremamente cansados – através deste método seria possível captar as palavras do povo. Estas palavras, para além de permitirem a aprendizagem fonética e escrita, incentivavam o diálogo e a reflexão acerca das realidades do aprendiz.

Como revelam Melo e Benavente (1978), aplicando a teoria à prática, como se verificará mais tarde no SSD, durante as campanhas de alfabetização do período revolucionário, as *palavras geradoras* que se destacavam passavam por, a exemplo, “tijolo”, “trabalho”, “máquina”, “escola”, “saúde” e “habitação”. Desta forma, através da palavra “habitação”, deveriam surgir discussões acerca do direito à habitação digna, as características fundamentais de uma casa ou até mesmo refletir acerca da importância da habitação para o Ser Humano.

Outra característica relevante deste método traduz-se na importância atribuída ao diálogo entre educador e educando, numa perspetiva mutualista em que ambos adquirem

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

conhecimento. De acordo com Freire (1976), a educação tradicional visualiza o educando como uma “caixa” na qual o educador faz os seus “depósitos”, negando ao educando a sua criatividade e as suas propensões. Numa perspetiva que defende a educação como forma de libertação, o educador deve, ele próprio, educar-se e abrir a instrução ao diálogo e partilha (Freire, 1976: 56).

É, seguindo o método *freiriano*, explanado acima, que as empregadas domésticas vão vincular a educação à libertação, associando-a à obtenção de conhecimento político. Neste sentido, o SSD vai investir na instrução, através da alfabetização e da produção cultural, não apenas considerando a necessidade de aprendizagens formais para o bom funcionamento do sindicato, mas à libertação da exploração.

2. As atividades do Sindicato

2.1. A alfabetização - “transformar as aulas em troca, em riqueza e em acção”

Perante a elevada percentagem de analfabetos na classe doméstica, as sindicalistas vão criar um serviço de alfabetização “para ensinar a ler, a escrever e a participar da vida política do País” (*Boletim* n.º 12, fevereiro de 1977: 2), aberto não apenas aos membros, mas a toda a classe trabalhadora.

“Sabemos o que é ser analfabeto: sermos muitas vezes enganados e humilhados, não compreendermos as notícias dos jornais e da televisão. Não sabendo ler e escrever é como se andássemos às escuras [...] conversamos e discutimos sobre o que mais nos preocupa, quebrando, assim, a rotina e a solidão do nosso trabalho. Todas juntas temos mais força para continuarmos a lutar por uma vida melhor” (*Boletim* n.º 13, setembro de 1977: 2).

Desde cedo que as empregadas domésticas associaram o analfabetismo e falta de instrução à incapacidade de se libertarem. O primeiro *Boletim* a que tive acesso mostra precisamente a associação que se faz entre o estudo e a emancipação profissional e pessoal:

“Sem habilitações literárias, resta-nos o trabalho dos campos ou como empregadas domésticas. (...) Lutemos pela nossa valorização, pois, só assim conseguiremos a libertação total” (*Boletim* 4/5: 2)

Embora se denote o reconhecimento da condição de oprimido, fortemente inspirada nos ideais que o Processo Revolucionário espalhava, é em outubro de 1976 que é

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

confirmado, através do *Boletim Informativo* n.º 11, a aplicação oficial do método *freiriano* na alfabetização. Iniciado no Porto, tinha o objetivo de “aproveitar todas as possibilidades culturais das alunas” (*Boletim n.º 11*: 3). Antónia Celeste Vieira (2010) vem informar que a alfabetização era promovida pelo sindicato e pela cooperativa a ele associada, a Cooperativa Operária de Prestação de Serviços⁶ (Cooperserdo) e decorria nas suas respetivas sedes em noites alternadas ou aos fins-de-semana, tendo em consideração o pouco tempo livre que as empregadas domésticas tinham (Vieira, 2010: 350). As fontes, nomeadamente os *Boletins*, evidenciam apenas quatro cidades que tinham aulas de alfabetização promovidas pelo Sindicato: Porto, Lisboa, Évora e Aveiro.

Em concordância com o método de alfabetização *freiriano*, as aulas iniciavam-se com um diálogo coletivo, admitindo e incentivando a participação de todas, inspirando-se em cartazes e leituras de jornais para escolha do tema a debater, escolhendo-se, desta forma, as tais *palavras geradoras*, como confirma Vieira (2010). Uma breve análise ao manual disponível no arquivo, *Material de Leitura – Fase de Iniciação. Apoio às Acções de Alfabetização e Educação Básica de Adultos* (1980), revela algumas palavras utilizadas: “vida”, “povo”, “bata”, “missa”, “comissão”, “vila”, “fábrica”, etc.

Não obstante, apesar da vontade de aprender a ler rapidamente de forma a “ser gente verdadeiramente útil na construção da nova sociedade” (*Boletim n.º 11*: 3), as alunas rejeitaram, inicialmente, a parte do diálogo dos temas tratados. As fontes não referem os temas rejeitados, apenas que “não houve movimentação para fora da aula, o pôr a debate grandes problemas” (Ibidem: 3).

Conforme as suas aptidões e o seu progresso, de forma a serem apoiadas mais especificamente, as aprendizes eram divididas em grupos e ensinadas por empregadas domésticas alfabetizadas. Não obstante, o conjunto dos *Boletins* revela que apenas existiriam três grupos: um para aprender a ler e a escrever, outro correspondente ao ciclo preparatório e outro de preparação para o exame da 4ª classe.

Apesar de dispersos regionalmente e temporalmente, os *Boletins* identificavam alguns números de alunos, geralmente inferiores a dez, que participavam na alfabetização.

⁶ De acordo com Vieira (2010: 215), a Cooperserdo “veio a constituir a resposta para as dificuldades sociais e financeiras sentidas” pelo Sindicato, tendo surgido, de início, para resolver os problemas das associadas que ficavam desempregadas, “dando-lhes alojamento, alimentação e uma alternativa de trabalho”.

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

No entanto, quando esse número aparecia diminuído, raramente era justificada a causa; se por desistência, se por conclusão da formação.

No Porto, conforme se verifica na *Ata do Encontro Nacional de 4 de julho de 1976*, Gracinda, uma empregada sindicalizada, refere que as pessoas haviam desistido, tanto do grupo de alfabetização, como do ciclo preparatório, restando apenas o grupo da 4ª classe funcional. Demonstra-se, efetivamente, que o início da alfabetização se mostrou conturbado, sobretudo devido à falta de tempo e disponibilidade para que as educandas pudessem estudar⁷. Ademais, ressalta-se a dificuldade em aguentar o funcionamento dos grupos, devido às desistências decorrentes e ao longo do horário de trabalho já referido, mas também à falta de monitores, apelando-se à ajuda de integrantes já alfabetizadas. Para ser monitor, de acordo com o *Boletim* n.º 18, bastaria fazer um curso de formação de monitores que deveria durar cerca de duas tardes (Ibidem: 3).

Na cidade do Porto, as sindicalizadas inscreviam-se nos cursos através da sua Delegação ou das Assembleias mensais. No que diz respeito ao seu funcionamento, nessa mesma cidade, tendo em consideração a quantidade de participantes, era recorrente o recurso à colaboração de delegadas ou dirigentes que haviam já terminado o exame da 4ª classe⁸. Uma entrevista realizada a Laura Gonçalves Pereira, no ano de 2005, no Porto, por Antónia Celeste Vieira (2010), mostra um exemplo prático de como funcionava a dinâmica de monitor. Laura revela que quando entrou para o sindicato apenas possuía a 3ª classe tendo posteriormente feito a 4ª através da alfabetização, sendo, mais tarde monitora.

Mesmo perante as adversidades referidas, as empregadas domésticas lutavam pela continuidade do projeto, declarando afincadamente que “enquanto houver analfabetos na nossa classe, nós levaremos por diante esta iniciativa que tem dado os seus frutos” (*Boletim Informativo* n.º 18, maio de 1980: 3).

Um ano depois, em setembro de 1977, no Porto, admitindo-se o analfabetismo como “um dos grandes problemas das Empregadas Domésticas” (*Boletim Informativo* n.º 13, setembro de 1977: 2) sentia-se vontade de dar continuidade ao projeto, passando a

⁷ No *Boletim* n.º 18, de maio de 1980: “estas trabalhadoras não podem vir às sessões antes das 21 horas” (1980: 3).

⁸ “E tu se sabes ler e escrever, se fizeste o exame da 4ª classe vem também até ao Sindicato para ensinares as tuas colegas que não sabem, para aprender a alfabetizar, para seres monitora de alfabetização” (*Boletim* n.º 18, maio de 1980: 3).

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

funcionar um grupo da 4ª classe, na sede do sindicato, localizada na Avenida da Boavista, e um grupo de alfabetização, em Campanhã, perto da residência de algumas empregadas domésticas.

De acordo com os testemunhos deixados pelas empregadas nos *Boletins*, durante as aulas era recorrente discutir-se os problemas e questões que as preocupavam, tal como a situação política do país (*Ibidem*: 2). Desta forma, denota-se uma evolução relativamente ao interesse pela discussão, tendo em consideração o desânimo retratado no ano anterior.

Três anos depois, em maio de 1980, o *Boletim Formativo e Informativo* n.º 18 vem afirmar que todos os anos se fazia um levantamento das interessadas em se alfabetizar ou realizar o exame da 4ª classe⁹.

No início da década de oitenta, as empregadas revelavam que o trabalho era duro e exigente, mas com resultados positivos, afirmando-se, inclusive, mulheres interessadas em sindicalizar-se por sentirem ter adquirido consciência de classe, sobretudo devido à participação ativa nos debates em torno de assuntos como saúde, educação e governo. Demonstra-se, mais uma vez, uma alteração face aos anos anteriores em que o entusiasmo perante a alfabetização e discussão aparenta crescer. Uma testemunha não identificada escreve no *Boletim* n.º 18: “gosto tanto de vir à alfabetização, estou sempre ansiosa que chegue a hora. Sinto-me mais livre. Isto não devia acabar” (*Ibidem*: 3).

Como veremos adiante, a alfabetização constituiu a força de arranque para a produção dos *Boletins Formativos e Informativos*, assim como para as peças de teatro.

2.2. Boletins Formativos e Informativos – o “elo de ligação”

Os *Boletins Formativos e Informativos* produzidos pelo SSD tinham como objetivo, de acordo com Vieira (2010: 213), “continuar o trabalho de consciencialização já iniciado antes do 25 de abril. [...] Nele[s] [...] divulgavam-se as campanhas de alfabetização [...], apela[va]-se à participação activa nas iniciativas de natureza cultural, recreativa e reivindicativa”. Segundo a autora (2010: 215), a função informativa do *Boletim*

⁹ Não obstante, nenhuma fonte relativa a este levantamento, tal como aos resultados obtidos perante estas práticas, foram encontrados no Arquivo da CGTP ou na bibliografia. Comprova-se uma efetiva lacuna estatística e, posto isto, a incapacidade de delinear uma conclusão precisa.

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

transformou-o num verdadeiro instrumento pedagógico para a formação das empregadas domésticas.

Nuno Dias (2021: 5) reitera a sua importância, afirmando que o periódico se tornou “um meio fundamental de circulação de informação sobre [...] a denúncia, a divulgação de direitos, a partilha de experiências, [...] e também da persistência da fronteira social e política que teima em reconhecer o valor da profissão”. As próprias domésticas confirmam-no, considerando um “elo de ligação entre todos nós que estamos bastante dispersos por todas as regiões do País, e casa por casa. A missão do Boletim é informar todos os colegas, especialmente os que já aderiram ao nosso Sindicato” (*Boletim* n.º 10, julho de 1976: 1).

Desejava-se que o *Boletim* fosse mensal, apelando-se a que as empregadas domésticas participassem e contribuíssem para o mesmo, perante um quadro de fraca participação, de forma a “manter vivo o [...] espírito de luta sindical e aceso o nosso ideal de libertação” (*Boletim* n.º 10, julho de 1976: 1). Incentivava-se a escrita de testemunhos pessoais e o levantamento de problemas da classe, como forma dos leitores reconhecerem as inquietações das domésticas.

Neste periódico, é frequente o reconhecimento da importância das habilitações literárias para a consciencialização política e libertação total, assumindo-se que, por exemplo, qualquer pessoa poderia chegar a cargos elevados, como a delegado. Neste sentido, como forma de ser um *instrumento pedagógico* marcadamente influenciado por uma ideologia socialista, era constante a explanação de conceitos como o de *Sindicato* ou até mesmo *Luta de Classes*.

Parte muito significativa da informação acerca dos *Boletins* foi conseguida através da sua leitura e análise crítica, tendo em consideração a inexistência de fontes que identifiquem as associadas por ele responsáveis, quem exatamente o redige e em que edições e o meio em era impresso¹⁰.

¹⁰ Perante a oportunidade de assistir a uma intervenção de Conceição Ramos, primeira presidente do SSD, soube que os *Boletins* eram distribuídos porta-a-porta na casa dos patrões pelas próprias domésticas, já que eram as mesmas que viam a correspondência.

No âmbito do 25 de abril, Conferência *As mulheres são revolução*. Porto, 10 de fevereiro de 2024.

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

2.3. Teatro

Antónia Celeste Vieira (2010) confirma que, à semelhança dos *Boletins*, as peças de teatro foram iniciativas pensadas durante as aulas de alfabetização, mas que apenas se dactilografaram meses ou anos depois.

Foram duas as peças de teatro que se destacaram: *Mulheres em Luta* e *Ou Vai ou Racha*. Estas faziam, inclusive, parte do material que servia de mote para discussões nas sessões de alfabetização.

Mulheres em Luta foi uma peça de teatro pensada no ano de 1977, de forma espontânea, na qual doze mulheres que a representaram pretendiam “dar a conhecer a todos a sua vida, as suas preocupações através do teatro” (*Mulheres em Luta*, 1980: 1). De acordo com o *Boletim Formativo e Informativo* (s/n.º, 1980), a peça, apresentada previamente em Associações Culturais não identificadas, foi editada três anos depois da sua primeira representação, no dia 25 de abril de 1980, de forma a efetivar a memória escrita, para que ficasse para a história, visto que a peça, até à data, seria representada sem papéis atribuídos e escritos. Quando transcrita, foi vendida por 20\$00 e o dinheiro da venda destinou-se a angariação de fundos para uma casa no Porto (*Boletim* s/n.º, 1980: 4).

A peça inicia-se com uma empregada doméstica analfabeta que chega ao Porto para trabalhar, vinda do interior do país. Não conseguindo decifrar o papel da morada, é interpelada por uma empregada que a tenta ajudar, divulgando-lhe, inclusive, o Sindicato do Serviço Doméstico. A representação vai demonstrar o quotidiano de uma serviçal, expondo as injustiças pelas quais passavam, tal como a sujeição a determinados “caprichos” dos patrões. A história é semelhante em *Ou Vai ou Racha*, na qual também as personagens, o diálogo e o próprio enredo se inspiraram na experiência de vida de cada pessoa.

Como comprova Vieira (2010: 354/355) “a representação da peça de teatro era um pretexto para a mobilização de outras colegas”. De forma a manter as sindicalizadas mobilizadas, as delegadas e monitoras dos cursos de alfabetização, quando concluíam as suas responsabilidades, passavam muitas vezes para o processo de criação cénico. O “grupo de teatro”, constituído de forma informal, era o mesmo que se responsabilizava

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

pela organização de excursões, convívios e passagem de filmes que aconteciam, sobretudo, nas grandes cidades do Porto e Lisboa.

De facto, a realização de peças de teatro mostrou-se um mecanismo eficiente de educação por todos os movimentos nacionais e mesmo internacionais que o aplicaram. Exemplo claro disto foi o *Grupo Forja de Teatro*, no Brasil, ativo na década de 80, no qual o *Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema* utilizaram o teatro partindo de uma “constante necessidade de registro, fundamentação e argumentação”, pensado como “material de propaganda interna e externa, com intuito de fortalecer o coletivo no Sindicato, constantemente incompreendido quanto à sua função de formação cultural” (Castro, 2020: 177). À semelhança do SSD, o *Grupo Forja*, de acordo com Márcio de Castro (2020: 177) reconheceu que a “compreensão das produções de memórias e histórias relacionadas à prática teatral” foi muito limitada perante a não publicação dos roteiros das peças, refletindo-se na necessidade de transcrição.

Efetivamente, confirma-se que a própria transcrição das peças revela um testemunho direto sobre a condição das sindicalistas e da atividade doméstica particular em Portugal.

De acordo com os testemunhos recolhidos pela autora (Vieira, 2010), o teatro serviu “como veículo de divulgação cultural e de debate dos [...] problemas”, como um “pretexto para a mobilização de outras colegas”, “iniciativa com transmissão de ideias positivas” e visibilidade do abuso da exploração das raparigas e até dos seus pais, cometido pelos seus patrões.

2.4. Cursos de férias – “pôr a cabeça a funcionar para encontrar formas de sair da discriminação”

A par da alfabetização, da produção de *Boletins* e da representação cénica, o Sindicato do Serviço Doméstico investiu noutras atividades culturais que estimulassem o conhecimento político das suas integrantes. Dentro desta perspetiva, destacaram-se cursos de férias com o objetivo de “esclarecer as [...] companheiras dos seus direitos e [...] decidir formas de luta que vão solucionar os nossos problemas” (*Boletim Informativo* n.º 10, julho de 1976: 3).

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

No sentido de preparar o I Congresso das e dos trabalhadores do serviço doméstico, ocorrido em Lisboa, no dia 28 de outubro de 1979:

“Nós, mulheres a dias, empregadas domésticas, vamos juntar-nos para discutir a nossa situação, trocar impressões, aprender, conviver e pôr a cabeça a funcionar para encontrar formas de sair da discriminação a que estamos sujeitas.” (folheto do Curso de formação para as mulheres a dias e empregadas domésticas para preparação do I Congresso das e dos trabalhadores do serviço doméstico, s/data).

À semelhança deste, deu-se igualmente outro curso, em outubro de 1981, o Curso de iniciação sindical do Porto, no qual se juntaram 29 mulheres a dias e empregadas domésticas da zona norte. Num fim de semana, realizaram-se atividades como jogos de discussão e *sketches* de teatro, representando diálogos como forma de aprender a exigir direitos e a perceber a importância do Sindicato. A abordagem histórica do serviço doméstico é igualmente uma temática constantemente presente, valorizando, sobretudo, o parte da luta trabalhista.

O objetivo destes encontros passava por unir a alegria e simplicidade à aprendizagem. A par destes esporádicos eventos, era frequente a realização de noites culturais, com a passagem de filmes com teor marcadamente político e organização de excursões, de forma a contribuir para uma fuga ao trabalho doméstico que isolava as empregadas domésticas e as prendia na exploração e ignorância.

Conclusão

Apesar de se verificar uma incapacidade de identificar quantitativamente as empregadas que efetivamente se alfabetizaram ou adquiriram determinado nível de educação no âmbito do Sindicato do Serviço Doméstico, Vieira (2010: 354) refere que o mais possível era terem sido abrangidas “centenas delas a nível nacional”. Com destaque para as cidades do Porto, Lisboa, Aveiro e Évora, as empregadas domésticas, marcadas pela invisibilidade de género e do seu trabalho, obtiveram a possibilidade de, no seio sindical, alterarem aquela que seria a norma: uma elevada taxa de analfabetismo.

Não obstante, a ação do Sindicato passou por muito mais do que a alfabetização, associada a uma capacidade de intervenção política maior. Influenciada pelo movimento socialista pregado durante o Período Revolucionário, o Sindicato do Serviço Doméstico apostou num formato de *educação popular* semelhante e que concedesse às suas

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n.º 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

associadas e outros interessados ferramentas para elevarem a sua profissão e se libertarem das estruturas opressoras que os mantinham na obscuridade.

Deste modo, confirmou-se, neste artigo, que o desenvolvimento cultural contribuiu para esta libertação, ainda que de forma limitada, gerando-se, inclusive, um respeito mútuo entre patrão e trabalhador, como confirma Vieira (2010). Os testemunhos das empregadas domésticas evidenciam precisamente o aumento da sua capacidade de intervenção: “agora somos capazes de discutir e analisar as situações com que [nos] deparamos diariamente” (*Boletim*, n.º 13, setembro de 1977: 2).

Para além de aprender a ler e a escrever, as sindicalistas apostaram noutras formas de aprendizagem como o teatro, contribuindo para a “tomada de consciência das realidades e desenvolvimento da capacidade de expressão artística das (...) associadas” (*Boletim* n.º 13, setembro de 1977: 2), cursos de formação e excursões, tal como a produção de *Boletins Formativos e Informativos* que permitiram o acesso a informação e a lugares que fora do Sindicato, dificilmente conheceriam.

A educação política desempenha um papel incontestável no reconhecimento dos direitos das pessoas, tal como para a sua preservação, estando intrinsecamente ligados à necessidade de se ser alfabetizado. Desta forma, concluímos que os mecanismos e resultados apresentados pelo Sindicato demonstram que, apesar das suas limitações, estes contribuíram para a emancipação política e cultural de dezenas de associadas.

Lista de fontes

Arquivo da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN), Seixal, consultado em novembro de 2023:

1. Direção do Sindicato do Vestuário do Porto, (1976), *A dupla exploração da mulher trabalhadora*, Porto, CTGTP-IN – SSD – 001 – 006 – 018. Cx. 008.
2. Órgãos dirigentes do Sindicato do Serviço Doméstico – Ata do encontro nacional de 04 de julho de 1976, redigida a 16 de julho de 1976. Circular n.º 8. Arquivo: PT / CGTPIN – SSD – 001 – 002 – 001. Cx. 001
3. Direção de Serviços de Ação Educativa (1980), *Material de Leitura – Fase de Iniciação. Apoio às Acções de Alfabetização e Educação Básica de Adultos*,

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n.º 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

- Coleção Ler o DIA-A-DIA, Lisboa, Ministério da Educação e Ciência, Direção-Geral da Educação de Adultos, PT / CGTPIN / Cx. 051 / SSD – 004 – 005 – 002.
4. *Empregadas Domésticas - Mulheres em Luta (1980)*, transcrição da peça de teatro, consultada no arquivo da CGTP-IN, referência arquivística: PT/ CGTPIN / Cx. 051 / SSD – 004 – 005 – 002
 5. Curso de formação para as mulheres a dias e empregadas domésticas para preparação do I Congresso das e dos trabalhadores do serviço doméstico (s/data) | PT / CGTPIN / Cx.051 / SSD-004-005-002
 6. MULHERES a dias e Emp.^a Domésticas do norte em acção (dezembro, 1981) | PT / CGTPIN / Cx. 001 / SSD-001-002-001

Boletins Formativos e Informativos – PT / CGTPIN / Cx. 050 / SSD-004-001-001

1. Boletim Informativo n.º 4/5, s/data
2. Boletim Informativo n.º 8, julho de 1975
3. Boletim Informativo n.º 10, julho de 1976
4. Boletim Informativo n.º 11, outubro de 1976
5. Boletim Informativo n.º 12, fevereiro de 1977
6. Boletim Informativo n.º 13, setembro de 1977
7. Boletim Informativo n.º 14, março de 1978
8. Boletim Formativo e Informativo n.º 16, março de 1979
9. Boletim Formativo e Informativo n.º 18, maio de 1980
10. Boletim Formativo e Informativo s/n.º e s/data

Outra documentação:

Base – fut: CCO (1973), *Manual de Alfabetização*.

Boletim da Comissão da Condição Feminina (1979). N.º 4, adquirido na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sem referência.

Instituto Nacional de Estatística (1973), *Portugal: 11.º Recenseamento da População Continente e Ilhas Adjacentes 1970 – Estimativa a 20% - 1.º volume*, Sociedade Topográfica Lda.

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

Instituto Nacional de Estatística (1973), *Portugal: 11º Recenseamento da População Continente e Ilhas Adjacentes 1970 – Estimativa a 20% - 2º volume*, Sociedade Topográfica Lda.

Fontes em vídeo:

RTP (1974), *Reunião do Sindicato do Serviço Doméstico*, [vídeo, notícia], Lisboa.

RTP (1974), Reunião de empregadas domésticas, In *Noticiário nacional de Maio*, [vídeo, notícia], Lisboa.

Referências bibliográficas

ABRANTES, Manuel (2012), “A densidade da sombra: trabalho doméstico, género e imigração”, *Sociologia, problemas e práticas*, N.º 70, pp. 91-110, [consulta em 09/11/2023]. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/1126>.

ABRANTES, Manuel (2012), “A Matter of Decency? Persistent Tensions in the Regulation of Domestic Service”, *Revista de Estudos Sociais*, N.º 45, pp. 110-122. [consulta em 15/11/2023]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7440/res45.2013.09>.

ABRANTES, Manuel; BRASÃO, Inês; DIAS, Nuno (2020), “Trabalho sem fronteiras: Perspetivas sobre os serviços domésticos e a prestação de cuidados”, *Cidades*, N.º 40. [consulta em 10/11/2023]. Disponível em <http://journals.openedition.org/cidades/1977>.

BARREIRO, Júlio, (1987), *Educação popular e o processo de consciencialização*, Lisboa, Livros Horizonte.

BRASÃO, Inês, (2012), *O Tempo das Criadas: A condição servil em Portugal (1940-1970)*, Lisboa, Tinta da China.

BRITES, Jurema, (2007), “Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores”, *Cadernos Pagu*, pp. 91-109.

CASTRO, Marcio de, (2020), «*Com quantas vozes se faz um coro*» *Teatro Forja, expedientes estéticos, formação cultural e sindical (1979-1986)*, Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Repositório da Produção USP, [consulta em 16/11/2024]. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003133179>

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

DIAS, Nuno (2021), “Recensão de Nuno Dias: A. Celeste Vieira (2019) *Mulheres em Luta. A educação e a dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas portuguesas do sindicato do serviço doméstico (1960 – 1986)*”, Porto, Edições Afrontamento, p. 340 [consulta em 13/12/2023]. Disponível em: <https://projetos.dhlab.fesh.unl.pt/s/memorias-de-servidao/item/53884>

DUBY, Georges; PERROT, Michelle, (dir.), (1994), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento.

FERNANDES, Rogério, (1987), *Educação: uma frente de luta*, Lisboa, Livros Horizonte.

FREIRE, Paulo (1974), *Uma educação para a liberdade*, Porto, textos marginais, 3ª ed.

FREIRE, Paulo (1975). *Pedagogia do Oprimido*, Porto, Edições Afrontamento, 2ª ed.

MELO, Alberto; BENAVENTE, Ana (1978), *Educação popular em Portugal 1974-1976*, Lisboa, Livros Horizonte.

MOGARRO, Maria João; PINTASSILGO, Joaquim (2009), “Educação, cidadania e alfabetização em contexto revolucionário”, *A escola como espaço social*, pp. 51-68, Porto Editora.

MÓNICA, Maria Filomena (1978), *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Coleção Análise Social. Editorial Presença.

NASCIMENTO, Carlos Alves (2004), “Pluriatividade, Pobreza Rural e Serviço Doméstico Remunerado”, *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Vol. 42, N.º 2, pp. 341-364, [consulta em 08/12/2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032004000200008>

REIS, Sirley Teresa (2023), “Gramsci e Paulo Freire, reflexões sobre a educação popular”, *Revista nuestraAmérica*, N.º 21, pp. 01-12, [consulta em 16/01/2024]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/48736809>

RÊSES, Erlando da Silva; SILVEIRA, Dimitri Assis (2023), “Movimento sindical, formação e escolarização da classe trabalhadora no distrito federal”, *Germinal: marxismo e educação em debate*, V. 15, N.º 2, pp. 356-370.

SCOTT, Joan Wallach; TILLY, Louise Audino (1989), *Women, work and family*, New York, Routledge.

SCOTT, Joan Wallach (1991), “A invisibilidade da experiência”, *Critical Inquiry*, Vol. 1, N.º 4, Universidade de Chicago Press [tradução de Lúcia Haddad].

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

SCOTT, Joan Wallach (1990), “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, *Educação & Realidade*, V. 15, N.º 2.

SIQUEIRA, Tatiana Lima (2008), “Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero”, *Revista Ártemis*, N.º 8, pp. 110-117.

STOER, Stephen (1986), *Educação e mudança social em Portugal; 1970-1980, uma década de transição*, Porto, Edições Afrontamento.

STOER, Stephen; DALE, Roger, (1999), “Apropriações políticas de Paulo Freire: um exemplo da Revolução Portuguesa”, *Educação, Sociedade & Culturas*, N.º 11, pp. 67-81.

TEIXEIRA, José Luiz, (2006), *Alfabetização de adultos: cidadania no canteiro de obras*, Monografia de Pós-Graduação, Florianópolis, Universidade do Sul de Santa Catarina.

VIEIRA, Antónia Celeste de Jesus (2010), *A educação e a dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas portuguesas do Sindicato do Serviço Doméstico (1960-1986)*, Tese de Doutoramento na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Estudo Geral. Repositório científico da UC. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/13868>

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.*
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

“O ambiente para o fascismo existe no nosso país”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927

“The atmosphere for fascism exists in our country”: communists and the rise of dictatorship in Portugal, 1921-27

« L’ambiance pour le fascisme existe dans notre pays » : les communistes et l’ascension de la dictature au Portugal, 1921-1927

“El ambiente para el fascismo existe en nuestro país”: los comunistas y el auge de la dictadura en Portugal, 1921-1927

Arturo Zoffmann Rodriguez
IHC-IN2PAST, Universidade Nova de Lisboa
azoffmann@fcsh.unl.pt

Resumo: Este artigo debruça-se sobre a interpretação do Partido Comunista Português (PCP) da crise da Primeira República e o ascenso do fascismo e da ditadura em 1921-1927. Os comunistas previram o colapso da democracia, abalada pela crise do pós-guerra. As direitas tentariam utilizar o exército para impor um regime autoritário, que colocasse todo o peso da crise nas costas dos trabalhadores. O PCP, porém, hesitou em chamar esta contrarrevolução de fascista, devido à sua estreita base social e à escassa mobilização da pequena burguesia. Este estudo põe em causa a visão generalizada na historiografia sobre as “confusões” e a “imaturidade” do PCP, que foi capaz de desenvolver uma análise bastante sofisticada da realidade portuguesa. Ao mesmo tempo, o artigo intervém nos debates sobre a autonomia dos partidos nacionais perante Moscovo na Internacional Comunista.

Palavras chave: Comunismo, fascismo, Primeira República, ditadura, Internacional Comunista

Abstract: This article examines the analysis of the Portuguese Communist Party (PCP) of the crisis of the First Republic and the rise of fascism and dictatorship in 1921-1927. The communists predicted the collapse of democracy, shaken by the post-war crisis. The right-wing would try to use the army to impose an authoritarian regime, which would make the workers pay for the crisis. The PCP, however, hesitated to call this counter-revolution fascist, due to its narrow social base and the limited mobilization of the petty bourgeoisie. This study calls into question the historiographical trend to dismiss the early PCP as a “confused” and “immature” organization, as the party was able to develop a sophisticated analysis of Portuguese society. At the same time, the article intervenes in debates on the autonomy of national parties vis-à-vis Moscow in the Communist International.

Keywords: Communism, fascism, First Republic, dictatorship, Communist International

Resumen: Este artículo analiza la interpretación del Partido Comunista Portugués (PCP) sobre la crisis de la Primera República y del ascenso del fascismo y la dictadura en 1921-1927. Los comunistas vaticinaron el colapso de la democracia, sacudida por la crisis de posguerra. La derecha intentaría utilizar el ejército para imponer un régimen autoritario, que obligaría a los trabajadores a pagar por la crisis. El PCP, sin embargo, dudó en llamar fascista a esta contrarrevolución, debido a su estrecha base social y la escasa movilización de la pequeña burguesía. Este estudio cuestiona la visión generalizada en la historiografía sobre las “confusiones” y la “inmadurez” del PCP, ya que fue capaz de desarrollar un análisis bastante sofisticado de la realidad portuguesa. Al mismo tiempo, el artículo interviene en los debates sobre la autonomía de los partidos nacionales frente a Moscú en la Internacional Comunista.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 177-200.*
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

Palabras clave: Comunismo, fascismo, Primera República, Internacional Comunista

Résumé: Cet article analyse l'interprétation du Parti communiste portugais (PCP) sur la crise de la Première République et la montée du fascisme et de la dictature en 1921-1927. Les communistes prédisaient l'effondrement de la démocratie, ébranlée par la crise d'après-guerre. La droite tenterait d'utiliser l'armée pour imposer un régime autoritaire, qui ferait régler la note de la crise aux travailleurs. Le PCP hésitait cependant à qualifier cette contre-révolution de fasciste, en raison de sa base sociale étroite et de la mobilisation très limitée de la petite bourgeoisie. Cette étude remet en question l'opinion largement répandue dans l'historiographie sur les « confusions » et « l'immatunité » du PCP, qui était capable de développer une analyse assez sophistiquée de la réalité portugaise. Parallèlement, l'article intervient dans les débats sur l'autonomie des partis nationaux vis-à-vis de Moscou au sein de l'Internationale Communiste.

Mots clés: communisme, fascisme, Première République, dictature, Comintern

O Partido Comunista Português (PCP), criado em março de 1921, foi uma força relativamente fraca durante os seus primeiros anos de vida. Não pôde jogar um papel determinante nas turbulências que abalaram o país no pós-guerra e que terminaram por derrubar a Primeira República em 1926. A historiografia sobre o comunismo em Portugal tem tendido a enfatizar a debilidade do PCP, o seu “confusionismo” ideológico, as oscilações na sua orientação política e a sua falta de coesão interna nos seus primeiros anos de vida. Portanto, os historiadores geralmente não se têm interessado muito pela análise que os comunistas portugueses desenvolveram sobre a situação política do país nestes anos. Por exemplo, no contributo mais recente à historiografia sobre as origens do PCP, Adelino Cunha (2023) apresenta a primeira década de vida do partido como uma viagem tortuosa da “heterodoxia” anarquizante e confusa à “ortodoxia” marxista-leninista, sem dedicar grande atenção aos pontos de vista do partido sobre a realidade política nacional. Por sua vez, José Neves (2008), João Madeira (2012) e Pedro Pita (2021) estudaram o marxismo do PCP, mas as suas obras focam principalmente no período posterior à reorganização de 1929. Porém, como reconheceu José Pacheco Pereira, as análises do PCP dos anos 1920 surpreendiam pela sua “clareza e inteligência” (Pacheco Pereira, 2021, p. 43). Tratava-se da primeira tentativa de estudar a realidade portuguesa através de uma ótica coerentemente marxista, facto ignorado pela historiografia.

Este artigo reconstrói a visão comunista do ascenso do fascismo em Portugal, quer do PCP, quer da Internacional Comunista. Deste jeito, o artigo ilumina a história dos comunistas portugueses durante uma fase crítica da sua história, pondo à prova a percepção de um partido de ideologia “confusa”. Este estudo também enriquece a historiografia sobre a decadência da

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 177-200.*
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

Primeira República e as origens do Estado Novo. Ao mesmo tempo, este estudo é um aporte às discussões (e.g., Dreyfus *et al.*, 2000) sobre o grau de centralização da Internacional Comunista, pois permite determinar a influência das secções nacionais (neste caso a portuguesa) na elaboração da linha do movimento comunista internacional em Moscovo. Apoiar-me-ei em fontes até agora desconhecidas dos arquivos da Internacional Comunista. O Arquivo de História Social da Universidade de Lisboa contém cópias de alguns destes materiais, enquanto a documentação completa se encontra no Arquivo Russo de História Político-Social em Moscovo (o antigo Instituto Marx-Engels-Lenine), que conserva o arquivo original da Internacional Comunista. Não me debruço aqui em detalhe sobre outros aspetos da política do PCP, como a sua estrutura interna ou as suas relações com os republicanos, pois tratarei estas questões num outro artigo.

O estudo começa reconstruindo a análise da Internacional Comunista sobre o ascenso do fascismo em Itália. Depois, debruça-se sobre a interpretação do jovem PCP da realidade política do Portugal do pós-guerra e sobre o potencial para o desenvolvimento do fascismo no país. Finalmente, contrastam-se as análises do PCP e da IC sobre o golpe de Estado de 28 de maio e sobre a natureza do novo regime. Embora o artigo foque nas ideias e perceções do PCP, liga-se a sua evolução intelectual à sua história política, pois sem a última se tornaria difícil compreender a primeira. Portanto, o artigo refere-se frequentemente ao contexto político geral de Portugal nos anos 1920 e à ação que o PCP desenvolveu nessa conjuntura.

A Internacional Comunista e o surto do fascismo, 1919-1922

A Internacional Comunista foi criada em março de 1919 num ensejo de grande efervescência na Europa e no mundo. Os bolcheviques acreditavam que a sua vitória na Rússia seria o prelúdio da queda do capitalismo a nível internacional, e criaram a Internacional Comunista (IC) para dirigir a revolução mundial. O ambiente no primeiro congresso da IC em março de 1919 era de enorme otimismo. Os revolucionários europeus deviam preparar-se para a tomada do poder no curto prazo. Os acontecimentos pareciam corroborar aquelas esperanças, pois umas semanas depois do congresso, na primavera de 1919, foram proclamadas repúblicas soviéticas na Hungria e na Baviera. O segundo congresso da Internacional Comunista, em julho de 1920, também deu mostras de grande euforia, embora o tom de Lenine e de outros dirigentes bolcheviques já era algo mais sóbrio. Com efeito, as revoluções na Hungria e na Alemanha

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

foram esmagadas no verão de 1919, e em muitos países as agitações do pós-guerra estavam a entrar em refluxo. Reconhecendo que as condições estavam a tornar-se mais adversas, Lenine dedicou aquele congresso a inculcar a paciência e a flexibilidade tática aos jovens partidos comunistas europeus (Fayet e Smith, 1919, pp. 112-115).

Os sintomas de esgotamento da revolução europeia tornar-se-iam muito mais patentes no terceiro congresso da IC, no verão de 1921. Naquela altura, os social-democratas, os adversários reformistas do comunismo, tinham-se reorganizado e reafirmavam o seu domínio sobre uma parcela do movimento operário. Em países como Itália, França ou Espanha as forças do proletariado mostravam-se divididas e esgotadas, o que era aproveitado pelos patrões para atacar as conquistas ganhas nos meses anteriores. Ainda mais alarmante, todavia, era a onda repressiva desencadeada contra a classe trabalhadora organizada, quer pelas autoridades, quer por grupos paramilitares (Tosstorff, 2016, pp. 159-173).

Este “terror branco” concentrou parte da atenção da IC durante os congressos de 1920-1921 e nos meses seguintes. A tática da “frente única”, que preconizava alianças defensivas com os social-democratas, respondia em parte à vaga repressiva, visando não só proteger as conquistas materiais dos trabalhadores, mas também a sua defesa física contra o terror branco. A necessidade de unir a classe operária parecia especialmente importante em Itália, onde as bandas fascistas de Benito Mussolini se lançaram contra as organizações operárias socialistas, comunistas, anarquistas e até republicanas e católicas. A IC criticou duramente os comunistas italianos por terem contribuído a dividir a classe trabalhadora perante a ofensiva fascista devido à sua recusa a colaborar com outros setores do movimento operário (Spriano, 1967, pp. 431-32).

Ora, se a IC se mostrava muito alerta perante o “terror branco”, não dedicou uma análise muito aprofundada ao novo fenómeno fascista que ia surgindo em Itália, e cuja originalidade passou despercebida inicialmente. O carácter do fascismo como movimento plebeu, de massas, baseado numa ideologia populista, e visando não apenas a repressão seletiva, mas a aniquilação do movimento operário no seu conjunto, não foi imediatamente reconhecido, sendo englobado genericamente como parte do terror branco. Tudo isto era compreensível na altura, pois o fascismo era um fenómeno novo. Leon Trotsky (1932) lembrava anos depois:

“O partido comunista italiano surgiu quase ao mesmo tempo que o fascismo. Mas as mesmas condições de refluxo revolucionário que levaram o fascismo ao poder, travaram o desenvolvimento do Partido comunista. Ele não se deu conta das dimensões do perigo fascista, embalava-se nas ilusões revolucionárias, e era irredutivelmente hostil à política da frente única

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

[...]. Nada de espantoso nisso: ele tinha somente dois anos. Ele não via no fascismo senão “a reação capitalista”. O Partido comunista não discernia os traços particulares do fascismo, que decorrem da mobilização da pequena burguesia contra o proletariado”.

A ênfase da IC nas táticas defensivas e unitárias seria ainda mais marcada no seu IV Congresso, em novembro de 1922, que coincidiria com a marcha triunfal de Mussolini a Roma e com a formação do seu primeiro governo. Verificava-se a derrota temporária do processo revolucionário do pós-guerra não só em Itália, mas na Europa toda (Wolikow, 2010, pp. 65-75). O relatório oficial sobre perspectivas no congresso, a cargo de Karl Radek (1922), frisava nos elementos originais do fascismo italiano, constatando a sua relevância para o resto do mundo. A novidade do fascismo jazia na sua base social de massas, mobilizando a pequena burguesia, e na sua ambição de esmagar todo o movimento operário:

“Vejo a vitória do fascismo não apenas como um triunfo das suas armas, mas a maior derrota que o socialismo e o comunismo sofreram desde o início deste período de revolução mundial. É uma derrota maior do que a da Hungria Soviética. [...] Se nos detivermos na afirmação banal de que a burguesia triunfou ali, não compreenderíamos algo extremamente importante [...]. Os fascistas representam a pequena burguesia, que chegou ao poder com o apoio da grande burguesia”.

Radek admitia que se tinha entrado numa fase contrarrevolucionária análoga à de 1849, com a diferença que naquela altura o capitalismo estava a desenvolver-se vigorosamente. No pós-guerra, o sistema estava em crise e a contrarrevolução, portanto, tornava-se ainda mais brutal e intolerante, mas também mais populista, no esforço de ampliar a sua base de apoio. O fascismo era considerado um fenómeno instável, pois a sua base social plebeia se rebelaria contra as políticas capitalistas de Mussolini. “A principal vantagem do fascismo”, o seu carácter de massas, “também representará a causa da sua morte” (Radek, 1922). Não se previam ditaduras totalitárias de longa duração, pois as contradições entre o programa do fascismo e a sua base social acabariam por desestabilizá-lo.

As análises posteriores da IC sobre o fascismo pegariam nesta interpretação de Radek. O fascismo tornar-se-ia uma das principais preocupações da IC nos anos seguintes, embora fosse considerado um fenómeno temporário. Um comunicado do Comité Executivo da Internacional Comunista (CEIC) explicava em janeiro de 1923:

Os Fascistas tomaram o poder em Itália. O regime parlamentar está anulado; a liberdade de imprensa foi destruída, até da imprensa burguesa semi-liberal; todo o poder legislativo, executivo e judiciário está concentrado nas mãos de uma pequena camarilha chefiada por Mussolini [...] apoiada por uma guarda pretoriana de cem mil homens armados.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

O comunicado alertava que este fenómeno não se limitava a Itália. Ligava-se o ascenso desta nova força à crise económica do pós-guerra. Desejando colocar o peso da crise nas costas da classe trabalhadora, a burguesia via-se obrigada a esmagar o movimento operário:

“Em todos os países há uma pequena burguesia frustrada, que sofre as consequências da guerra, e espera, mesmo em vão, que o Fascismo traga ordem e melhore as suas incertas condições de existência. Em cada país há uma grande burguesia agrária e industrial que fornece apoio direto ao Fascismo, conjuntamente com o aparelho do Estado. Para reestabelecer a economia capitalista destruída pela guerra imperialista, a burguesia internacional não só reduz as condições de vida dos trabalhadores até à miséria e à fome, mas tenta esmagar totalmente a consciência da classe operária e a sua vontade de se safar da sua miséria. Tenta fazer isto através do Fascismo”¹.

O panorama da reação europeia foi tornando-se mais complexo nos meses seguintes. O golpe de Estado do General Primo de Rivera em Espanha em setembro de 1923 tinha traços mais tradicionais, de uma contrarrevolução “por cima”, baseada no exército. No primeiro balanço do golpe, o relator da IC evitava motejar Primo de Rivera de fascista, descrevendo um regime militar convencional, enquanto o comunista espanhol Joaquim Maurín destacava que Primo de Rivera “tentava imitar” o regime de Mussolini, institucionalizando as guardas cívicas da burguesia, usando uma linguagem populista que visava mobilizar a pequena burguesia e concentrando todo o poder nas suas mãos². Com efeito, a interpretação comunista sobre fenómenos contrarrevolucionários mais tradicionais, nomeadamente o golpismo militar, era relativamente ambígua, não ficando claro se o militarismo podia categorizar-se como fascismo. Esta ambiguidade, como veremos, viria à tona também no caso português.

“As ditaduras hão de vir”

Não é de admirar que os comunistas portugueses se interessassem bastante cedo pela ameaça do fascismo. Desde a sua proclamação em 1910, pairava sobre a República a ameaça de uma contrarrevolução conservadora e até da restauração monárquica (Palacios, 2012, pp. 75-98). A intervenção portuguesa na Primeira Guerra Mundial só aprofundou esta instabilidade, gerando novas divisões entre as diferentes frações da burguesia. Para além disso,

¹ “War against Italian Fascism!”, *International Press Correspondence*, VI série, vol. 3, 15 de fevereiro de 1923.

² Albert, R., “The Military Dictatorship in Spain”, *International Press Correspondence*, III série 3, n. 52, 27 de setembro de 1923.

Maurín, “The New Spanish Fascism”, *International Press Correspondence*, III série, n. 52, 27 de setembro de 1923.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

a espiral inflacionária da guerra radicalizou o movimento operário. A ditadura de Sidónio Pais no último ano da guerra unificou as diferentes fações da classe dominante, fazendo com que o proletariado arcasse com o peso da crise. Mas o regime sidonista ruiu após o armistício e o assassinato do ditador. Paradoxalmente, a tentativa de restauração monárquica de janeiro de 1919 supôs um balão de oxigénio para os republicanos, que esmagaram os monárquicos e estabeleceram a “Nova República Velha” (Telo, 1977: 140-157). Contudo, este regime era fraco, abalado pela esquerda, com uma onda de greves sem precedentes, mas também pela direita, com a reorganização dos conservadores, a ofensiva do patronato e a proliferação de complots no exército. O pano de fundo destas turbulências era a profunda crise do pós-guerra, com a acumulação do défice orçamental, a desvalorização do escudo e a inflação, ao que se acrescentava o impacto psicológico da guerra e o efeito polarizador da Revolução russa (Telo, 1980, vol. 1: 51-67). Capturando o pessimismo generalizado sobre o futuro da democracia, o republicano conservador Cunha Leal (1926: 187) diria em dezembro de 1923: “As ditaduras hão de vir, quer queiram quer não, pela força inevitável dos acontecimentos”

O movimento operário português lidou desde as suas origens nos tempos da monarquia com a repressão estatal e patronal. A proclamação da República não mudou fundamentalmente a situação. O novo regime declarou o estado de sítio para abafar a primeira greve geral da história de Portugal em janeiro de 1912. O sidonismo, porém, mostrou-se ainda mais intolerante do que os governos republicanos, e revelou o perigo que supunham as ditaduras de direita para o operariado (Palacios, 2011, pp. 211-260). As experiências da classe trabalhadora nos anos 1910, contudo, não deram azo a um quadro teórico coerente, que permitisse compreender a crise da República, nem entre os anarquistas e sindicalistas (Freire, 1992, pp. 322-360) nem entre os socialistas (Martins, 2005, pp. 24-27). Isto conduzia a reviravoltas táticas. O movimento operário era empurrado de um lado a outro ao sabor do momento, ora à união com os republicanos contra a direita, ora contra eles (Telo, 1980, vol. 1: 94-105, 143-62; Pereira, 2010, 421-440).

O PCP foi a primeira organização que tentou analisar a fundo a conjuntura política de Portugal baseando-se no marxismo, e começando, portanto, pelo estudo da estrutura económica nacional. Estas análises estão estreitamente ligadas à figura de Carlos Rates, operário autodidata, pioneiro do movimento sindical alentejano, editor do órgão do PCP, *O Comunista* desde 1921, e o seu secretário-geral em 1923-1925. Formado no sindicalismo revolucionário clássico, evoluiu gradualmente para o marxismo durante uma polémica prolongada com o

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 177-200.*
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

anarquismo e sob a influência da Revolução russa (Pina, 2018: 43-73, 132-136). Como explicaremos, estas interpretações também seriam influenciadas pela IC, embora de forma bastante desigual, já que o PCP era uma seção de importância secundária cujo contato com Moscovo era intermitente. Por sua parte, o PCP também moldaria a visão de Moscovo sobre a realidade portuguesa.

Os comunistas portugueses consideravam Portugal um país extremamente atrasado, “combalido [*malingre*]”, até duvidando em defini-lo como capitalista³. “Em Portugal”, escrevia Carlos Rates à IC em 1925, “o capitalismo, no sentido pleno da palavra, não existe, porque a concentração industrial não se concretizou, os trustes e os cartéis ainda não existem”⁴. Surpreendentemente, Rates chegaria a afirmar que “Portugal não tem condições económicas para fazer a Revolução”⁵. A maioria da população urbana, um 38% da população (2.280.000 pessoas), segundo Rates, não era genuinamente proletária:

“Em Portugal, a indústria está muito fragmentada. Há 65 mil empresas, mas 52 mil empregam apenas de 1 a 10 trabalhadores, e 15 empregam cada uma cerca de mil. A população ativa é de um total de 900.000 trabalhadores. O artesanato ainda não desapareceu e os trabalhadores estão espalhados em pequenos núcleos em centenas de aldeias, o que os impede de se conectarem e formarem sindicatos fortes”⁶.

A economia portuguesa era “inteiramente dependente”, importando “produtos alimentares e matérias-primas para a indústria do estrangeiro”. “Pela sua localização geográfica”, escrevia Rates, “Portugal é muito vulnerável aos golpes das potências estrangeiras, especialmente da Inglaterra e Espanha”⁷. Ora, até finais dos anos 1920 os comunistas não dedicariam especial atenção aos manejos das grandes potências. Foi durante o “terceiro período” da IC, quando guinou para a extrema-esquerda, com uma forte ênfase no combate ao imperialismo britânico, que os comunistas começariam a apresentar Portugal como uma semicolónia da Inglaterra (Neves, 2008, pp. 136-39). Do mesmo jeito, nos seus primeiros anos, o PCP não se debruçou sobre o papel económico das colónias no desenvolvimento do capitalismo português, nem agitaram muito pela sua libertação.

³ Rossiskii Gosudarstvennii Arhiv Sotsial’no-Politicheskoi Istorii (RGASPI, Moscovo), [fond] 495/ [opis’] 179/[delo] 1/ [listok] 14, “Le gouvernement des ouvriers et paysans”, março de 1923.

⁴ Arquivo de História Social (AHS, Lisboa), *Fundo da Internacional Comunista*, [caixa] 6/[maço] 116/[documento] 196, “Rapport sur la situation générale”, 31 de março de 1925.

⁵ RGASPI, 495/179/21/86, Rates, “Rapport synthétique sur la situation au Portugal”, 2 de agosto de 1924.

⁶ AHS-IC, 6/116/196, “Rapport sur la situation générale”, 31 de março de 1925.

⁷ *Ibidem*.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

Contudo, o PCP admitia a relativa modernização do capitalismo nacional durante a guerra: “A primeira tentativa de formar um «trust» foi feita [durante a guerra] pela Moagens, o consórcio da panificação, proprietário da grande imprensa portuguesa”⁸. As análises posteriores desenvolveriam a ideia que a guerra tinha impulsionado a concentração e a modernização do capitalismo português, sobretudo após a formação em setembro de 1924 da União dos Interesses Económicos, “instrumento [...] dos magnates da finança, grandes proprietários e comerciantes”⁹.

A grande maioria da população vivia no campo. “O país é essencialmente agrícola”, compondo a população rural um 62% do total, 3.270.000 pessoas, segundo os dados do partido. A estrutura da agricultura, porém, era desigual. O verdadeiro campesinato estava concentrado no Norte e no Algarve, enquanto o Alentejo era uma terra de latifundiários e trabalhadores agrícolas. Esta divisão era também política. Os diaristas alentejanos tinham “uma tradição revolucionária e sindicalista”.¹⁰ Por outro lado, os pequenos camponeses, eram mais conservadores. “A nossa população camponesa é muito religiosa, sobretudo no Norte”, dizia-se num relatório a Moscovo. Nas aldeias “só os padres têm alguma influência”¹¹. Ora, o PCP ressaltava que o tamanho das propriedades agrícolas estava diminuindo, empobrecendo o campesinato.

Ofereceram-se os seguintes dados à IC:

DIVISÃO DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA ATIVA

Grandes e médios proprietários: 200.000

Pequenos proprietários: 400.000

Agricultores: 600.000

Trabalhadores agrícolas: 300.000

Total: 1.500.000

PROPRIEDADES

1913: 10.625.426

1916: 10.690.588

1919: 10.699.779

[Portugal] é um país de pequena propriedade.

⁸ AHS, 6/104/184, “Rapport du comité executif des partisans de l’ISR”, 31 de maio de 1924.

⁹ RGASPI, 495/179/2/1/27, “Aos operários” (panfleto sem data, finais de 1924).

¹⁰ AHS-IC, 1/1/1, Jules Humbert-Droz, “Notre intervention le mois d’aout” (sem data, outono de 1923).

¹¹ RGASPI, 495/179/3/4, Carlos Rates, “Enquête sur la situation de la femme paysanne au Portugal” (sem data).

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.*
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

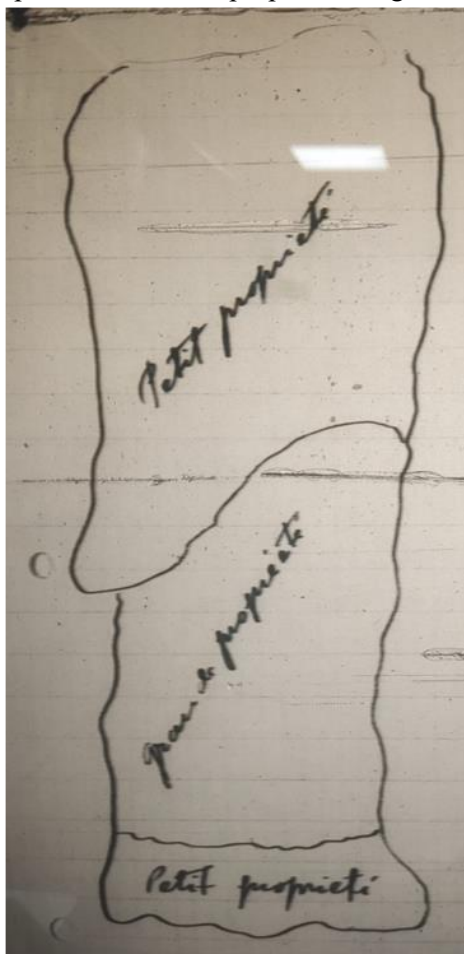
OS PROPRIETÁRIOS

1890: 430.026

1910: 524.127

1922: 600.000¹²

Figura 1. Mapa da estrutura da propriedade agrária em Portugal.



Fonte: Carlos Rates. RGASPI, 4951/179/3

Um relatório extenso escrito pelo funcionário francês da IC André Marty em 1932 sintetizava muitas das ideias desenvolvidas pelo PCP nos anos anteriores:

“Portugal é um país agrário com um desenvolvimento capitalista médio, que mantém fortes sobrevivências feudais. Uma parte significativa da superfície do país pertence aos latifundiários, que em certas regiões (Alentejo, Extremadura, parte da Beira Baixa) possuem quase a totalidade das terras. Há milhões de pequenas propriedades camponesas que são exploradas com métodos primitivos e a maioria dos seus proprietários são semiproletários que, para satisfazer as suas necessidades, ainda têm de trabalhar como trabalhadores agrícolas. As

¹² AHS-IC, 6/106/188, Rates à Internacional Sindical Vermelha (ISV), 24 de outubro de 1924.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

sobrevivências servis da Idade Média (diferentes formas de corveia, parceria, salários em espécie), desempenham um papel importante no campo. Portugal não tem indústria pesada e quase todos os ramos importantes da sua indústria ligeira e extrativa [...], bem como os transportes, estão nas mãos do capital inglês”¹³.

Sobre esta base económica, erguia-se uma superestrutura política instável. “As revoluções políticas”, escrevia um comunista português em 1922, “sucedem-se e as camarilhas de políticos vão se substituindo no poder, pensando só nos seus interesses pessoais”¹⁴. Ao mesmo tempo, a fraqueza (ou inexistência) do capitalismo significava que “o Estado entre nós é tudo ou quase tudo”. “Há indústrias que só vivem mercê do seu patrocínio; há bancos que funcionam com o seu dinheiro; há empresas que com os seus descuidos realizam os maiores negócios”. Sendo a classe dominante tão dependente do Estado, as diferentes fações da burguesia eram empurradas à luta pelo controlo do governo¹⁵. A vida política era dominada por pequeno-burgueses ao serviço de diferentes fações do grande capital e que dependiam da fraude eleitoral para manter-se no poder.

“Os deputados são maioritariamente de classe média – advogados, médicos, oficiais do exército e da marinha. [...] Os programas dos partidos são quase todos a mesma coisa. [...] Além disso, há uma grande abstenção eleitoral. Em Lisboa, apenas 18% dos eleitores recenseados votam”¹⁶.

O regime de 1910 era definido como uma “República de opereta, que tem levado ao fastígio do poder as nulidades quando não os videirinhos, que em vez de exercitar a democracia, rompem umas vezes em arrancos demagógicos contra a Direita e doutras em actos arbitrários contra a Esquerda”. Era uma democracia “mutilada”. Tinha herdado o velho aparelho estatal monárquico, sobretudo a alta patente militar, não sabendo “democratizar o exército, torna-lo popular”, e preparando o terreno para o golpismo militar.

“Em Portugal as intencionas são muito fáceis: basta ter conquistado algumas dezenas de gendarmes ou suboficiais do exército para tentar fazer durante a noite o que chamam de “revolução”. A República Portuguesa nos catorze anos da sua existência viu cerca de cinquenta ministérios e muitos golpes”¹⁷.

¹³ AHS-IC, 1/3/46, André Marty ao PCP, 29 de outubro de 1932.

¹⁴ A. Z., “The Situation in Portugal”, *International Press Correspondence*, II série, n. 98, 13 de novembro de 1922.

¹⁵ “No caminho da revolução”, *O Comunista*, 6 de março de 1924.

¹⁶ RGASPI, 495/179/21, Rates à IC (sem data, finais de 1924).

¹⁷ AHS-IC, 6/116/196, “Rapport sur la situation générale”, 31 de março de 1925.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

As medidas repressivas contra o proletariado minaram a sua base de apoio e fortaleceram os setores golpistas na polícia e no exército¹⁸. O golpismo demonstrava que “a decomposição do regime é extrema”, pois “os golpes de Estado sucessivos [...] desmoralizaram tudo, corroeram até a medula a disciplina”¹⁹. Ora, a estrutura do exército era complexa. Na alta patente, predominavam os “adeptos da maneira forte”, nas camadas inferiores encontravam-se “sinceras dedicações pela democracia”, enquanto os soldados eram “párias, miseráveis” que podiam ser ganhos ao comunismo²⁰.

Escrevendo em 1927, a IC inspirava-se nas interpretações dos comunistas portugueses para definir a revolução republicana de 1910 como uma revolta da nova burguesia contra a classe dominante tradicional da monarquia, os latifundiários. Refletindo o atraso do país, o protagonista do 5 de outubro era “uma burguesia relativamente fraca, subdesenvolvida e, inicialmente, sem grandes divisões internas”, baseada “na mediana e até a pequena indústria”. Todavia, a IC reconhecia que “durante a guerra, deu-se um processo de diferenciação no seio da burguesia”, surgindo uma grande burguesia moderna em pugna com a burguesia média tradicional e os agrários, com o exército tornando-se “num fator independente” que aproveitava os antagonismos das classes possuidoras. Explicavam-se deste jeito “os numerosos golpes e intentonas [...] que à primeira vista parecem obscuros e confusos”²¹.

A crise do pós-guerra

A crise do pós-guerra agravou todas as dificuldades económicas e políticas do país. Para além da recessão que alastrou pela economia mundial após o armistício, Portugal teve de defrontar uma crise financeira muito grave, agudizada pelo descontrolo orçamental e a desvalorização do escudo:

“A situação do Estado em Portugal é verdadeiramente catastrófica. As receitas que, em 1914, eram de 72 mil contos, e as despesas de 75 mil contos, são atualmente de 420 mil e 780 mil contos respetivamente. O enorme défice é assim de 360 mil contos que o Estado gostaria de eliminar cobrando ao povo novos impostos que aumentariam enormemente o custo da vida”²².

¹⁸ RGASPI, 495/179/3/12, “Ao proletariado!”, outubro de 1925.

¹⁹ “A decomposição do regime”, *O Comunista*, 14 de fevereiro de 1925.

²⁰ “Contra a ditadura das direitas”, *O Comunista*, 16 de fevereiro de 1924.

“A tropa, a multidão”, *O Comunista*, 22 de março de 1924.

²¹ Aquila, Giulio, “Military Revolt in Portugal”, *International Press Correspondence*, VII série, n. 14, 17 de fevereiro de 1927, p. 285.

²² AHS-IC, 6/104/184, “Rapport du comité executif des partisans de l’ISR”, 31 de maio de 1924.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

“Quando lembrarem que somos um país de importadores é que compreenderão os efeitos desta desvalorização”. “A vida é muito difícil, e ao mesmo tempo o Estado está a ser levado à bancarrota”. Mas a inflação golpeava sobretudo a classe trabalhadora e as classes médias:

“Os preços dos produtos de primeira necessidade estão no nível mais elevado. O custo de vida é pelo menos 32 vezes superior ao de 1914. Esta situação ameaça agravar-se cada vez mais, não só pelas razões acima expostas, mas também devido à desvalorização do escudo. Antes da guerra, a libra inglesa valia cerca de 5 coroas de ouro. Atualmente vale 170 coroas de ouro. Os salários são geralmente inferiores ao custo de vida e, mesmo antes da guerra, os salários dos trabalhadores em Portugal já eram os mais baixos de toda a Europa”²³.

“Portugal é um país de salários de fome”, lamentava o PCP. Nos seus relatórios à IC, o PCP ilustrava com dados a pobreza do proletariado português:

Custo de vida:

Portugal 100

Espanha 126

França 158

Salários:

Portugal: 100

Espanha 234

França 266²⁴

O facto determinante da sociedade portuguesa era, portanto, o rápido empobrecimento da grande maioria social, incluindo o campesinato e o artesanato, gerando-se um ambiente de raiva e frustração que, por sua vez, agravava a instabilidade política e privava à República de qualquer base social sólida. Apesar de Portugal pertencer formalmente às potências vitoriosas, assemelhava-se mais a um país derrotado. “Neste momento, em Portugal”, escrevia Rates num relatório à IC, “há uma situação semelhante à de França após a derrota de Sedan, à da Hungria e da Baviera em 1919”. Acrescentava:

“A fragmentação e a indisciplina das forças políticas burguesas e do exército e da marinha são extremas. No parlamento, oito grupos políticos travam lutas violentas. Ninguém tem maioria para assumir muito poder. A situação financeira é extremamente grave. [...] As empresas fracas são fechadas e os empresários são proletarizados. A desconfiança leva à emigração de capitais para o estrangeiro, complicando ainda mais a situação”²⁵.

²³ AHS, 6/104/184, “Rapport du comité executif des partisans de l’ISR”, 31 de maio de 1924.

²⁴ RGASPI, 495/179/21/86, Rates, “Rapport synthetique sur la situation au Portugal”, 2 de agosto de 1924.

²⁵ RGASPI, 495/179/21/86, Rates, “Rapport synthetique sur la situation au Portugal”, 2 de agosto de 1924.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

Fascismo e contrarrevolução em Portugal

Desde a sua criação em 1921, o PCP denunciou insistentemente os “movimentos conservadores” que desejavam “inaugurar uma era de terror branco”, mas o fenómeno fascista e a sua relevância para Portugal não foi analisado detalhadamente até 1923²⁶. Um dos poucos documentos aprovados no primeiro congresso do PCP, em novembro de 1923, debruçava-se sobre o perigo fascista. As teses afirmavam que “a Europa do pós-guerra defronta o perigo do fascismo [que] é um fenómeno que caracteriza a época em que vivemos”. O documento culpava a “alta burguesia” pelo desenvolvimento do fascismo, mas identificava a sua base social na “multidão descontenta” composta pela pequena burguesia e “muitos setores do proletariado”. As teses acrescentavam que na “combalida” sociedade portuguesa “há ainda outros fatores que favorecem o triunfo do fascismo”, enumerando a “desesperada situação financeira”, o “desencanto com a democracia e os seus processos formalistas”, “a fragmentação dos partidos políticos constitucionais” e, finalmente, “a ausência de forças revolucionárias proletárias [orientadas] à conquista do poder político”. O documento concluía constatando que “o ambiente propício ao desenvolvimento do fascismo existe no nosso país”²⁷.

Contudo, as teses não eram fatalistas. “Este mesmo ambiente também pode favorecer a tomada do poder do proletariado”. Consequentemente, o documento tirava a conclusão de que o fortalecimento do PCP e a difusão do seu programa poderiam “conquistar as multidões descontentas”, travar o perigo fascista, e levar o país à “revolução social”²⁸. “O proletariado português tem de prevenir-se contra o fascismo, tomando-lhe a dianteira, congregando todas as suas forças, hoje dispersas”, alertava *O Comunista*²⁹. A conquista da pequena burguesia, “a metade da população do continente”, “é para o proletariado uma questão de vida ou de morte”³⁰. Até 1926, o PCP sempre insistiu que existiam as condições para a revolução. “Portugal é sem dúvida um país em situação revolucionária”, escrevia Rates à IC em agosto de 1924³¹. A IC chegou a ecoar estas impressões, afirmando o seu funcionário, H. Dupuy

²⁶ “Contra a reacção”, *O Comunista*, 30 de outubro de 1921.

²⁷ RGASPI, 495/179/1/14, “Le gouvernement des ouvriers et paysans”, março de 1923.

²⁸ *Ibid.*

²⁹ “O fascismo e o governo operário”, *O Comunista*, 15 de julho de 1923.

³⁰ “Contra o movimento das direitas”, *O Comunista*, 14 de fevereiro de 1925.

³¹ RGASPI, 495/179/21/86, Rates, “Rapport synthetique sur la situation au Portugal”, 2 de agosto de 1924.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

(seguramente o italiano Vittorio Codovilla), após uma visita a Portugal, que “existem de facto condições objectivas revolucionárias em Portugal”³².

O único desfecho inevitável era o colapso do regime democrático, substituído pela ditadura aberta da burguesia ou pela ditadura do proletariado. “A Democracia está inexoravelmente condenada, aqui como em toda a Europa latina”, dizia o órgão do partido³³. “A democracia não tem possibilidade de salvar-se”, colocando-se perante o país a perspectiva de “ou ditadura da direita, ou ditadura da esquerda”³⁴. O PCP ecoou as declarações “profundamente verdadeiras” antes mencionadas de Cunha Leal sobre a inevitabilidade da ditaduras³⁵. A grande preocupação dos comunistas era a “inexperiência” e “carência de educação marxista” do movimento operário português, derrotado após os abalos de 1917-1920³⁶. “Depois de 1920, quase todas as greves fracassaram”, escrevia Carlos Rates³⁷. Estas constatações levariam o PCP a fugazes arroubos pessimistas. A ditadura burguesa, chegou-se a dizer, “triumfará inevitavelmente porque não há uma coligação operária séria”³⁸. Porém, os comunistas portugueses (como os italianos e a própria IC) nunca previram uma ditadura estável e de longa duração, considerando que a hipotética “ditadura das direitas” estaria pragada de contradições e seria incapaz de resolver o principal problema do Estado português, nomeadamente a crise financeira.

Apesar que, como veremos, a definição da ameaça da ditadura mudaria várias vezes na análise dos comunistas, a tarefa principal do PCP em 1923-1926 sempre seria a mesma: mobilizar-se contra a reação, não em nome da democracia, mas em “defeza das camadas populares, guiando-as ao domínio da situação”³⁹. Subjazia à análise do PCP a consideração otimista que a grande maioria da população, até os pequenos proprietários mais “atrasados”, poderiam ser ganhos ao programa comunista. “O partido comunista”, dizia-se numa carta à IC, “tem muitas possibilidades de fazer um bom trabalho se tiver cuidado de não atacar as crenças religiosas dos camponeses, especialmente no Norte do país”⁴⁰.

³² Dupuy, H., “Carta aberta”, *O Comunista*, 14 de fevereiro de 1925.

³³ “A falência da Democracia”, *O Comunista*, 15 de outubro de 1923.

³⁴ “A tentativa de 10 de dezembro”, *O Comunista*, 20 de dezembro de 1923.

³⁵ “A ditadura militar”, *O Comunista*, 20 de dezembro de 1923.

³⁶ “Contra a ditadura das direitas”, *O Comunista*, 12 de fevereiro de 1924.

³⁷ AHS-IC, 6/107/187, Rates à ISV, 12 de outubro de 1924.

³⁸ “Ditadura e democracia”, *O Comunista*, 23 de fevereiro de 1924.

³⁹ RGASPI, 495/179/3/12, “Ao proletariado!”, outubro de 1925.

⁴⁰ RGASPI, 495/179/3/4, Carlos Rates, “Enquête sur la situation de la femme paysanne au Portugal” (sem data).

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

Como aconteceu noutros países, as tendências autoritárias alastraram entre o patronato e as direitas portuguesas (Rosas, 1989, pp. 102-113). O PCP apropriou-se do popular conceito das “forças vivas” para definir o amplo bloco contrarrevolucionário da época, cujo estímulo fundamental vinha da União dos Interesses Económicos, mas que tinha numerosos pontos de apoio no Estado e na sociedade civil. Em outubro de 1925, o PCP definia assim a coligação reacionária:

“As direitas ensaiam neste momento um acto de força que lhes dê a posse do poder [o que] será a mudança contra todas as tendências da liberdade, será o aniquilamento de todas as conquistas do proletariado: o direito de associação, o direito de greve, a jornada de 8 horas, etc. Todas as reacções –o catolicismo intolerante, as direitas republicanas e monárquicas, a plutocracia dinheirona e um certo numero de grandes militares– estão entendidos na conjura. [...] O golpe preparado pelas direitas não visa apenas os comunistas, os sindicalistas ou os sociais-democratas. Visa também os republicanos da esquerda, cuja ideologia, sob tantos pontos de vista, contradiz a nossa”⁴¹.

O PCP diferenciava a ditadura que estava a ser preparada dos governos autoritários de João Franco, Pimenta de Castro ou Sidónio Pais, que “tiveram todo o carácter de ditaduras de pessoas e não é esse o caso hoje [...]. O que está na forja [...] é uma ditadura de classe, uma ditadura de defeza dos interesses burgueses”⁴².

Ora, a situação portuguesa tinha algumas peculiaridades. Em Itália, foi uma milícia civil a esmagar o movimento operário e a tomar o poder em novembro de 1922, o que representava o traço distintivo do fascismo. Em Espanha, o golpe de Estado do General Primo de Rivera foi precedido por uma fase de violências protagonizadas sobretudo por forças plebeias, como os sindicatos contrarrevolucionários de Ramón Sales e a guarda cívica burguesa do Somatén. Em Portugal, o principal ariete da contrarrevolução era o exército, num grau bastante maior do que em Itália e Espanha. Embora houvesse episódios de terrorismo de direita e de mobilizações conservadoras e de fura-greves, e embora a direita portuguesa se reorganizasse sobre bases intolerantes e autoritárias nestes anos, em Portugal a contrarrevolução apostou sempre pelo oficialato conservador e não se verificaram movimentos reacionários de massas das dimensões dos países vizinhos (Albanese, 2016, pp. 106-176).

Por este motivo, as análises do PCP sobre o perigo contrarrevolucionário em Portugal apresentam uma certa ambiguidade sobre se a ameaça podia ser definida como fascista. Com

⁴¹ RGASPI, 495/179/3/15, “Contra a ditadura das direitas!” (sem data).

⁴² “Ditadura e democracia”, *O Comunista*, 23 de fevereiro de 1924.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

efeito, dois anos após a aprovação das teses sobre o fascismo de março de 1925, os representantes do partido faziam declarações surpreendentes à Internacional Sindical Vermelha (ISV), braço sindical da IC:

“Dissemos que a situação económica, financeira e política é má. Os industriais querem aproveitar isto para escravizar o proletariado português ainda mais do que antes. Mas não existe um verdadeiro fascismo. Nenhuma organização fascista foi criada. Além disso, o desenvolvimento do capitalismo em Portugal é tão limitado que não pode existir um governo fascista. Este é um período instável em que as forças da direita querem chegar ao governo”⁴³.

Malgrado o tom categórico destas afirmações, não havia um verdadeiro consenso nas fileiras do partido. Era claro, como reconhecia o relatório, que “as direitas” estavam tornando-se mais agressivas. Mas não havia uma definição exata da natureza da ameaça ditatorial. Augusto Machado, principal quadro da corrente comunista da Confederação Geral do Trabalho, justificava, num relatório em castelhano, a participação do partido nas manifestações da esquerda da maneira seguinte:

“Hemos prestado nuestro concurso a esas manifestaciones pues, tratándose de movimientos de masas contra uno sector de la reacción burguesa, estimamos útil acercarnos de la masa, excitando las discordias políticas de los partidos burgueses y aprovechando así los restos del liberalismo democrático de algunos delles [sic], para crear una atmosfera de oposición al establecimiento de una dictadura reaccionaria, puerta abierta para el triunfo fácil del fascismo”⁴⁴.

Resultava evidente que a contrarrevolução portuguesa carecia da base ampla e altamente mobilizada que tinha em Itália, e que qualquer tentativa séria de impor a ditadura faria face à resistência popular. Dizia Carlos Rates em maio de 1924:

“Todos os problemas, sejam políticos ou económicos [...] provocam a excitação da burguesia, que teme que o descontentamento possa transformar-se num movimento revolucionário [...]. Estas lutas podem ser o sinal para acender a pólvora e a revolta é aqui temida pelos reacionários de todas as tendências. Os grupos reacionários querem estabelecer um regime como o de Primo de Rivera ou Mussolini. É preciso considerar que a ideia de ditadura militar defendida e propagada pelos políticos burgueses só encontra neste país a hostilidade da população. Assim, as notícias dos preparativos para um golpe de Estado (meados de fevereiro de 1924) produziram grande excitação entre as massas”⁴⁵.

⁴³ AHS-IC, 6/116/196, “Rapport sur la situation générale”, 31 de março de 1925.

⁴⁴ AHS-IC, 6/105/185, Machado à ISV, 17 de abril de 1925.

⁴⁵ AHS-IC, 6/104/184, “Rapport du comité executif des partisans de l’ISR”, 31 de maio de 1924.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

Uns meses mais tarde, em outubro de 1924, a análise de Rates evoluía ao constatar que a oposição à ditadura conservadora era monopolizada pelos republicanos de esquerda, com os que o PCP colaboraria em diversos ensejos:

“As associações patronais da indústria, do comércio e da agricultura encaram [a crise económica] organizando um movimento com objetivos políticos e revolucionários [sic], exigindo o poder para os seus representantes. Eles têm o apoio dos monarquistas e dos católicos e de algumas forças militares. Por outro lado, os republicanos radicais e outros elementos descontentes preparam a sua revolução [sic] com o apoio dos marinheiros e outras unidades militares”⁴⁶.

Realmente, como já foi frisado, a ambiguidade sobre se o golpismo militar podia ser colocado no mesmo saco com o novo movimento inaugurado por Mussolini também estava presente nas análises da IC, o que não é de admirar devido à originalidade do fenómeno. Nos documentos da IC, o fascismo era identificado com a nova direita radical do pós-guerra, mas também com quaisquer tendências militaristas e golpistas e até genericamente com as políticas repressivas, mesmo sob governos liberais e social-democratas (Rosenhaft, 2008, p. 60). Talvez a síntese mais equilibrada nestas diferentes definições foi publicada no órgão sindical do partido, *A Internacional*: “As diversas ditaduras estabelecidas já, ou no choco em diversos países da Europa são simples manifestações do mesmo fenómeno ‘fascista’, com as características e adaptações peculiares específicas de cada país”⁴⁷.

Apesar das ambiguidades na sua terminologia, o marco interpretativo geral do PCP foi relativamente coerente e pode ser resumido como uma crise profunda em todos os níveis da sociedade, que levava à crescente coesão e radicalização das direitas, carentes, contudo, de uma base popular ativa em Portugal, o que tornava o exército a sua principal alavanca para impor uma ditadura que imitasse os regimes italiano e espanhol. O PCP esperava poder tirar partido desse mesmo clima de instabilidade, numa conjuntura cujo desfecho não estava predeterminado. Nem o PCP nem a IC, porém, nunca previram que a “ditadura das direitas” pudesse estabelecer-se durante décadas, como aconteceria.

⁴⁶ RGASPI, 495/179/21/52, Rates à IC, 4 de outubro de 1924.

⁴⁷ “Ditadura e frente única”, *A Internacional*, 19 de janeiro de 1924.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2* 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

O 28 de maio

O PCP foi a organização operária que levou mais a sério a ameaça ditatorial em Portugal, e que mais insistentemente denunciou o golpe que estava a ser preparado (Telo, 1980, vol. 2, pp. 129-30). Por azar, o seu segundo congresso, que foi adiado várias vezes, coincidiu com o golpe de 28 de maio, o que permitiu ao partido emitir um comunicado de denúncia contundente e um chamado à resistência mediante a greve. Os protestos do PCP foram em grande medida platónicos. O partido encontrava-se numa situação de extrema fraqueza, tendo apenas uns 150 militantes enquadrados numa organização muito laxa. Carlos Rates, quem fora o seu secretário-geral desde novembro de 1923, foi expulso em outubro de 1925 após ter aceitado um emprego no jornal *O Século*. Como reconhecia a IC, “o Partido Comunista representa só uma pequena minoria. Consequentemente, a proclamação de uma greve pelo Partido na esteira da revolta de maio de 1926 não teve consequências”⁴⁸. Ao mesmo tempo, as outras organizações operárias do país, a CGT e o PS, adotaram uma atitude cautelosa e hesitante perante o regime militar, mantendo-se à “expetativa” e recusando os chamados à ação do PCP (Telo, vol. 2, 1980, pp. 122-136).

Após o golpe, a direção do PCP trocou várias cartas com a alta patente da IC, nomeadamente com o comunista italiano Palmiro Togliatti. Seguramente, nestas pôde ter sido debatida a natureza do regime militar e a postura do partido perante à nova situação. Infelizmente, não consultei esta correspondência na minha última viagem a Moscovo, sendo que aparece no catálogo do Arquivo de História Social de Lisboa (caixa 1, maço 9). Só depois pude comprovar que este maço está desaparecido, apesar de aparecer no catálogo.

Em qualquer caso, a IC expôs a sua análise da situação no seu órgão, a *Inprecor*. É sintomático que demorasse um ano em dedicar um artigo a Portugal, refletindo o caráter periférico do país no olhar da IC. Com efeito, esse primeiro balanço apareceu como consequência da intentona republicana de fevereiro de 1927. Também é significativo que esta análise fosse escrita não por um português, mas pelo comunista húngaro Gyula Sas (usando o pseudónimo Giulio Aquila), que, porém, claramente se inspirou nos numerosos relatórios do PCP. Para Sas, o pano de fundo do golpe de Estado eram as divisões entre diferentes frações

⁴⁸ Aquila, Giulio, “Military Revolt in Portugal”, *International Press Correspondence*, VII série, n. 14, 17 de fevereiro de 1927, p. 285.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

da burguesia, nomeadamente entre a antiga média e pequena burguesia, alicerce do regime republicano, e a grande burguesia surgida durante a guerra, de tendência republicana conservadora, aliada com os latifundiários, representados pelos monárquicos. Estes conflitos foram agravando-se devido à profunda crise económica do pós-guerra. As organizações operárias não jogavam um papel independente, devido à política de colaboração de classes dos socialistas, à “neutralidade” dos anarquistas e à fraqueza do PCP. O deslocamento de Gomes da Costa pelo General Carmona representou, aos seus olhos, a reafirmação da supremacia do grande capital face aos agrários no novo regime. O seu artigo não define o novo regime como fascista. Pelo contrário, toda a sua análise apresenta um regime militar clássico, bonapartista, em sintonia com a tradição golpista portuguesa⁴⁹. A análise da IC sobre a realidade portuguesa claramente foi influenciada pelas interpretações do PCP, o que põe em causa a visão da IC como uma organização hipercentralizada, onde Moscovo impunha os seus critérios unilateralmente. Embora a IC tirasse as suas próprias conclusões sobre os acontecimentos, estas estavam fortemente influenciadas pelas dezenas de cartas e relatórios que o PCP foi enviando ao longo dos anos.

Uns meses mais tarde, a *Inprecor* dava a palavra a um comunista lisboeta, assinando com o pseudónimo Claro. A análise tornava-se aqui muito mais escura. “Em Portugal, os fascistas hoje têm o controlo. O atual Governo é apoiado pelos piores grupos reacionários do país. No ano passado, a casta militar derrubou a República democrática e esmagou a resistência da classe operária”, escrevia Claro. As suas explicações sobre as origens do golpe eram, porém, muito vagas, apontando apenas à “questão do monopólio do tabaco”, que, com efeito, foi o catalisador imediato do golpe de Gomes da Costa. “A grande empresa capitalista tabaqueira, procurando o necessário «espaço» para a sua indústria, iniciou esta Revolução de Estado [sic]”, explicava o comunista português⁵⁰.

Esta linha interpretativa, que apresentava o regime de Carmona como uma ditadura fascista, desenvolver-se-ia nas análises subsequentes da IC, sobretudo após o VI congresso da IC que inaugurou o seu “terceiro período” marcado pela impressão que o capitalismo tinha entrado na sua “crise final” (Wolikoff, 2010, pp. 81-86). Numa longa carta ao PCP escrita por André Marty em outubro de 1932, explicava-se: “A ditadura militar fascista de Carmona foi

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Claro, “Labour Movement in Portugal”, *International Press Correspondence*, VII série, n. 73, 29 de dezembro de 1927.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

instaurada em 1926, com o objetivo de quebrar a luta das amplas massas populares”. Marty justificava extensamente a definição da ditadura como fascista:

“A ditadura, com a ajuda de todo o aparelho coercivo do Estado e também através da organização do seu partido político –a União Nacional– e das suas brigadas de assalto fascistas – a Liga de 28 de Maio – exerce um terror brutal contra os trabalhadores revolucionários e os camponeses, em primeiro lugar contra o partido comunista [...]. Muitos revolucionários foram mortos e milhões [sic] foram deportados para as colónias de África e da Oceânia e encerrados em prisões. [...] Nenhuma organização política goza de existência legal no país, exceto o partido da ditadura e o partido socialista”⁵¹.

O acirramento da ditadura e a sua evolução num sentido abertamente fascista explicava-se, aos olhos da IC, pelo facto de ela ter-se formado “numa altura de relativa estabilização do capitalismo”. Porém, com o início da Grande Depressão, a sua situação tornava-se mais complicada. O regime era “obrigado a reforçar a sua demagogia social e política paralelamente ao terror branco”:

“É por isso que prepara precisamente agora a inauguração de um parlamento fascista com base na «representação corporativa», que só é na realidade a representação dos vários grupos das classes dominantes. A nova constituição e o código do trabalho em preparação defendem a fascistização e a aniquilação das últimas organizações sindicais operárias que mantiveram a sua legalidade até agora, para empreender um novo ataque contra a classe trabalhadora”⁵².

Esta perspetiva verificar-se-ia nos meses seguintes, com o ascenso de Salazar e a criação do Estado Novo sobre bases abertamente fascistas, um regime que (facto nunca previsto pelos comunistas) se manteria no poder durante quase cinquenta anos.

Conclusão

A análise comunista da crise da Primeira República e o ascenso da ditadura em Portugal representou a primeira tentativa de estudar a vida política portuguesa de forma sistemática através de uma ótica marxista, durante uma das fases mais turbulentas da sua história. Esta ótica não era autóctone, mas se inspirava nos posicionamentos da IC. Porém, os principais elementos da interpretação comunista da realidade portuguesa vieram do próprio PCP e não da IC, que geralmente se limitou a comentar, emendar e desenvolver as análises da sua secção portuguesa.

⁵¹ AHS-IC, 1/3/46, André Marty ao PCP, 29 de outubro de 1932.

⁵² AHS -IC, 1/3/46, André Marty ao PCP, 29 de outubro de 1932.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.*
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

Partindo de uma perspectiva materialista, os comunistas portugueses ligaram a crise da República às consequências da guerra, que abalou profundamente a sociedade portuguesa. Durante a guerra, o capitalismo nacional modernizou-se, formando-se uma grande burguesia industrial e financeira enfrentada à burguesia média que tinha protagonizado a revolução de 1910. Ao mesmo tempo, a guerra deu um forte ímpeto ao movimento operário português, o que polarizou ainda mais a política do país. A crise financeira do pós-guerra veio aprofundar a instabilidade política. Formou-se um bloco autoritário que unia os agrários e o grande capital, e que usou o exército para impor o seu programa para pôr cobro à crise em detrimento da classe trabalhadora e da pequena e média burguesia. Embora o PCP hesitou em chamar este bloco reacionário de fascista, sem dúvida continha elementos incipientes do fascismo que se iriam desenvolvendo após o 28 de maio. Porém, o PCP nunca foi fatalista, considerando que as multidões descontentes, incluindo a pequena burguesia e o campesinato do Norte, podiam ser ganhas ao programa comunista. Foi fundamentalmente a inexperiência, divisão e esgotamento do movimento operário, onde os comunistas eram uma força minoritária, o que facilitou o ascenso da ditadura.

Estas interpretações, enriquecidas por numerosos dados e estatísticas, são de grande valor para os historiadores. Apesar da debilidade do partido, o seu contributo ao debate sobre a crise da República foi significativo, ao introduzir no país novos elementos de análise política, inspirados pelo marxismo. Como assinala José Pacheco Pereira (1993, p. 55), o PCP contribuiu à mudança do quadro interpretativo português ao fornecer “referentes [que] são cada vez menos os que tinham atravessado a 1ª República, mas os da oposição fascismo-comunismo”. Ao mesmo tempo, este estudo mostra que as categorias do “confusionismo” e da “heterodoxia” usadas pelos historiadores não são as mais úteis para estudar o PCP nos seus primeiros anos, e que têm toldado a riqueza das suas análises. Do mesmo jeito, este estudo reforça a ideia da “autonomia relativa” das secções da IC face a Moscovo, ideia que tem ganho corpo na historiografia nos últimos anos (e.g., Drachewych and MacKay 2020). O PCP, apesar da sua fraqueza, era capaz de aplicar o marxismo e as orientações de Moscovo de forma bastante original, autónoma e inteligente à realidade portuguesa, influenciando ao mesmo tempo as posições de uma IC que pouco sabia sobre as realidades deste país. Este pequeno partido iniciava assim uma tradição marxista em Portugal que se iria desenvolvendo até os nossos dias.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “*O ambiente para o fascismo existe no nosso país*”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 177-200.*
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

Referências bibliográficas

- ALBANESE, Giulia (2016), *Dittature Mediterranee. Sovversioni fasciste e colpi di Stato in Italia, Spagna e Portogallo*, Laterza, Roma.
- CUNHA, Adelino (2023), *Para que serve o PCP? Os anos da fundação*, Lisboa, Desassossego.
- DRACHEWYCH, Oleksa e MCKAY, Ian (2020), *Left transnationalism: The Communist International and the National, Colonial and Racial Questions*, Montreal, Mc Gill Queen University Press.
- DREYFUS, Michel, et al. (2000). *Le Siècle des communismes*, Paris, Atelier.
- FAYET, Jean-François (2015), “1919”, in Stephen A. Smith (editor), *The Oxford Handbook of the History of Communism*, Oxford, Oxford University Press.
- FREIRE, João (1992), *Anarquistas e operários: ideologia, ofício e práticas sociais : o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Afrontamento.
- LEAL, Cunha (1926), *Eu, os Políticos e a Nação*, Lisboa, Brandão, 1926.
- MADEIRA, João (2012), *História do PCP*, Lisboa, Tinta-da-China.
- MARTINS, Susana (2005), *Socialistas na oposição ao Estado Novo: um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*, Cruz Quebrada, Casa das Letras.
- PACHECO PEREIRA, José (1993), *A sombra: estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva.
- PACHECO PEREIRA, José (2021), “Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917”, in José Neves (editor), *Partido Comunista Português, 1921-2021: Uma antologia*, Lisboa, Tinta-da-China.
- PALACIOS CEREZALES, Diego (2011), *Portugal à coronhada: protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta-da-China.
- PALACIOS CEREZALES, Diego (2012), “Desorden y Estado fuerte en la Primera República portuguesa”, *Ayer*, IV série, vol. 88, pp. 75-98.
- PEDRO PITA, André (2021), “O marxismo na constituição ideológica do PCP”, in José Neves (editor), *Partido Comunista Português, 1921-2021: Uma antologia*, Lisboa, Tinta-da-China.
- PEREIRA, Joana Dias (2010), “A ofensiva operária”, in Fernanda Rollo; Fernando Rosas (editores), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China.
- TELO, António José (1977), *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa, Ulmeiro.

Arturo Zoffmann Rodriguez – “O ambiente para o fascismo existe no nosso país”: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2* 2024. 177-200.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a6

TELO, José António (1980), *Decadência e queda da I República portuguesa*, vols. 1-2, Lisboa, Regra do Jogo.

RADEK, Karl (1922), “Report on the capitalist offensive”.
<https://www.marxists.org/archive/radek/1922/radek02.htm> [consultado em 21-06-2024]

ROSAS, Fernando (1989), “A crise do liberalismo e as origens do «autoritarismo moderno» e do Estado Novo em Portugal”, *Penélope: revista de história e ciências sociais*, vol. 2, pp. 97-114.

ROSENHAFT, Eve (2008), *Beating the Fascists? The German Communists and Political Violence*, Cambridge, Cambridge University Press.

SPRIANO, Paolo (1967), *Storia del Partito Comunista Italiano. I: Da Bordiga a Gramsci*, Turim, Einaudi.

TOSSTORFF, Reiner (2016), *The Red International of Labour Unions (RILU)*, Leiden, Brill.

TROTSKY, Leon (1932), “How Mussolini triumphed”
<https://www.marxists.org/archive/trotsky/works/1944/1944-fas.htm#p2> [consultado em 21-06-2024]

WOLIKOW, Serge (2010), *L'Internationale communiste (1919-1943): Le Komintern ou le rêve déchu du parti mondial de la révolution*, Paris, L'Atelier.

ZINOVIEV, Grigory (1920), “First session of the Second Congress of the Communist International”
<https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/ch01.htm> [consultado em 23-06-2024].

Notas biográficas dos autores

Ana Isabel Moreira é Professora Adjunta no Instituto Piaget de Vila Nova de Gaia e Professora Adjunta convidada na ESECS do Politécnico de Leiria. Doutora em Educação (Didáticas Aplicadas/Educação Histórica), pela Universidade de Santiago de Compostela, Mestre em Ensino do 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico e Licenciada em Educação Básica, pela Escola Superior de Educação do Porto. Investigadora Integrada do CITCEM. Autora de artigos e comunicações várias sobre ensino e aprendizagem da História, narrativas e consciência histórica, formação de professores, identidade profissional docente, entre outras temáticas de âmbito educativo.

Arturo Zoffmann Rodriguez é, desde Julho de 2021, Investigador Júnior no Instituto de História Contemporânea (IHC-IN2PAST) da Universidade NOVA de Lisboa, usufruindo de um contrato CEEC-FCT. A partir de Abril de 2025, começará um projeto ERC sobre os estados de exceção na Europa dos anos 1900-39, como investigador principal. Anteriormente, trabalhou na Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), onde desenvolveu um projecto de pós-doutoramento acerca das ligações entre as revoluções mexicana e russa. Em 2019, conclui o seu Doutoramento no European University Institute, em Florença. A sua tese explorou o impacto da Revolução Russa no movimento anarquista espanhol. Completou o seu mestrado na Universidade de Oxford e a licenciatura na University College London. O seu trabalho já foi publicado em revistas como a *International Review of Social History*, *European History Quarterly* e a *Slavic Review*. Leccionou história russa e soviética como Professor Visitante na Universidade de Barcelona, no Colégio do México, na Universidade Federal de Alagoas e na FCSH.

Bruno Madeira é professor auxiliar convidado no Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, investigador integrado no Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) e colaborador no Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT).

Flamarion Maués. Doutor em História pela Universidade de São Paulo (Brasil), professor no Instituto Federal de São Paulo (IFSP-São José dos Campos) e membro associado do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Autor de *Livros que tomam partido: Edição e revolução em Portugal – 1968-1980* (Lisboa,

Parsifal/Associação Promotora do Museu do Neo-Realismo, 2019) e *Livros contra a ditadura: Editoras de oposição no Brasil, 1974-1984* (2ª ed., Rio de Janeiro, Alma Revolucionária, 2023).

Gil Duarte Ribeiro. Estudante do Doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), na qual cursou a licenciatura em História entre 2021 e 2024. Previamente, licenciou-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP) em 2017 e concluiu o mestrado em Direito Criminal na Faculdade de Direito – Escola do Porto da Universidade Católica Portuguesa (UCP) em 2019. Os seus interesses historiográficos relacionam-se com a música popular e a sua utilização como ferramenta para interpretar e construir uma consciência e memória nacional.

Nsambu Vicente. Doutorando em História Contemporânea pela Universidade de Évora. É Mestre em Ciências da Educação com especialidade no Ensino de História de Angola pelo ISCED-Luanda (2017) e licenciado em História pela Universidade Agostinho Neto (2011). É docente do Instituto Superior Politécnico Atlântida (ISPA). O seu currículo científico inclui várias comunicações em colóquios e seminários nacionais e internacionais, focando-se na luta de libertação de Angola, na participação das mulheres na resistência e no estudo da toponímia angolana. É autor de publicações em livros e artigos científicos, como o estudo “Toponímia de Luanda: Casos da Ingombota e Mayanga” (2018). Colabora em projetos científicos de relevância, como o “Kongo Prophets and UNESCO Technocrats”, coordenado por Ramon Sarró, financiado pela Leverhulme Foundation.

Patrícia Freitas é Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mestranda em História Contemporânea e bolseira de investigação no CITCEM.

Pedro Duarte é Professor Adjunto na Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. Doutor em Educação (Currículo e Cidadania) pela Universidade de Santiago de Compostela, Mestre em Ensino do 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico e em Administração das Organizações Educativas, Licenciado em Educação Básica, pela Escola Superior de Educação do Porto. Investigador Integrado do InED. Autor de artigos e comunicações várias sobre currículo e políticas educativas, educação cidadã, formação de professores e identidade profissional docente, entre outras temáticas de âmbito educativo.

Soraia Oliveira é estudante de mestrado em Ensino de História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde também concluiu a licenciatura em História no ano letivo de 2023/2024. Os seus principais interesses de pesquisa passam pela História Contemporânea, nomeadamente estudos de género, trabalho doméstico e educação.

Ficha Técnica**HISTÓRIA: Revista da FLUP -IV Série, vol. 14, N. 2 (2024)**

Editor: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

Diretora: Cristina Cunha

Conselho Editorial: Carla Sequeira, Cristina Cunha, Jorge Cerdeira, Maria Antonieta Cruz, Ana Sofia Ferreira, Manuel Loff, Sílvia Correia

Conselho Consultivo: Ana Raquel Portugal (U. Estadual Paulista), Fernando Catroga (U. Coimbra), Gérard Le Bouëdec (U. Bretagne Sud), Jean-Pierre Dedieu (CNRS), Maria Helena da Cruz Coelho (U. Coimbra), Mónica Ribeiro de Oliveira (U. Federal de Juiz de Fora), Pieter Emmer (U. Leiden), Richard Unger (U. British Columbia), Hartmut Kaelble (U. Humboldt) Sérgio Campos Matos (U. Lisboa)

Coordenação do Dossiê Temático: Ana Sofia Ferreira, Sílvia Correia, Manuel Loff

Tradução do “call for papers”: Carla Augusto e Álvaro Costa

Contactos: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto, Portugal.

Telefone: 22 607 71 00

Telefax: 22 600 38 25

E-mail: revista.historia@letras.up.pt

Webpage: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/index>

DOI: 10.21747/0871164X/hist13_2

ISSN: 0871-164X (D.L.:19791/88)

Dezembro 2024

Revista com arbitragem científica

A expressão escrita dos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores

NORMAS EDITORIAIS

Instruções para Autores

ARTIGOS | RECENSÕES CRÍTICAS | DECLARAÇÃO DE CEDÊNCIA DE DIREITOS

1. Os autores devem:

a) Especificar a secção a que se destinam:

i) Dossiê Temático

ii) Outros Estudos

iii) Recensões Críticas

b) Submeter no sítio da Internet:

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/about/submissions#onlineSubmissions>

Passo 1. Registrar-se na plataforma

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/user/register>

- "Registrar-se como" e escolher **todas (as 3)** opções: Autor; Leitor; Revisor;
- Uma vez registados, fazer login no próprio perfil;
- Clicar em "Nova submissão";

Passo 2. Transferência do manuscrito: depois de ter escolhido o ficheiro, clique em transferir para guardar o seu artigo na plataforma – ATENÇÃO, NUNCA COLOCAR O SEU NOME, NEM DAR QUALQUER INDICAÇÃO, AO LONGO DO TEXTO, QUE O IDENTIFIQUE COMO AUTOR;

Passo 3. Metadados da submissão (Indexação):

- em caso de submissão de artigo: indique o seu **nome apenas com as iniciais em maiúsculas**: ex. Inês Amorim; assim como no título do artigo ex. Os mosteiros da diocese do Porto (séc. XI)
- em caso de recensão, no campo do título, indique **só a obra OBJETO DE RECENSÃO**, nesta forma ex. MACEDO, Jorge Borges de (1989), *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Lisboa, Gradiva. ISBN 9789726621263, 254 pp.

Passo 4. Metadados da submissão (Indexação):

- no campo Resumo insira os 4 resumos em Português, Inglês, Francês e Espanhol, nos quais **deve incluir, igualmente, os títulos nas respetivas línguas, assim como as palavras-chave.**
- indicar o **título** completo do texto em **Português, Francês, Espanhol e Inglês.**

2. Os artigos devem:

2.1. Ter uma extensão não superior a 50.000 caracteres (com espaços), incluindo notas de rodapé, referências bibliográficas, anexos e ilustrações e estarem redigidos num dos seguintes idiomas: Português, Francês, Inglês ou Espanhol.

2.2. Ser acompanhados por quatro resumos, nas línguas portuguesa, francesa, espanhola e inglesa (com um máximo de 700 caracteres - incluindo espaços) e até quatro palavras-chave nos mesmos idiomas.

2.3. Ser redigidos em páginas A4, todas numeradas, **espaço entre linhas de 1,5, tipo de letra Times New Roman e corpo de letra 12**, em **formato Word for Windows ou compatível**, sem adicionar espaçamento antes ou depois dos parágrafos. As margens devem ser:

- superior e inferior: 2,5 cm
- esquerda e direita: 3 cm
- parágrafos com avanço na primeira linha: 1 cm

2.4. Conter a indicação clara do local de inserção de quadros, gráficos, figuras e fotografias no texto.

2.5. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias, a serem incluídos, deverão ser numerados de forma contínua e não podem ter uma largura superior à do corpo do texto

2.6. Estes elementos devem ser acompanhados dos respetivos **títulos e fontes** devendo estes últimos ser redigidos com corpo de letra 11 e espaçamento 1,15.

2.7. A inclusão de documentação iconográfica é autorizada desde que o autor do artigo declare que obteve previamente a necessária autorização para a sua reprodução e utilização.

2.8. As notas de rodapé, identificadas por ordem numérica, devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

2.9. No caso de uma nota de rodapé se encontrar junto a um ponto final ou a uma vírgula o número deverá aparecer antes desses sinais de pontuação.

3. As recensões críticas devem ser precedidas da referência completa da obra e não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços.

4. Citações e referências bibliográficas:

4.1. As **citações** serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação:

- Apenas um autor - (Ribeiro, 2016)
- Apenas um autor com indicação da página - (Ribeiro, 2016: 344)
- Dois autores - (Rosas & Mariz, 2008: 350)
- Vários autores - (Pereira *et al.*, 2010)
- Autor referido no próprio texto - Amorim (2008)

As citações de excertos de textos devem ser integradas no corpo do texto, entre aspas curvas e sem itálicos. No caso de as citações terem **mais de três linhas** deverão ser redigidas em corpo de letra 11, com espaçamento simples, avanço à esquerda de 1,25 cm e avanço da primeira linha de 1 cm, entre as aspas curvas e sem itálicos.

4.2. As **referências bibliográficas** devem ser colocadas no **fim do texto e ordenadas alfabeticamente** pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas **da mais antiga para a mais recente**.

a) Livro com um autor:

MACEDO, Jorge Borges de (1982), *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Lisboa, Moraes Editores.

b) Livro com mais de um autor:

CATROGA, Fernando; MENDES, J.M. Amado; TORRAL, Luís Reis (1996), *História da História de Portugal – séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores.

c) Livro com mais de quatro autores:

ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

d) Capítulo em livro:

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1993), “O enquadramento do espaço nacional” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal. III Vol., No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 13-60.

e) Artigo em publicação periódica:

ROSAS, António; MAIZ, Ramón (2008), “Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337- 356.

f) Artigo em publicação periódica online:

AMARAL, Luís Carlos (2007), “Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337-356, [consulta em 12/09/2009]. Disponível em: <http://www.lettras.up.pt/luisamaral.pdf>

g) Publicações online:

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2007), *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior*, [consulta em 05/07/2017]. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/09/17400/0635806389.pdf>.

h) Comunicações em eventos científicos:

MARQUES, João Francisco (2005), “Teofanias cristológicas: milagres e santuários no Alto e Baixo Minho”, in *Em torno dos Espaços Religiosos – Monásticos e Eclesiásticos, Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Dias*, Porto, Instituto de História Moderna, Universidade do Porto, 6 de dezembro 2004.

i) Teses:

PAC, Bertrand, (2016), *L'historique du quartier de la Défense et ses représentations dans la presse. L'évolution de la perception d'un grand quartier' affaires*, Tese de Doutoramento em «Histoire Moderne et Contemporaine», Bordeaux, Université Bordeaux Montaigne.

j) Legislação:

Decreto-Lei nº 79/2014, de 14 de maio, *Formação de Professores*.

k) Citações de documentos:

As citações documentais deverão integrar todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo a abreviaturas ou siglas após a primeira referência completa.

A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria D. Afonso V*, lv. 15, fl. 89.

5. Os autores devem cumprir o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Na citação de textos produzidos antes do referido acordo **deve ser respeitada a ortografia original**.

6. Os autores cedem à Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados.